



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de São José dos Campos
Instituto de Ciência e Tecnologia



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



LEONARDO MAGGI GAMBATTO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA COCRIAÇÃO DE UM PLANO
COMUNITÁRIO DE REDUÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO
CLIMÁTICA: uma análise discursivo-etnográfica**

LEONARDO MAGGI GAMBATTO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA COCRIAÇÃO DE UM PLANO
COMUNITÁRIO DE REDUÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA: uma
análise discursivo-etnográfica**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Campus de São José dos
Campos; Centro Nacional de Monitoramento e
Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), como
parte dos requisitos para obtenção do título de
MESTRE pelo Programa de Pós-Graduação em
DESASTRES NATURAIS.

Área: Desastres Naturais. Linha de
pesquisa: Desastres associados a eventos
extremos, inundações e movimentos de massa.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Midori Saito
Coorientadora: Profa. Dra. Eloisa Beling Loose

São José dos Campos

2026

Instituto de Ciência e Tecnologia [internet]. Normalização de tese e dissertação [acesso em 2026]. Disponível em <http://www.ict.unesp.br/biblioteca/normalizacao>

Apresentação gráfica e normalização de acordo com as normas estabelecidas pelo Serviço de Normalização de Documentos da Seção Técnica de Referência e Atendimento ao Usuário e Documentação (STRAUD).

Gambatto, Leonardo Maggi

Participação social na cocriação de um plano comunitário de redução de riscos e adaptação climática: uma análise discursivo-etnográfica / Leonardo Maggi Gambatto. - São José dos Campos : [s.n.], 2026.
307 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Pós-graduação em Desastres Naturais - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Ciência e Tecnologia; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), São José dos Campos, 2026.

Orientadora: Silvia Midori Saito

Coorientadora: Eloisa Beling Loose

1. Redução de riscos e desastres. 2. Cocriação. 3. Multirriscos. 4. Regularização fundiária. 5. Reparação integral. I. Saito, Silvia Midori, orient. II. Loose, Eloisa Beling, coorient. III. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Ciência e Tecnologia, São José dos Campos. IV. Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - UNESP. V. Universidade Estadual Paulista (UNESP). VI. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). VII. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa tem potencial para contribuir para o campo da Gestão de Riscos e Desastres ao qualificar a análise da participação social como prática discursiva situada e disputada, especialmente em territórios marcados por conflitos de regularização fundiária. Ao articular a Análise de Discurso Crítica Etnográfica, Práticas Discursivas e Produção de Sentidos e o modelo de pressão e liberação dos desastres PAR (*pressure and release model*), o estudo oferece subsídios analíticos para compreender como sentidos de risco, direito, responsabilidade e reparação — com ênfase na dimensão extrapatrimonial — são produzidos e negociados em processos participativos. Espera-se que os resultados apoiem reflexões acadêmicas, metodológicas e institucionais sobre a cocriação de diagnósticos e ações de Redução de Riscos e Desastres em contextos de vulnerabilidade urbana.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has the potential to contribute to the field of Disaster Risk Management by qualifying the analysis of social participation as a situated and contested discursive practice, especially in territories marked by land-tenure regularization conflicts. By articulating Ethnographic Critical Discourse Analysis, Discursive Practices and the Production of Meaning, and the PAR model (*pressure and release model*), the study provides analytical support for understanding how meanings of risk, rights, responsibility, and reparation — with emphasis on the non-economic dimension of harm — are produced and negotiated in participatory processes. The findings are expected to support academic, methodological, and institutional reflections on the co-creation of diagnoses and Disaster Risk Reduction actions in contexts of urban vulnerability.

BANCA EXAMINADORA

Silvia Midori Saito (orientadora)

UNESP

CEMADEN/MCTI

São José dos Campos

Eloisa Beling Loose (coorientadora)

UFRGS

Porto Alegre

Marcio Roberto Magalhães de Andrade (membro interno)

UNESP

CEMADEN/MCTI

São José dos Campos

Sandra Luiza Assis da Silva (membro externo)

UNIP

UNOPS

São Paulo

São José dos Campos, 30 de abril de 2026.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo apoio e incentivo no caminho dos estudos.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, ao Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais e aos docentes, pela iniciativa e contribuição na consolidação deste campo de estudos.

À minha orientadora, pelo respeito, seriedade e autonomia proporcionada ao longo da pesquisa.

À minha coorientadora, pelas inestimáveis contribuições e pelo conhecimento compartilhado.

Aos coordenadores e pesquisadores do Projeto Multirrisco, pelo espaço de troca, aprendizagem e construção coletiva.

Aos membros do Laboratório Justiça Territorial e do Laboratório de Gestão de Riscos da Universidade Federal do ABC e à equipe técnica do PCRA da Comunidade Vira Lata, pelo acolhimento e pela oportunidade singular de aprendizado e atuação.

Às lideranças e aos moradores da Comunidade Vira Lata, pela confiança, acolhimento e generosidade ao compartilharem suas histórias e experiências.

Aos representantes da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da MRS Logística, pela abertura ao diálogo e disponibilidade durante a pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, com bolsa de mestrado no período de 01/03/2024 a 28/02/2026 conforme Processo nº 88887.947084/2024-00.

RESUMO

GAMBATTO, L. M. **Participação social na cocriação de um plano comunitário de redução de riscos e adaptação climática: uma análise discursivo-etnográfica**, 2026. Dissertação (Mestrado em Desastres Naturais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Ciência e Tecnologia; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), São José dos Campos, 2026.

Os riscos e desastres socioambientais tendem a se intensificar em contextos de urbanização desigual, nos quais a precarização urbana se associa a disputas territoriais e a fragilidades na garantia de direitos. Na Comunidade Vira Lata, localizada no distrito do Jaraguá, na zona noroeste da cidade de São Paulo, processos de organização comunitária e negociação com atores institucionais articulam-se a dinâmicas de conflito fundiário e a iniciativas voltadas à *Redução do Risco de Desastres*. Este trabalho analisa como a participação social é construída, mobilizada e disputada no processo de cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) em área de conflito fundiário. O estudo considera, ainda, interfaces com debates sobre comunicação de riscos, reconhecimento de danos e reparação integral, com ênfase na dimensão extrapatrimonial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa etnográfico-discursiva, apoiada pelo olhar da psicologia na Gestão Integrada de Riscos e Desastres e pelo enfoque multirrisco, articulando a *Análise de Discurso Crítica Etnográfica* e as *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. A produção dos dados organiza-se em três frentes para triangulação: (1) revisão bibliográfica e levantamento documental; (2) observação participante e diário de campo em três assembleias comunitárias; e (3) 13 entrevistas semiestruturadas com atores-chave (moradores, lideranças, assessoria jurídica popular, equipe técnica e representantes institucionais). Para a análise, mobilizam-se o modelo de pressão e liberação dos desastres PAR (*Pressure and Release model*) e procedimentos de análise das práticas discursivas voltados à compreensão das relações de poder, da diversidade de posições discursivas e dos repertórios interpretativos mobilizados por diferentes atores. Entre os resultados, evidencia-se que a regularização fundiária, quando incorporada como demanda originada na comunidade, reorganiza a participação e funciona como eixo de negociação, ampliando capacidades locais, reduzindo incertezas associadas à ameaça de remoção e tensionando a responsabilização estatal e de empreendimentos. Conclui-se que a cocriação do PCRA se constitui como arena de disputas de sentido e relações de poder, na qual a participação social não é homogênea nem linear, mas produz deslocamentos relevantes quando articulada a mediações jurídico-institucionais e a compromissos materiais de permanência digna, com implicações para diretrizes de PCRA em territórios marcados por conflitos fundiários. Espera-se, por fim, que o estudo ofereça subsídios para o aprimoramento de metodologias participativas em contextos de multiriscos, articulando participação, regularização fundiária e reparação como eixos de uma Gestão Integrada de Riscos e Desastres centrada em direitos.

Palavras-chave: redução de riscos e desastres; cocriação; multiriscos; regularização fundiária; reparação integral.

ABSTRACT

GAMBATTO, L. M. ***Social Participation in the Co-creation of a Community Plan for Risk Reduction and Climate Adaptation: A Discursive-Ethnographic Analysis***, 2026. Dissertation (Master's degree in Natural Disaster) - São Paulo State University (Unesp), Institute of Science and Technology, National Center for Monitoring and Early Warning of Natural Disasters (Cemaden), São José dos Campos, 2026.

Socio-environmental risks and disasters tend to intensify in contexts of uneven urbanization, in which urban precarization is associated with territorial disputes and fragile rights guarantees. In the Vira Lata Community, located in the Jaraguá district, in the northwestern area of São Paulo, community organizing and negotiation with institutional actors are intertwined with land tenure conflict and Disaster Risk Reduction (DRR) initiatives. This dissertation analyzes how social participation is constructed, mobilized, and contested in the co-creation of a Community Plan for Risk Reduction and Climate Adaptation (PCRA) in an area marked by land tenure conflict. It also considers interfaces with debates on risk communication, damage recognition, and integral reparation, with emphasis on non-material harm. The study adopts a qualitative ethnographic-discursive approach, informed by psychology within Integrated Disaster Risk Management and a multi-risk perspective, articulating Ethnographic Critical Discourse Analysis (ECDA) and Discursive Practices and the Production of Meanings in Everyday Life (PDPS). Data production was organized through triangulation of bibliographic and documentary review, participant observation and fieldnotes from three community assemblies, and 13 semi-structured interviews. For the analysis, the Pressure and Release (PAR) model and discursive-practice analysis procedures were mobilized to understand power relations, discursive positions, and interpretative repertoires activated by different actors. Findings show that land tenure regularization, when incorporated as a community-driven demand, reorganizes participation and functions as a central axis of negotiation, expanding local capacities, reducing uncertainties associated with displacement threats, and intensifying disputes over state and corporate accountability. The dissertation concludes that PCRA co-creation constitutes an arena of struggles over meaning and power, in which social participation is neither homogeneous nor linear, but produces significant shifts when articulated with legal-institutional mediation and material commitments to dignified permanence. Finally, the study contributes to participatory methodologies in multi-risk contexts by articulating participation, land tenure regularization, and reparation within a rights-based approach to Integrated Disaster Risk Management.

Keywords: disaster risk reduction; co-creation; multi-risk; land tenure regularization; integral reparation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma PCRA Comunidade Vira Lata	19
Figura 2 - Esquema gráfico da construção do conceito de risco	36
Figura 3 - Causação social dos desastres (condições sociais dos desastres)	43
Figura 4 - Modelo de pressão e liberação dos desastres – PAR – versão de 2012.....	45
Figura 5 - Modelo de pressão e liberação dos desastres – PAR – versão de 2024.....	46
Figura 6 - Localização dos 12 PCRA desenvolvidos nas cinco regiões do país	63
Figura 7 - Espectro de Participação Social.....	69
Figura 8 - Mapa da localização da comunidade no município.....	96
Figura 9 - Mapa distrito do Jaraguá.....	96
Figura 10 - Comparação - Foto aérea histórica - localização comunidade Vira Lata - 2004 e 2020	98
Figura 11 - Foto aérea Vira Lata - início da intensificação da ocupação	99
Figura 12 - Foto aérea Vira Lata - Adensamento populacional	99
Figura 13 - Dados raciais do município de São Paulo com enfoque na Comunidade Vira Lata	100
Figura 14 - Card de WhatsApp para divulgação da atividade e Registro da reunião de 25.06.2024	106
Figura 15 - Card de WhatsApp divulgação atividade e Registro da reunião de 26.06.2024	107
Figura 16 - Card WhatsApp de divulgação e Registro da atividade de 29.06.2024 na Comunidade Vira Lata.....	107
Figura 17 - Boletim informativo 1 e 2 - Comunidade Vira Lata.....	108
Figura 18 - Registros assembleia sobre processo de regularização fundiária	110
Figura 19 - Boletim 03 PCRA - Regularização Fundiária.....	111
Figura 20 - Card e vídeo divulgação do mapeamento "caso a caso, casa a casa"	112
Figura 21 - Mapa Planta Geral – Leitura do território.....	113
Figura 22 - Registro da assembleia realizada dia 24 de maio de 2025.....	113
Figura 23 - Mapa de intervenções no território	114
Figura 24 - Organização e Triangulação dos dados coletados	120
Figura 25 - Progressão da Vulnerabilidade e Construção das Ameaças na Comunidade Vira Lata	152

Figura 26 - PAR - 1994	304
Figura 27- PAR - 2012	305
Figura 28 - PAR - 2024	306
Figura 29 - POS - 2012.....	307

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia do conceito de ‘risco’ e de suas implicações teóricas, conforme os extremos possíveis para compreensão da realidade	39
Quadro 2 - Trajetória das urbanizações de favelas: programas, atores e capacidades	58
Quadro 3 - Síntese dos eixos de intervenção	114
Quadro 4 - Procedimentos metodológicos básicos na seleção de foco de investigação em ADC e no processo de análise	118
Quadro 5 - Metas do PCRA e etapas selecionadas para observação participante e diário de campo.....	128
Quadro 6 - Mapa de Arquitetura analítica e funções dos referenciais mobilizados na pesquisa	139
Quadro 7 - Quadro Analítico de Distinções Conceituais e Complementaridade Operacional entre ADCE e PDPS	140
Quadro 8 - Categorias Analíticas de discursos.....	141
Quadro 9 - Eixos analíticos	142
Quadro 10 - Relação entre interlocutores, posição e categorias discursivas	145
Quadro 11 - Mapa dialógico de síntese analítica: triangulação de dados e produção de sentidos no PCRA.....	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ADCE	Análise de Discurso Crítica Etnográfica
ATST	Associação dos Trabalhadores Sem Teto
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CGGDH	Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBRADE	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
CSM	Construction of Safety and Meaning (Construção da Segurança e Significado)
Compdec	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRD	Comunicação de Riscos e Desastres
CRED	Comissão Especial de Riscos, Emergências e Desastres
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP-SP	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
DPU	Defensoria Pública da União
DRR	Disaster Risk Reduction (Redução de Riscos de desastres)
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Funcap	Fundo Especial para Calamidades Públicas
GIRD	Gestão Integrada de Riscos e Desastres
IASC	Inter-Agency Standing Committee (Comitê Permanente Interagencial)
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)
LabGRIS	Laboratório de Gestão de Riscos

LabJuta	Laboratório de Justiça Territorial
MCID	Ministério das Cidades
MRS	MRS Logística S/A
NED	Núcleo de Emergências e Desastres
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Nupdec	Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil
PAC-UAP	Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários
PAR	Pressure and Release Model (Modelo de Pressão e Liberação dos desastres)
PBMC	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
PCRA	Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática
PCRR	Plano Comunitário de Redução de Riscos
PDPS	Práticas Discursivas e Produção de Sentidos
PLL	Progression of Livelihood and Living (Progressão de modos de vida e de meios de subsistência significativos)
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMRR	Plano Municipal de Redução de Riscos
PNH	Política Nacional de Habitação
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POS	Progression of Safety (Progressão da Segurança)
RRD	Redução de Riscos de Desastres
REURB	Regularização Fundiária Urbana
REURB-S	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SID	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
Sindec	Sistema Nacional de Defesa Civil
Sinpdec	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SMAPS	Saúde Mental e Apoio Psicossocial
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNP	Secretaria Nacional de Periferias

Sepurb	Secretaria de Política Urbana
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UMM	União dos Movimentos de Moradia
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
UNDRR	United Nations Office for Disaster Risk Reduction (Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres)
UNISDR	United Nations International Strategy for Disaster Reduction
UNOPS	United Nations Office for Project Services (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PROPOSTA DE PESQUISA.....	21
2.1 Questão norteadora	21
2.2 Hipótese	21
2.3 Objetivo Geral.....	21
2.4 Trajetória do pesquisador, inserção no campo e estrutura da dissertação.....	23
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
3.1 A Psicologia na Gestão Integrada de Riscos e Desastres	29
3.2 Construção social do risco: vulnerabilidades, discursos e gestão	35
3.3 GIRD em Periferias Urbanas: PMRR e PCRA	51
3.4 Participação social na gestão de riscos: governança, conflitos e coprodução	65
3.5 Comunicação como processo de engajamento	72
3.6 Regularização fundiária e reparação integral	77
3.7 Etnografia-discursiva: ADCE em diálogo com PDPS e modelo PAR	85
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	95
4.1 Caracterização Territorial e Sociodemográfica: Das "causas básicas" à Consolidação	95
4.2 O Território Institucional e a disputa pela permanência	101
4.3 PCRA da Comunidade Vira Lata - SP	105
5 METODOLOGIA.....	117
5.1 Procedimentos para Coleta de Dados: considerações éticas.....	121
5.1.1 Revisão bibliográfica e levantamento documental	123
5.1.2 Observação Participante e Diário de Campo.....	126
5.1.3 Entrevistas Semiestruturadas.....	129
5.2 Procedimentos para Análise de Dados.....	133
5.2.1 Integração analítica: ADCE, PDPS e PAR	136

6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	143
6.1 Causas Estruturais: Território, Titularidade e Invisibilidades	146
6.2 Pressões Dinâmicas: Participação, Mediações e Silenciamentos.....	153
6.3 Multiriscos e Produção de Vulnerabilidades.....	164
6.4 Capacidades Locais e Resistências: Estratégias de Subjetivação e Coesão Comunitária	169
6.5 Disputas Discursivas: Risco, Participação e Reconhecimento.....	178
6.6 REURB, reassentamento e reparação extrapatrimonial	197
7 DISCUSSÕES	207
8 CONCLUSÕES.....	215
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICES	230
ANEXOS.....	301

1 INTRODUÇÃO

Frente ao agravamento das mudanças climáticas, relatórios recentes têm evidenciado o aumento da frequência, da intensidade e da duração de eventos extremos com elevado potencial de gerar desastres socioambientais. O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) já indicava que o aquecimento global antropogênico intensifica ondas de calor, secas, inundações e tempestades, ampliando riscos sobretudo em contextos urbanos marcados por desigualdades socioespaciais. Esse cenário vem sendo confirmado por monitoramentos mais recentes, como os do Serviço de Mudança Climática Copernicus (2024) e pelo relatório *Brasil em Transformação: o impacto da crise climática – 2024: o ano mais quente da história*, que aponta 2024 como o ano mais quente já registrado desde o período pré-industrial (MARTINEZ; CHRISTOFOLETTI, 2025).

Além do aumento da temperatura média global, os estudos indicam um crescimento simultâneo dos prejuízos econômicos e dos impactos sociais associados aos eventos extremos, incidindo de forma desproporcional sobre populações vulnerabilizadas. Paradoxalmente, esse agravamento ocorre em um contexto de redução ou instabilidade dos recursos destinados tanto à prevenção quanto à resposta a desastres, aprofundando lacunas institucionais e ampliando a exposição de territórios historicamente negligenciados pelas políticas urbanas (MARTINEZ; CHRISTOFOLETTI, 2025). No Brasil, entre 1991 e 2023, foram registrados mais de 64 mil desastres climáticos em municípios brasileiros, com quase o dobro da média anual entre 2020 e 2023 em comparação às décadas anteriores. Nesse período, 5.117 municípios, cerca de 92% do total, reportaram danos, afetando mais de 219 milhões de pessoas, entre mortos, desalojados, desabrigados e enfermos, sobretudo em decorrência de secas, inundações, enxurradas, enchentes e tempestades (Ibid.).

Embora o debate contemporâneo destaque com razão os impactos das mudanças climáticas, é fundamental reconhecer que os desastres não se restringem a eventos de origem climática. Organismos internacionais, como a *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UNDRR), adotam tipologias amplas que classificam os perigos em naturais, antrópicos e socionaturais, abrangendo fenômenos biológicos, ambientais, geológicos, hidrometeorológicos e tecnológicos. No Brasil, a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) organiza essas ameaças em grupos geológicos, hidrológicos,

meteorológicos, climatológicos, biológicos e tecnológicos, evidenciando a diversidade e a complexidade dos riscos que incidem sobre os territórios.

Os impactos dos desastres extrapolam amplamente a dimensão ambiental, incidindo de forma direta sobre a vida cotidiana, a saúde física e mental, a moradia, o acesso a serviços e os meios de subsistência das populações atingidas. No Brasil, a combinação entre desigualdade social, vulnerabilidade estrutural e degradação ambiental tem produzido um cenário no qual eventos extremos resultam não apenas em perdas materiais, mas também em danos simbólicos, psicossociais e territoriais, aprofundando injustiças históricas (BRASIL, 2025c). Esses impactos atingem de maneira particularmente intensa moradores de favelas, comunidades e assentamentos informais, onde a precariedade habitacional e a ausência de regularização fundiária ampliam a exposição aos riscos e limitam as possibilidades de resposta e recuperação (BRASIL, 2025c).

Para Souza (2023), a produção de riscos nos territórios periféricos é um processo socialmente construído e marcado por desigualdades territoriais, profundamente influenciado por dinâmicas de poder que marginalizam determinadas populações e limitam seu acesso a recursos, proteção e direitos. Essa marginalização não decorre apenas de políticas urbanas falhas, mas também de uma visão reduzida que desconsidera a complexidade e a heterogeneidade das realidades locais, articulando-se às dinâmicas de urbanização e à segregação espacial. Nesse contexto, a inadequação dos instrumentos de planejamento, o crescimento descontrolado do mercado imobiliário e a gestão ineficiente dos riscos contribuem para a intensificação de vulnerabilidades, favorecendo a adoção de remoções como “solução”, frequentemente legitimadas por um discurso de mitigação de riscos. O autor também destaca que a atuação do Poder Judiciário, combinada a políticas públicas inadequadas, pode reforçar desigualdades e perpetuar deslocamentos, muitas vezes sem considerar as necessidades e os direitos das comunidades afetadas (SOUZA, 2023).

Nesse contexto, a urbanização desigual e a formação de assentamentos precários desempenham papel central na produção social dos riscos. A convivência cotidiana de populações vulnerabilizadas com situações de risco decorre de processos históricos de segregação socioespacial, da insuficiência dos instrumentos de planejamento urbano e da exclusão sistemática do acesso à terra e à moradia formal (SOUZA, 2023). Para compreender essa construção social do risco, esta pesquisa adota como referência o modelo de pressão e liberação dos desastres PAR (*pressure and release model*), formulado inicialmente por

Blaikie et al. (1994) e posteriormente desenvolvido por Wisner et al. (2004; 2012; 2024), tomando como base a sistematização mais recente do modelo de 2024, em diálogo com suas formulações anteriores (WISNER et al., 2025). Nessa perspectiva, os desastres resultam da interação entre ameaças e progressão de vulnerabilidades socialmente produzidas, compreendendo a construção do risco de desastre como produto de processos históricos que articulam causas estruturais (*causas básicas*) e *pressões dinâmicas* e se manifestam em *meios de vida frágeis e condições inseguras* nos territórios e no cotidiano das populações expostas (WISNER et al., 2004; WISNER et al., 2025).

Essa abordagem permite deslocar o foco da análise do evento em si para os processos sociais, políticos e territoriais que tornam determinados grupos sistematicamente mais vulneráveis aos desastres. No contexto brasileiro, a insegurança da posse, os conflitos fundiários e os deslocamentos forçados emergem como elementos centrais dessas condições inseguras, pois produzem instabilidade permanente, dificultam investimentos em melhorias habitacionais e ampliam danos materiais, simbólicos e psicossociais associados aos riscos socioambientais (SOUZA, 2023).

O uso recorrente do discurso técnico do risco como justificativa para remoções forçadas, frequentemente associado a interesses econômicos e de mercado, tem legitimado práticas que violam direitos fundamentais, em especial o direito à moradia digna, produzindo novos riscos a partir dos próprios deslocamentos (SOUZA, 2023). Esse cenário foi intensificado durante a pandemia de Covid-19, período no qual se observou um aumento expressivo dos despejos e das ameaças de remoção em todo o país, agravando a precariedade habitacional e a insegurança territorial. Entre 2020 e 2022, dezenas de milhares de famílias foram deslocadas, enquanto centenas de milhares viveram sob ameaça de remoção, ampliando a exposição a áreas ambientalmente frágeis, agravando a precariedade habitacional, insegurança territorial e aumentando o potencial de desastres futuros (SOUZA, 2023).

Diante desse quadro, torna-se evidente a necessidade de mecanismos de atuação mais claros, articulados e socialmente legitimados. A utilização de referenciais conceituais e normativos consolidados é central para reconhecer a natureza dos desastres, mensurar seus impactos e orientar estratégias de atuação que não se limitem à resposta emergencial, mas incluam políticas de prevenção, realocação digna, responsabilização de agentes públicos e privados e reparação integral de danos (DPU, 2025). De acordo com Muggah (2024), a construção da resiliência local no Brasil exige a ampliação dos esforços para formalizar

assentamentos precários, investir em habitações seguras e sustentáveis e promover a regularização da posse da terra, deslocando a resposta às crises climáticas de uma postura reativa para uma abordagem preventiva e integrada.

É nesse contexto que a participação social emerge como eixo fundamental para o fortalecimento das capacidades locais e para a construção de estratégias de gestão de riscos mais equitativas e territorialmente contextualizadas. A literatura aponta que processos participativos, quando efetivamente incorporados às políticas públicas, contribuem para ampliar a legitimidade das decisões, qualificar diagnósticos e promover responsabilização entre Estado, sociedade civil e comunidades afetadas (GOHN, 2019; LOOSE, 2020; SPINK, 2018). Contudo, a participação não se dá de forma neutra ou homogênea, constituindo-se como arena de disputas discursivas, negociações de sentidos e produção de hierarquias, exigindo análises que considerem tanto suas capacidades quanto limitações (SPINK, 2018).

No campo das políticas públicas recentes, com a recriação do Ministério das Cidades (MCID) em 2023, os Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) passaram a integrar a estratégia *Periferia Sem Risco*, coordenada pelo Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), do MCID. Essa iniciativa busca fortalecer a atuação preventiva em territórios periféricos por meio da articulação entre mapeamento participativo, comunicação de riscos, mobilização comunitária e integração interinstitucional, reconhecendo o papel ativo das comunidades na identificação, análise e enfrentamento dos riscos (BRASIL, 2024a)

O campo etnográfico desta pesquisa é a Comunidade Vira Lata, localizada na cidade de São Paulo, território marcado por conflitos fundiários e intervenções institucionais, no qual vulnerabilidades estruturais e socioambientais convergem, tensionando a gestão de riscos e os processos de permanência/remoção (UFABC, 2024b; SOUZA, 2023). Nesse contexto, o piloto do PCRA, elaborado em parceria entre a SNP, Universidade Federal do ABC por meio do Laboratório Justiça Territorial (LabJuta) e do Laboratório de Gestão de Riscos (LabGRIS), junto a movimentos sociais e assessoria jurídica popular locais, lideranças comunitárias, moradores e outros atores (conforme Figura 1), constitui uma arena empírica estratégica para analisar como a participação social se materializa em práticas concretas de gestão de riscos e regularização fundiária (UFABC, 2024b).

Figura 1 - Organograma PCRA Comunidade Vira Lata



Fonte: PCRA Comunidade Vira Lata (UFABC, 2025).

A presente pesquisa investiga de que maneira a metodologia participativa associada à elaboração do PCRA na Comunidade do Vira Lata configura arenas de produção e disputa de sentidos sobre risco, direitos, permanência territorial e reparação. Ao articular a Análise de Discurso Crítica Etnográfica (ADCE) (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) com a análise das Práticas Discursivas¹ e Produção de Sentidos no Cotidiano (PDPS)², conforme desenvolvida por Spink e colaboradores (2013), busca-se compreender como

¹ Expressão que demarca e distingue o foco de interesse das pesquisas voltadas para o papel da linguagem na interação social, “implicam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Constituem, dessa forma, um caminho privilegiado para entender a produção de sentido no cotidiano.” (SPINK; FREZZA, 2013, p. 20-21).

² Ao longo desta dissertação, utiliza-se a sigla PDPS para designar a perspectiva das *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*, cujos pressupostos ontológicos e epistemológicos são apresentados por Spink e colaboradores no livro *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*, publicado em 1999, e disponibilizado em acesso aberto pelo centro Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (SPINK, 2013). A abreviação não é uniforme na literatura brasileira, a perspectiva é frequentemente nomeada por extenso como *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos*, ou *abordagem/análise de práticas discursivas*, filiada ao construcionismo social. Nesta pesquisa, a sigla é adotada por padronização, sem prejuízo do uso do termo por extenso quando necessário.

macroestruturas de desigualdade, dispositivos normativos institucionais e políticas públicas se materializam nas interações entre moradores, lideranças, movimentos sociais, técnicos e representantes institucionais. Essa perspectiva permite analisar não apenas o conteúdo das políticas, mas os modos pelos quais se manifestam, são interpretadas, apropriadas, tensionadas ou ressignificadas no cotidiano.

Além disso, o estudo incorpora a noção de multiriscos para compreender como diferentes ameaças, tais como geológico-geotécnicas, hidrológicas, sanitárias, institucionais e fundiárias, se interconectam no território, afetando simultaneamente a regularização da posse, a qualidade de vida e a integridade emocional das pessoas e comunidades. Ao evidenciar essas inter-relações, a pesquisa busca contribuir para o aprimoramento de metodologias participativas em Redução de Riscos de Desastres (RRD), que articulem prevenção, adaptação climática, justiça territorial e reparação integral.

Frente ao exposto, a pesquisa também investiga como dinâmicas de poder e assimetrias institucionais atravessam os processos de regularização fundiária no território, envolvendo moradores, lideranças comunitárias, movimentos sociais e instituições públicas e privadas. Parte-se do entendimento de que essas relações influenciam tanto a condução das metodologias participativas quanto a hierarquização de prioridades, os critérios de negociação e os próprios resultados vinculados à permanência territorial e às estratégias de mitigação e adaptação (LOOSE, 2020; SOUZA, 2023). Compreender esses atravessamentos é condição para discutir intervenções mais justas, socialmente legitimadas e sensíveis às desigualdades que estruturam a produção do risco, bem como seus efeitos sobre reconhecimento de danos e possibilidades de reparação.

Por fim, ao enfatizar a dimensão discursiva da participação social, a pesquisa propõe deslocar a análise da Gestão Integrada de Riscos e Desastres (GIRD) de uma perspectiva estritamente técnica ou procedimental para uma abordagem que reconheça conflitos, ambiguidades e efeitos psicossociais envolvidos nos processos de decisão. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o debate sobre regularização fundiária, reassentamento negociado e reparação extrapatrimonial em territórios vulnerabilizados, destacando a centralidade da escuta, do reconhecimento e da participação informada na construção de respostas mais justas e sustentáveis.

2 PROPOSTA DE PESQUISA

2.1 Questão norteadora

Como a participação social é construída e disputada no processo de cocriação do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA), em um território atravessado por conflito fundiário e negociações institucionais?

2.2 Hipótese

Parte-se da hipótese de que a elaboração do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA), ao empregar metodologias participativas, constitui-se como um espaço de produção, circulação e disputa de sentidos sobre risco, participação social e permanência territorial. Nesse processo, a participação não se configura de forma homogênea ou consensual, mas é atravessada por relações de poder, negociações institucionais e conflitos fundiários, nos quais discursos técnicos, jurídicos, comunitários e institucionais se tensionam e se reconfiguram. Supõe-se, ainda, que essas práticas discursivas expressam e reatualizam dimensões estruturais de vulnerabilidade, pressões dinâmicas e condições inseguras no território, conforme o modelo de pressão e liberação dos desastres (PAR), ao mesmo tempo em que possibilitam a emergência de estratégias de resistência, reconhecimento de direitos e disputas em torno da reparação integral, incluindo sua dimensão extrapatrimonial.

2.3 Objetivo Geral

Analisar como a participação social é construída, mobilizada e disputada no processo de cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) em área de conflito fundiário.

2.3.1 Objetivos Específicos

1. Examinar a diversidade de discursos sobre risco, permanência territorial, reassentamento e regularização fundiária mobilizados por diferentes atores sociais envolvidos no PCRA (moradores, lideranças comunitárias, apoio jurídico, técnicos e representantes institucionais), identificando repertórios interpretativos, posicionamentos e disputas de sentido.

2. Analisar como, no cotidiano das práticas participativas vinculadas à elaboração do PCRA, são produzidos sentidos sobre risco, mobilização, responsabilidade, pertencimento e direito, compreendendo a participação social como prática discursiva situada.
3. Compreender de que modo as dinâmicas de poder e as assimetrias institucionais atravessam as metodologias participativas do PCRA, influenciando a hierarquização dos riscos, a definição de prioridades de intervenção, os processos de mobilização comunitária, as possibilidades de permanência territorial e as estratégias de regularização fundiária.
4. Investigar como os discursos envolvidos no processo de elaboração do PCRA reconhecem, invisibilizam ou disputam diferentes formas de dano e reparação, com ênfase na dimensão extrapatrimonial, considerando dimensões subjetivas, sociais e simbólicas associadas à experiência do risco e do conflito fundiário.

2.4 Trajetória do pesquisador, inserção no campo e estrutura da dissertação

A definição do problema, dos objetivos e do desenho metodológico desta pesquisa não se dá em abstração: ela se ancora em um percurso de formação e atuação profissional em contextos de crise, emergências e desastres, bem como na inserção institucional e etnográfica construída ao longo dos últimos anos. Ao explicitar esse percurso, não se pretende produzir um relato biográfico, mas situar o lugar de fala do pesquisador, as condições de acesso ao campo e os referenciais que orientam a interpretação dos materiais empíricos, em consonância com abordagens qualitativas que reconhecem a dimensão reflexiva e situada da produção do conhecimento.

Ao longo de minha formação como psicólogo, ainda no período de graduação, o interesse por questões humanitárias, pelos impactos dos desastres e das crises sociais sobre a saúde das populações, bem como pelas implicações geopolíticas desses fenômenos, orientou meus estudos e práticas. Após a conclusão da graduação, entre outubro de 2015 e outubro de 2016, vivi a experiência de percorrer, por via terrestre, dezessete países da América Latina, atravessando mais de quarenta fronteiras, sobretudo por rotas historicamente marcadas por fluxos migratórios.

Nesse percurso, permaneci inicialmente por três meses na Venezuela, país que à época enfrentava o agravamento das condições de vida de sua população. Vinculado a uma instituição local, participei de ações de voluntariado em hospitais, escolas e maternidades, experiência que ampliou meu contato com contextos de crise humanitária e com diferentes formas de resposta institucional e comunitária.

Na sequência, segui viagem pela América Central até o México. Contudo, foi no retorno à América do Sul que um acontecimento marcou de maneira decisiva minha trajetória como psicólogo e pesquisador: o terremoto de magnitude 7,8 que atingiu o Equador em 2016. O sismo provocou a destruição de centenas de edificações, escolas e infraestruturas urbanas, resultando em 630 mortes, além de milhares de pessoas feridas, desalojadas, desabrigadas ou registradas como desaparecidas. A convite, permaneci por vinte dias no Albergue de Cojimies, localidade próxima ao epicentro e uma das regiões mais afetadas. Nesse espaço, atuei no apoio às famílias que precisaram abandonar suas moradias em razão dos danos estruturais ou da perda total de seus lares, bem como aos militares responsáveis

pela administração do abrigo, em articulação com organizações não governamentais e redes de voluntários.

Essa experiência evidenciou, de forma concreta, como distintos arranjos institucionais de resposta produzem efeitos diversos sobre a participação, a convivência e a apropriação dos espaços pelas populações afetadas. Enquanto em Pedernales, cidade vizinha, a criação de um abrigo ocorreu de forma coercitiva, em Cojimies a adesão da comunidade deu-se de maneira voluntária, mediada por processos de sensibilização conduzidos pela defesa civil local. No segundo caso, observaram-se dinâmicas mais fluidas de organização cotidiana, menor incidência de conflitos e maior envolvimento comunitário, inclusive com a produção coletiva de um videodocumentário como estratégia de elaboração simbólica da experiência vivida. Essas experiências contribuíram para deslocar minha compreensão dos desastres de eventos pontuais para processos sociais e institucionais, atravessados por relações de poder, disputas discursivas e diferentes formas de participação, perspectiva que orienta diretamente o desenho metodológico desta pesquisa.

Cerca de dez dias após meu retorno ao Brasil, por coincidência, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) promoveu um evento para a apresentação da versão traduzida ao português, pelo psicólogo Márcio Gagliato, das *Diretrizes do IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências Humanitárias* (2007), do Comitê Permanente Interinstitucional da ONU. Nesse evento, as inquietações decorrentes da viagem recente adquiriram contorno teórico, ao entrar em contato com possibilidades de intervenção da Psicologia que iam muito além dos “primeiros auxílios psicológicos”, discutindo os desastres como processo ampliado e aprofundando implicações em saúde mental e psicossociais na logística, na gestão de abrigos, na mobilização comunitária e em outras dimensões, ainda que com maior ênfase nas respostas aos desastres.

Sigo narrando esses acontecimentos porque a atividade citada direcionou minha aproximação com o Sistema Conselhos de Psicologia. Após contato demonstrando meu interesse em colaborar na temática junto ao CRP-SP, integrei, na gestão 2016–2019, o Núcleo de Emergências e Desastres (NED). Posteriormente, coordenei o Núcleo Temático de Emergências e Desastres da Subsele Grande ABC (2020–2022). Por fim, como conselheiro no XVII Plenário do CRP-SP (gestão 2022–2025), participei da instituição e coordenei a Comissão Especial de Riscos, Emergências e Desastres (CRED).

Ao longo de quase uma década de atuação no Sistema Conselhos, acompanhei transformações significativas na perspectiva da Psicologia frente aos desastres, contribuindo como autor e colaborador na elaboração de materiais orientativos para a categoria, como a *Cartilha de Direitos das pessoas afetadas por desastres socioambientais* (2019), e a Nota Orientativa CRP06 N° 7/2025 que *Orienta a categoria de profissionais da Psicologia para atuação frente às ondas de calor: participação social e gestão integrada de riscos e desastres*, entre outros. Nesse período, representei o CRP-SP em diferentes espaços institucionais, acadêmicos e intersetoriais, defendendo a incorporação da Gestão Integrada de Riscos e Desastres (GIRD) como perspectiva que ultrapassa a resposta emergencial e abrange as diversas fases dos desastres. Assim, pude apresentar trabalhos, organizar mesas e eventos e atuar na produção de referenciais técnicos, com destaque para a idealização e organização do *3º Seminário Estadual de Psicologia na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres* (2024) e do *Encontro Nacional das Comissões de Riscos, Emergências e Desastres* (2025).

Evidencia-se que a relação entre vida pessoal, profissional e pesquisa permeia e une sujeito-objeto nas bases de compreensão e análise dos desastres como fenômeno social, possibilitando e almejando pensar diferentes caminhos de diálogo sob a ótica transdisciplinar, que aprofunde a reflexão acerca da produção de desastres no país, seus sentidos simbólicos e subjetivos no cotidiano, assim como a possibilidade de redução de vulnerabilidades, traduzindo experiências e conhecimento em ação (SOUZA, 2023).

Para Selister-Gomes, Quatrin-Casarin e Duarte (2019, apud SOUZA, 2023, p.14), “ao mostrarmos nosso lugar, quer de onde estamos falando, quer de onde estamos escrevendo, possibilitamos ao leitor(a) uma compreensão mais transparente do conhecimento elaborado”. Nesse encontro, romper com o modelo de neutralidade do pesquisador na produção do conhecimento científico, exige assumir (e bancar) um posicionamento crítico, engajado e transparente, situando o pesquisador nos diversos lugares e trajetórias de vida compartilhando a forma de percepção dos fenômenos para a produção do conhecimento.

Foi a partir dessa contextualização que se deu minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais da Unesp-Cemaden e a aproximação com o campo etnográfico desta pesquisa. A convite de minha orientadora, Prof^a. Silvia Saito, passei a

integrar, como pesquisador CAPES, o projeto *Aprimoramento da gestão local de riscos ambientais-urbanos para cenários multirrisco frente à emergência climática: instrumentos inovadores e participação social*, institucionalmente nomeado Projeto Multirrisco. Uma iniciativa conjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). O projeto tem como objetivo desenvolver abordagens metodológicas para o mapeamento multiriscos diante da crise climática, com foco em vulnerabilidades microlocais, procedimentos de emergência e estratégias avançadas de comunicação de riscos (BRASIL, 2024).

Entre seus objetivos específicos, destacam-se a adequação de metodologias de planos preventivos, de emergência e de contingência ao enfoque multiriscos e à coprodução do conhecimento, bem como o desenvolvimento participativo de indicadores e ferramentas cartográficas em escala de detalhe. A abordagem multirrisco, central ao projeto, constitui referência fundamental para compreender como diferentes ameaças se combinam e intensificam vulnerabilidades socioambientais em territórios periféricos, perspectiva incorporada nesta dissertação.

A articulação entre os coordenadores do Projeto Multirrisco, Prof. Fernando Rocha Nogueira e Prof.^a Silvia Saito, com o Prof. Francisco de Assis Comaru, em cargo da coordenação da assessoria técnica do PCRA da UFABC (LabGRIS e LabJuta) na Comunidade Vira Lata (2024-2025), possibilitou não apenas o acesso ao campo de pesquisa, mas o acompanhamento sistemático dos bastidores institucionais de construção de um plano piloto de mapeamento participativo. Esse processo contou ainda com a contribuição da coorientadora Prof.^a Eloisa Beling Loose, à frente da temática de Comunicação no Projeto Multirrisco, ampliando o diálogo interdisciplinar que sustenta esta dissertação.

O ingresso no Projeto Multirrisco constituiu uma janela de oportunidade para acompanhar, de forma continuada, a implementação de um plano piloto de PCRA. Nesse processo, metodologias participativas de mapeamento, estratégias de mobilização, engajamento e comunicação de riscos voltadas à cocriação e à coatuação foram sistematizadas a partir de experiências em diferentes territórios e incorporadas à construção de diretrizes para políticas públicas.

As experiências acumuladas em espaços institucionais, projetos interdisciplinares e na reflexão sobre metodologias participativas evidenciaram limites recorrentes das abordagens predominantemente técnicas da gestão de riscos, sobretudo quando dissociadas das dimensões psicossociais, territoriais e discursivas. Esse percurso orientou a escolha de uma abordagem teórico-metodológica capaz de abarcar a complexidade das diferentes tramas que compõem a GIRD, compreendendo o risco não como categoria estritamente técnico-operacional, mas como processo social, discursivo e politicamente disputado.

Ao assumir um posicionamento crítico, engajado e transparente, esta pesquisa adota a ADCE como norteador teórico-metodológico, compreendendo o discurso como uma prática social constitutiva e indissociável das relações de poder. Essa abordagem discursivo-etnográfica é operacionalizada pela integração entre a base linguística da PDPS e a base crítico-social e conceitual da construção social do risco do modelo PAR, consolidando um compromisso transdisciplinar. Assim, o referencial permite analisar como desigualdades estruturais, conflitos fundiários e dispositivos institucionais se tornam inteligíveis e disputáveis *no* e pelo discurso, por meio de representações naturalizadas e formas ideológicas que se atualizam em interações, textos e territorialidades, incidindo sobre a participação social, a ação coletiva e os enquadramentos de permanência/remoção na Comunidade Vira Lata. Desse modo, o arcabouço articula processos estruturais e práticas situadas, contribuindo para desnaturalizar sentidos hegemônicos de risco e para compreender as disputas em torno da reparação integral, com ênfase na dimensão extrapatrimonial e na reivindicação de permanência digna no território.

A dissertação está estruturada em oito seções, somadas às referências, apêndices e anexos, que contêm a transcrição integral das entrevistas para preservar o contexto de produção que sustentam os sentidos no cotidiano nos trechos analisados (SPINK, 2010). A Seção 1 apresenta a introdução, situando o problema de pesquisa no contexto das mudanças climáticas, da urbanização desigual e da intensificação dos riscos socioambientais no Brasil, bem como delimitando o campo etnográfico e a relevância do estudo. A Seção 2 explicita a proposta de pesquisa, apresentando a questão norteadora, a hipótese e os objetivos geral e específicos.

A Seção 3 é dedicada à fundamentação teórica e organiza-se em subseções alinhadas aos objetivos do estudo. Inicialmente, discute-se a inserção da Psicologia nas políticas públicas

na GIRD. Em seguida, fundamenta-se a construção social dos riscos e desastres, são explicitados os conceitos adotados na dissertação, no enfoque multirrisco, com ênfase nos discursos e práticas discursivas que os constituem. A Seção também apresenta o histórico das políticas de gestão de riscos e de habitação no Brasil, situando os Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR) e os PCRA's. A partir desse cenário, aprofundam-se os debates sobre participação social, Comunicação de Riscos e Desastres (CRD), regularização fundiária e reparação integral, com ênfase na reparação extrapatrimonial. Por fim, a seção culmina na apresentação da arquitetura teórico-metodológica da pesquisa: assume-se a ADCE como matriz articuladora central, integrando organicamente o modelo PAR como referencial crítico-social para a leitura das macroestruturas, e a PDPS, em aproximação com a psicologia social discursiva, como base linguística para a análise da linguagem em uso no nível microssituado no cotidiano.

A Seção 4 descreve o campo etnográfico do estudo, apresentando a caracterização do território da Comunidade Vira Lata e o processo de construção do PCRA no local, contextualizando o conflito fundiário e as dinâmicas institucionais envolvidas. A Seção 5 apresenta os procedimentos metodológicos de produção e análise dos materiais discursivos, no trabalho de campo, sendo: 1) Revisão bibliográfica e levantamento documental; 2) Observação Participante e Diário de Campo; 3) Entrevistas Semiestruturadas; 4) Integração analítica ADCE + PDPS + PAR.

A Seção 6 concentra-se na análise dos dados e resultados, organizada a partir de categorias e eixos analíticos definidos, evidenciando causas estruturais, pressões dinâmicas, condições inseguras, capacidades locais e disputas discursivas em torno do risco, da participação social, regularização fundiária e reparação integral. A Seção 7 aprofunda as discussões, articulando os achados empíricos aos debates sobre justiça territorial, urbanização, reparação e participação em políticas de RRD. Por fim, a Seção 8 apresenta as conclusões do estudo, destacando suas contribuições teóricas, metodológicas e institucionais, bem como seus limites e perspectivas para pesquisas futuras.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A Psicologia na Gestão Integrada de Riscos e Desastres

Considerando a formação do pesquisador em Psicologia e sua trajetória em Atenção em Saúde Mental e Apoio Psicossocial, esta dissertação se insere no campo da GIRD, entendendo que a atuação da psicologia não se limita às respostas emergenciais, mas abrange a prevenção, a mitigação, ações de restabelecimento, reconstrução e adaptação, sempre levando em consideração as especificidades locais e a promoção de direitos humanos. Conforme as *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres* do Conselho Federal de Psicologia (CFP), “o compromisso ético-político da Psicologia deve estar voltado para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção de direitos humanos, atuando de maneira intersetorial e participativa” (CFP, 2021, p. 17).

Mesmo antes do 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e Desastres, realizado em 2006, o Sistema Conselhos de Psicologia tem buscado construir referências que articulem a prática profissional com as demandas emergentes em desastres. Esse evento, pioneiro no Brasil, contou com a participação de representantes de Defesa Civil (Ministério da Integração Nacional), da Organização Pan-Americana da Saúde e de especialistas nacionais e internacionais e teve como um dos seus legados a definição da “comunicação como ferramenta essencial no trabalho de psicólogos na prevenção, mitigação e apoio em situações de desastre” (SPINK, 2018, p. 68).

A partir desse marco, a Psicologia brasileira começou a incorporar, de forma mais estruturada, as noções de risco e vulnerabilidade como dimensões centrais de sua atuação. A institucionalização desse debate no Sistema Conselhos ganha densidade com a experiência do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que publica desde 2006 referências técnicas que acompanharam “o processo civilizatório” vivido no país, e inaugurado pela chamada Constituição Cidadã de 1988 (CFP, 2019).

As referências técnicas produzidas refletiram as novas práticas exercidas pelas psicólogas e psicólogos, no âmbito da universalização das políticas públicas e se constituíram como inspiração e orientação para os demais profissionais da Psicologia e para a formação das novas gerações (CFP, 2019).

Essa perspectiva reforça que a Psicologia como ciência e profissão, não está apartada das disputas sociais e institucionais que atravessam a vida coletiva, “pelo contrário, a

constitui e é por ela constituída” (CFP, 2019, p. 12). Historicamente, a Psicologia no Brasil enfrentou lacunas em sua atuação frente aos desastres, reflexo de uma abordagem predominantemente individualista, voltada para os impactos psicopatológicos. No entanto, avanços significativos ocorreram nas últimas décadas, referências produzidas no campo das políticas públicas de RRD convocam a categoria a afirmar seu compromisso ético-político e a orientar suas práticas para o social, respondendo às demandas do povo brasileiro e à transformação das condições de vida (CFP, 2013; 2016; 2021; 2025).

Esses documentos inserem a Psicologia em uma perspectiva ampliada, que considera os desastres como processos sociais, resultantes da interação entre vulnerabilidades, ameaças e capacidades locais. Ao mesmo tempo, o debate crítico presente nessas referências problematiza tendências individualizantes que reduzem o social à esfera privada e desqualificam a ação coletiva, inclusive quando a própria Psicologia é mobilizada como dispositivo de legitimação dessa lógica (CFP, 2019). Em contraposição, recoloca-se como desafio a contribuição da Psicologia para a construção de espaços públicos nos quais seja possível exercitar criticamente a vida social e a produção de subjetividades, fortalecendo o convívio, a democracia e a capacidade coletiva de enfrentamento de problemas comuns (CFP, 2019).

Uma abordagem integrada requer a mobilização de redes intersetoriais e a valorização do conhecimento local, elementos essenciais para fortalecer a resiliência comunitária e enfrentar desigualdades estruturais (CFP, 2021). Assim, a nota conjunta *Orientações sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial Comunitário no Contexto da Reparação de Danos Extrapatrimoniais e Reconstrução de Desastre*, do CFP aponta que a Psicologia brasileira vem realizando esforços articulados para consolidar seu compromisso social e ampliar o acesso de seus serviços à população, diante das desigualdades persistentes no país (CFP, 2025). Segundo a nota, esse movimento tem como objetivo superar uma determinada concepção de ciência e do fazer profissional da psicologia alinhado ao paradigma liberal, centrado em atendimentos individuais e na adaptação, e historicamente comprometido com as elites.

Para o CFP (2025), um sinal desse avanço é a presença cada vez mais sólida da Psicologia no campo das políticas públicas, em áreas como saúde, educação, assistência social e segurança, o que vem produzindo mudanças no perfil do profissional de psicologia,

e impondo à categoria o desafio de reinventar sua linguagem e práticas, com ênfase no trabalho em equipes interprofissionais. E, embora a atuação em emergências e desastres não dependa exclusivamente da presença de psicólogos(os) nas políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), o investimento nas políticas de RRD do país, se coloca como forma de consolidar o compromisso social da Psicologia, considerando que emergências e desastres atingem majoritariamente populações marcadas por vulnerabilidades sociais e ambientais. Essa integração visa não apenas responder às emergências, mas também promover estratégias de prevenção e fortalecimento comunitário.

Como abordado na introdução desta pesquisa, situações de crises, emergências e desastres podem gerar uma série de problemas nos níveis individual, familiar, comunitário e social, fragilizando os sistemas de proteção e exacerbando as desigualdades sociais e injustiças já existentes (IASC, 2007). No contexto de resposta em saúde mental e atenção psicossocial, como apontado pelo Comitê Permanente Interagências (IASC) (2007), embora as emergências aumentem os riscos de diversos problemas, é importante reconhecer que nem todas as pessoas em situações de risco se tornam vítimas passivas. Muitas demonstram resiliência, ou seja, a capacidade de lidar de maneira eficaz com adversidades, sem necessariamente desenvolver problemas psicológicos significativos (IASC, 2007).

Ainda no contexto da saúde, Freitas e Mendes (2013) destacam que a resiliência é um processo positivo que contribui para a saúde, sendo ativada quando indivíduos enfrentam situações desestruturantes. Segundo os autores, essa capacidade de lidar com adversidades se desenvolve e se modifica ao longo do tempo, sendo fortalecida por fatores de proteção presentes tanto no indivíduo quanto no contexto social em que ele está inserido. Esses fatores de proteção desempenham um papel crucial na manutenção e promoção da saúde, especialmente em contextos de risco significativo (Freitas; Mendes, 2013).

Conforme apontado pelo IASC (2007) e Freitas e Mendes (2013), entre os exemplos de recursos pessoais e sociais de alto potencial de apoio podemos citar como recursos internos a confiança dos indivíduos na sua autonomia e autoeficácia. Entre os recursos externos, estão o apoio de elementos de sua rede social pessoal (da família ou da comunidade), educacionais, escolas e professores; e recursos de saúde, agentes e postos de saúde. Os recursos religiosos e espirituais incluem organizações religiosas, líderes

religiosos, curandeiros locais, práticas de oração e adoração; e práticas culturais próprias. Estes recursos podem contribuir “na obtenção de informação e na formulação de estratégias que lhes permitam aceder, entre outros direitos, à educação, segurança social, serviços de saúde, etc.” (Freitas; Mendes, 2013 p.72)

No contexto das políticas públicas, a Psicologia não se limita a mitigar os impactos emocionais dos desastres, mas amplia sua atuação para incluir uma análise crítica das condições estruturais que perpetuam as vulnerabilidades. Como ressalta o CFP (2021, p. 18), “a Psicologia não pode normalizar as violações de direitos humanos, mas deve atuar para desconstruí-las, promovendo políticas públicas que enfrentem as desigualdades e fortaleçam as capacidades comunitárias”. Pensar a Psicologia no que se refere às questões relativas à terra implica desvelar processos históricos de disputa que marcam a construção das subjetividades no Brasil, articulando a produção de sofrimento aos mecanismos de resistência coletiva (CFP, 2019).

Assim, o envolvimento da Psicologia se sustenta por uma exigência ética que se apresenta onde a exploração, humilhação e discriminação são naturalizadas por discursos hegemônicos (CFP, 2019; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Sob a ótica da ADCE, cabe ao profissional atuar na desnaturalização do risco como categoria puramente técnica, revelando as ideologias que justificam a exclusão territorial e promovendo o reconhecimento da reparação integral, em suas dimensões subjetivas, sociais e simbólicas (UNOPS; FUNDEPES, 2025) visibilizando os danos extrapatrimoniais decorrentes de processos de desterritorialização e conflitos fundiários.

Neste sentido, observa-se uma apropriação, no campo da Psicologia, de conceitos como injustiça socioambiental e racismo ambiental. Conforme Klintowitz (2022), a injustiça socioambiental se caracteriza quando danos ao meio ambiente produzem impactos desiguais, sobrecarregando desproporcionalmente pessoas de baixa renda e grupos marginalizados e vulnerabilizados. O racismo ambiental, por sua vez, se evidencia quando consequências de degradações ambientais se concentram em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e onde há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas (KLINTOWITZ, 2022). Ainda segundo a autora, tais áreas tendem a concentrar piores índices de poluição do ar e das águas e maior incidência de riscos de inundações e deslizamentos, expondo populações vulnerabilizadas a perigos de desastres e a piores

condições de saúde. Outro aspecto enfatizado é a sub-representação da população negra na elaboração de políticas e em lideranças de movimentos ecológicos, bem como a discriminação na aplicação das leis em territórios racializados (KLINTOWITZ, 2022).

Portanto, ao integrar saberes técnicos e vivenciais, a Psicologia na GIRD desempenha um papel fundamental na transformação das condições estruturais que perpetuam vulnerabilidades. Essa atuação ultrapassa as respostas emergenciais imediatas, englobando uma compreensão ampliada dos desastres como processos sociais, culturais e políticos. Como destaca Marchezini (2020), é crucial reconhecer que as vulnerabilidades não são meramente condições preexistentes, mas processos dinâmicos moldados por desigualdades sociais, relações de poder e práticas institucionais que afetam a capacidade de resposta das comunidades.

Nas subseções seguintes, serão aprofundadas as discussões sobre o conceito de risco enquanto construção social e histórica, estabelecendo um diálogo transdisciplinar entre a base linguística da PDPS (SPINK, 2013) e a base crítico-social e conceitual do modelo PAR (WISNER et al., 2025). Essa articulação fundamenta a abordagem etnográfico-discursiva da ADCE desta pesquisa, permitindo analisar como sentidos de risco e vulnerabilidade são produzidos, disputados e incorporados às práticas sociais. Ademais, será destacado o papel da participação social e mobilização comunitária na gestão de riscos como prática discursiva situada, reconhecida como estratégia essencial para o fortalecimento comunitário (CFP, 2021). Sob essa ótica, ao mobilizar as comunidades para identificar riscos e cocriar soluções, a participação social deixa de ser um rito procedimental e promove o empoderamento e a construção de respostas mais adequadas às especificidades locais. (MARCHEZINI, 2020).

Por fim, a percepção de riscos (CFP, 2021) é tratada como uma dimensão essencial para as estratégias de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS). Na lente da PDPS, entende-se que a percepção não é um dado subjetivo isolado, mas uma produção de sentido construída em relações historicamente datadas e culturalmente localizadas (SPINK, 2013). Compreender como diferentes populações significam e vivenciam os perigos é fundamental para o planejamento de ações culturalmente sensíveis, nas quais o risco, a participação e a percepção articulam-se em práticas sociais voltadas ao fortalecimento comunitário e à reparação de vínculos e laços sociais erodidos por processos de desastres (SPINK, 2018; CFP; UNOPS, 2025).

Ao explicitar a Psicologia como ciência e profissão situada no campo das políticas públicas, reconhece-se que conflitos por terra, despejos, violações de direitos e disputas por permanência produzem efeitos psicossociais (CFP, 2019), que exigem a desnaturalização do ‘risco’ enquanto categoria meramente técnico-natural (SPINK, 2024). Esta dissertação assume que a análise do risco deve considerar as ideologias e assimetrias de poder que produzem sofrimento ético-político, evitando tanto o viés psychologizante, “que ignora o contexto social no qual o sujeito está inserido” (CFP, 2019, p. 57), quanto o sociologizante, “que não considera a trajetória do sujeito e a gestação singular de sua personalidade” (CFP, 2019, p. 57).

Essas discussões teóricas e metodológicas fornecem a base para compreender a Psicologia como ciência e profissão atuando de maneira ética e transformadora na GIRD, sustentada por um compromisso transdisciplinar, oferecendo subsídios para enfrentar desigualdades e promover práticas sustentáveis voltadas à RRD. Assume-se que o caráter de cientificidade da Psicologia e sua produção teórica precisam estar a serviço das exigências éticas e da significação social das práticas profissionais (CFP, 2019).

É a partir desse enquadramento, que articula ciência, ética e espaço público, que esta pesquisa avança para discutir como os repertórios interpretativos sobre ‘risco’, ‘permanência territorial’, ‘reassentamento’ e ‘regularização fundiária’ são discursivamente produzidos e disputados na metodologia participativa no processo de cocriação do PCRA na Comunidade Vira Lata. Por meio dessa abordagem discursivo-etnográfica, busca-se desvelar as tensões entre ideologias, discursos hegemônicos e as produções de sentido no cotidiano que emergem no território. Essa perspectiva permite compreender como as práticas discursivas e os posicionamentos de diferentes atores sociais reconfiguram a gestão de riscos, contribuindo para fundamentar a análise da garantia de direitos e a permanência digna da comunidade.

3.2 Construção social do risco: vulnerabilidades, discursos e gestão

Para discutir políticas de redução de riscos e desastres, é necessário explicitar os conceitos³ operados nesta pesquisa, considerando tanto definições normativas quanto debates críticos nas ciências humanas. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, define, em seu art. 1º, XIII, risco de desastre como a “probabilidade de ocorrência de significativos danos sociais, econômicos, materiais ou ambientais decorrentes de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis” (BRASIL, 2012). Essa definição já indica que o “risco” não se reduz à ameaça em si, pois depende das condições de vulnerabilidade do território sobre as quais incidem os fenômenos adversos.

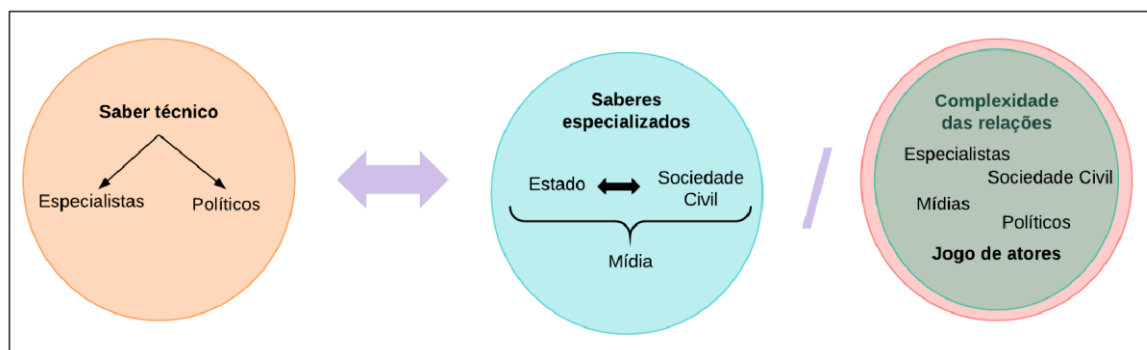
Esta reflexão se alinha ao paradigma da construção social do risco, segundo a qual, vulnerabilidades não decorrem apenas de ameaças naturais, mas também de políticas excludentes, da ação ou omissão do Estado e da degradação ambiental (BRASIL, 2025a). O desastre não é tratado como “natural”, e sim entendido como a materialização de um contexto de risco previamente constituído, deslocando o foco para causas e condições de vulnerabilidade. Para Spink (2014), a emergência do conceito de vulnerabilidade nos estudos de desastres indica uma mudança de compreensão dos desastres, que antes eram entendidos por fatores externos, para uma visão que compreende os desastres como processos complexos, socialmente construídos.

O conceito de risco, essencial na modernidade, é um campo permeado por ambiguidades e disputas. Segundo Loose (2020 p. 29), “a polarização entre técnicos e leigos ou sobre a ideia de riscos objetivos versus subjetivos não contribui para o avanço do enfrentamento dessas questões”. Para Veyret (2007), a construção do conceito de risco pode ser compreendida a partir de três períodos no desenvolvimento recente das sociedades: inicialmente, o risco se vincula de modo mais restrito a um saber técnico; em seguida, em um momento mais recente, passa a ser marcado pela confrontação entre sociedade civil e Estado; e, por fim, em um período bastante atual, ocorre uma ruptura em relação aos

³ Nesta seção, o termo conceito é utilizado como uma forma de pensar sobre algo, “uma ideia expressa a partir de uma palavra” (SPINK, 2024, p. 27)

anteriores, com ênfase na complexidade do jogo dos atores que participam da produção, interpretação e gestão dos riscos (Figura 2).

Figura 2 - Esquema gráfico da construção do conceito de risco



Fonte: Santos, 2021, p. 66, adaptado de Veyret (2007).

Conforme Spink (2014), além de considerar os processos sociais, econômicos e políticos implicados na produção de vulnerabilidades, essa mudança de paradigma voltada à condição de vulnerabilidade exige também compreender como se produzem sentidos sobre o risco, a partir da valorização dos microlugares⁴ da ação cotidiana. Ao enfatizar a observação da ação local, a autora indica que se torna possível reconfigurar a problemática da percepção social dos riscos e identificar hierarquias de riscos nos próprios contextos da vida cotidiana (SPINK, 2014).

Frente ao exposto, para a leitura de “risco” nesta seção, adere-se à compreensão de Spink (2024), que em seu livro *Usos da linguagem dos riscos: das certezas passadas às imponderabilidades contemporâneas* assume “risco” como uma entrada analítica capaz de ampliar o debate sobre ação, autonomia e organização social, situando a avaliação e a gestão de riscos no interior das relações entre governantes e governados (SPINK, 2024). Assim, o risco deixa de ser tratado apenas como um dado técnico ou probabilístico e passa a ser compreendido também como um produto histórico e coletivo, na medida em que “toda sociedade, em cada momento de sua história, define o que deve ser considerado risco” (SPINK, 2024, p. 13). Trata-se, portanto, de uma categoria que se constrói nas práticas

⁴ Microlugar é uma noção metafórica que destaca a centralidade dos encontros cotidianos situados (no lar, na rua, em instituições), entendendo que esses microlugares são produtos e produtores de processos sociais e identitários; o cotidiano, portanto, não é “pano de fundo”, mas se constitui de múltiplos microlugares continuamente construídos (SPINK et al., 2014).

sociais, evidenciando não apenas eventos e ameaças, mas também valores, prioridades, mecanismos de controle, atribuições de responsabilidade e regimes de culpabilização social.

Para Spink (2018), a noção de risco transita entre definições técnicas, que buscam mensurar probabilidades de eventos indesejados, e construções sociais, que integram valores, percepções e narrativas culturais. No contexto das Ciências Sociais, risco não é apenas uma variável calculada, mas uma linguagem que molda territórios discursivos, influenciando diretamente os campos de governança e gestão.

Ao sintetizar parte da trajetória das teorizações sobre risco no século XX, Spink (2024) destaca como determinadas conjunturas históricas produziram novos regimes de sensibilidade e preocupação pública: acidentes tecnológicos ligados à energia nuclear (como Three Mile Island, Chernobyl e Fukushima), transformações no campo da genética e a introdução de transgênicos, além do avanço das hipóteses catastróficas do aquecimento global (SPINK, 2024). Nesse processo, os riscos passam a ser percebidos como menos controláveis por iniciativas localizadas e progressivamente inseridas em uma esfera pública globalizada, sob a marca da incerteza e da imponderabilidade (SPINK, 2024).

Em paralelo, consolida-se um amplo campo de produção científica que atravessa desde a modelagem decisória e econômica até a psicologia e as ciências humanas, contemplando discussões sobre tomada de decisão e julgamento sob incerteza (SPINK, 2024). A autora retoma que, a partir das décadas de 1980 e 1990, intensificam-se os questionamentos sobre a própria definição de risco e ampliam-se abordagens socioantropológicas e críticas, com diálogos com Michel Foucault (segurança, território, população; biopolítica), Robert Castel e autores vinculados às discussões sobre governamentalidade, além de referências centrais como Mary Douglas, Ulrich Beck e Anthony Giddens (SPINK, 2024).

Assim, o risco passa a ser lido como um fenômeno que envolve, simultaneamente, dimensões objetivas e subjetivas e que participa da organização das formas contemporâneas de gestão social. É nesse enquadramento que Spink (2024, p.16) explicita seu foco: compreender os “usos e efeitos dessas linguagens nos modos de nos conduzirmos e de sermos conduzidos”. Isto é, como a linguagem do risco atravessa o cotidiano e integra processos de produção de sentidos e propicia formas de gestão do risco (SPINK, 2024).

Por mais que a análise técnica precise ampliar seu escopo de metas de pesquisa, bem como melhorar o manejo da incerteza, as ciências sociais devem informar os formuladores de políticas sobre as preocupações públicas, desenvolver melhores métodos de comunicação mútua e fornecer modelos para o tipo de discurso necessário para alinhar a análise técnica às necessidades sociais e culturais das respectivas sociedades. (RENN, 1998 apud SPINK, 2024, p.60).

Nesta mesma linha, ao abordar a busca de um meio-termo entre perspectivas objetivistas e subjetivistas, Spink (2024) destaca o editorial escrito por Sheila Jasanoff em 1993, para um número especial da revista *Risk Analysis*, no qual propõe que abordagens quantitativas são complementares às qualitativas na análise de risco e considera que a maioria dos analistas de risco reconheciam que a avaliação não era objetiva.

Do lado positivo, estudos humanísticos e culturalmente fundamentados acrescentaram um punhado de preceitos amplamente aceitos ao nosso repertório compartilhado de informações sobre risco. Assim, a maioria dos analistas de risco, independentemente de suas disciplinas, provavelmente concordaria que a avaliação de risco não é um processo objetivo e científico; que fatos e valores frequentemente se fundem quando lidamos com questões de alta incerteza: que fatores culturais afetam a maneira como as pessoas avaliam o risco; que os especialistas percebem o risco de forma diferente dos outros membros do público e que a comunicação de riscos é mais eficaz quando estruturada como um diálogo do que como uma transferência unidirecional de fatos de especialistas para o público. (JASANOFF, 1993 apud SPINK, 2024, p. 67)

Para sistematizar essa transição epistemológica e a busca por esse 'meio-termo' entre o fato dado e a linguagem, Spink (2024) mobiliza uma tipologia do conceito de risco. Conforme ilustra o Quadro 1, elaborado por Lieber e Romano-Lieber (2002), adaptado de Lupton (1999), as perspectivas navegam desde o extremo realista-objetivista até o relativismo radical, situando o construcionismo como o referencial de equilíbrio: reconhece-se a materialidade do perigo, mas assume-se que sua medição, interpretação e gestão são invariavelmente moldadas pelo processo sociocultural.

Quadro 1 - Tipologia do conceito de ‘risco’ e de suas implicações teóricas, conforme os extremos possíveis para compreensão da realidade

Referencial Ontológico / Epistemológico		Conceito de risco	Perspectivas/ teoria para entendimento	Questões fundamentais
Orientação	Pressupostos			
Realista/ Objetivista	Mundo é uma realidade dada seguindo leis científicas imutáveis	‘Risco’ é um perigo objetivo, que existe e pode ser medido a margem do processo social e cultural	Objetivismo radical	Qual é o ‘risco’ existente? Qual a lei (causa/efeito) que pode ser deduzida?
Realista condicionado		Idem, mas cuja interpretação pode ser distorcida ou enviesada conforme o contexto cultural e social	Técnico-científico e a maioria das teorias em ciência cognitiva	Idem + Como o ‘risco’ deve ser administrado? Como ‘risco’ é racionalizado pelas pessoas?
C O N S T R U C I O N I S M O 	+ Fraco	‘Risco’ é um perigo objetivo, mediado necessariamente por processo social e cultural e não pode ser estabelecido de forma isolada deste	‘Sociedade de risco’ Estruturalismo crítico Algumas aproximações na psicologia	Qual a relação do risco com a estrutura e o processo da modernidade atual? Como o risco é entendido em diferentes contextos socioculturais?
			‘Cultural/ Simbólica’ Estruturalismo funcional Psicanálise Fenomenologia	Por que alguns perigos são tratados como riscos e outros não? Como o risco opera como uma medida de fronteira simbólica? Qual é a psicodinâmica das respostas ao risco? Qual é o contexto situacional do risco?
	+ Forte	Não existe o ‘risco’ por si mesmo. O que se entende por ‘risco’ ou ‘perigo’ é um produto construído, decorrente de uma contingência histórica, política e social	Pós-estruturalismo Teorias de ‘governabilidade’	Como os discursos e práticas no risco operam na construção da vida subjetiva e social?
Relativista/ Subjetivista radical	O mundo percebido decorre de um processo social de criação. As coisas existem a partir dos nomes	‘Risco’ e ‘perigo’ são apenas formas de linguagem	Relativismo radical Contextualismo forte	Qual é a realidade construída com uso do termo ‘risco’?

Fonte: adaptado e modificado de Lupton (1999) por Lieber; Romano-Lieber (2002) apud Spink (2024, p. 72)

Apoiando-se na via construcionista demonstrada no quadro, a literatura crítica sobre riscos e desastres tem enfatizado a necessidade de romper com abordagens tecnicistas e naturalizantes, que tratam o risco como um dado objetivo, mensurável apenas por probabilidades físicas e modelos estatísticos. Embora essas abordagens sejam relevantes para a identificação de ameaças, elas se mostram insuficientes para compreender como os riscos são vividos, interpretados, hierarquizados e governados nos territórios, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais profundas (SPINK, 2014; LOOSE, 2020). Essas tensões entre definições técnicas e sociais tornam o risco um instrumento tanto de controle quanto de inclusão, evidenciando a importância de abordagens interdisciplinares que articulem percepções locais com saberes técnicos (SPINK, 2018).

Loose (2020, p. 32) afirma que ao se falar de riscos climáticos ou riscos atrelados às mudanças climáticas, compreende-se um “universo de potencialidades de acidentes ou catástrofes, de perigos e ameaças decorrentes da aceleração do fenômeno das mudanças climáticas”. Porém, a autora chama atenção: mesmo que os cientistas e meios de comunicação social alertem há décadas quanto às projeções de prejuízos e danos em função da mudança do clima, “nem todos têm essa percepção de risco, pois são o contexto e as experiências vivenciadas individualmente que levam ao julgamento sobre se algo é ou não um risco” (LOOSE, 2020, p.33). Neste sentido, Beck (1986, apud OLIVATO, 2013) aponta para a não homogeneidade dos grupos sujeitos aos riscos, e que “as decisões em matéria de gestão de riscos emanam de várias pessoas, sendo que muitas vezes a comunidade sofre as consequências de decisões tomadas por outros” (OLIVATO, 2013, p.33)

Segundo Loose (2020), a concepção geral, apoiada pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) é de que

riscos climáticos são aqueles que tratam dos impactos adversos ou efeitos negativos das mudanças climáticas, tais como: aumento do nível dos mares, redução dos níveis dos reservatórios e de lagos naturais, desertificação, aumento da temperatura média, alterações ou destruição dos diferentes ecossistemas, extinção de espécies, intensificação de eventos extremos, degelo nos polos, entre outros. (LOOSE, 2020 p. 33)

Para Welzer (2010, apud LOOSE, 2020, p. 34) “as variações climáticas podem causar derrocadas de sociedades, conflitos por acesso a água, terra e alimento, migrações maciças, aumento de doenças, ameaças à segurança, economias de guerra ou da violência”. Loose (2020, p. 35), acrescenta que, em contexto de um mundo de desigualdades, “as

consequências sociais, políticas e econômicas das mudanças climáticas agravarão ainda mais conflitos que emergiram em razão de outras causas”.

A gestão de riscos e desastres (GRD) evoluiu significativamente nas últimas décadas, orientada por princípios globais estabelecidos pela *United Nations International Strategy for Disaster Reduction* (UNISDR). Essa iniciativa enfatiza a importância de integrar políticas públicas, ações comunitárias e abordagens técnicas para mitigar vulnerabilidades e reduzir os impactos de desastres. Em nível internacional, a UNISDR (atual UNDRR, United Nations Office for Disaster Risk Reduction) promoveu avanços como sistemas de alerta precoce, planejamento urbano resiliente e fortalecimento das capacidades locais.

Acrescenta-se que a partir do Marco de Ação de Hyogo, 2005-2015, evento da Organização das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Desastres (United Nations Office for Disaster Risk Reduction – UNDRR), foi proposto que os governos deveriam aumentar a resiliência de nações, cidades e comunidades frente aos desastres (OLIVATO, 2013). Na sequência, a Conferência de Sendai, 2015-2030, considerada um novo marco no campo da redução dos desastres, reafirma a necessidade da antecipação, planejamento e redução de riscos, proteger pessoas e comunidades, construir cidades mais seguras, bem como promover uma maior resiliência nas cidades do mundo inteiro (CFP, 2021). Neste sentido, o conceito de resiliência pode ser definido como:

a capacidade de resistir, absorver, acomodar, adaptar-se, transformar-se e recuperar-se dos efeitos de uma ameaça, de forma tempestiva e eficiente, incluindo a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais por meio da gestão do risco (UNDRR, 2017, [tradução nossa]).

A noção de risco, portanto, não se restringe a um fenômeno físico ou ambiental, mas envolve processos de significação, disputa e tomada de decisão. Conforme argumenta Spink (2014), os riscos são produzidos e performados em redes heterogêneas de atores, nas quais circulam discursos técnicos, jurídicos, institucionais, midiáticos e comunitários. Ao tomar o risco como linguagem, abre-se caminho para examinar como diferentes agentes mobilizam repertórios técnicos, jurídicos e cotidianos para sustentar decisões, enquadrar responsabilidades e produzir efeitos práticos sobre participação social, permanência territorial e estratégias de redução de vulnerabilidades. Esses discursos delimitam “territórios linguísticos” que orientam modos específicos de falar, agir e intervir sobre os riscos, influenciando diretamente as práticas de gestão e as respostas adotadas frente às ameaças (SPINK, 2018).

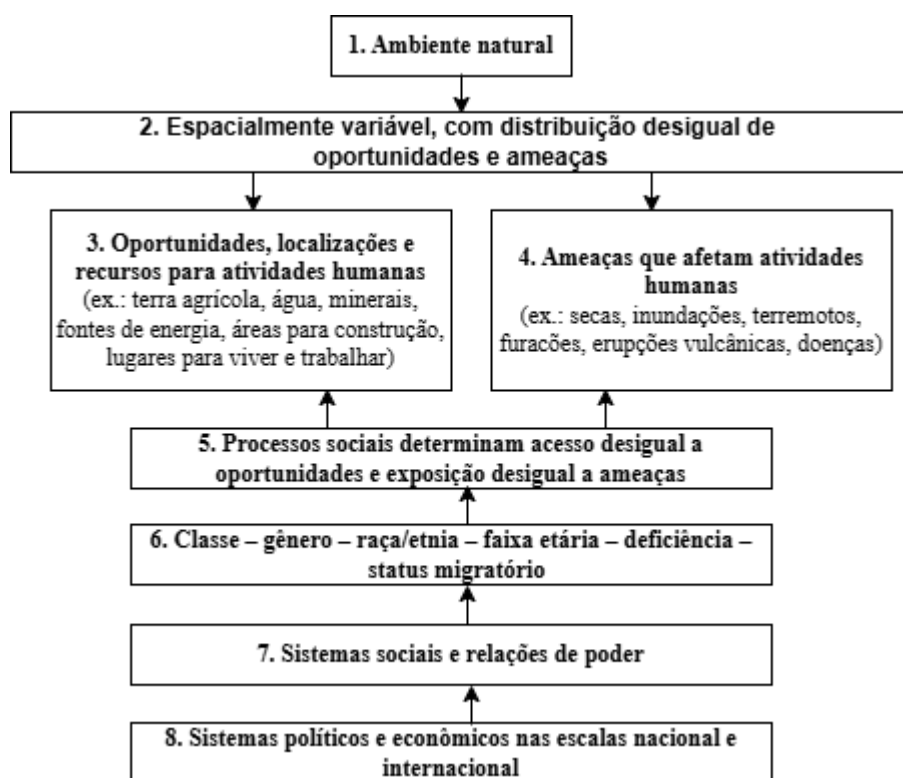
Essa perspectiva dialoga com as contribuições da psicologia social crítica, ao compreender o risco como uma experiência situada no cotidiano, atravessada por dimensões subjetivas, afetivas e relacionais. Viver em áreas classificadas como “de risco” implica lidar cotidianamente com tensões entre a ameaça material, os vínculos territoriais, as estratégias de sobrevivência e as formas de reconhecimento, ou negação, de direitos. Assim, a percepção de risco não é homogênea nem estável, mas construída a partir de repertórios culturais, experiências vividas e relações de poder que estruturam o território (SPINK, 2014).

No campo da CRD, Loose (2020) e Victor (2015) destacam que a comunicação não pode ser reduzida à mera transmissão de informações técnicas. Ao contrário, trata-se de um processo social complexo, no qual sentidos são negociados, disputados e ressignificados. A comunicação de riscos, quando dissociada do cotidiano das populações afetadas, tende a reforçar assimetrias de poder, produzir desconfiança e limitar o engajamento comunitário. Por outro lado, quando articulada a práticas participativas, pode contribuir para ampliar a percepção crítica, fortalecer capacidades locais e promover formas mais democráticas de governança do risco.

Essa compreensão amplia o debate sobre a GIRD, que propõe superar modelos setoriais e reativos, incorporando dimensões estruturais, preventivas e participativas à gestão do risco. A GIRD reconhece que os riscos são produzidos por processos de desenvolvimento desiguais e que a RRD exige a articulação entre políticas públicas, saberes técnicos e conhecimentos locais, bem como a participação ativa das comunidades nos processos de diagnóstico, planejamento e tomada de decisão (BRASIL, 2024).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o risco como um processo socialmente construído, inscrito nas dinâmicas da vida cotidiana e nas disputas por território, permanência e direitos. É a partir dessa leitura que se torna possível articular o debate sobre riscos às noções de vulnerabilidade, injustiça territorial e reparação, especialmente em contextos de conflitos fundiários e intervenções estatais e de atores privados, que impactam diretamente a vida das populações mais vulneráveis.

Figura 3 - Causação social dos desastres (condições sociais dos desastres)



Fonte: Elaboração própria, traduzido de Wisner et al. (2003).

Conforme indicado no diagrama (Figura 3), embora a vida humana se realize em territórios marcados por desigualdades espaciais de oportunidades e perigos, a exposição ao risco não é distribuída de modo uniforme: ela é socialmente produzida e politicamente mediada. Como observa Santos (2021), as pessoas não possuem acesso igual a recursos e oportunidades, tampouco são igualmente expostas aos perigos; por isso, “são aspectos sociais, econômicos e políticos que determinam quem está mais suscetível ao risco” (SANTOS, 2021, p. 76). Assim, a exposição varia segundo classe social (condição financeira, ocupação e moradia), gênero, etnia, idade, deficiência, situação migratória, entre outros marcadores, os quais influenciam dimensões específicas de vulnerabilidade por serem dependentes dos sistemas sociais e das relações de poder instituídas entre grupos (SANTOS, 2021; WISNER et al., 2003).

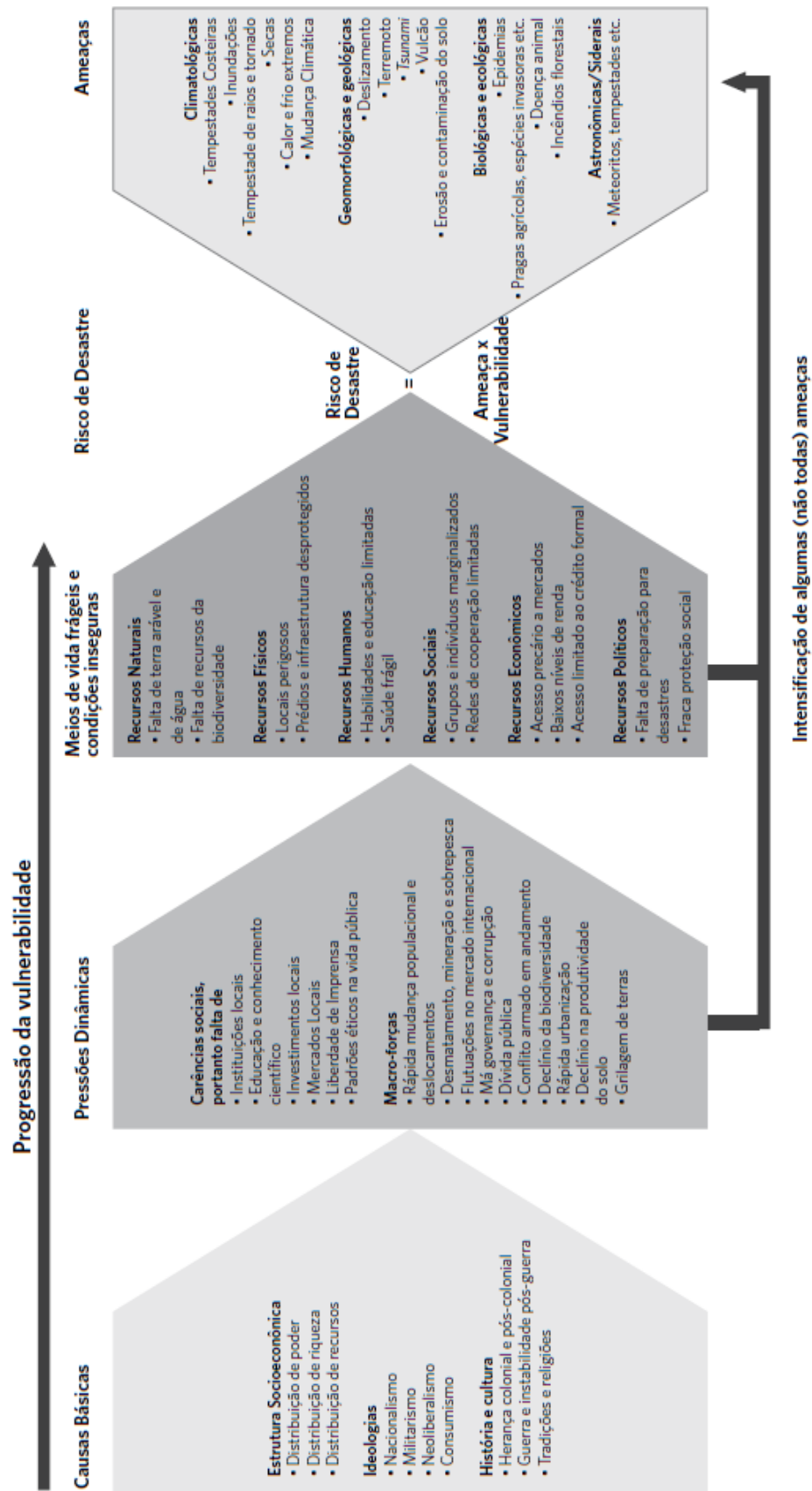
Desta forma, conforme Santos (2021, p. 76), “compreende-se que a vulnerabilidade a riscos é determinada por sistemas sociais e de poder, por meio da construção social das relações e não por forças da natureza”. Para operacionalizar essa compreensão crítica e situá-la na realidade material da Comunidade Vira Lata, este trabalho dialoga com o modelo PAR, formulado por Blaikie et al. (1994), na primeira edição do livro *At Risk*, e atualizado em edições subsequentes (WISNER et al., 2004; 2012; 2024). O modelo concebe o risco não

como um evento estático ou fruto do acaso natural, mas como o resultado da colisão entre ameaças (naturais, tecnológicas ou sociopolíticas) e um processo contínuo e histórico de progressão da vulnerabilidade. (WISNER et al., 2025).

O modelo PAR é estruturado para demonstrar como processos mais e menos distantes no tempo e no espaço influenciam a segurança local, permitindo "descascar" as camadas do risco, partindo da exposição imediata para as estruturas profundas que a sustentam. Conforme apontado na introdução, nesta pesquisa, a referência conceitual para a leitura da construção social dos riscos e desastres é a formulação mais recente apresentada por Wisner et al. (2025). Para fins de apresentação e consistência terminológica em língua portuguesa, adota-se inicialmente a tradução do esquema correspondente à edição de 2012 já consolidada na literatura brasileira (MARCHEZINI, 2020)⁵ (Figura 4). Em seguida, apresenta-se a tradução e diagramação da versão mais recente do modelo (2024), publicada em Wisner et al. (2025, p. 36), que explicita, além da progressão da vulnerabilidade, a construção das ameaças por meio de pressões dinâmicas e causas básicas ao lado dos fenômenos ameaçadores (Figura 5). As versões originais em inglês (1994, 2012 e 2024) são disponibilizadas em anexo para transparência e rastreabilidade (Anexos B, C e D).

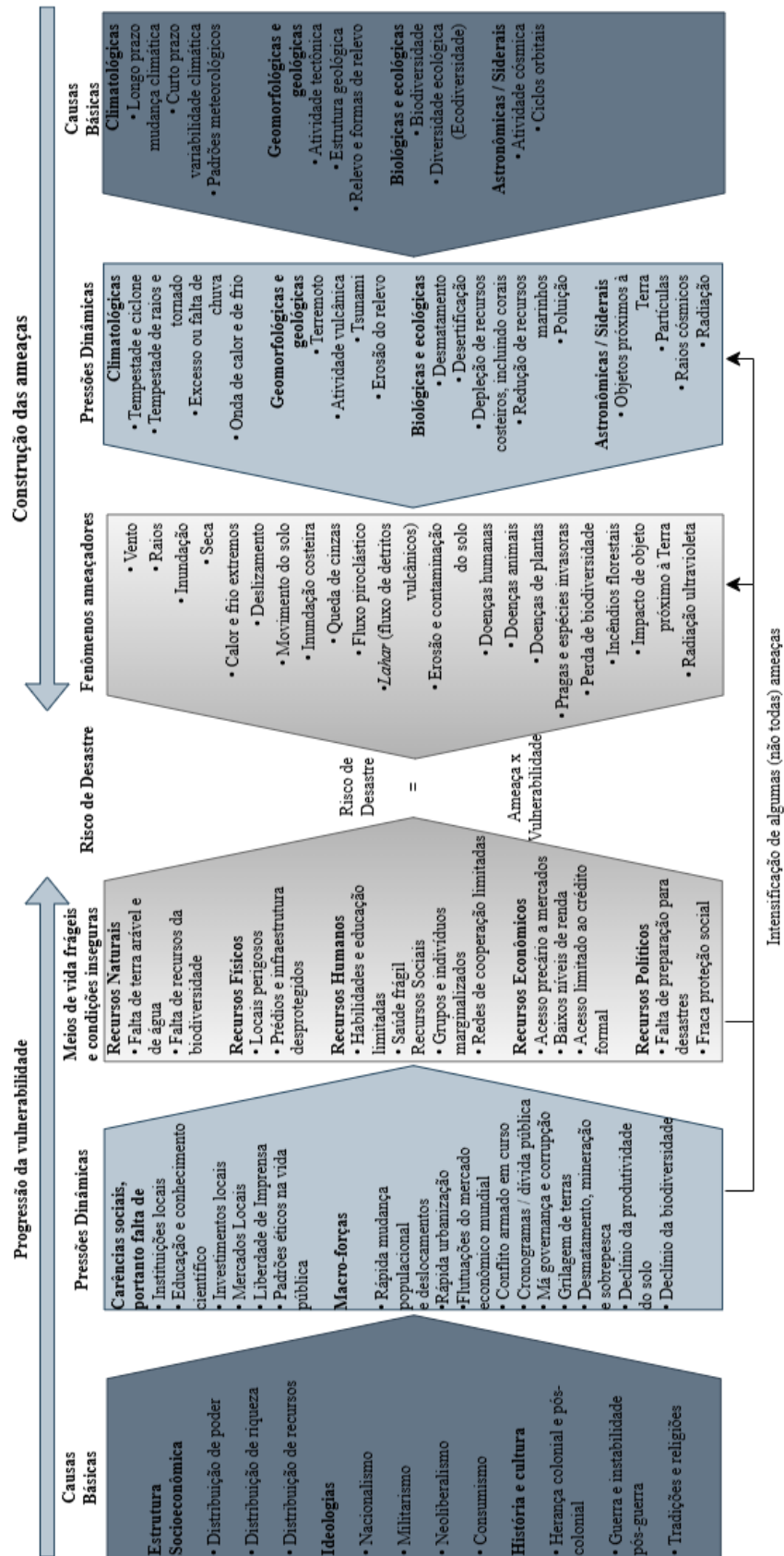
⁵ Optou-se por manter, quando possível, equivalentes terminológicos já consolidados em português na tradução de Marchezini (2020), atualizando itens e estrutura apenas onde a versão 2024 amplia o modelo. Registra-se que parte da literatura em português também traduz *root causes* como “causas-raiz” (e não “causas básicas”); nesta dissertação, adota-se “causas básicas” para preservar consistência com a tradução-base utilizada e com a padronização terminológica ao longo do texto.

Figura 4 - Modelo de pressão e liberação dos desastres – PAR – versão de 2012



Fonte: Marchezini, 2020, p. 37, baseado em Wisner, Gaillard e Kelman, 2012.

Figura 5 - Modelo de pressão e liberação dos desastres – PAR – versão de 2024



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Wisner et al. (2025, p. 36)

Segundo o modelo PAR, a vulnerabilidade deve ser compreendida como um processo multiescalar e temporalmente estratificado, no qual estruturas históricas e ideológicas de mudança lenta (causas básicas) são “traduzidas” por processos intermediários (pressões dinâmicas) até se materializarem, no plano local e no presente, em meios de vida frágeis e condições inseguras (WISNER et al., 2003; MARCHEZINI; WISNER, 2017; SANTOS, 2021). Nessa chave, as causas básicas referem-se a características estruturais da distribuição de poder, riqueza e recursos, bem como a ideologias e heranças históricas que se entrelaçam ao tecido social e tendem a sofrer mudanças lentamente (SANTOS, 2021; WISNER et al., 2003). Já as pressões dinâmicas correspondem a circunstâncias mais móveis, como mudanças populacionais, transformações tecnológicas, boom e colapso do mercado imobiliário e flutuações econômicas, que convertem essas estruturas em configurações locais específicas, condicionando a produção de insegurança e precariedade no território (SANTOS, 2021; WISNER et al., 2003; MARCHEZINI; WISNER, 2017; SOUZA, 2023).

Por fim, as condições inseguras expressam a materialização concreta da vulnerabilização no tempo presente, na forma de ambientes, moradias e meios de vida fragilizados, onde a exposição e os danos tornam-se mais prováveis (WISNER et al., 2025). No contexto desta pesquisa, essa progressão permite situar a produção social do risco na Comunidade Vira Lata articulando, de um lado, causas básicas associadas à distribuição desigual de poder e recursos, à herança colonial do acesso à terra e a modelos de desenvolvimento urbano excludentes que sustentam a informalidade habitacional (WISNER et al., 2004; SOUZA, 2023) e, de outro, pressões dinâmicas como fragilidade institucional, urbanização acelerada e desordenada, especulação imobiliária, déficits de investimento local e limites de participação efetiva, que “empurram” populações para áreas classificadas como irregulares ou ambientalmente frágeis (SOUZA, 2023; WISNER et al., 2025). Essas mediações se condensam em condições inseguras observáveis no cotidiano, tais como, fragilidade de habitações autoconstruídas, localização em encostas e/ou faixas de domínio ferroviário, ausência de drenagem e saneamento e precarização de economias locais e redes de proteção, evidenciando como a vulnerabilidade é produzida historicamente e atualizada territorialmente, em vez de ser derivada apenas da ameaça física (WISNER et al., 2025; UFABC, 2025a).

O modelo permite uma visão crítica da progressão das vulnerabilidades ao destacar como essas camadas interagem para criar contextos de riscos exacerbados. Além disso, ele

evidencia que os desastres não são eventos naturais inevitáveis, mas sim o resultado de processos sociais e econômicos que podem e devem ser abordados por meio de políticas públicas mais justas e inclusivas (BLAIKIE et al., 1994; MARCHEZINI; WISNER, 2017). Conforme Santos (2021), compreender a vulnerabilidade como um processo multiescalar, tal como possibilita o modelo PAR, é fundamental para acompanhar as mudanças nos movimentos de causalidade da vulnerabilidade.

Neste sentido, o debate sobre a construção social do risco tem sido continuamente atualizado para dar conta das complexidades econômicas contemporâneas. Em sua formulação mais recente, Wisner et al. (2025) tensionam a tradicional noção de *RRD* para o conceito crítico de *Construção do Risco de Desastres* (DRC - *Disaster Risk Construction*)⁶, recolocando uma questão central: de onde vêm os riscos de desastre? Segundo os autores, o risco não deve ser lido apenas como um subproduto accidental do desenvolvimento, mas como um construto gerado, por decisões e arranjos institucionais/corporativos, seja por estratégias deliberadas em alguns contextos, seja por negligência estruturada, transferência de custos e efeitos indiretos em outros, incidindo sobre o território e sobre as capacidades locais de resposta. Assim, a análise retrospectiva dos processos da DRC pode usar diferentes escalas temporais (meses, estações, anos, décadas, séculos ou mais distantes), assim como diferentes escalas espaciais (local, regional e global), envolvendo diferentes dimensões (social, política, econômica, tecnológica, demográfica e cultural), o que contribui para uma leitura mais complexa e global da progressão da vulnerabilidade e intensificação das ameaças (WISNER et al., 2025).

Para detalhar como a construção do risco opera na prática, Wisner et al. (2025) resgatam a formulação mnemônica na forma de uma equação: $R = (A \times V/C) - M$. Neste enquadramento, R representa o Risco; A, a Ameaça; V, a Vulnerabilidade; C, as Capacidades locais de autoproteção e enfrentamento; e M, a Mitigação (englobando a gestão de riscos e a provisão de proteção social por parte do Estado). Os autores fazem a ressalva de que não se trata de uma fórmula quantitativa, mas de um dispositivo analítico para demonstrar que a DRC ocorre sempre que ações, processos políticos ou interesses econômicos alteram negativamente qualquer um desses elementos (WISNER et al., 2025). Ou seja, constrói-se o

⁶ Nesta dissertação, mantém-se o acrônimo em inglês DRC (*Disaster Risk Construction*) para “Construção do Risco de Desastres”, a fim de evitar ambiguidade com a sigla CRD, já utilizada para Comunicação de Riscos e Desastres.

risco de forma sistêmica quando novas ameaças (A) são impostas ao território, quando as vulnerabilidades socioeconômicas (V) são ampliadas, quando as capacidades comunitárias (C) são bloqueadas ou deslegitimadas por discursos hegemônicos, e quando o poder público falha, subfinancia ou negligência a implementação de medidas de mitigação estrutural e proteção social (M).

Neste enquadramento, os autores prosseguem na identificação de processos condutores (*drivers*) que modulam a localização, o ritmo, a magnitude e a intensidade da DRC; entre eles, os megaprojetos (*Megaprojects*) são apontados como um vetor contemporâneo particularmente expressivo (WISNER et al., 2025). Trata-se de intervenções de infraestrutura de larga escala, caracterizadas por investimentos massivos e modificações drásticas no uso do solo. Tais obras atuam como pressões dinâmicas intensas, culminando frequentemente na expropriação de terras (*land grabbing*) e em deslocamentos forçados (*displacement*) (WISNER et al., 2025).

Atores corporativos e institucionais que promovem megaprojetos tendem a se orientar pelo êxito logístico e econômico do empreendimento, ignorando ou transferindo os custos sociais e os riscos para as populações locais (WISNER et al., 2025). Ao priorizar o capital em detrimento da segurança territorial, esses empreendimentos constroem novas condições inseguras tanto para a população deslocada quanto para a comunidade remanescente, que passa a conviver com os passivos da obra e com o agravamento de suas vulnerabilidades preexistentes (Ibid.).

Embora o modelo PAR seja uma ferramenta robusta para o mapeamento das vulnerabilidades, Wisner et al. (2025) reconhecem limitações intrínsecas ao seu uso estritamente analítico. Os autores observam que categorias teóricas não permitem acesso direto às experiências e emoções dos sujeitos, tornando a análise dependente de linguagens culturalmente situadas que o modelo, por sua natureza estruturalista e ocidental, pode não capturar plenamente. Além disso, para os autores, a difusão do PAR como ferramenta prática em escalas locais é desigual, o que tensiona sua capacidade de orientar intervenções que extrapolem o plano analítico.

Ainda segundo os autores, soma-se o risco de romantização das capacidades locais, o que pode levar ao apagamento das causas básicas ou à invisibilidade de discriminações e assimetrias de poder presentes nas próprias práticas culturais (WISNER et al., 2025). Diante

dessas restrições, esta pesquisa justifica a adoção da abordagem discursivo-etnográfica como o complemento necessário para superar o determinismo do modelo. Por meio da imersão etnográfica e da análise das práticas discursivas, busca-se desvelar as subjetividades e as tensões de poder no território, evitando que o reconhecimento dos recursos comunitários mascare as pressões estruturais que produzem o risco na Comunidade Vira Lata.

Diante disso, tendo em vista “as causas básicas de vulnerabilidades e as pressões dinâmicas que levam às condições inseguras no processo histórico de urbanização” (SOUZA, 2023, p. 1), nesta dissertação o PAR é tratado como modelo orientador para organizar a leitura histórico-estrutural da progressão das vulnerabilidades e CRD, enquanto a abordagem etnográfico-discursiva permite examinar como tais condições são interpretadas, negociadas e disputadas nas práticas sociais e discursivas do território. Como destacam Wisner et al. (2025), compreender o risco exige reconhecer que a vulnerabilidade e a capacidade de resposta são partes de uma mesma relação dialética entre estrutura e agência humana.

Assim, ao integrar o PAR à leitura discursivo-etnográfica, o risco é analisado simultaneamente como processo social multiescalar e como objeto de disputa de sentidos. Essa articulação responde diretamente ao desafio metodológico proposto por Wisner et al. (2025) para a investigação da DRC⁷. Essa integração sustenta o argumento central da dissertação, de que no processo de cocriação do PCRA, “risco”, “irregularidade”, “direito”, “permanência”, “regularização fundiária” e “reparação” não operam apenas como descrições, mas como categorias mobilizadas por diferentes atores para enquadrar responsabilidades, legitimar decisões e produzir efeitos práticos sobre participação social e permanência digna.

Em síntese, a DRC revela que desastres não são fatalidades da natureza, mas a materialização de processos sociais e políticos que produzem vulnerabilidades de forma desigual. Por meio da abordagem discursivo-etnográfica proposta nesta pesquisa, a progressão da vulnerabilidade descrita pelo modelo PAR é analisada no campo da produção de sentidos no cotidiano (SPINK, 2013). Sob essa lente, o risco opera como um palco de lutas hegemônicas, onde linguagens técnicas podem ser usadas como ideologias para

⁷ Os autores propõem analisar a DRC por meio de cinco perguntas orientadoras acerca das causas básicas e pressões dinâmicas — como? por quem? quando? onde? e por quê? —, a fim de aumentar a clareza analítica sobre processos e decisões que produzem riscos e desastres (WISNER et al., 2025).

naturalizar a exclusão, ou, inversamente, ser ressignificadas por discursos contra-hegemônicos que reivindicam a permanência digna (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; SPINK, 2018; SOUZA, 2023). Portanto, a gestão de riscos em periferias exige que se transcenda o olhar técnico para enfrentar as causas básicas da vulnerabilidade, reconhecendo que a verdadeira prevenção passa pela desnaturalização de sentidos opressores e pelo fortalecimento da agência coletiva no território.

3.3 GIRD em Periferias Urbanas: PMRR e PCRA

No debate contemporâneo sobre GIRD, o enfrentamento dos riscos e desastres é concebido como intersetorial, envolvendo articulações entre políticas urbanas, habitação, saúde, assistência social, meio ambiente, infraestrutura, educação e participação social, e não apenas como atribuição de um órgão específico. Ainda assim, retomar a história da defesa civil no Brasil é relevante porque ela evidencia como o Estado foi, ao longo do tempo, organizando institucionalmente respostas e racionalidades de governança de RRD, influenciando marcos normativos, arranjos administrativos e formas de nomear e priorizar riscos (SPINK, 2018).

Para Spink (2018), a história da defesa civil no Brasil reflete a própria trajetória das políticas públicas voltadas à gestão de riscos e resposta a desastres, sendo possível identificá-la em três períodos distintos. O primeiro período remonta à Segunda Guerra Mundial, com a criação, em 1942, do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, posteriormente renomeado para Serviço de Defesa Civil em 1943 e desativado em 1946, ao término do conflito. Já o segundo período caracteriza-se pela incorporação progressiva dos desastres naturais à agenda estatal, especialmente a partir das enchentes de 1966, que evidenciaram a insuficiência das respostas emergenciais diante de eventos recorrentes associados à urbanização acelerada (SPINK, 2018).

Nesse contexto, foram estruturados os primeiros arranjos institucionais voltados à coordenação das ações de defesa civil, como o Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara, que definiu atribuições para os órgãos do sistema estadual e instituiu as primeiras Coordenadorias Regionais de Defesa Civil. Em 1967, a criação do Ministério do Interior incorporou formalmente o atendimento a calamidades públicas como atribuição federal, resultando na constituição do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e do

Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas, ampliando a capacidade de resposta estatal aos desastres (SPINK, 2018).

O terceiro período, segundo Spink (2018), marca a consolidação de um sistema nacional de defesa civil, com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), em 1988, posteriormente reestruturado como Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec). Trata-se de uma estrutura ampla e integrada, organizada em múltiplos níveis de atuação, entre eles os níveis federal, regional, estadual e municipal, ajustada à complexidade administrativa e territorial do país. No plano federal, a coordenação é exercida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, enquanto, nos estados e municípios, as Coordenadorias Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil (Compdec) assumem papel central na implementação das políticas, sendo o nível municipal reconhecido como a base operacional do sistema (SPINK, 2018).

É nesse nível local que se evidenciam, de forma mais direta, as tensões entre a gestão institucional dos riscos e as condições concretas de vida das populações expostas. Nas comunidades, os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec) emergem como dispositivos de aproximação entre poder público e territórios vulnerabilizados, reunindo voluntários capacitados para atuar no planejamento, na prevenção e na resposta a desastres (FONSECA; GARCIA, 2021). Contudo, como ressalta Spink (2018), a efetividade desses núcleos depende tanto da participação ativa de moradores de áreas vulneráveis quanto do comprometimento das defesas civis locais em promover processos contínuos de formação, diálogo e reconhecimento dos saberes comunitários.

Desse modo, sem reduzir a GIRD à defesa civil, a reconstrução histórica desses arranjos ajuda a compreender como se consolidam competências, rotinas e enquadramentos institucionais que, na prática, articulam (ou limitam) a intersetorialidade e a participação social no campo da redução de riscos e desastres (SPINK, 2018). As tensões observadas no nível comunitário, entre gestão institucional dos riscos e condições concretas de vida, não se produzem de forma isolada nem exclusivamente no presente. Elas se articulam a processos históricos de urbanização que estruturaram o acesso desigual à terra, à moradia e aos serviços urbanos, produzindo vulnerabilidades territorializadas. É neste enquadramento que se insere a literatura sobre urbanização no Brasil, em especial a sistematização proposta por Assis

(2021), que permite compreender a habitação precária como expressão de um problema estrutural da formação urbana brasileira.

A presença de assentamentos informais, como vilas, loteamentos clandestinos e favelas, expressa um problema estrutural do processo de urbanização, marcado pela irregularidade fundiária, pela insegurança urbana e pela produção de vulnerabilidades sociais territorializadas. Conforme sintetiza Assis (2021), apoiando-se em Rolnik (2007), a ocupação de terras urbanas não constitui um desvio pontual, mas integra a própria dinâmica de expansão das cidades brasileiras, fortemente condicionada por um mercado imobiliário excludente e pela ausência ou insuficiência histórica de políticas sociais e habitacionais capazes de assegurar o acesso amplo à moradia formal. Nesse sentido, as desigualdades sociais, produzidas e reproduzidas ao longo do tempo, materializam-se no território, ampliando a exposição de parcelas significativas da população a condições de risco e precariedade urbana.

Assis (2021) destaca ainda que, entre o final do século XIX e o decorrer do século XX, a persistência de elevados níveis de desigualdade econômica, a precarização e informalização das relações de trabalho, bem como os efeitos de um processo incompleto de abolição da escravidão e da Lei de Terras de 1850, restringiram de forma estrutural o acesso de populações negras e empobrecidas à propriedade fundiária e ao mercado formal de moradia. Esse contexto contribuiu para a consolidação das ocupações precárias nas grandes cidades, ao mesmo tempo em que impulsionou disputas sociais e institucionais em torno da regulação urbana, incluindo lutas contra remoções e a incorporação gradual de novas abordagens às políticas urbanas a partir da década de 1970, sob influência de debates e organismos internacionais, conforme sistematizado por Assis (2021), com referência a Cardoso (2007) e Silva (2019).

Até a década de 1970 as intervenções públicas, no âmbito da política habitacional brasileira, baseavam-se em abordagens que focavam em remoções e erradicação de favelas. Mas nos anos de 1980 começaram a aparecer iniciativas de governos estaduais e municipais que visavam o desenvolvimento de programas de urbanização de assentamentos precários. Este novo modelo de abordagem se consolidou no contexto da redemocratização do país, onde movimentos sociais por moradia, universidades, sindicatos e entidades profissionais se reorganizaram em prol da discussão sobre reforma urbana, originando a Emenda Constitucional e Iniciativa Popular de Reforma Urbana (subscrita por mais de 130 mil eleitores), apresentada e aceita no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1986 (Assis, 2021, p. 40).

Este cenário resultou na inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os princípios da função social da cidade e da propriedade. Assim, no início da década de 1990, sob este novo impulso na política urbana, “as experiências de urbanização e regularização de assentamentos precários disseminaram-se em várias grandes cidades do país com uma nova abordagem, a urbanização integrada” (Assis, 2021 p.41). Porém, a autora destaca que os programas criados até a primeira metade da década de 1990, foram marcados pela ausência de estratégia nacional, executados por municípios e estados de forma descentralizada e fragmentada na minimização da enorme dívida social e urbana, tendo as gestões municipais produzido “uma grande diversidade de experiências alternativas, como a urbanização de assentamentos precários e a construção de moradias por meio de mutirão e autogestão” (Ibid., p.41).

Ao observar a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), instituída pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 1994 nota-se a incorporação inicial, ainda que incipiente, de uma leitura que articula risco, vulnerabilidade urbana e desigualdade socioespacial. Ao formular suas “condicionantes”, o documento reconhece que os desastres não decorrem exclusivamente de eventos naturais, mas se vinculam a padrões de desenvolvimento econômico excludentes e a processos históricos de produção da vulnerabilidade social e territorial (BRASIL, 1994).

A PNDC aponta a intensificação dos desastres antropogênicos como consequência de um modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico orientado por lógicas imediatistas, dissociadas dos padrões de segurança social e ambiental. Nesse sentido, relaciona crise econômica, desigualdade regional, êxodo rural e crescimento urbano desordenado à formação de bolsões de extrema pobreza no entorno de cidades de médio e grande porte, especialmente em encostas, margens de rios e fundos de vale, evidenciando o agravamento das vulnerabilidades socioambientais (BRASIL, 1994).

O documento também destaca que a valorização dos terrenos localizados em áreas consideradas seguras contribui para o adensamento de populações de baixa renda em áreas de risco intenso, onde se concentram inundações, escorregamentos, erosão de taludes, poluição hídrica e exposição a desastres tecnológicos. Ao enfatizar que os estratos populacionais menos favorecidos e os países periféricos apresentam maiores vulnerabilidades culturais, econômicas e sociais, a política antecipa a compreensão dos

desastres como fatores que reforçam ciclos de estagnação econômica e ampliação da chamada “dívida social” associada aos impactos socioambientais (BRASIL, 1994). Na sequência, em 1995, foi criada a Secretaria de Política Urbana (Sepurb), vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para elaborar objetivos e estratégias claramente delimitadas, com pressupostos, diretrizes e princípios, que marcou o início da elaboração da política governamental na área da habitação (Assis, 2021). Nesse movimento, o país também avançou em instrumentos técnicos e institucionais. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas, elaborou, nos anos 2000, metodologia diagnóstica mapeando riscos em 150 favelas, validada no 1º Seminário Nacional de Controle de Risco em Assentamentos Precários nas Encostas Urbanas, realizado em agosto de 2003, na cidade do Recife, promovido pelo recém-criado Ministério das Cidades.

A metodologia tornou-se referência para os Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR) e integrou a *Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários* no âmbito do *Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários*, então gerido pela extinta Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) (BRASIL, 2024). Adicionalmente, o Ministério das Cidades apoiou ações de prevenção e capacitação por meio do *Programa Nacional de Capacitação das Cidades*. Essas iniciativas abrangeram desde a urbanização e regularização fundiária até a mobilidade urbana e prevenção de riscos, promovendo integração e resiliência nos territórios mais vulneráveis articulando o planejamento urbano às ameaças socioambientais e às vulnerabilidades territoriais, (SPINK, 2018; SOUZA, 2023). Levando os governos a “desenvolverem programas de regularização de assentamentos informais, com a finalidade de urbanizar essas áreas e dar direito de propriedade a seus moradores” (Assis, 2021).

Nesta esteira, seguiram-se avanços na integração institucional das políticas federais de habitação, saneamento e transportes. Em 2004 foi elaborada a Política Nacional de Habitação (PNH), em 2005, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), um Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), assim como um conselho gestor nacional, que envolveu representantes do governo federal e da sociedade civil (Assis, 2021).

Para Spink (2018), no Brasil, a gestão de riscos ambientais em áreas urbanas é marcada por uma série de avanços e limitações. Os PMRR representaram um esforço para

mapear áreas de risco e propor intervenções estruturais e não estruturais, demonstrando como abordagens participativas e técnicas podem ser combinadas para resultados mais eficazes (SPINK, 2018). Contudo, conforme salientado pela autora, muitos desses planos enfrentam desafios significativos, incluindo o financiamento inadequado e as resistências políticas e sociais à sua implementação (Ibid., 2018).

Paralelamente, diversos campos de conhecimento somaram contribuições a temática, dentre os quais, a Psicologia brasileira ampliava sua inserção nas políticas em emergências e desastres, impulsionada por pioneiras como Daniela Lopes, então à frente do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Iniciativas latino-americanas aproximaram experiências regionais na defesa de direitos e construção de respostas comunitárias em RRD (CFP, 2021). O I Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres (2006) consolidou a entrada do Sistema Conselhos de Psicologia nesse debate, e contribuiu diretamente para a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária (2010). Os textos orientadores dos três eixos temáticos, elaborados por Marcus Vinícius, então vice-presidente do CFP, reforçaram o compromisso social da Psicologia com políticas públicas de atenção integral, prevenção e participação social.

A sequência de esforços multissetoriais, somada à sensibilização provocada por grandes desastres em território nacional, culminaram na implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) (2011) e propiciou a promulgação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a PNPDEC e incluiu entre seus instrumentos a execução de programas de ordenamento territorial e de regularização fundiária (BRASIL, 2012; SPINK, 2018; SOUZA, 2023).

No mesmo ano, o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) reformulou os arts. 64 e 65, compatibilizando a regularização de assentamentos em Áreas de Proteção Permanente urbanas com medidas de recuperação ambiental (COUTINHO et al., 2013). Posteriormente, a Lei nº 13.465/2017 consolidou a Regularização Fundiária Urbana (REURB) como um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para incorporar núcleos informais ao ordenamento territorial e assegurar o direito à moradia digna. O tema da regularização fundiária, será posteriormente aprofundado na Seção 3.6. Antes, se faz necessário contextualizar a política habitacional.

Assis (2021), em diálogo com a sistematização proposta por Silva (2019), retoma a trajetória histórica das intervenções em assentamentos precários no Brasil, identificando três abordagens predominantes que expressam diferentes concepções de política urbana, gestão territorial e enfrentamento da informalidade. Essas abordagens refletem não apenas mudanças institucionais e normativas, mas também distintas formas de compreender o papel do Estado, das políticas habitacionais e da participação social na produção do espaço urbano.

Segundo essa periodização, a primeira abordagem corresponde às políticas de erradicação e remoção integral das favelas, predominantes do final do século XIX até a década de 1970, marcadas por ações autoritárias e pela negação do direito à permanência. A segunda abordagem emerge entre 1975 e meados da década de 1990, com a incorporação progressiva de estratégias de urbanização e consolidação dos assentamentos, ainda que de forma fragmentada e com forte centralidade técnica. A terceira abordagem, vigente a partir de meados da década de 1990, caracteriza-se pela urbanização integrada, ancorada em novos marcos legais e institucionais, que passam a articular dimensões urbanísticas, habitacionais, fundiárias, sociais e ambientais nas intervenções em favelas (Assis, 2021).

Quadro 2 - Trajetória das urbanizações de favelas: programas, atores e capacidades

Trajetória das urbanizações de favelas: programas, atores e capacidades					
Abordagem	Período	Espaço	O problema e as políticas	Atores, redes e instituições	Resultados, capacidades e desafios
1. Erradicação & Remoção	Fim século XIX a Meados da década de 1970	Favelas como Fenômenos pontuais: sem infraestrutura e com casas de Madeira.	Não se constituiu como problema até 1930. Favela como ilegal, <i>favelado</i> como pré-cidadão. Alternativa de ação prioritária: remocionista, higienista, autoritária.	Urbanizações parciais: Controle político: Igreja Católica (Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião); governos municipais (Serfla - RJ). Reduzida participação popular. Prioridade na provisão habitacional associada com remoção de favelas: parques proletários, governo federal (BNH) e Colababs.	<i>Resultados</i> : número alto de remoções, urbanizações incipientes e pontuais. <i>Capacidades</i> : foco na provisão habitacional e conhecimento básico da favela para remoção. <i>Desafios</i> : sustentabilidade dos conjuntos habitacionais, crescimento das favelas.
2. Urbanização & Consolidação	1975 a Meados da Década de 1990	Aumento da favelização e das casas de alvenaria. Intervenções pontuais de Infraestrutura.	Urbanização pontual e incompleta para garantir posse da terra e 'direitos sociais mínimos'. Década de 1990: projeto de urbanização se valoriza.	Governos municipais como protagonistas nas urbanizações e regularizações fundiárias – “descentralização pela ausência”. Governos progressistas fomentam participação popular. Envolvimento do setor privado – construtoras – e de agências públicas de infraestrutura.	<i>Resultado</i> : urbanizações que não garantiam moradia adequada. Inovações e aprendizados. <i>Capacidades</i> : técnicas e administrativas (diagnóstico da favela, elaboração e gestão de projetos a partir de 1990, recursos); políticas (participação social e legitimidade). <i>Desafios</i> : escala e qualidade das urbanizações.
3. Urbanização Integrada	Fim da Década de 1990	Favelas como Fenômeno significativo, densas e verticalizadas. Acesso a serviços e infraestrutura. Problemas na habitabilidade	Urbanização como ferramenta de integração à cidade e como acesso a outros direitos sociais. Coordenação federativa. Projetos são relevantes, e algumas remoções, necessárias.	1990: governo federal lança programas de urbanização integrada com OGU e financiamento BID. Anos 2000 (PAC): aumento da escala dos investimentos em urbanização. Governo Federal e Caixa: seleção projetos e operacionalização. Governos subnacionais: elaboração e implementação. Outros atores: capital urbano (consultorias e empresas de construção, gerenciamento, regularização fundiária e trabalho social), outras secretarias municipais, órgãos de controle, moradores.	<i>Resultado</i> : aumento investimento e escala. <i>Capacidades</i> : técnicas e administrativas (diagnóstico da favela, elaboração e gestão de planos globais de intervenção orientado por normas federais, recursos, prestação de contas); políticas (participação social, coordenação intersetorial, legitimidade). <i>Desafios</i> : implementar contratos de repasse, qualidade e controle urbano.

Fonte: Silva (2019, p. 89).

A experiência de programas como o Minha Casa Minha Vida⁸ (PMCMV) e iniciativas participativas de regularização fundiária demonstram que é possível fortalecer a resiliência local, mesmo diante de resistências políticas e limitações financeiras (SPINK, 2018). Contudo, somente por meio de uma articulação efetiva entre políticas públicas, ações comunitárias e princípios de justiça social será possível enfrentar os desafios da urbanização

⁸ O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi instituído originalmente pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, como política de habitação para famílias de baixa renda. Em 2023, foi relançado pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 1.162/2023 (posteriormente convertida na Lei nº 14.620/2023), com novas faixas de renda, retomada de obras paralisadas e maior foco na urbanização de assentamentos precários (BRASIL, 2009; BRASIL, 2023).

desigual e reduzir os impactos dos desastres ambientais, promovendo um futuro mais seguro e inclusivo para as populações mais vulneráveis (SOUZA, 2023; SPINK, 2018).

Assis (2021) descreve a trajetória do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no campo da urbanização de assentamentos precários em duas fases principais. No PAC 1 (2007–2010), destaca-se a criação da Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), inserida no eixo de Infraestrutura Social e Urbana, marcando um novo momento na política habitacional ao direcionar investimentos públicos de grande escala para favelas e loteamentos precários. No PAC 2 (2011–2014), por sua vez, o programa foi reordenado e estruturado em seis eixos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos, Transportes e Energia (ASSIS, 2021).

Nesse contexto, Assis (2021) caracteriza o PAC-UAP como o maior programa habitacional voltado à urbanização de assentamentos precários já implementado no país, gerido pelo setor público e direcionado explicitamente às populações de baixa renda. Articulado a outras políticas redistributivas do período, como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida, o PAC-UAP ampliou a escala das intervenções em favelas e contribuiu para consolidar uma perspectiva de urbanização integral, incorporando dimensões urbanas, habitacionais, fundiárias, sociais e ambientais (ASSIS, 2021).

Por fim, a crise econômica e política de 2015 e 2016 reconfigurou o cenário da política habitacional no Brasil. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo Michel Temer iniciou reformas que contribuíram para a descontinuidade da modalidade de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC (PAC-UAP) e do Programa Minha Casa Minha Vida voltado à Faixa 1, destinado a famílias com renda de até três salários-mínimos (ASSIS, 2021). Esse período foi acompanhado por uma agenda de retração de direitos sociais e de reorientação do gasto público, com impactos diretos sobre áreas estratégicas como saúde, educação, moradia, transporte, reforma agrária e políticas ambientais, afetando especialmente populações trabalhadoras, povos do campo, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (CFP, 2019).

Nesse percurso histórico, marcado por avanços, inflexões e descontinuidades nas políticas urbanas e habitacionais, destaca-se a recriação do MCID em 2023, após sua extinção em 2019, como um possível novo marco institucional na trajetória das intervenções em assentamentos precários no Brasil. A incorporação do então Ministério das Cidades ao

Ministério do Desenvolvimento Regional, em 2019, representou uma ruptura na condução de uma política urbana federal articulada, diluindo a centralidade das agendas de habitação, urbanização, regularização fundiária e prevenção de riscos.

A retomada do MCID, no início de 2023, sinaliza uma reorientação da política urbana nacional, recolocando em evidência a necessidade de integrar desenvolvimento urbano, enfrentamento das desigualdades socioespaciais e gestão de riscos socioambientais. Nesse contexto, a criação da SNP configura-se como um elemento estruturante dessa nova fase, sendo apontada como um marco político relevante para o fortalecimento de uma agenda nacional de prevenção de riscos e adaptação climática em territórios periféricos, ao buscar romper com os limites das abordagens tradicionais da GRD (BRASIL, 2025c)

Vinculada ao MCID, a SNP atua, por meio do Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos (DPR), no desenvolvimento de políticas públicas integradas e transversais voltadas à redução de desigualdades, à mitigação de riscos e ao enfrentamento das vulnerabilidades urbanas, com especial atenção à urbanização de assentamentos precários, à regularização fundiária e à melhoria habitacional, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.468/2023 (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024). Ademais, a atuação da SNP em mesas de negociação de conflitos fundiários e na promoção da segurança da posse de famílias de baixa renda evidencia uma ampliação do escopo das políticas de gestão de riscos, incorporando dimensões sociais, territoriais e institucionais, e criando condições para o fortalecimento de estratégias orientadas à resiliência comunitária e à justiça territorial frente aos extremos climáticos (BRASIL, 2023).

O Guia para Planos Municipais de Redução de Riscos (BRASIL, 2024) apresenta uma leitura crítica da GRD no país, ao reconhecer que, apesar dos avanços científicos e institucionais, as políticas públicas ainda concentram esforços predominantemente na resposta emergencial, em detrimento de estratégias preventivas e antecipatórias. Segundo o documento, a cultura de precaução e prevenção de desastres no Brasil permanece em construção, mesmo diante de um histórico recorrente de eventos socioambientais de grande impacto. Nesse sentido, alerta-se que o excesso de foco no desastre ou na ameaça tende a obscurecer a compreensão do risco enquanto processo social, dificultando a adoção de práticas preventivas e a correção de políticas e modelos de desenvolvimento insustentáveis,

o que pode resultar em soluções equivocadas para o enfrentamento dos riscos (BRASIL, 2024).

O Guia reconhece como urgente a adoção de estratégias integradas, capazes de compreender o risco como socialmente construído e atravessado por múltiplas dimensões históricas, territoriais e institucionais. Tal perspectiva exige abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, bem como a articulação entre saberes técnico-científicos, gestão pública e conhecimentos produzidos pelas comunidades locais, condição considerada fundamental para a eficácia das políticas de GRD (BRASIL, 2024). Nesse marco, o investimento em práticas de educação, comunicação e mapeamento participativo é apontado como estratégico para promover o engajamento social, a apropriação coletiva das medidas de mitigação e a avaliação integrada das ameaças, vulnerabilidades e capacidades de resiliência das instituições públicas e das populações expostas ao risco (BRASIL, 2024).

É nesse contexto que se insere a estratégia *Periferia Sem Risco*, coordenada pela SNP do MCID, que tem como objetivo reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência comunitária em territórios periféricos. Entre suas diretrizes centrais está a elaboração de planos locais de redução de riscos, tendo a participação social como elemento norteador da construção da resiliência comunitária, conforme previsto no Decreto nº 11.468/2023 (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024). A iniciativa estrutura-se em três eixos principais: infraestrutura; mapeamento e planejamento; e comunicação e participação, articulando intervenções estruturais, como obras de contenção e Soluções Baseadas na Natureza, à elaboração dos novos PMRR e dos PCRA.

As ações do programa *Periferia Sem Risco* são complementadas por materiais educativos, visitas sociotécnicas e parcerias com universidades e instituições de pesquisa, com o objetivo de fortalecer capacidades institucionais e comunitárias para a GRD (BRASIL, 2024c). Nesse contexto, destaca-se a cooperação técnica firmada, em 2024, entre a SNP e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), que passou a oferecer suporte técnico-operacional à implementação do programa, contribuindo para a consolidação de uma abordagem integrada que articula referências internacionais com soluções adaptadas às especificidades dos territórios periféricos brasileiros (Ibid.).

De modo complementar, foi estabelecida cooperação entre o MCID e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED nº

001/2023 – SNP/DPR/MCID), com vigência até 2028. No âmbito dessa parceria, entre os anos de 2024 e 2025, foram elaborados vinte novos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR) em municípios caracterizados por elevada vulnerabilidade a desastres, como Belém (PA), Manaus (AM), Ilhéus (BA), Olinda (PE), Natal (RN), Serra (ES), Niterói (RJ), Itaquaquecetuba e Mauá (SP), entre outros (BRASIL, 2024c).

Os PMRRs, formalizados como instrumentos da PNPDEC, têm como objetivo geral a construção de um documento estratégico voltado à prevenção e mitigação de riscos socioambientais no âmbito municipal, com ênfase nos processos geológicos e hidrológicos (BRASIL, 2024c). Entre seus macro-objetivos, destaca-se a sensibilização de atores-chave da gestão pública e da população em geral, especialmente das pessoas em situação de risco, com foco na mobilização e no engajamento social para o enfrentamento dos perigos (BRASIL, 2024, p. 20).

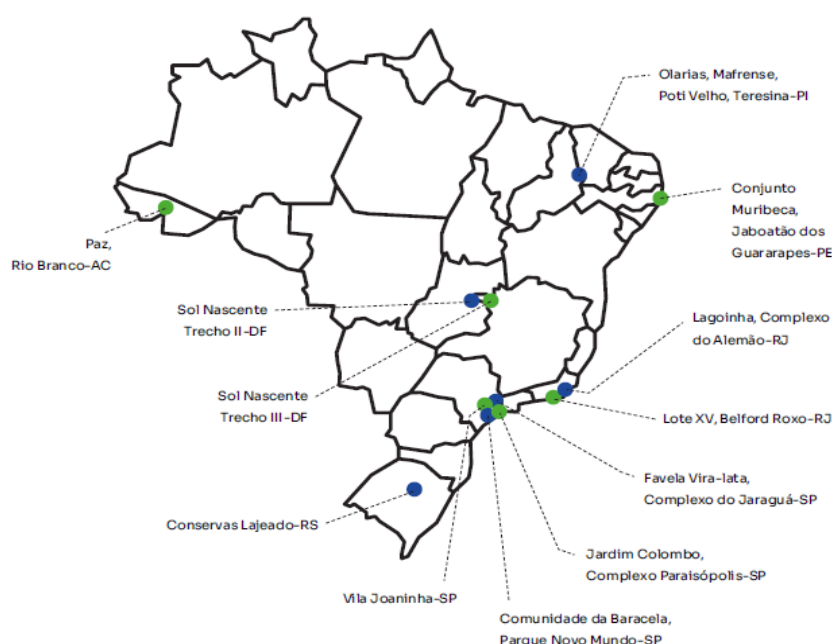
No que se refere aos objetivos específicos, os PMRR buscam: (i) realizar o mapeamento e diagnóstico detalhado dos processos geradores de risco, considerando vulnerabilidades e capacidades comunitárias; (ii) indicar tipologias de intervenções estruturais e não estruturais, integrando soluções convencionais de engenharia e Soluções Baseadas na Natureza; (iii) incorporar o conhecimento das comunidades na elaboração dos mapeamentos e na proposição das ações, favorecendo sua coprodução e apropriação; (iv) estabelecer critérios de hierarquização dos setores de risco; (v) subsidiar a elaboração de planos de ação táticos para a gestão de riscos; e (vi) desenvolver estratégias de comunicação dos resultados do instrumento (BRASIL, 2024c).

A elaboração dos PMRRs segue metodologia que envolve equipes técnicas multidisciplinares, mapeamento detalhado dos riscos, realização de oficinas técnicas e comunitárias e produção de relatórios consolidados, incluindo propostas de intervenções e planos de ação (BRASIL, 2024c). No entanto, reconhecendo os limites das abordagens tradicionalmente centradas no diagnóstico técnico, a estratégia *Periferia Sem Risco* incorporou inovações metodológicas relevantes, entre as quais se destacam o aprimoramento dos processos de participação social nas diferentes etapas de elaboração dos PMRRs e a inclusão da vulnerabilidade como elemento estruturante da análise do risco (Ibid.).

É nesse contexto que se insere a proposição e o financiamento, pela SNP, dos PCRA's como experiências piloto vinculadas ao programa. Ao reconhecer que as

comunidades em situação de risco desempenham papel central no diagnóstico, no monitoramento e na gestão de seus territórios, a SNP promoveu, entre 2024 e 2025, a elaboração de doze PCRA em parceria com universidades públicas e organizações sociais, como a UFABC, UFRJ, UnB, Fiocruz e o MTST, além de organizações comunitárias locais. Essas experiências foram desenvolvidas em municípios como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belford Roxo (RJ), Rio Branco (AC) e Brasília (DF), constituindo referências para o fortalecimento de abordagens participativas na gestão de riscos e na adaptação climática em territórios periféricos (BRASIL, 2024c).

Figura 6 - Localização dos 12 PCRA desenvolvidos nas cinco regiões do país



Fonte: Secretaria Nacional de Periferias, Ministério das Cidades, Brasil. (2025b).

Dentre essas experiências, destaca-se aqui o PCRA da Comunidade Vira Lata (Jaraguá, zona noroeste de São Paulo), conduzido por equipe técnica da UFABC (LabJuta/LabGRIS) em parceria com movimentos de luta por moradia, assessoria jurídica popular, lideranças comunitárias e moradores, constituindo o campo etnográfico desta dissertação. Os conhecimentos coproduzidos ao longo dos diferentes PCRA piloto contribuíram para a sistematização de diretrizes e referências voltadas à construção da política pública do instrumento, a exemplo da publicação *Planos comunitários de redução de riscos e adaptação climática: conceitos, potencialidades e perspectivas* (BRASIL, 2025b) e, posteriormente, do *Guia para Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática* (BRASIL, 2025c).

A proposta dos PCRA, articulada com políticas públicas de urbanização de favelas, habitação, saneamento, regularização fundiária e proteção ambiental, visa contribuir para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis. A coprodução dos mapeamentos e diagnósticos é entendida como um caminho para consolidar a cultura de prevenção a desastres e incluir a saúde e a segurança dos ambientes urbanos na agenda do poder público. (Brasil, 2025, p. 15).

Essa abordagem antecipatória não se restringe à prevenção de desastres, mas busca qualificar a segurança urbana e fortalecer capacidades locais, articulando-se a parcerias interinstitucionais que ampliam o alcance e a consistência dos PCRA. No âmbito do programa *Periferia Sem Riscos*, essa perspectiva se materializa na sistematização de práticas de mapeamento participativo, mobilização social e ações comunitárias de redução de riscos, desenvolvidas por meio de oficinas e cartografia social, que favorecem o engajamento comunitário no diagnóstico territorial, ampliam a percepção de risco e fortalecem a capacidade de resposta local (BRASIL, 2024c).

Durante o desenvolvimento desta dissertação, a política federal voltada à redução de riscos em territórios periféricos passou por uma reestruturação conceitual relevante. A partir das diretrizes da Secretaria Nacional de Periferias, vinculada ao MCID, os então denominados Planos Comunitários de Redução de Riscos e Desastres (PCRR) passaram a ser designados como PCRA (BRASIL, 2025c).

Conforme explicitado na publicação *Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática: conceitos, potencialidades e perspectivas* (BRASIL, 2025b), essa mudança não se limita a uma atualização terminológica, mas expressa um alinhamento à agenda da justiça climática e ao reconhecimento das mudanças climáticas como fator estrutural de produção e agravamento de vulnerabilidades, especialmente nas periferias urbanas. Nesse sentido, o PCRA se consolida como política pública de prevenção comunitária de riscos, com ênfase em metodologias participativas, mapeamentos técnico-comunitários e ações de adaptação climática ancoradas nas realidades locais (Ibid.). Assim, embora o presente estudo tenha se iniciado sob a nomenclatura PCRR, vigente no início do trabalho de campo, optou-se pela adoção da terminologia atualizada PCRA, ao longo de toda a pesquisa, em consonância com as diretrizes federais e com os materiais de referência do programa *Periferia Sem Riscos*.

3.4 Participação social na gestão de riscos: governança, conflitos e coprodução

Em contextos de vulnerabilidade socioambiental, a participação social não deve ser reduzida a um procedimento formal de consulta: ela é componente decisivo da governança dos riscos, pois permite reconhecer percepções, necessidades e capacidades locais e reorientar prioridades de planejamento e prevenção (OLIVATO, 2013; GOHN, 2019). Ao mesmo tempo, esses processos são atravessados por conflitos e disputas, especialmente quando a comunicação institucional permanece tecnocrática e as devolutivas são frágeis, perpetuando assimetrias (SPINK, 2018; DPU, 2025). Por isso, a participação social qualificada demanda mediações, transparência e institucionalização de escuta ativa para sustentar práticas de coprodução e fortalecer a confiança social.

Neste sentido, a participação social ocupa um lugar de destaque na formulação de políticas públicas, acarretando maior legitimidade ao processo e fortalecendo a governabilidade (OLIVATO, 2013). No que se refere ao desenvolvimento urbano, sobretudo após o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a participação passou a constituir obrigação das gestões administrativas em diferentes níveis de governo (SÃO PAULO, 2016). Conforme destacado no Guia Metodológico dos Processos Participativos,

não se discute se haverão [sic] ou não processos participativos de consulta, mas como serão organizados, com qual periodicidade, sobre quais aspectos das políticas, planos e programas, quem será o público envolvido, como garantir um maior e mais representativo envolvimento dos vários atores sociais que discutem e reivindicam uma cidade mais democrática, humana e reequilibrada (SÃO PAULO, 2016, p. 9).

Essa orientação reforça a centralidade da participação como uma política de Estado, ampliando o compromisso com práticas democráticas e inclusivas no planejamento urbano. Para Gohn (2019), a participação social é essencial para compreender e promover a inclusão de comunidades nos processos de tomada de decisão, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Para a autora, a participação social vai além de uma ferramenta de integração, pois atua como um meio de empoderamento das comunidades, permitindo que enfrentem desigualdades estruturais e disputem narrativas sobre desenvolvimento e justiça social (GOHN, 2019). Por isso, em contextos de vulnerabilidade socioambiental, metodologias participativas têm sido mobilizadas para fortalecer a resiliência e promover a inclusão de diferentes atores na gestão de riscos (OLIVATO, 2013; ARAI, 2002; TREJO-RANGEL, 2022).

Ainda segundo Gohn (2019), a participação social pode ser analisada em três dimensões principais: conceitual, política e prática social. A dimensão conceitual abrange os fundamentos teóricos e ideológicos que sustentam a participação, como os conceitos de cidadania, direitos e deveres. A dimensão política, por sua vez, refere-se às interações entre os atores sociais e as estruturas de poder, destacando como as comunidades podem influenciar decisões e políticas públicas, como em conselhos comunitários que discutem estratégias coletivas. Por fim, a prática social engloba ações concretas de mobilização e engajamento, exemplificadas em mutirões para melhorias locais e oficinas participativas.

Essa abordagem permite examinar não apenas resultados, mas também os sentidos assumidos pela participação em diferentes contextos históricos e sociais (GOHN, 2019). Gohn (2019) destaca que, embora a teoria clássica da participação tenha sido moldada por pensadores como Rousseau, Tocqueville e Stuart Mill, no Brasil ela adquiriu características específicas, muitas vezes vinculadas à luta por direitos básicos e à promoção da equidade em cenários de exclusão social. Rousseau enfatizou a importância da participação direta como base de uma sociedade justa, enquanto Tocqueville ressaltou o papel das associações civis na manutenção da democracia, Stuart Mill, por sua vez, argumentou que a participação contribui para a educação política e o desenvolvimento da autonomia cidadã (Ibid.).

A prática participativa, ao mesmo tempo que fortalece a democracia, reflete as dinâmicas locais de resistência e organização social, evidenciando sua relevância para promover justiça social e enfrentar desafios em cenários de vulnerabilidade (GOHN, 2019). Contudo, a aplicação dessas diretrizes enfrenta desafios substanciais. Como destaca Spink (2018), a fragmentação institucional e a limitada articulação entre esferas de governo frequentemente resultam em medidas que priorizam respostas emergenciais em detrimento de estratégias preventivas e participativas. Enfrentar essas barreiras exige mecanismos que combinem soluções técnicas com práticas locais, permitindo que as comunidades desempenhem papel ativo na gestão de riscos, e não sejam tratadas apenas como destinatárias das intervenções (SPINK, 2018; SOUZA, 2023; OLIVATO, 2013).

Nessa mesma direção, a DPU (2025) aponta que a distância entre marcos normativos e práticas institucionais ainda limita a efetividade da informação e da participação: a consulta pública muitas vezes não produz diálogo real e a comunicação técnica permanece pouco inteligível às comunidades, perpetuando assimetrias de poder. Assim, torna-se necessário

institucionalizar escuta ativa, mediação intercultural e devolutivas contínuas às populações afetadas, “garantindo que o processo participativo se converta em espaço de co-construção de políticas e fortalecimento da confiança social” (DPU, 2025, p. 47). Ao enfatizar escuta ativa, devolutivas e comunicação compreensível, a DPU (2025) recoloca a participação como problema de governança do conhecimento: quem define o risco, com que linguagem e com quais regimes de legitimidade. Esse ponto é crucial, porque as medidas de mitigação e prevenção só ganham efetividade quando dialogam com a percepção, a experiência e a aceitação do risco por parte da população (OLIVATO, 2013). Além disso, Olivato (2013) destaca a necessidade de integrar a percepção ambiental da população às políticas de gestão de riscos, reforçando o papel da educação ambiental e da participação ativa.

Nesse sentido, a redução da vulnerabilidade depende de um processo de apropriação pelos indivíduos ou grupos envolvidos, o que exige não apenas a compreensão dos fenômenos de risco, mas também das dinâmicas sociais e territoriais que os permeiam. Veyret (2007) atribui a percepção um caráter fundamental, ao considerar que o risco está diretamente relacionado à percepção de perigo. Para a autora, o conceito de risco pode ser definido conforme segue:

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo e da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o aprende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há riscos sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal (VEYRET, 2007, p.12).

Veyret (2007) considera ainda que o risco está intrinsecamente ligado à política, pois a organização do território exige decisões que envolvem algum nível de risco. Assim, para compreender o risco e as percepções associadas, é fundamental considerar o contexto histórico em que foram gerados, bem como as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as dinâmicas sociais características de cada época. Segundo Loose (2020, p. 126), “os estudos de percepção de risco que dominam a área ainda estão muito centrados no nível interpessoal, frequentemente descartando aspectos sociais que interferem na compreensão dos riscos”. Para a autora, o estudo das percepções de risco, embora não substitua as avaliações técnicas realizadas por peritos nem os fatores considerados pelos tomadores de decisão, pode contribuir significativamente para a gestão de riscos.

Para que uma resposta adequada para uma emergência seja planejada, se faz necessário conhecer quais recursos locais se fazem presentes, se são úteis ou prejudiciais, e qual o acesso que as pessoas afetadas têm a estes serviços e estruturas (IASC, 2007). De fato, algumas práticas locais – desde certas práticas culturais ou tradicionais até as formas de atenção em muitas instituições privativas podem até ser prejudiciais e violarem os direitos humanos básicos (IASC, 2007).

Arai (2002) ressalta a importância das metodologias participativas para compreender as percepções e necessidades de diferentes atores sociais. Em sua análise do Projeto Bertioiga Município Saudável, demonstra como as oficinas participativas e de sensibilização da comunidade foram fundamentais para mapear problemas locais e desenvolver soluções conjuntas (Ibid.). Ao incorporar os modos de pensar dos diferentes públicos, é possível aumentar a aceitabilidade e a resposta aos riscos. O avanço das pesquisas nessa área pode reduzir a lacuna entre especialistas e leigos, promovendo uma comunicação mais eficaz e incentivando o engajamento das pessoas nos processos de governança dos riscos (LOOSE, 2020). Trejo-Rangel (2022) acrescenta que inovações sociais, como o mapeamento participativo 3D e planos de redução de riscos elaborados coletivamente, são ferramentas eficazes para fortalecer a resiliência e engajar comunidades em soluções sustentáveis.

O "Manual de Metodologias Participativas" (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005) oferece uma série de ferramentas práticas para promover a mobilização social. Entre elas, destacam-se a Árvore dos Sonhos⁹, os Biomapas¹⁰ Comunitários e as Oficinas do Futuro¹¹. Essas metodologias têm como foco valorizar os saberes locais, incentivar o diálogo entre diferentes atores e construir soluções coletivas para problemas complexos. Toro e Werneck (2004 apud PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005) definem a mobilização social como o ato de "convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum" (TORO;

⁹ A Árvore dos Sonhos é uma atividade participativa que busca identificar os sonhos e desejos da comunidade por meio da construção coletiva de uma árvore simbólica, na qual os galhos representam os sonhos e os troncos e raízes indicam os meios e valores necessários para alcançá-los (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005, p. 67)

¹⁰ O Biomapa Comunitário consiste na elaboração de mapas desenhados pelos próprios participantes, representando elementos significativos do território sob sua perspectiva, como lugares de convivência, áreas de risco, problemas e potencialidades locais, de forma a estimular a leitura crítica e afetiva do espaço vivido (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005, p. 72).

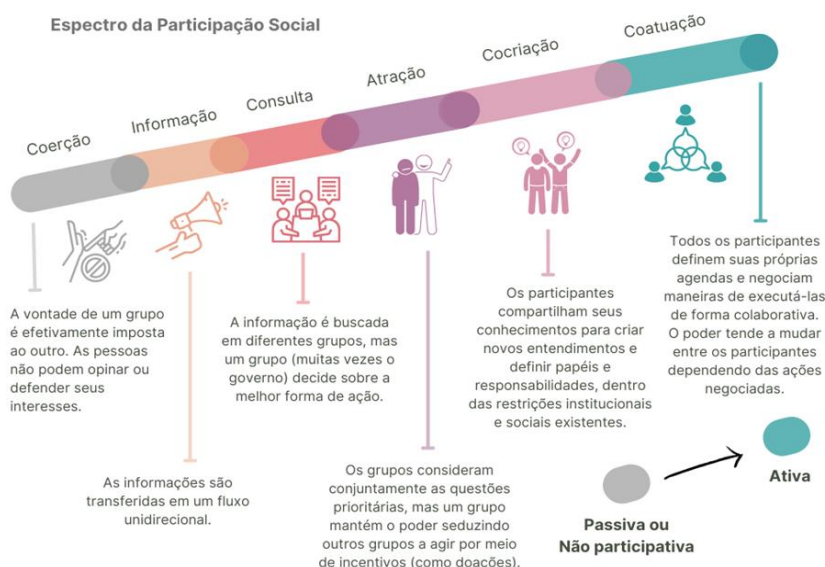
¹¹ A Oficina de Futuro é uma metodologia de construção coletiva de cenários desejados e caminhos possíveis para transformar a realidade local. Por meio de dinâmicas em grupo, os participantes projetam o futuro ideal de seu território e discutem estratégias para alcançá-lo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005, p. 63)

WERNECK, 2004, p. 13 apud PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005). Esse processo depende não apenas de informações, mas de um envolvimento emocional e prático dos participantes, que devem se sentir corresponsáveis pelas ações desenvolvidas.

Como apontado pela DPU (2025), o direito à informação, à participação, à escuta e ao consentimento constitui um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, o arcabouço normativo brasileiro, que consolida o dever estatal de garantir acesso amplo e compreensível às informações públicas, promover a educação cidadã e fomentar a participação social qualificada. Assim, a Educação para Redução de Riscos e Desastres (ERRD), quando associada a GIRD, enfoca na prevenção e na educação continuada (SULAIMAN et al., 2021). A ERRD fomenta a compreensão das causas dos desastres, e orienta a redução de vulnerabilidades, convocando a sociedade a atuar de forma colaborativa e preventiva. Ao mesmo tempo em que, quando a emergência não pode ser evitada, prepara para o exercício da autoproteção e da resposta (Ibid., 2021)

Para Dyball et al. (2009 apud Ferreira 2023), a participação social pode ser categorizada em seis níveis principais, que refletem diferentes graus de engajamento e distribuição de poder entre os atores envolvidos: coerção (Coercing), informação (Informing), consulta (Consulting), atração (Enticing), cocriação (*co-creating*) e coatuação (*co-acting*). Esses níveis variam, entre a passividade na participação, à modalidades mais colaborativas, conforme a Figura 7.

Figura 7 - Espectro de Participação Social



Fonte: FERREIRA et al. (2023).

Esses níveis de participação destacam como a relação entre diferentes atores e a distribuição de poder moldam os resultados das iniciativas de gestão de riscos. Ferreira et al. (2023) enfatizam que, embora modalidades mais colaborativas, como a cocriação e a coatuação sejam frequentemente idealizadas em discursos de governança participativa, sua implementação enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios estão barreiras institucionais, desigualdades estruturais e limitações de recursos, que dificultam a aplicação prática de modelos participativos amplamente inclusivos. Essa estratificação dialoga diretamente com as reflexões de Wisner et al. (2025), que emprega a escala de Dybal (2009) para discutir as capacidades comunitárias.

Para os autores, abordagens hegemônicas de gestão de risco frequentemente promovem uma participação instrumental, que “empacota” os saberes locais em formulários padronizados, esvaziando o potencial político e a agência coletiva das comunidades. Para superar essa captura institucional, a redução de riscos exige deslocar a participação de uma mera consulta para processos efetivos de cocriação e coatuação (*co-acting*). Nesses níveis mais altos, o poder decisório é compartilhado e as capacidades locais operam não apenas como estratégias de sobrevivência, mas como formas de resistência ativa contra as estruturas produtoras de vulnerabilidade (WISNER et al., 2025)

No âmbito dos PCRA's, compreender e aplicar esses níveis de participação é essencial para adaptar estratégias às realidades locais e garantir que as comunidades não sejam tratadas apenas como receptoras de intervenções, mas como protagonistas na gestão de riscos. Conforme apontado por diversos autores, a integração de metodologias participativas pode ampliar a legitimidade e a eficácia das políticas públicas, promovendo uma abordagem mais equitativa e sustentável para a redução de riscos de desastres (ARAI, 2002; SPINK, 2018; SOUZA, 2023; OLIVATO, 2013; TREJO-RANGEL, 2022)

Portanto, é essencial que as políticas públicas, PCRA's e os PMRRs transcendam soluções fragmentadas e promovam abordagens integradas, que articulem ações técnicas com saberes comunitários e garantam a participação ativa das populações vulneráveis. Como argumenta Loose (2020), a comunicação de risco pode desempenhar um papel transformador se envolver as comunidades no planejamento e na implementação de estratégias de prevenção e mitigação. Para a autora, há muito a ser compreendido sobre as conexões entre percepção, comunicação e mobilização, especialmente no que se refere aos riscos e às

estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas, enfatiza que essa tarefa é particularmente desafiadora nos contextos locais (LOOSE, 2020).

Porém, como ressalta Loose (2020), ainda que muitos autores destaquem a importância do envolvimento e da participação local na governança climática, reconhecem que há barreiras significativas para a integração dos cidadãos nesses processos. Essas dificuldades incluem a exclusão de cidadãos das tomadas de decisão, o funcionamento burocrático das administrações em diferentes níveis e a desconfiança em relação aos políticos, frequentemente marcada por uma falta de abertura e práticas participativas. A autora ainda argumenta que, entre as diversas barreiras a serem superadas, a fim de obter êxito no enfrentamento climático, “está a própria compreensão do que ele [enfrentamento climático] significa e quais benefícios pode trazer” (Ibid., p.175).

Para Loose (2020), a governança climática é permeada por diferentes ideologias e interesses, o que frequentemente gera disputas internas e dificulta a implementação de ações eficientes. A depender do enquadramento das mudanças climáticas, seja sob uma perspectiva econômica, ambiental ou de justiça social, diferentes atores são influenciados e se mobilizam, impactando em quais estratégias são adotadas. Esse cenário cria desafios complexos, pois diferentes abordagens para o mesmo problema podem acarretar conflitos ou medidas fragmentadas, prejudicando a coesão necessária para enfrentar os riscos climáticos de maneira efetiva (LOOSE, 2020). Por outro lado, as iniciativas participativas oferecem possibilidades significativas de empoderamento comunitário. Trejo-Rangel (2022) demonstrou que a inclusão ativa dos moradores não apenas legitima as ações desenvolvidas, mas também aumenta as chances de sustentação das políticas implementadas a longo prazo.

Um dos aspectos centrais destacados por Silva e Santos (2022) é o potencial transformador do mapeamento participativo, como uma ferramenta relevante para engajar a população diretamente afetada nos processos de produção de conhecimento sobre riscos. Para Silva e Santos (2022), essa prática contribui para a identificação de vulnerabilidades específicas e permite que as populações locais desempenhem um papel ativo na formulação de estratégias preventivas e adaptativas. Silva e Santos (2022) reforçam que esse processo, ao integrar conhecimentos científicos e saberes cotidianos, fortalece o protagonismo comunitário e a resiliência coletiva. Da mesma forma, Olivato (2013) destaca que o

mapeamento social participativo e os cursos comunitários podem subsidiar diretrizes mais eficazes para a prevenção de riscos ambientais.

Olivato (2013) ressalta que instrumentos participativos são capazes de estimular o diálogo entre representantes da comunidade e outros envolvidos no processo, indo além da mera descrição de áreas de risco. Esses instrumentos possibilitam a sensibilização quanto às vulnerabilidades locais, além de promover o fortalecimento de laços afetivos e sociais e incentivar a busca coletiva por soluções (Ibid.). A autora parte do pressuposto de “que participar significa ir além de estar presente, ou seja, é tomar parte no processo, opinar, atuar” (Ibid., p.87) e retoma Brose (2001 apud OLIVATO, 2013, p.87) salientando “que muitos dos problemas enfrentados por um grupo possuem soluções internas, sendo que um caminho é a troca de ideias, apoiada num processo participativo ”.

Neste sentido, alterar as atitudes da população em relação ao risco é um elemento central nas políticas de planejamento relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas. Para Loose (2020), essa tarefa está diretamente ligada à comunicação e à percepção de risco, uma vez que ações eficazes de governança climática dependem de informações capazes de mobilizar e conscientizar os cidadãos sobre a gravidade das alterações climáticas e seus impactos. Contudo, a autora salienta que “obstáculos estruturais e institucionais precisam ser rompidos para que as ações individuais se tornem viáveis” (Ibid., p. 179).

3.5 Comunicação como processo de engajamento

A concepção dos PCRAs prevê a participação das comunidades por meio de metodologias participativas de mapeamento popular e recomenda a criação e o uso de canais de comunicação eficientes para o planejamento de ações preventivas e medidas de adaptação em escala intraurbana, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades a partir da identificação e análise de riscos realizadas com protagonismo comunitário (BRASIL, 2025a). Essa diretriz dialoga com a agenda nacional de GIRD, orientada à prevenção, à participação social e à educação em RRD, bem como com instrumentos de governança e de CRD consolidados na literatura e em marcos institucionais, os quais adotam um modelo multimodal de comunicação, estruturado em camadas intrainstitucional, interinstitucional, midiática e comunitária (VICTOR; SULAIMAN, 2021).

A comunicação de risco multimodal exige, portanto, a articulação dessas diferentes camadas para mobilização social e circulação de informações em linguagens acessíveis. No contexto dos PCRA's, isso envolve desde canais formais e digitais até meios comunitários e cotidianos, como páginas de redes sociais do bairro, rádio comunitária, igreja, eventos locais e “até mesmo o carro de som que sempre passa na sua rua vendendo o gás” (BRASIL, 2025a, p. 35). Esse alcance pode ser ampliado por recursos de *media*¹², como web stories, podcasts, minidocumentários e animações (VICTOR; SULAIMAN, 2021). Entre os principais desafios para a efetiva participação social está a dificuldade de articulação entre diferentes grupos e o risco de reproduzir desigualdades preexistentes. Um exemplo claro pode ser observado em iniciativas de reassentamento em áreas de risco no Brasil, onde a falta de comunicação adequada entre gestores e comunidades frequentemente resulta em conflitos, desalinhamento de expectativas e exclusão de vozes importantes no processo de decisão (OLIVATO, 2013).

É de extrema importância criar espaços democráticos e inclusivos, nos quais diferentes vozes possam ser ouvidas, com mediação de conflitos e transparência na tomada de decisões (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2005). Nesse sentido, a integração entre participação social e comunicação de risco é fundamental para a gestão de desastres e para a adaptação às mudanças climáticas. Mais do que mera disseminação de informações, a comunicação de riscos constitui um processo dialógico de troca entre comunidades, gestores, técnicos e demais atores envolvidos, favorecendo a construção de confiança, a compreensão mútua e a participação qualificada nas decisões que afetam o território (VICTOR, 2015).

Para Rangel (2007), comunicação de risco refere-se ao intercâmbio dinâmico de informações e opiniões sobre riscos, envolvendo avaliadores, gestores, consumidores e

¹² A discussão sobre o uso de *media interventions* é apresentada de maneira aprofundada no Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos de Desastres (2021), avanços, na *sociedade em rede*, permite que atores sociais atuantes na gestão de riscos se beneficiem dos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação “os recursos de media interventions podem ampliar o fluxo de informações e dados sobre a temática da gestão de riscos. Também são capazes de reduzir o abismo entre os diversos públicos de interesse do campo da gestão de riscos, viabilizando processos mais participativos e efetivos” (VICTOR; SULAIMAN, 2021, p. 139). Para além do uso por instituições, as comunidades podem produzir materiais, a partir de sua própria narrativa, comunicando dentro e fora comunidade. Assim, a amplificação por meio de mídias sociais de instituições, grupos sociais e cidadãos, facilita “a adoção de narrativas e linguagens que aproximam o público e promovem a visibilidade e o debate dos temas de interesse da coletividade” (Ibid., 139) e ao contribuírem para a formação de uma opinião pública que possa pressionar formuladores de políticas públicas no setor, “as novas narrativas e as potencialidades tecnológicas de produtos de *media interventions* podem resgatar a história, o presente e o futuro das iniciativas voltadas para o engajamento social e para a construção da cultura da prevenção” (Ibid., p.140).

demais partes interessadas. Sua eficácia depende da compreensão das percepções, crenças e preocupações dos envolvidos, além do manejo adequado de informações falsas ou desinformação (Ibid.). Segundo Loose (2020), a comunicação de risco envolve tanto uma abordagem prática quanto teórica, considerando um processo complexo de criação e interpretação de sentidos e significados na vida social. Esse processo deve levar em conta os participantes, seus papéis, motivações e conhecimentos, além das condições e estruturas organizacionais e suas formas de comunicação.

Segundo Victor (2015), a comunicação de riscos é uma ferramenta essencial para a RRD, com objetivos que incluem a redução do medo e da ansiedade, a promoção e divulgação de informações adequadas e adaptadas a cada audiência, e a facilitação de uma comunicação dialógica entre os diversos atores sociais. Além disso, ela é fundamental para devolver às comunidades mais expostas aos riscos o direito de participar das decisões que afetam suas vidas.

A comunicação de risco desempenha um papel crucial na preparação e resposta a desastres, especialmente em comunidades vulneráveis. A comunicação eficaz deve considerar não apenas a disseminação de informações, mas também a interação contínua com a comunidade, garantindo que as mensagens sejam compreendidas e que os moradores possam participar ativamente na gestão dos riscos (RENN, 2008). No contexto das mudanças climáticas, a comunicação de risco torna-se ainda mais desafiadora, exigindo adaptações nas mensagens para que reflitam as realidades específicas das comunidades afetadas (DI GIULIO et al., 2013).

Nesta pesquisa, parte-se da compreensão de que sem comunicação, não há participação social, pois participar implica a possibilidade de poder se comunicar. Neste sentido, a comunicação constitui um espaço de disputa, onde diferentes narrativas competem pela construção de significados sobre o que é, (e quem define) risco, assim como quais são as soluções mais adequadas. Incorporar a experiência vivida e os discursos comunitários, como sugere Spink (2018), é essencial para que a comunicação de risco transcenda a função informativa e se torne um processo dialógico que fortaleça a resiliência e a autonomia local. Para Victor (2015), uma comunicação bem estruturada cria um ambiente de diálogo que fomenta confiança e coesão social.

Essa abordagem é fundamental para que as estratégias participativas superem barreiras estruturais, transformando dados técnicos sobre riscos em práticas comunitárias concretas. A integração entre comunicação de risco e participação social enfrenta desafios significativos que limitam sua plena eficácia em contextos de vulnerabilidade. Loose (2020) aponta que uma das principais barreiras é a fragmentação na articulação entre diferentes níveis de governança. Muitas vezes, a comunicação assume um caráter unidirecional, com informações técnicas transmitidas de forma inacessível às comunidades. Essa abordagem tecnicista não só dificulta o engajamento comunitário, mas também agrava a desconfiança em relação às instituições públicas, especialmente em cenários marcados por desigualdades estruturais (LOOSE, 2020). Spink (2018) reforça que uma comunicação de risco alinhada aos princípios da participação social contribui para a resiliência local, ao conectar saberes técnicos e populares e fortalecer o protagonismo das comunidades em situações de vulnerabilidade.

A mobilização comunitária envolve engajar ativamente os moradores no desenvolvimento e implementação de estratégias de mitigação de riscos, fortalecendo assim a resiliência local (SULAIMAN et al., 2021). No contexto da globalização, Santos (2003 apud MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) traz como aspecto

a emergência de temas de interesse global, em que algumas questões passam a gozar de uma relevância tão generalizada que podem ser vistas como "patrimônio comum da humanidade"; como exemplos, tem-se a questão ambiental com suas diversas subdivisões: a preservação das florestas tropicais, a biodiversidade, o cuidado com a Antártida e a camada de ozônio (p.49).

Conforme Olivato (2013), diversos fenômenos naturais, associados ou não à ação humana, como inundações, deslizamentos, tsunamis, erupções vulcânicas e terremotos, têm recebido grande destaque na mídia e em diferentes setores da sociedade devido aos seus impactos negativos na população, nos bens materiais, na transformação das paisagens e na desorganização do território em curto espaço de tempo. Estes e outros riscos climáticos, segundo Loose (2020), são frequentemente abordados não apenas por pesquisadores, mas também pela imprensa, que busca mediar e expor esses riscos, embora a atenção dada a cada tipo de risco varie, assim como sua interpretação por diferentes públicos, é inegável o papel da mídia na tentativa de amplificar a visibilidade desses temas.

Outro ponto crítico é o funcionamento burocrático das administrações públicas, que frequentemente privilegia soluções imediatas, como realocações compulsórias, sem

considerar os processos participativos (SOUZA, 2023). Spink (2018) destaca que a desconexão entre discursos técnico-científicos e comunitários compromete a construção de resiliência coletiva. A ausência de uma comunicação acessível e planejada de forma integrada impede que as populações compreendam plenamente as ameaças e tomem medidas de mitigação eficazes. Spink (2018) ressalta que a gestão de riscos em áreas vulneráveis não pode se limitar a ações estruturais, como contenções ou remoções, mas deve considerar os sentidos do risco no cotidiano das comunidades. A autora aponta que, enquanto as práticas institucionais frequentemente buscam monitorar, conter e intervir sobre o território, falta atenção ao fortalecimento das capacidades locais, em especial no que diz respeito ao “cuidado de si” por parte dos moradores. Essa perspectiva é crucial no contexto da comunicação de risco, pois envolve mais do que a disseminação de alertas: requer um processo dialógico que permita às comunidades compreender os perigos, avaliar os recursos disponíveis e agir de maneira contextualizada e autônoma.

Além disso, desigualdades materiais, como falta de acesso a tecnologias e baixa alfabetização, dificultam a inclusão de comunidades marginalizadas em processos formais de participação (LOOSE, 2020). Para superar essas barreiras, é necessário promover uma comunicação que valorize os saberes locais, integre metodologias participativas e priorize a escuta ativa. Ferramentas como mapeamentos participativos e oficinas podem criar um diálogo horizontal, essencial para transformar dados técnicos em práticas comunitárias concretas.

Frente ao exposto, longe de limitar a comunicação de risco ao momento de emissão de alertas, é preciso refletir sobre como as redes de monitoramento e alerta de desastres, as tecnologias de previsão de risco e os fluxos de informação envolvidos nos diversos níveis de alerta interagem com ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, traduzindo-se em ações nos diferentes níveis de resposta da Defesa Civil e outros atores regionais e municipais da sociedade, atuando como fatores de proteção. A integração de saberes técnicos e comunitários é essencial para a criação de planos de contingência eficazes e adaptados às realidades locais (VEYRET, 2007). Esses desafios evidenciam a importância de repensar práticas institucionais e desenvolver estratégias que garantam a construção de confiança e inclusão, permitindo que as comunidades assumam um papel protagonista na gestão de riscos e adaptação climática (LOOSE, 2020; SPINK, 2018).

3.6 Regularização fundiária e reparação integral

A regularização fundiária e a reparação integral, quando mobilizadas no campo da GIRD, não podem ser tratadas apenas como instrumentos técnico-administrativos voltados a “corrigir” irregularidades urbanas. Elas se inscrevem em uma trajetória histórica de disputas pela terra e pela cidade no Brasil, marcada por regimes seletivos de acesso, concentração fundiária e expropriações, que produziram de modo persistente desigualdades territoriais e restrições ao direito de permanecer em territórios socialmente produzidos (CFP, 2019).

Nesse percurso, a consolidação de formas de propriedade que bloqueiam o acesso à terra para quem não dispõe de recursos, bem como a manutenção de padrões concentracionistas, ajudam a compreender por que parcelas da população foram historicamente empurradas para formas precárias de moradia e para áreas com menor provisão de infraestrutura e serviços, onde o risco tende a ser posteriormente enquadrado como “problema técnico” e não como expressão de injustiças territoriais (CFP, 2019). Em sentido complementar, o reconhecimento constitucional da função social da propriedade na Constituição de 1988 desloca o debate do direito de propriedade como absoluto e oferece base normativa para interpretar políticas fundiárias e urbanas como campo de direitos e de enfrentamento de desigualdades e não apenas como regularização documental (CFP, 2019).

Esse pano de fundo se torna ainda mais inteligível quando se considera a urbanização brasileira e sua relação com a mercantilização da terra urbana. A rápida migração campo–cidade ocorreu sem garantia correspondente de acesso à moradia formal: nem o mercado imobiliário, frequentemente inacessível, nem políticas públicas historicamente insuficientes absorveram a demanda habitacional (BRASIL, 2025d). A moradia e a terra urbana operam como uma “mercadoria especial”, dependente de infraestrutura, serviços e localização, o que estruturou padrões duradouros de segregação territorial, atravessados por renda, cor e condições de vida (BRASIL, 2025d).

Nessa dinâmica, leituras simplificadas de “déficit habitacional” precisam ser problematizadas, pois coexistem carência habitacional, vacância e subutilização de imóveis e estratégias de especulação imobiliária. A resposta histórica das camadas populares, em grande medida, foi a autoprodução do habitat e da cidade: periferias construídas por ajuda

mútua, mutirões e, mais recentemente, por mercados informais de construção e aluguel, muitas vezes sem registros, assistência técnica e suporte institucional (BRASIL, 2025d). Esse arranjo, produzido na ausência de políticas robustas e inclusivas, empurra parcelas da população para a ocupação de áreas inadequadas e para precariedades infraestruturais que se acumulam como riscos cotidianos, articulando vulnerabilidades urbanas, institucionais e sociais (Ibid.).

Ao aproximar regularização fundiária e reparação integral no interior da GIRD, torna-se possível compreender que respostas estatais ao risco (incluindo remoções e reassentamentos) não são neutras: elas reatualizam disputas por terra e território e podem tanto reproduzir lógicas históricas de desterritorialização quanto abrir caminhos para políticas de permanência, reconhecimento e reconstrução ampliada das condições de vida. É nesse horizonte que a reparação extrapatrimonial ganha pertinência ao recolocar o território como pertencimento, memória e rede de relações.

Como discutido, a gestão de riscos em áreas vulneráveis exige uma abordagem integrada que transcenda medidas estruturais tradicionais, retaludamentos e contenções, e incorpore ações que promovam o protagonismo das comunidades afetadas (SPINK, 2018; SOUZA, 2023; OLIVATO, 2013). Spink (2018) aponta que a remoção forçada, frequentemente utilizada como estratégia autoritária, deve ceder espaço a práticas que reconheçam os direitos de cidadania e incentivem a participação ativa da população. Nesse sentido, o fornecimento de informações acessíveis, a oferta de alternativas habitacionais dignas e o fortalecimento das relações comunitárias tornam-se elementos centrais para que os moradores sejam inseridos como parceiros na definição de medidas de redução de riscos. Essa perspectiva, alinhada às diretrizes da Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR), reforça o papel das comunidades não apenas como beneficiárias, mas como agentes de resiliência, capazes de resistir, absorver e se recuperar dos efeitos adversos de maneira eficaz e sustentável (SPINK, 2018).

Ao propor a integração entre Desenvolvimento Sustentável, Redução de Desastres, Proteção Ambiental e Bem-Estar Social, a PNDC de 1994 formulava, ainda que de modo embrionário, o princípio da intersectorialidade da gestão de riscos, apontando a necessidade de políticas públicas voltadas ao ordenamento do território e à mitigação de riscos urbanos, antecipando debates posteriormente consolidados pelo Estatuto da Cidade (Lei nº

10.257/2001) e pela PNPDEC (Lei nº 12.608/2012). Tal articulação evidencia que a redução de riscos de desastres deve ser entendida como parte de um projeto mais amplo de justiça social, ambiental e territorial. Esse dimensionamento permite discutir, nas políticas contemporâneas, a habitação de interesse social, a regularização fundiária e a reparação extrapatrimonial como instrumentos de efetivação desse princípio integrador.

Em suas diretrizes, a PNDC de 1994 já indicava a importância de “promover a ordenação do espaço urbano, objetivando diminuir a ocupação desordenada de áreas de riscos de desastres, com a finalidade de reduzir as vulnerabilidades das áreas urbanas aos escorregamentos, alagamentos e outros desastres” (BRASIL, 2000, p. 8), sinalizando o entendimento de que o enfrentamento aos desastres deveria envolver não apenas ações emergenciais, mas também medidas estruturais e preventivas associadas à política urbana e habitacional. Contudo, à época, as propostas ainda estavam ancoradas na noção de reconstrução física e na realocação de populações atingidas, o que revela um olhar restrito à dimensão material da vulnerabilidade. Essa perspectiva, embora avançada para o contexto institucional dos anos 1990, não alcançava as dimensões simbólicas e sociais dos deslocamentos e perdas. Os projetos de “relocação populacional e construção de moradias para populações de baixa renda” (Ibid., 2000, p. 15), previstos na fase de reconstrução, enfatizavam o reassentamento em áreas consideradas seguras, mas sem tratar de forma consistente as rupturas sociais, culturais e afetivas geradas pelo deslocamento forçado.

Conforme abordou-se na Seção 3.3, no Estatuto da Cidade (2001), a discussão sobre o direito à moradia e à função social da cidade passou a integrar o debate sobre RRD e desigualdade urbana. O Estatuto, ao introduzir a regularização fundiária como instrumento de justiça social e de democratização do acesso à terra urbana, incorpora o princípio da gestão democrática da cidade e a obrigatoriedade dos Planos Diretores. Esse marco permite reinterpretar as diretrizes da PNDC de 1994 sob a nova ótica de que a ocupação irregular de áreas de risco não é apenas um problema técnico de planejamento urbano, mas expressão de uma estrutura histórica de exclusão e de vulnerabilização de determinados grupos sociais.

A Lei nº 12.608/2012, ao estabelecer a integração entre ordenamento territorial, habitação e prevenção de desastres como diretriz central, prevê a necessidade de compatibilizar o uso e a ocupação do solo com a identificação de áreas de risco, ampliando o alcance da GRD e aproximando-a das políticas urbanas, ambientais e sociais. A

regularização fundiária adquire, assim, papel estratégico como instrumento de redução de vulnerabilidades e promoção da segurança habitacional em territórios sujeitos a ameaças ambientais.

A política de regularização fundiária urbana no Brasil, consolidada a partir da Lei nº 13.465/2017 e introduzida na Seção 3.3, instituiu a REURB como instrumento central para integrar assentamentos irregulares ao ordenamento jurídico formal. A REURB se divide em modalidades específicas (REURB-S e REURB-E), dependendo da situação socioeconômica dos ocupantes e da natureza do parcelamento irregular. No entanto, a implementação da REURB está condicionada à capacidade institucional e à vontade política dos entes públicos, além de ser suscetível a disputas jurídicas complexas, especialmente em áreas de interesse estratégico para o capital privado ou para empresas estatais (BRASIL, 2017).

Apesar dos avanços normativos trazidos pela lei, a implementação dessas políticas ainda tem se orientado predominantemente por soluções técnico-jurídicas, relegando a segundo plano as dimensões humanas, simbólicas e relacionais implicadas no risco e no deslocamento. Na prática, a GRD no Brasil permanece, em muitos contextos, centrada na resposta ao desastre e na remoção de famílias como estratégia “resolutiva” para enfrentar vulnerabilidades, perpetuando padrões históricos de exclusão e desigualdade (SOUZA, 2023). Para Souza (2023), a prevalência de remoções como estratégia de mitigação reflete o status quo de uma visão fragmentada do risco, que frequentemente ignora os impactos sociais e econômicos dessa prática. Ainda conforme apontado pelo autor, as remoções podem expor os moradores a novos riscos, como desagregação familiar, perda de vínculos comunitários, desemprego e maior vulnerabilidade à violência urbana.

Assis (2021), questionando sobre como as diferentes temporalidades afetam moradores e moradoras de um projeto de habitação de interesse social, apresenta os achados de Petrarolli (2015) que destacam múltiplos elementos a serem considerados na análise da execução dos Programas e Ações para urbanização de favelas do PAC, tais como:

- 1) a comparação do tempo de execução de obras de urbanização de favelas com outro modelo de obra da construção civil, especificamente no que tange a diferença entre obras realizadas pelo setor público e do setor privado; 2) a interdisciplinaridade da intervenção, ou seja, a necessidade de organização institucional e cooperação entre diferentes setores do poder público para a elaboração do projeto de urbanização e a gestão das obras; 3) a obrigatoriedade de contemplação de interesses e necessidades de um número grande de pessoas; 4) a grande interferência das obras no cotidiano dos moradores e das ações dos moradores nas obras; 5) a relação entre o tempo de elaboração do projeto e a

execução das obras de urbanização com a dinâmica de transformação das áreas e 6) o tempo político (Assis, 2021, p. 19).

Assis (2021) chama atenção para a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, que indica que intervenções públicas na área de habitação necessitam ser acompanhadas por um trabalho social sistemático, envolvendo a participação dos beneficiários em todo o processo de implementação, objetivando a promoção da inclusão social, o acesso à cidade e aos serviços públicos, e estimulando a participação cidadã, definindo que:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (Brasil, 2014a, p. 5).

Ainda em 2014, a Lei nº 12.983 alterou a Lei nº 12.340/2010, incorporando explicitamente, entre os elementos dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil, a definição de ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico às populações atingidas por desastres. A Lei nº 14.750/2023 aprofunda esse movimento ao redefinir o §6º do art. 3º da Lei nº 12.340/2010, estabelecendo a obrigatoriedade de elaboração, avaliação anual e atualização dos planos de contingência por meio de processos de mobilização e participação social, com ampla divulgação e realização de audiências públicas.

A Lei nº 14.750/2023 representa um marco relevante no aperfeiçoamento da PNPDEC ao ampliar o escopo da GIRD. Ao alterar as Leis nº 12.608/2012 e nº 12.340/2010, a normativa incorpora explicitamente a gestão de acidentes e desastres induzidos por ação humana, bem como a atuação prioritária e continuada do Sistema Único de Saúde na assistência à saúde física e mental das populações atingidas. A inclusão do Capítulo III-A redefine de forma substantiva o papel dos empreendimentos públicos e privados na estrutura da prevenção, resposta e reparação: o art. 12-A institui deveres de prevenção, monitoramento e provisão de recursos conforme risco e dano potencial; a lei exige transparência, integração permanente com a sociedade civil e exercícios simulados com populações potencialmente atingidas; e o art. 12-C explicita obrigações que incluem atendimento especializado, reinclusão social, assistência continuada à saúde física e mental e custeio de assessorias técnicas independentes escolhidas pelas comunidades atingidas, reforçando a participação informada e autonomia técnica. Em conjunto, esses dispositivos deslocam a reparação do mero ressarcimento econômico para uma responsabilidade compartilhada e continuada, com

participação, transparência e atenção à saúde mental, oferecendo a base normativa para tratar a reparação extrapatrimonial como dimensão estruturante da GIRD.

No mesmo sentido, o Decreto Nº 12.652, de 7 de outubro de 2025, que estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, aponta que:

§ 2º O Plano integrará, de maneira transversal, as políticas públicas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, assistência social e aquelas que vierem a ser incorporadas ao Sinpdec.

A reparação oferecida às comunidades afetadas por desastres ou remoções é, em geral, material: a casa substitui a moradia perdida, mas não reconstitui o território enquanto espaço de pertencimento, memória e convivência. Essa limitação revela uma lacuna ética e política na formulação das políticas de GRD, que raramente reconhecem a reparação extrapatrimonial como componente legítimo da reconstrução pós-desastre ou como parte do conjunto de estratégias preventivas.

Os desastres provocam impactos em múltiplos níveis da vida comunitária, afetando não apenas o indivíduo, mas também relações familiares e sociais, comprometendo aspectos como trabalho, lazer, cultura, mobilidade, educação, saúde e redes de convivência (CFP; UNOPS, 2025). No contexto dos danos extrapatrimoniais, “a quebra forçada de laços e vínculos sociais entre pessoas moradoras e frequentadoras dos bairros, assim como com o território, tem um impacto direto na saúde mental” (CFP; UNOPS, 2025, p. 12). A reparação extrapatrimonial, nesse contexto, refere-se ao reconhecimento e à mitigação de danos imateriais produzidos pelos desastres e pelas ações de relocação, como perda de pertencimento, redes de solidariedade, símbolos identitários e autonomia comunitária.

Como destacado na cartilha *Escutar para Reparar: Danos Extrapatrimoniais e Saúde Mental em Maceió* (UNOPS; FUNDEPES, 2025), esses danos, embora não quantificáveis economicamente, impactam de modo direto a capacidade das populações atingidas de reconstruírem suas vidas e de se engajarem em processos de redução de riscos futuros. Manifestam-se “na sensação de perder o próprio chão, nas dificuldades de reconstruir vínculos, no medo do futuro e no abalo da identidade territorial” (Ibid., p. 8), atravessando coletividades, histórias, afetos e relações basilares de convivência. Assim, “cuidar da saúde mental também significa reconstruir laços, fortalecer redes de apoio e criar

espaços onde as pessoas possam falar, lembrar e se reorganizar de forma segura e solidária” (Ibid., p. 8). Pensar a reparação nessas situações vai além de indenizações, pois “requer escuta, reconhecimento público e reconstrução de vínculos comunitários” (Ibid., p. 9). Por isso, a inclusão dessa dimensão nas políticas públicas deve ser compreendida como ato de justiça socioambiental e restaurativa, ampliando o escopo da GIRD para além da infraestrutura e da resposta emergencial.

A DPU revela seu interesse em caminhar nessa direção, ao disponibilizar durante a COP 30¹³, para consulta pública e colaboração, a minuta do *Protocolo de Atuação em Desastres e Emergências Socioambientais*, desenvolvida no projeto *DPU em Linha com a Agenda 2030* (DPU, 2025). Resultado de um processo participativo e multidisciplinar, que articulou a experiência prática de defensoras e defensores públicos, ao conhecimento de especialistas e técnicos, assim como contribuições de organismos nacionais e internacionais. Por meio de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e sob a coordenação do Laboratório de Pesquisa e Inovação em Direitos Humanos da DPU, o documento assume o compromisso de incorporar padrões de excelência reconhecidos, e alinhados aos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.

O Protocolo avança, ao se posicionar no enfrentamento dos desafios impostos pelas crises ambientais e humanitárias e na busca de se consolidar como documento de referência central para a formulação e implementação de práticas e decisões que se pautem pelo rigor técnico, fundamentação jurídica, e orientadas pela proteção integral dos direitos humanos, nos contextos de crise socioambiental (DPU, 2025). Para tanto, o protocolo é estrategicamente estruturado em cinco eixos orientadores:

O primeiro, promoção da justiça socioambiental, integra diagnósticos interseccionais, escuta qualificada e territorialidade como bases para políticas e ações efetivas. O segundo, centralidade das populações atingidas, assegura protagonismo comunitário e soluções ajustadas às realidades locais. O terceiro, atuação integrada, em rede e interseccional, fortalece a cooperação entre diferentes atores e saberes para ampliar a efetividade das respostas. O quarto, prevenção, reparação integral e não repetição, antecipa riscos, recompõe danos de forma ampla e adota medidas estruturais que evitem novas violações. Por fim, o quinto

¹³ COP é a sigla, em inglês, de Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Sua origem é vinculada à ECO-92, realizada no início da década de 1990 pela ONU, no Rio de Janeiro, quando 197 países firmaram um tratado voltado à estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. A primeira COP ocorreu em 1994, em Berlim (Alemanha), quando o tratado assinado em 1992 entrou em vigor (SPINK, 2025). A COP é realizada anualmente e sua 30ª edição, em 2025, ocorreu em Belém - PA, no Brasil.

eixo, produção de conhecimento e incidência qualificada, transforma dados e experiências em estratégias capazes de influenciar políticas públicas e fortalecer a resiliência territorial (DPU, 2025, p.8).

Nesta linha, o protocolo ao se debruçar sobre os direitos das populações atingidas e de suas garantias institucionais, fundamentando-se em princípios constitucionais e institucionais, assim como em precedentes institucionais relevantes, abarca uma série de direitos, tais com: direitos territoriais, ambientais e culturais; direitos sociais e econômicos em contextos de crise; direito à informação, participação, escuta e consentimento; reparo integral e justiça intergeracional (DPU, 2025). Conforme o documento:

A busca pelo reparo integral deve orientar a atuação estatal e institucional, privilegiando medidas preventivas que antecipem a ocorrência de danos ambientais e sociais, evitando a eclosão de conflitos humanitários decorrentes desses eventos. Contudo, quando o dano já se consumou, a atuação do Poder Público — inclusive da Defensoria Pública da União — deve se voltar à restauração das condições de vida, à segurança alimentar, à recomposição das relações comunitárias e à reabilitação de um ambiente sadio. Essa dimensão amplia o conceito de reparação, transcendendo o caráter meramente indenizatório e incorporando ações voltadas à restauração da dignidade humana e dos vínculos sociais das comunidades afetadas (Ibid., p. 49)

Incorporar a reparação extrapatrimonial à GIRD implica reconhecer que a vulnerabilidade não se reduz à carência de infraestrutura: ela também é produzida pela ruptura de vínculos comunitários, pela perda do sentido de lugar e por impactos simbólicos, culturais e psicológicos que atravessam a experiência do risco, do desastre e do deslocamento. Nesse horizonte, a regularização fundiária, quando articulada à GIRD, pode ampliar o alcance das políticas urbanas, deslocando-se de uma lógica estritamente jurídico-administrativa para uma política de justiça territorial, na medida em que incorpora medidas capazes de restabelecer laços sociais, valorizar a história dos territórios e assegurar participação efetiva das populações nos processos decisórios, produzindo reparação em sentido amplo.

Assim, pensar reparação no contexto de danos extrapatrimoniais implica considerar “processos de responsabilização, com o reconhecimento e a visibilidade dos danos morais coletivos, contribuindo para a promoção da justiça e do bem-estar da população atingida por desastres” (CFP, 2025, p. 3). A reparação não deve ser considerada apenas no âmbito do Direito como mero ato de reparar prejuízo, pois envolve dimensões como a “construção de novas redes de apoio e da participação social, da recuperação da memória e dos laços sociais e afetivos, e da compensação da ausência de espaços de relações de convívio social” (CFP, 2025, p. 3). Sob esse prisma, políticas preventivas e de reconstrução não podem ser

entendidas apenas como reposição de bens ou normalização institucional, mas como restituição de dignidade e reconhecimento. Políticas de Proteção e Defesa Civil, habitação e regularização fundiária precisam operar também como políticas de cuidado e memória, considerando que danos decorrentes de desastres e intervenções territoriais ultrapassam o patrimônio material e incidem sobre subjetividades, identidades coletivas e formas de pertencimento.

Nesse horizonte, regularização fundiária e reparação extrapatrimonial podem ser compreendidas como dimensões complementares e interdependentes no interior da GIRD. A regularização não deveria se restringir à titulação e à formalização jurídica, mas integrar ações orientadas por uma ética da reparação, ancorada no direito à cidade e na justiça territorial: preservar e recompor tecido social, memória coletiva e vínculos comunitários, garantindo participação efetiva nos processos decisórios e produzindo reparação em sentido amplo (CFP, 2025). Iniciativas como o *Projeto Saúde Mental Comunitária – Redes de Apoio Psicossocial*, no contexto do desastre socioambiental de Maceió, ilustram esse movimento ao situar a reparação moral coletiva e a recomposição de vínculos como parte do trabalho institucional, reconhecendo que deslocamentos forçados podem significar a perda de bairros, vizinhanças, hábitos e espaços de vida comunitária, e não apenas de bens materiais (UNOPS; FUNDEPES, 2025).

Apesar desses avanços, a incorporação da reparação extrapatrimonial às políticas de RRD ainda é tímida e carece de diretrizes operacionais: persistem desafios de responsabilização de atores públicos e privados, desenho de indicadores e institucionalização de rotinas de cuidado coletivo e escuta qualificada, com recomendações práticas para que planos comunitários e institucionais prevejam desde sua elaboração dimensões de reparação extrapatrimonial vinculadas à GRD (UNOPS; FUNDEPES, 2025).

3.7 Etnografia-discursiva: ADCE em diálogo com PDPS e modelo PAR

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma abordagem teórico-metodológica voltada ao estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas, atraindo pesquisadores das Ciências Sociais e áreas afins (RESENDE; RAMALHO, 2006). Não se trata de uma teoria única nem de um método homogêneo. A ADC dedica-se à análise de textos, eventos e práticas sociais em seus contextos sócio-históricos, sobretudo no âmbito das transformações sociais, articulando teoria e método para o estudo do discurso (MAGALHÃES; MARTINS;

RESENDE, 2017). Nesse sentido, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade constituem traços centrais, favorecendo leituras integradas de problemas sociais e discursivos (FLORINDO, 2019).

Dada a heterogeneidade de perspectivas no campo, Wodak (2011) sugere a noção de “escolas” para se referir às diferentes abordagens em ADC (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Ainda assim, conforme Van Dijk (1993), um eixo comum entre pesquisadores da ADC é a adoção de uma perspectiva de análise linguística, semiótica ou discursiva comprometida com questões de justiça social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Essa orientação crítica implica reconhecer que a escolha dos problemas e recortes de pesquisa pode assumir posturas críticas ou omissas, produzindo efeitos também no plano acadêmico e político (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; FLORINDO, 2019).

Conforme Martins et al. (2024, p. 2), “diversos autores destacam a importância de examinar as práticas discursivas e as construções retóricas para compreender como as atribuições operam e impactam a vida cotidiana”. Nesse sentido, Magalhães, Martins e Resende (2017) ressaltam a conexão entre práticas sociais e teóricas, destacando que, no âmbito acadêmico, a definição das questões de investigação pode adotar uma postura crítica ou omissa. Para Florindo (2019), quando se assume uma perspectiva crítica, a ADC se apresenta como abordagem qualitativa particularmente adequada por permitir integrar fatores socioculturais, econômicos e políticos à análise do discurso, contribuindo para debates sobre desigualdades e opressões nas sociedades contemporâneas. Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 30) sintetizam essa amplitude ao afirmarem que, na pesquisa qualitativa, é possível examinar “o tecido social da vida diária”, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa, bem como a articulação entre processos sociais, instituições, discursos e relações sociais, e os sentidos que produzem.

No plano conceitual, a ADC, tal como desenvolvida por Fairclough, examina o discurso como prática social, explorando as relações dialéticas entre linguagem, poder e sociedade (FAIRCLOUGH, 2001). Nessa perspectiva, o discurso não apenas reflete, mas também reproduz e transforma estruturas sociais, desempenhando papel central na configuração de hegemonias e práticas de governança. Como afirma Fairclough:

Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de

variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (Fairclough, 2001, p. 91).

Assim, “Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 28). Inspirado na visão de Bakhtin, acerca das contradições ocultas da luta pelo poder, nas *condições habituais da vida social*, para Fairclough, a abordagem “crítica” implica, não apenas desvelar conexões e causas ocultas, mas também, intervir socialmente para favorecer grupos em situação de desvantagem (RESENDE; RAMALHO, 2006). Fairclough propôs a operacionalização de teorias sociais na análise de discurso linguisticamente orientada, compondo um quadro teórico-metodológico para a perspectiva crítica de linguagem como prática social. Nas palavras de Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 164),

a ADC realiza o objetivo de transcender a divisão entre a pesquisa inspirada pela Ciência Social, que tende a não analisar textos, e a pesquisa inspirada pela Linguística, que tende a não se engajar com questões teóricas das Ciências Sociais. Isso porque a análise textual é concebida não apenas como a análise das relações internas, mas também das relações externas de textos, isto é, de suas relações com outros elementos de eventos, práticas e estruturas sociais.

Portanto, para alcançar este objetivo, “a ADC assenta-se, primeiro, em uma visão científica de crítica social, segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia e, terceiro, na teoria e na análise linguística e semiótica” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 23). De modo que, o processo discursivo fundamenta-se em três pilares pelos quais se reproduzem: os *textos*, as práticas discursivas e as práticas sociais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Nesta concepção tridimensional formulada por Fairclough, a Análise de Discurso deve recorrer a três tradições de investigação teórica, a tradição de análise textual e linguística, a tradição macrosociológica de análise da prática social e a tradição interpretativa ou microsociológica, levando em conta como as pessoas produzem ativamente e entendem a realidade social ao partilhar o senso comum (Ibid.).

Nesse enquadre, Magalhães, Martins e Resende (2017) propõem o desenvolvimento da ADCE, frente ao desafio intelectual de ampliar a relação entre a Ciência Social Crítica e a ADC partindo de uma abordagem etnográfica multimetodológica que possa acessar práticas, eventos, discursos, ideologias, identidades e relações sociais na pesquisa discursiva

crítica, tornando coerentes as perspectivas ontológica e epistemológica em ADC. Nesta dissertação, adota-se a ADCE como matriz teórico-metodológica central, por permitir analisar o discurso como prática social situada, articulando linguagem, instituições, materialidades e relações de poder no contexto sócio-histórico (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Nessa perspectiva, *textos*, eventos e práticas sociais se constituem dialeticamente e os significados do discurso se vinculam a processos socioculturais, econômicos e políticos, de modo que a produção discursiva participa da reprodução e da transformação das estruturas sociais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

A abordagem etnográfico-discursiva “defende, em seu programa de estudo, a realização de pesquisa etnográfica para o estudo do discurso como prática social” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 35), diferenciando-se de abordagens centradas exclusivamente na análise textual (Ibid.). Essa perspectiva reconhece que a análise deve ser situada, implicada e relacional: ao adentrar o campo, o pesquisador torna-se parte da construção discursiva, e sua escuta deve considerar a complexidade dos sentidos produzidos no entrecruzamento de vozes, posições e práticas. Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), a ADCE é orientada pela imersão no campo empírico, pela atenção aos modos de significação locais e pelas tensões entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

No campo dos riscos e desastres, essa perspectiva torna-se particularmente relevante para compreender como diferentes atores sociais, tais como governos, especialistas técnicos, e comunidades locais produzem discursos que moldam percepções, enquadramentos e respostas aos riscos. Conforme Hajer e Versteeg (2005), discursos sobre risco podem operar como arenas de disputa, nas quais narrativas hegemônicas legitimam determinadas intervenções institucionais que tendem a desconsiderar realidades locais, ao passo que discursos comunitários emergem como formas de resistência e contestação.

Embora a tradição faircloughiana dialogue frequentemente com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday, Magalhães, Martins e Resende (2017) destacam que esse diálogo deve ser compreendido como possibilidade metodológica, e não como exigência de filiação exclusiva. Na ADCE essa influência não implica a adoção obrigatória de um único modelo linguístico ou base crítica social, conforme já destacado, a heterogeneidade de abordagens na ADC não se reduz a uma única proposta teórica, de modo

que “é sempre possível estabelecer um diálogo entre abordagens” (Ibid., p. 29). Na ADCE a escolha das ferramentas analíticas deve ser orientada pelo objeto de investigação e pelo enquadre teórico mobilizado pelo pesquisador, mantendo a articulação entre análise textual e explicação social, exigindo que o/a pesquisador/a delimite e explicita o caminho teórico-metodológico escolhido em função do problema de pesquisa (Ibid.).

Partindo do princípio da transdisciplinaridade, esta dissertação constrói uma arquitetura teórico-analítica integrada. A ADCE constitui-se como o norteador teórico-metodológico etnográfico-discursivo, orientando a análise das relações dialéticas entre linguagem, instituições materialidades e estruturas de poder (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Como base crítica social, o modelo PAR é acionado por permitir a contextualização histórica e influência na progressão multiescalar da vulnerabilidade e na construção social dos riscos e desastres (WISNER et al., 2025).

Para operacionalizar a exigência da ADCE de investigar o processo social no nível microsituado, adota-se como base linguística e interacional a PDPS¹⁴, desenvolvida no âmbito das contribuições da Psicologia Social Discursiva, no enquadre do construcionismo social. Essa escolha justifica-se, pois, a abordagem tem como foco justamente “a produção de sentidos na vida cotidiana por meio da análise de práticas discursivas” (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2014, p. 20). Assim, a PDPS permite captar como questões estruturais e as dinâmicas institucionais são ativamente negociadas e ressignificadas pelos sujeitos no nível microlocal no cotidiano do território.

Essa articulação entre a ADCE (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), a PDPS (SPINK, 2013; 2024) e o modelo PAR (WISNER et al., 2025) exige a exposição do alinhamento ontológico e epistemológico entre as abordagens, de modo a evitar a percepção de ecletismos incompatíveis. O eixo articulador que possibilita esta integração teórico-metodológica é a confluência na recusa das dicotomias clássicas entre estrutura e agência, transversalizada por uma leitura crítica das relações de poder, examinadas sob a ótica do uso e do abuso do poder em suas formas socioculturais, institucionais, políticas, econômicas e coercitivas (WISNER et al., 2025).

¹⁴ Na ocasião do exame de qualificação, os apontamentos da psicóloga Sandra Assis e o acesso à sua tese, que mobiliza as práticas discursivas no enquadre do construcionismo social, reforçaram a pertinência desta aproximação entre ADCE e PDPS no desenho analítico da dissertação (ASSIS, 2021)

Alinhado as reflexões de Spink (2014) acerca da emergência do conceito de Vulnerabilidade apresentado na seção 3.2, Wisner et al. (2025) chamam a atenção para as interações entre vulnerabilidade e capacidades. Para os autores, o esforço de compreensão sobre o conceito de vulnerabilidade tem permitido um novo entendimento que desloca a atenção antes centrada nas ameaças naturais. Esse entendimento consolidou-se nas últimas décadas e sustenta um discurso crítico sobre a DRC que vai muito além da linguagem tradicional de RRD, desafiando os indivíduos e as instituições detentoras de poder a enfrentarem as causas básicas dos desastres e a prevenirem a construção de novos riscos (WISNER et al., 2025)

No contexto da GRD, Wisner et al. (2025) advertem que, nas tradições estruturalistas e existencialistas, a vulnerabilidade e a capacidade fundamentam interpretações radicalmente diferentes sobre os desastres. Através de uma lente puramente estruturalista, é a distribuição desigual de poder na sociedade que expõe as pessoas a perigos e desastres. Em contrapartida, de uma perspectiva existencialista, são as decisões e escolhas deliberadas dos sujeitos que os expõem. Nessas perspectivas ontologicamente distintas, RRD seria, respectivamente, apenas uma questão de enfrentar as *causas básicas* da vulnerabilidade ou de aprimorar as capacidades locais. Os autores rejeitam ambas as visões, recusando a dicotomia 'ou um ou outro', argumentando que a realidade é mais complexa.

Apoiando-se na concepção de Michel Foucault, Wisner et al. (2025) compreendem que o poder não é apenas uma imposição vertical, mas que atua como uma forma difusa de controle, guiada consciente ou inconscientemente através de múltiplos canais formais e informais. Tais relações de poder estão embutidas no tecido social e penetram todas as dimensões da vida cotidiana. Os autores ancoram essas reflexões em discussões similares iniciadas por Anthony Giddens, Pierre Bourdieu e Amartya Sen, evidenciando que existe uma relação dialética entre estrutura e agência.

É essa compreensão que permite reconhecer que mesmo as pessoas em maior vulnerabilidade sempre demonstram algumas capacidades para resistir, lidar, adaptar-se e se recuperar dos impactos, buscando seus objetivos de vida individuais e coletivos a despeito do risco e nunca são totalmente indefesas ao enfrentar os desastres e suas causas básicas (WISNER et al., 2025). Tais capacidades operam, frequentemente, nos bastidores do cotidiano como verdadeiras 'transcrições ocultas' (*Hidden Transcripts*) (WISNER et al.,

2025), mobilizando uma sabedoria tática silenciosa que subverte e tensiona a ordem hegemônica.

Essa recusa da dicotomia excludente entre estrutura e agência demandada pelo modelo PAR encontra equivalência na ADCE. Conforme elucidam Magalhães, Martins e Resende (2017), a vertente da ADC da qual partem fundamenta-se na ontologia do Realismo Crítico de Roy Bhaskar, especificamente em seu *Modelo Transformacional da Atividade Social*. Para Bhaskar, a sociedade provê as condições para a ação humana, mas só existe e se atualiza por meio dessas próprias ações, exigindo um sistema de conceitos mediadores para resolver a assimetria temporal entre estrutura e agência: as práticas sociais.

Contudo, os autores argumentam que, para ser coerente com essa ontologia, não é adequado que a pesquisa se restrinja à materialidade dos textos. É justamente essa exigência crítico-realista de acessar as práticas sociais concretas que justifica a incorporação da etnografia à ADC, consolidando a ADCE. Nesse modelo, a linguagem deixa de ser lida apenas em documentos isolados para ser percebida no calor dos eventos sociais, onde o discurso figura como uma arena material em que as relações de poder se estabilizam ou são contestadas no cotidiano.

Para dar conta da materialidade desses eventos cotidianos, a pesquisa aciona a PDPS. Conforme Spink e Frezza (2013), as práticas discursivas são linguagem em ação e a produção de sentidos é compreendida como um empreendimento social e dialético, por meio do qual as pessoas, em relações historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos para compreender e lidar com situações e fenômenos. Spink (2007), ao discutir as aproximações da PDPS com os métodos etnográficos da antropologia, afirma tratar-se de pesquisar no cotidiano, no fluxo dos acontecimentos, rompendo com a clássica separação entre pesquisador e objeto de pesquisa.

Se pesquisarmos o cotidiano, estabeleceremos a clássica separação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Mas, se pesquisarmos no cotidiano, seremos partícipes dessas ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. Fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações (SPINK, 2007, p. 34, grifo da autora).

Dessa forma, as práticas discursivas são analisadas como linguagens sociais em uso, constituídas por (i) uma dinâmica de enunciados orientados por vozes, (ii) formas/gêneros de fala e (iii) conteúdos mobilizados como repertórios interpretativos (ASSIS, 2021).

Metodologicamente, isso implica evitar a descontextualização de falas: o sentido se completa no encadeamento de enunciados e na situação interacional, de modo que recortes desancorados do episódio comunicativo tendem a empobrecer a análise. Nas palavras de Spink e Gimenes (1994, p. 151):

Esta articulação com o contexto cultural e social pressupõe a interface entre dois tempos distintos: o tempo histórico em que se inscrevem os conteúdos imaginários derivados das formações discursivas de diferentes épocas; e o tempo vivido em que se inscrevem os conteúdos derivados dos processos de socialização primária e secundária. Posicionar-se, nesta ótica, implica, portanto, em navegar pelas múltiplas narrativas com as quais entramos em contato e que se articulam em nossas práticas discursivas.

Produzir sentidos envolve posicionar-se em uma rede de relações intersubjetivas, o que traz para o centro da análise o tempo presente e a microescala das interações sociais (SPINK; GIMENES, 1994). Citando Valera (1991), as autoras indicam que, na microescala da interação, abre-se a possibilidade de ruptura entre o instituído e o instituinte, condição que favorece a atividade criativa e a construção de novos sentidos (SPINK; GIMENES, 1994). Nessa perspectiva, repertórios interpretativos funcionam como 'unidades de construção' das práticas discursivas, constituindo um conjunto de termos e lugares-comuns que delimitam possibilidades de construção de versões sobre ações, eventos e fenômenos em contextos situados (SPINK; MEDRADO, 2013). Spink e Medrado (2013) propõem situar essa leitura na interface de três tempos: (1) o tempo longo, que reúne conteúdos culturais e discursos de época; (2) o tempo vivido, relativo às linguagens sociais aprendidas nas trajetórias; e (3) o tempo curto, marcado pelos processos dialógicos do aqui-e-agora, no qual sujeitos se posicionam na interação e os sentidos são atualizados e disputados.

À primeira vista, a aproximação entre a ontologia crítico-realista da ADCE e a epistemologia construcionista da PDPS poderia sugerir um conflito teórico. Spink (2010) pondera que vários autores na psicologia buscam resolver o 'dilema construcionista' adotando exatamente a premissa de Bhaskar, separando o realismo ontológico do construcionismo epistemológico. Contudo, a perspectiva das práticas discursivas avança para além dessa divisão, encontrando sua resolução na adoção de 'ontologias políticas' e relacionais (SPINK et al., 2014; SPINK, 2024). Nessa ótica, assume-se que a realidade não precede as práticas sociais pelas quais interagimos com ela, mas é ativamente modelada, tensionada e contestada no interior dessas mesmas práticas.

É exatamente no conceito de ‘prática’ que as abordagens desta dissertação encontram seu ponto de convergência, assegurando uma integração teoricamente coesa. Se, para a ADCE (via Bhaskar), as práticas sociais constituem o conceito mediador essencial que resolve a assimetria entre a estrutura opressora e a agência humana (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), para a PDPS, é nas práticas discursivas do cotidiano que essa agência materializa suas resistências e ressignificações (SPINK, 2010).

Conforme Florindo (2019), o discurso exerce papel central na produção, reprodução e superação de desigualdades e relações de dominação, de modo que mudança social e mudança discursiva se articulam dialeticamente. Em diálogo com leituras foucaultianas e construcionistas, Spink (2018) propõe compreender o ‘risco’ não apenas como conceito técnico, mas como linguagem cujos usos produzem efeitos de poder. Segundo a autora, “os discursos sobre risco definem territórios linguísticos que demarcam campos de gestão nos quais desenvolvem-se maneiras específicas de falar sobre riscos” (SPINK, 2018, p. 16). Essa perspectiva é crucial para compreender como populações vulnerabilizadas percebem, nomeiam e convivem com os perigos que as cercam, e como distintos discursos — técnicos, institucionais e comunitários — se articulam e disputam legitimidade nos processos de governança do risco.

No caso da Comunidade Vira Lata, a integração dessas perspectivas permite ampliar o olhar sobre como a linguagem do risco em uso molda a percepção e a resposta das populações locais, tensionando as propostas institucionais de RRD. Práticas dialógicas, como a realização de oficinas participativas e a coprodução de mapas comunitários, operam como mediações essenciais capazes de traduzir esses discursos em soluções concretas e adaptadas ao contexto local (SPINK, 2018). Essas práticas não apenas fortalecem o papel ativo dos moradores na gestão de riscos, mas também promovem a integração entre saberes técnicos e vivenciais, criando um ambiente propício para a construção coletiva de soluções emancipatórias (ARAI, 2002; OLIVATO, 2013; SPINK, 2018; SOUZA, 2023).

Atendendo à necessidade de articular as discussões aos seus respectivos níveis de análise, desde a estrutura social (macro) até a experiência vivida (micro), conforme sintetizado por Magalhães, Martins e Resende (2017), o diálogo entre a ADCE e a PDPS fundamenta a proposta multiescalar desta pesquisa. De um lado, a ADCE fortalece a leitura macroestrutural ao examinar as ordens de discurso, as mediações institucionais e as disputas

hegemônicas, evidenciando como as relações de poder e as desigualdades se estabilizam e se legitimam no *tempo longo*. De outro lado, a ancoragem temporal proposta pela PDPS qualifica a análise microssituada da experiência vivida. Ao focar no *tempo curto* dos episódios interacionais, a PDPS acompanha como os repertórios interpretativos e os posicionamentos são mobilizados na interanimação dialógica¹⁵. Desse modo, a articulação entre as abordagens atua como uma ponte entre escalas: permite investigar, simultaneamente, a estabilização histórico-institucional dos sentidos e a sua atualização, negociação e ruptura nas práticas sociais concretas do cotidiano (SPINK, 2010; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Consolida-se, assim, uma arquitetura analítica coesa: a distribuição de poder e as ameaças físicas do modelo PAR não são lidas como meras ficções, mas como vulnerabilidades materiais que se impõem estruturalmente. A ADCE fornece a lente para ler a dominação e a resistência institucionalizadas nessa estrutura. E, por fim, a ontologia relacional da PDPS garante a lupa microssituada para compreender como categorias como o próprio 'risco', o 'direito' e a 'reparação' são forjadas nas redes heterogêneas de relações. As três abordagens convergem para demonstrar que o desastre e o risco são fenômenos materiais concretos, cuja gestão e vivência são constitutivamente atravessadas por intensas disputas discursivas nas práticas do cotidiano.

¹⁵ A PDPS adota o conceito de dialogia (interanimação dialógica) de Bakhtin (1994), como princípio básico da linguagem. Os enunciados estão sempre em interação e diálogo, em textos escritos, falas e até nos diálogos internos. Todo enunciado pressupõe interlocutores presentes, passados e futuros, que se materializam nas noções de vozes e endereçamento, indicando que a linguagem é constitutivamente dialógica e fruto de processos coletivos. “Em outras palavras, os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato com, ou são endereçados a, uma ou mais pessoas e essas se interanimam mutuamente, mesmo quando os diálogos são internos” (SPINK, et al. 2014, p. 325). Essa compreensão também é mobilizada em discussões que fundamentam a ADC, ao enfatizar que mesmo discursos aparentemente monológicos (como textos escritos) integram cadeias dialógicas, respondendo a enunciados anteriores e antecipando réplicas posteriores, o que reforça a análise do discurso como prática social situada e historicamente encadeada. (RESENDE; RAMALHO, 2006)

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

Esta seção apresenta o contexto territorial, histórico e institucional do campo etnográfico desta pesquisa: a Comunidade Vira Lata. O território é contextualizado não apenas como um recorte geográfico, mas como um espaço produzido através de tensões históricas entre a necessidade de moradia, a infraestrutura logística e a ausência de políticas públicas. A análise descreve os processos de formação e adensamento da ocupação, articulando dados primários coletados durante a elaboração do PCRA com a trajetória de disputas fundiárias e os arranjos jurídico-institucionais que condicionaram as possibilidades de permanência. Essa fundamentação é essencial para compreender as dinâmicas de poder que atravessam o processo de cocriação do piloto do plano no território.

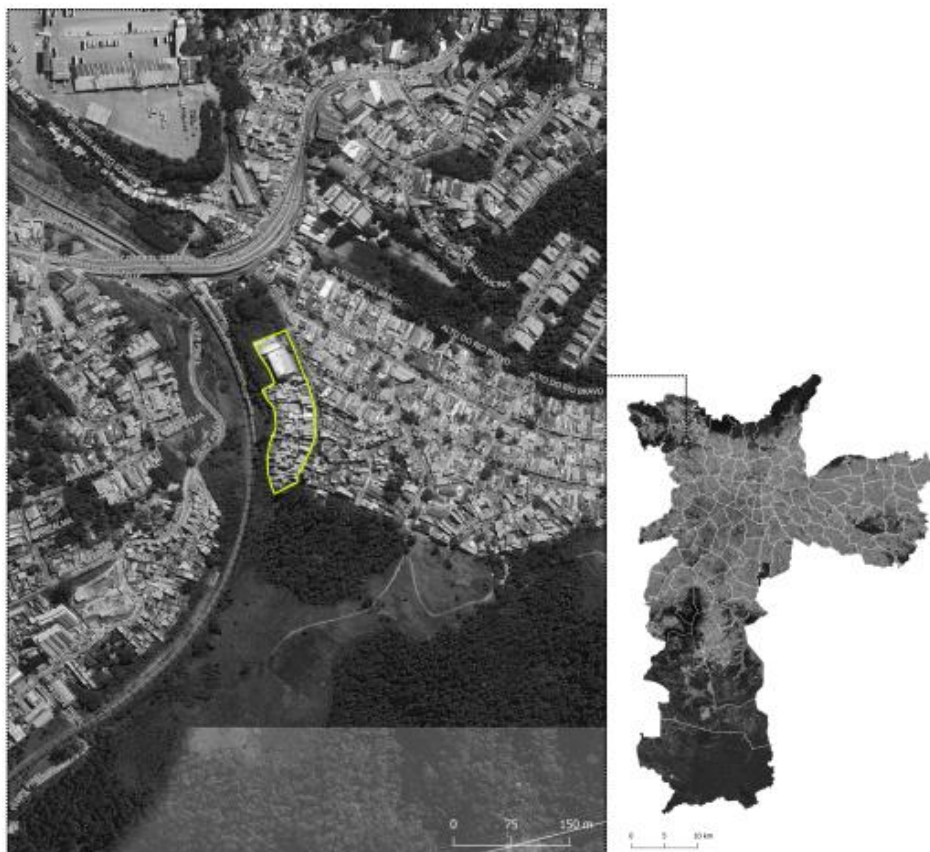
4.1 Caracterização Territorial e Sociodemográfica: Das "causas básicas" à Consolidação

A Comunidade Vira Lata está situada no distrito do Jaraguá, na zona Noroeste do município de São Paulo, um território marcado por diversidade histórico-espacial e por expressivas desigualdades socioambientais. O Jaraguá foi criado oficialmente em 1948, a partir do desmembramento de áreas de Perus, Pirituba e da antiga Freguesia do Ó, integrando hoje a Subprefeitura de Pirituba-Jaraguá. O distrito faz fronteira com os municípios de Osasco e Caieiras, além dos bairros vizinhos de Perus, Anhanguera e São Domingos (UFABC, 2025b). Sua extensão territorial abrange cerca de 28 km², estendendo-se do Pico do Jaraguá até a borda da Cantareira e do Rodoanel até o Jardim Bandeirantes. Conforme dados do Censo de 2022 sistematizados pela Rede Nossa São Paulo, o distrito possui 211.610 habitantes, dos quais uma parcela significativa (mais de 28 mil pessoas) reside em favelas, evidenciando a forte pressão habitacional na região.

O Jaraguá está posicionado em uma região de importância ambiental estratégica, (Figuras 8 e 9) abrangendo porções classificadas como Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental. Essa classificação, regida pela Lei de Zoneamento (Lei Nº 16.402/2016) e pelo Plano Diretor Estratégico (Lei Nº 16.050/2014), destaca o compromisso com a preservação da morfologia urbana e a acomodação controlada de novos usos, evitando transformações intensas (UFABC, 2025). Contudo, essa configuração normativa evidencia

tensões estruturais entre as diretrizes de preservação, as dinâmicas de urbanização periférica e as pressões associadas à crise habitacional.

Figura 8 - Mapa da localização da comunidade no município



Fonte: Equipe PCRA - UFABC (2025b).

Figura 9 - Mapa distrito do Jaraguá



Fonte: Equipe PCRA - UFABC (2025c).

A localização da Comunidade Vira Lata revela a materialização da exclusão socioespacial: o assentamento consolidou-se em uma área lindeira à Linha 7-Rubi da CPTM e ao ramal de cargas da MRS Logística, espremido entre a infraestrutura ferroviária e uma encosta vegetada. Embora o ordenamento territorial restrinja o uso urbano nessas áreas, a realidade da exclusão habitacional empurrou a ocupação para as áreas remanescentes e faixas de borda. O terreno, originalmente pertencente à antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), abrigava um galpão de alvenaria onde funcionava uma fábrica de telhas ecológicas de material reciclado, vinculada a um projeto social, a Cooperativa de Reciclagem Vira Lata, desativada nos anos 2000.

Dessa forma, a Comunidade Vira Lata constitui um exemplo expressivo dos efeitos da urbanização desigual e da exclusão socioespacial na produção de vulnerabilidades em áreas periféricas. Situada nas proximidades da estação Jaraguá, com fácil acesso à metrópole paulistana, a ocupação convive com a precariedade habitacional, a instabilidade jurídica e fragilidades no acesso a serviços públicos essenciais. Essas condições articulam-se a pressões contínuas relacionadas a disputas fundiárias, ameaças de remoção e insuficiência de infraestrutura urbana, agravando as condições de vida dos residentes e compondo um quadro complexo de exposição e vulnerabilidades socioambientais.

A ocupação para fins de moradia iniciou-se de maneira informal em 2009, quando famílias associadas à cooperativa passaram a desempenhar funções de zeladoria no território (UFABC, 2025b). Com o fim das atividades industriais e de reciclagem no galpão, a área passou a ser gradativamente ocupada por moradores de baixa renda que buscavam alternativas de moradia em meio à crescente crise habitacional e à especulação imobiliária (Ibid.). O adensamento ocorreu de forma muito acelerada, começando com moradias erguidas com materiais improvisados e aproveitados do próprio galpão, muitas vezes em locais inadequados para a habitação (PCRA, 2025b). De acordo com relatório da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), no início de 2017, já havia cerca de 85 barracos de madeira construídos no entorno do antigo galpão (SÃO PAULO, 2017). Apenas um ano e meio depois, em agosto de 2018, um relatório de vistoria da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) contabilizava aproximadamente 150 famílias no local (SÃO PAULO, 2018). Atualmente, a comunidade chegou a abrigar cerca de 300 famílias (PCRA, 2025a).

Formada em um contexto de crescimento urbano acelerado e políticas habitacionais insuficientes, a comunidade reflete os desafios enfrentados por famílias de baixa renda em busca de moradia digna. A falta de planejamento urbano adequado e a inexistência de políticas públicas voltadas para a melhoria dessas áreas contribuíram para a perpetuação de condições de vida insalubres e inseguras (ROLNIK, 2009). A sequência das Figuras 10, 11 e 12 evidencia a rapidez desse adensamento: o que em 2004 era um vazio urbano com vegetação transforma-se em um tecido denso. Principalmente, a partir de 2016, quando cerca de 50 famílias organizaram mutirões para erguer moradias improvisadas. Esse processo de autoconstrução ocorreu diante da ausência total de infraestrutura básica formal. Dados do relatório técnico da SEHAB (2018) e dos relatórios da equipe técnica da UFABC (2024c; 2025b) demonstram que 100% das ligações de água, esgoto e energia elétrica da comunidade foram feitas de maneira informal (clandestina). O esgoto passou a ser coletado por redes autoconstruídas que lançavam os efluentes a céu aberto ou em fossas nas áreas de declive (SEHAB, 2018). Além disso, enquanto o município de São Paulo possui uma média de 91,7% de acesso à coleta de lixo domiciliar, na Vira Lata esse índice é de apenas 7,6%, gerando pontos viciados de descarte nas vielas (UFABC, 2025b).

Figura 10 - Comparação - Foto aérea histórica - localização comunidade Vira Lata - 2004 e 2020



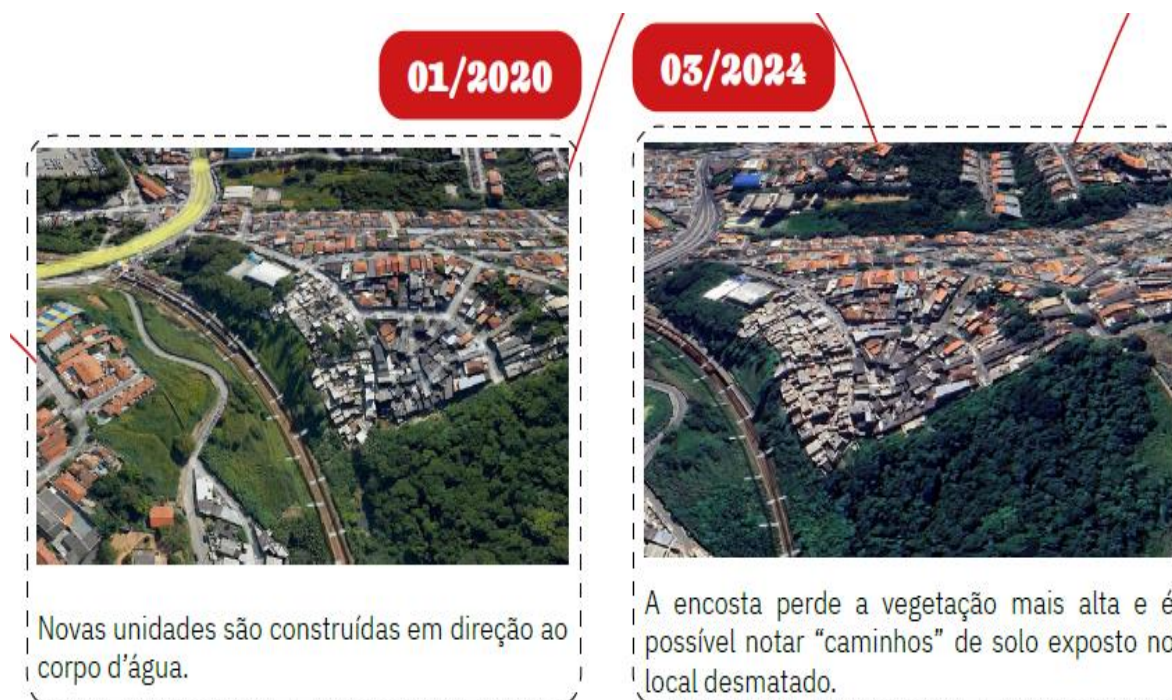
Fonte: Elaboração própria (2026), adaptado de Equipe PCRA – UFABC (2024b).

Figura 11 - Foto aérea Vira Lata - início da intensificação da ocupação



Fonte: PCRA Comunidade Vira Lata. Equipe PCRA – UFABC (2025b).

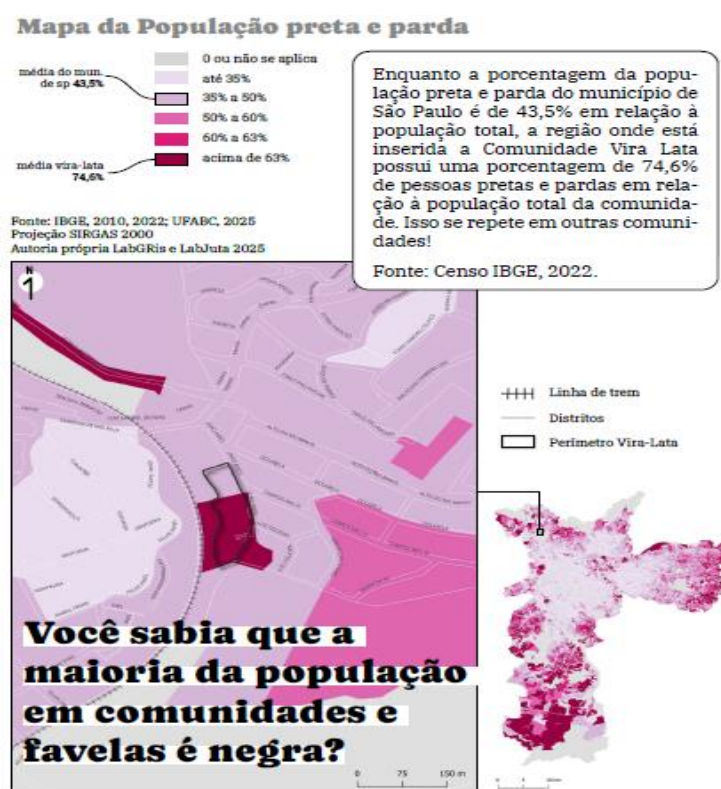
Figura 12 - Foto aérea Vira Lata - Adensamento populacional



Fonte: PCRA Comunidade Vira Lata, Equipe PCRA – UFABC (2025b).

O perfil sociodemográfico atesta as dinâmicas de desigualdade e racismo ambiental que estruturam o território. O levantamento da equipe do PCRA aponta que 74,6% da população local autodeclara-se preta ou parda, índice superior à média municipal de 43,5% (Figura 13), com uma expressiva chefia familiar feminina e uma renda média dos responsáveis por domicílio de apenas 1,4 salário mínimo (UFABC, 2025b). A sobreposição dos mapas de risco com os dados censitários demonstra que as famílias chefiadas por mulheres negras e de baixa renda são as que ocupam as áreas de maior precariedade infraestrutural.

Figura 13 - Dados raciais do município de São Paulo com enfoque na Comunidade Vira Lata



Fonte: PCRA Comunidade Vira Lata, Equipe PCRA – UFABC (2025b).

Essas condições não são apenas produto de negligência urbanística, mas também de dinâmicas sociais e econômicas que perpetuam a marginalização. Conforme o modelo PAR esses riscos decorrem de causas básicas, como a exclusão social e econômica, e pressões dinâmicas, como a especulação imobiliária e a ausência de infraestrutura adequada, sendo que, as condições inseguras são intensificadas pelas relações de poder que marginalizam as comunidades periféricas (SOUZA, 2023). Nesse contexto, a segregação socioespacial não apenas cria barreiras ao acesso a recursos essenciais, mas também aumenta a exposição a

riscos, reforçando um ciclo de vulnerabilidade, agravando as condições de vida das famílias residentes.

O território apresenta uma topografia específica: a porção frontal, contígua à Rua João Aires (onde ficava o antigo galpão), foi terraplenada e é majoritariamente plana. Contudo, nas extremidades sul e oeste, bem como nos fundos em direção à linha férrea, o terreno está em declive. Foi nessas áreas e na proximidade com a faixa de domínio que se concentraram as maiores vulnerabilidades. No decorrer da pesquisa, a morfologia da comunidade sofreu uma alteração drástica, no início das atividades da equipe do PCRA (2024), o território abrigava cerca de 600 moradores, compondo uma população majoritariamente formada por trabalhadores informais e migrantes, marcada pela autoconstrução e pela consolidação de vínculos vicinais (UFABC, 2024b). Contudo, cerca de 94 famílias que ocupavam essa faixa limítrofe foram reassentadas, mediante o acordo denominado 'chave a chave'¹⁶, negociado entre a associação de moradores, a assessoria jurídica popular e a concessionária MRS Logística S.A. em decorrência das obras ferroviárias, visando liberar a faixa de domínio para as obras ferroviárias, reconfigurando a área remanescente (MRS LOGÍSTICA S.A, 2025; CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS, 2025).

4.2 O Território Institucional e a disputa pela permanência

O território da Comunidade Vira Lata está inserido em um arranjo fundiário e institucional complexo, marcado por disputas entre moradores, poder público e o capital privado. Trata-se de uma ocupação em área vinculada ao acervo patrimonial da extinta RFFSA, mas administrada operacionalmente pela MRS Logística S.A. no âmbito dos contratos de concessão da malha ferroviária.

A MRS Logística é a concessionária responsável pela Malha Regional Sudeste. Em julho de 2022, a empresa assinou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a renovação antecipada de sua concessão por mais 30 anos, estendendo suas operações até 2056 (PUPO, 2022). Esse novo contrato inclui compromissos de investimento

¹⁶ Modalidade de reassentamento assistido negociada no caso Vira Lata, na qual a família removida recebe uma unidade habitacional definitiva, pronta para morar e escolhida no mercado imobiliário, paga diretamente pelo empreendedor. Diferencia-se do auxílio-aluguel ou indenização pecuniária por garantir a reposição imediata do bem (a moradia) e a segurança da posse, independentemente da tipologia construtiva original da casa removida.

de R\$ 9,7 bilhões para expansão da infraestrutura, incluindo o chamado "Projeto Segregações", que visa separar as linhas de carga dos trens de passageiros. É neste contexto de grandes obras e "mitigação de conflitos urbanos" que a pressão sobre o território da Comunidade Vira Lata se intensifica.

Historicamente, a área foi objeto de tensões que antecedem a renovação da concessão. Conforme documentado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (2025), a concessionária iniciou pressões pela retomada da área já em 2015, o que resultou em tratativas extrajudiciais mediadas pelo *Programa Moradia Digna*. Naquele momento, demonstrando capacidade de autogestão, a comunidade firmou o compromisso de congelamento da expansão e executou, com recursos próprios e apoio técnico, a construção de um muro de contenção para delimitar a área de risco e impedir o avanço sobre os trilhos.

Entretanto, rompendo com a lógica do diálogo que parecia estabelecida, a MRS ajuizou formalmente a Ação de Reintegração de Posse¹⁷ em 13 de março de 2017. Na peça inicial, a concessionária utilizou o argumento do "risco incontestável" à operação ferroviária e à vida dos moradores como justificativa central para o despejo imediato, ignorando as obras de mitigação (muro e esgoto) que a própria comunidade já havia realizado anos antes. O juiz deferiu a tutela provisória e determinou a intimação para desocupação, mobilizando a noção de risco como fundamento para a urgência do pedido (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

Essa ruptura marcou o início de um período de intensa insegurança jurídica. Os ocupantes, por sua vez, deslocaram o conflito para uma arena interinstitucional, requerendo medidas de mediação e tratamento de litígio coletivo complexo, incluindo a atuação do GAORP, pedidos de ofícios a órgãos competentes e produção de prova técnica, além de audiência de conciliação¹⁸. Em 2017, os ocupantes informam a atuação da Prefeitura de São Paulo no local e solicitam audiência com participação de representantes municipais,

¹⁷ O Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020 refere-se a “Ação de reintegração de posse, com pedido de antecipação de tutela”, ajuizada pela MRS Logística S.A. em 13/03/2017 perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional XII – Nossa Senhora do Ó (São Paulo/SP), envolvendo ocupação no trecho KM 095+322 da linha férrea, com entrada pela Rua João Aires, nº 238, Jaraguá (São Paulo/SP) (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

¹⁸ Na contestação, os réus requerem a suspensão do cumprimento da liminar e a ativação do GAORP (Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse), alegando litígio coletivo de alta complexidade; solicitam ainda audiência de conciliação, expedição de ofícios a órgãos competentes e perícia para verificar a abrangência da concessão e contestar o argumento de risco (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

articulando a discussão sobre alternativas institucionais, incluindo a possibilidade de regularização¹⁹.

O relatório registra que a controvérsia se desdobra em circuitos técnico-administrativos, com tramitação de informações e manifestações de diferentes setores da SEHAB e há referência a processo administrativo municipal de regularização²⁰. Também consta no relatório técnico da SEHAB, a indicação de inexistência de risco geológico no local, e recomendações relacionadas à infraestrutura urbana e adequação do local quanto as exigências para o REURB-S, evidenciando a centralidade dos pareceres e vistorias na condução do processo²¹.

Por fim, o processo é atravessado por marcos externos e ampliações institucionais: a liminar é suspensa com referência à ADPF 828²², e, em 2022, a decisão saneadora aciona novos atores e providências, como Defensoria Pública (para eventual patrocínio), SPU (para manifestação de interesse) e solicitações de informações à Prefeitura/Subprefeitura sobre consolidação da ocupação, viabilidade de REURB-S e providências de infraestrutura essencial²³.

¹⁹ Em manifestação de 20/12/2017, os réus informam que a Prefeitura de São Paulo compareceu ao local para verificar condições de risco e a possibilidade de regularização fundiária (REURB-S), além de dar ciência da ação à Comissão de Mediação de Conflitos vinculada à SEHAB, requerendo audiência de conciliação com representantes desses órgãos (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL..., 2023). No mesmo sentido, o relatório registra que “as partes, com a participação da Prefeitura de São Paulo – especificamente a Comissão de Mediação de Conflitos instalada na SEHAB – têm discutido a possibilidade de regularização fundiária com aplicação da Lei Federal 13.465/2017”, e que os moradores se comprometeram com: (1) congelamento da ocupação; (2) obra de regularização de água e esgoto; (3) construção de muro para conter avanço sobre o talude; (4) adequação à legislação urbanística para fins de regularização (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

²⁰ O relatório menciona a tramitação de informações e documentos no SEI nº 6014.2019/0000924-5, com remessa do expediente a diferentes setores da SEHAB (entre eles, CRF, CTS, DEPLAN, PROJ/GAB/AT, entre outros), e registra que os réus informam a existência de processo administrativo municipal relacionado à regularização sob o nº 2018-9.175.341-6 (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

²¹ Constam manifestações técnicas municipais indicando que “não existe risco geológico no local” e que seria mínima a probabilidade de um morador atingir inadvertidamente a linha férrea; simultaneamente, registra-se a necessidade de projeto de infraestrutura urbana para evitar futuras erosões ou instalação de riscos, vinculando regularização e infraestrutura ao debate sobre permanência (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

²² Em petição dos réus, há alegação de que a MRS teria exigido a execução de obras (como muro e medidas relacionadas a esgoto) e incentivado o pedido de REURB-S, com acompanhamento da Prefeitura, invocando-se ainda dispositivo da Lei nº 13.465/2017 para sustentar a permanência durante a análise do procedimento; a autora rebate afirmando que não anuiu com a REURB e reiterando sua pretensão de reintegração, caracterizando a disputa sobre o sentido e os efeitos dessas tratativas administrativas (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

²³ Na decisão saneadora de 05/09/2022, o juiz determina providências processuais (como inclusão de ocupantes no polo passivo e citação por edital) e amplia a rede institucional envolvida: abre vistas à Defensoria Pública para eventual patrocínio em favor dos requeridos, intima a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para manifestar interesse (diante da alegação de área da União) e oficia a Prefeitura/Subprefeitura para informar se

Os compromissos de investimento e “mitigação de conflitos urbanos” por parte MRS Logística, vinculam-se de forma direta, ao projeto de segregação operacional entre trens de carga e trens de passageiros, que envolve a implantação de uma segunda linha paralela à CPTM, destinada exclusivamente ao transporte de cargas, com horizonte de execução de longo prazo (2023-2032) e abrangência regional (cerca de dez municípios na Grande São Paulo). O impasse só foi solucionado com a mudança de estratégia da concessionária, impulsionada pela necessidade de liberar a faixa de domínio para as obras do Trem Intercidades.

A atual postura colaborativa da concessionária contrasta com seu discurso jurídico pretérito. Nos autos de 2017, a empresa sustentava que a regularização era “impossível” e que “jamais manifestou intenção” de realizá-la, evidenciando que a mudança de rota não foi benevolência, mas resultado da pressão do licenciamento da nova obra, e da estratégia adotada pela comunidade. A resistência comunitária, assessorada juridicamente, conseguiu reverter a lógica tradicional de remoção com "auxílio-aluguel" precário, rejeitando propostas transitórias que não garantissem a reposição do bem material (CENTRO GASPAR GARCIA, 2024).

O processo pautou-se por critérios de isonomia, assegurando o mesmo direito à reposição habitacional independentemente da tipologia construtiva original (MRS LOGÍSTICA, 2024). A operacionalização resultou no reassentamento das famílias e na extinção da Ação de Reintegração de Posse, garantindo aos moradores não apenas um teto, mas a conquista subjetiva de “um endereço e um CEP”, fundamental para o acesso à cidadania (MRS, 2025). Para os moradores remanescentes, (objeto do PCRA), a concessionária ao desistir da ação judicial e indicar apoio, abriu caminho para que a Regularização Fundiária²⁴ deixasse de ser uma promessa distante e se tornasse uma etapa técnica viável.

A caracterização do território evidencia, portanto, um arranjo multiator em que a disputa pela permanência se organizou no entrelaçamento entre negociações judiciais e procedimentos administrativos. Superada a etapa crítica do conflito judicial e formalizado o

a situação é consolidada e se há providências e possibilidade de regularização por REURB-S, além de solicitar informações sobre andamento de projeto de regularização e implantação de infraestrutura essencial (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023).

²⁴ Atualmente que tramita na Prefeitura do Município de São Paulo o processo administrativo de n. 2018-9.175.341-6 que aborda a regularização fundiária da área.

arranjo de reassentamento das famílias situadas na faixa de domínio ferroviária, o foco do território deslocou-se para a consolidação da área remanescente e para a regularização fundiária, em um contexto no qual a “permanência” passa a depender, cada vez mais, de dispositivos técnico-administrativos, mediações institucionais, produção documental e da mitigação de vulnerabilidades locais. Este enquadre já havia sido apontado nas conclusões da SEHAB, no qual indica a que a comunidade cumpre com os requisitos para o REURB-S, mas, estabelece condicionantes.

Para que se possa viabilizar a Regularização Urbanística e Fundiária e para que o assentamento cumpra características de consolidação urbana, será necessário um plano de regularização que contemple, dentre outras exigências, projetos e obras de infraestrutura, além de laudos geológicos e geotécnicos, conforme parâmetros estabelecidos em Lei Federal 13.465/2017 (SÃO PAULO, 2018, p. 6)

É nesse cenário de pós-conflito, reconfiguração territorial e busca por permanência qualificada que se insere a construção do PCRA na Comunidade Vira Lata.

4.3 PCRA da Comunidade Vira Lata - SP

O PCRA na Comunidade Vira Lata não é uma iniciativa isolada; integra o projeto *Periferia Sem Risco*, financiado pela SNP e pela Fiocruz. Diferente de processos em que a demanda parte exclusivamente da base, o PCRA iniciou-se como uma política pública induzida pelo Governo Federal. O desafio inicial da equipe técnica foi converter essa agenda externa de ‘adaptação climática’ e ‘risco’ em um instrumento aderente à luta histórica local, a segurança da posse. A execução coube a uma parceria entre a UFABC, por meio das equipes do LabJuta e LabGRIS, articulada com movimentos e organizações do território (Figura 1), como a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM), Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste e Noroeste²⁵ (ATST), a assessoria do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH) e, fundamentalmente, a Associação de Moradores da Comunidade Vira Lata (UFABC, 2024b).

²⁵ A ATST é uma entidade sem fins lucrativos, com mais de 20 anos de atuação, filiada à UMM de São Paulo, voltada à luta pelo direito à moradia e ao direito à cidade. Atua com organização de base e incidência em territórios populares nas regiões norte, oeste e noroeste de São Paulo, incluindo a Comunidade Vira Lata e a Favela da Estação. Inicialmente, previa-se a elaboração do PCRA também na Favela da Estação pela equipe da UFABC; contudo, em razão de condicionantes do processo, o trabalho foi concentrado na Comunidade Vira Lata. (UFABC, 2024).

A atuação da equipe no território foi orientada por um plano de trabalho estruturado em metas, que envolveram: 1) Definição da área foco do trabalho; 2) Formação de um comitê do plano; 3) Levantamento de dados e insumos; 4) Leitura Territorial Compartilhada; 5) Análise de riscos compartilhada; 6) Identificação dos desejos e necessidades dos moradores; 7) Consolidação do plano; e 8) Produção do material de divulgação (UFABC, 2024a). Para esta pesquisa, embora o percurso completo do PCRA seja relevante como contexto, o recorte empírico, conforme apresentado na seção 5, concentra-se nas metas 6, 7 e 8 (Quadro 5), por reunirem os momentos em que a participação se intensifica, as propostas são publicamente discutidas e o plano se materializa em produtos e devolutivas coletivas.

Antes do início das ações diretas na Comunidade Vira Lata, entre março e maio de 2024, a equipe da UFABC realizou visitas e aproximações em territórios periféricos com o apoio da UMM. No Vira Lata, a aproximação foi mediada pela assessoria jurídica do CGGDH, viabilizando o diálogo inicial com as lideranças. O ano de 2024 englobou as metas de 1 a 5, combinando metodologias participativas e produção de insumos técnicos, tendo como marcos as reuniões de junho de 2024 com movimentos e lideranças, que pactuaram diretrizes do trabalho e estratégias de mobilização comunitária (Figuras 14, 15 e 16).

Figura 14 - Card de WhatsApp para divulgação da atividade e Registro da reunião de 25.06.2024



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024b).

Figura 15 - Card de WhatsApp divulgação atividade e Registro da reunião de 26.06.2024



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024b).

Figura 16 - Card WhatsApp de divulgação e Registro da atividade de 29.06.2024 na Comunidade Vira Lata



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024b).

Nesse esforço inicial, a comunicação revelou-se um desafio. Para transpor barreiras de letramento formal e jargões técnicos, a equipe da UFABC e as lideranças locais inovaram nas táticas de mobilização. Além de boletins informativos impressos com linguagem acessível (Figura 17), adotou-se ativamente a gravação de vídeos curtos caseiros e áudios distribuídos via grupos de WhatsApp da associação (UFABC, 2024c). Esses recursos

audiovisuais protagonizados pelos próprios moradores e lideranças tornaram-se a ferramenta central de convocação e tradução do escopo do plano (Ibid.).

Figura 17 - Boletim informativo 1 e 2 - Comunidade Vira Lata



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024b).

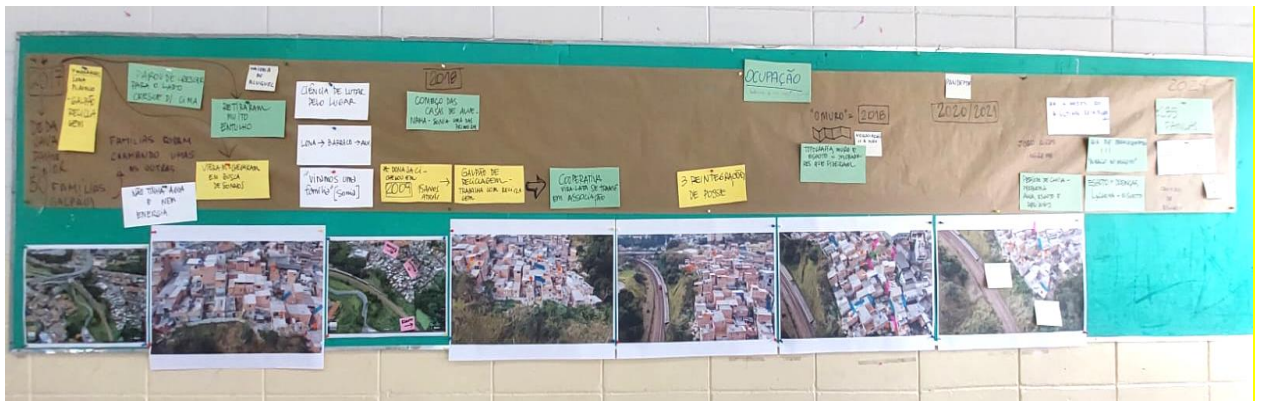
A primeira grande oficina comunitária ocorreu em 31 de agosto de 2024 na EMEF Estação Jaraguá (Foto 1), local estratégico pela infraestrutura adequada e boa interlocução com os moradores (UFABC, 2024c), constituindo um momento estruturante de leitura do território, focado na construção coletiva de uma linha do tempo e na sistematização das memórias da ocupação e os desafios cotidianos. Os produtos dessas atividades (fotos 2 e 3), destacaram o protagonismo comunitário na identificação de problemas e na proposição de soluções, reforçando a importância do conhecimento local na construção do PCRA (UFABC, 2024c). Ao final de 2024, frente a dinâmica cotidiana do território, os moradores solicitaram uma pausa nas atividades durante o mês de janeiro devido às férias escolares, acatada pela equipe técnica, evidenciando o respeito ao tempo comunitário no cronograma da pesquisa-ação (UFABC, 2024c).

Foto 1-Oficina participativa realizada em 31.08.2024



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024c).

Foto 2-Linha do tempo completa, produzida em oficina participativa realizada no dia 31.08.202



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024c).

Foto 3- Identificação de informações no mapa; e foto aérea com a identificação de alguns riscos do território por parte dos moradores produzido em oficina participativa realizada em 31.08.2024



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2024c).

Em 2025, o ciclo adentrou suas metas finais, organizando-se em torno de dois arranjos participativos: (a) o Comitê do PCRA, formado por lideranças e equipe técnica para validação prévia de dados; e (b) as assembleias abertas. Um passo metodológico fundamental adotado pela UFABC nesta etapa foi a contratação formal de lideranças comunitárias locais como articuladoras e consultoras remuneradas do projeto. Essa estratégia facilitou o acesso da universidade às vielas, garantiu uma rede de apoio capilarizada e evitou posturas acadêmicas extrativistas, dividindo responsabilidades na construção do plano (UFABC, 2025a).

Em paralelo ao engajamento de base, o PCRA também exigiu articulações interinstitucionais nos bastidores. No dia 21 de março de 2025, a equipe da UFABC e o Comitê realizaram reuniões técnicas com as equipes de engenharia, arquitetura e técnico-social da concessionária MRS Logística e da consultoria Synergia (UFABC, 2025a; 2025b). O objetivo foi compartilhar os dados do plano comunitário e do cronograma das obras da empresa, visando que as intervenções logísticas dialogassem com a mitigação de riscos para a comunidade remanescente (UFABC, 2025a; 2025b).

Ainda em março (Meta 6), ocorreu a *Assembleia com participação da assessoria jurídica da comunidade e a equipe do PCRA*, com o apoio do CGGDH (Figura 18), um marco que conectou definitivamente a gestão de riscos à pauta central da regularização fundiária. Durante o encontro, a assessoria jurídica e a equipe técnica alinharam o discurso: mapear e mitigar o risco não era um argumento para remoção, mas sim um degrau técnico e burocrático obrigatório (REURB-S) para garantir a segurança da posse, conectando demandas concretas do território aos encaminhamentos do plano na gestão de riscos.

Figura 18 - Registros assembleia sobre processo de regularização fundiária



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2025a).

Conforme apontado pela equipe do PCRA da UFABC, a opção metodológica por construir a discussão sobre o PCRA a partir da demanda por regularização fundiária dos moradores reflete um compromisso com os princípios da pesquisa-ação, nos quais o ponto de partida das intervenções deve ser a realidade concreta e os interesses expressos pelas populações envolvidas (PCRA, 2025a). Ainda segundo a equipe, essa escolha metodológica insere-se também em uma concepção ampliada de gestão de riscos e adaptação climática, na qual a segurança jurídica da posse, o direito à permanência e a urbanização qualificada são condições estruturais para o enfrentamento de riscos e vulnerabilidades.

Como desdobramento prático, entre abril e maio de 2025, o Comitê e a UFABC conduziram o mapeamento territorializado “casa a casa, caso a caso” (Figura 20), diagnosticando vulnerabilidades construtivas, ausência de saneamento, problemas de microdrenagem e riscos de queda nas vielas. A síntese gráfica das leituras foi consolidada na Planta Geral (Figura 21) e validada na “Assembleia de apresentação das propostas” (Meta 7) realizada em 24 de maio de 2025, com a presença de cerca de 60 moradores. Neste encontro, a equipe estruturou as medidas em três eixos de intervenção: (i) Escala da moradia (privado), (ii) Escala da infraestrutura (público) e (iii) Mitigação dos impactos das demolições realizadas pela MRS (Quadro 3 e Figura 23).

Figura 20 - Card e vídeo divulgação do mapeamento "caso a caso, casa a casa"



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2025b).

Figura 21 - Mapa Planta Geral – Leitura do território



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2025b).

Figura 22 - Registro da assembleia realizada dia 24 de maio de 2025



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2025a).

Quadro 3 - Síntese dos eixos de intervenção

Eixo 1 - Remoção	Eixo 2 - Infraestrutura	Eixo 3 - Moradia
Neste eixo, verificou-se a demolição de aproximadamente 94 moradias realizada pela empresa MRS Logística. Os escombros ainda não foram retirados completamente. Existem impactos (tanto das demolições, quanto da manutenção e depois da retirada dos materiais) nas casas próximas, gerando rachaduras e outros problemas nas casas que ficaram, segundo relato dos moradores e das lideranças.	Infraestrutura: Neste eixo, foram verificadas questões relacionadas ao (i) saneamento básico - água e esgoto, (ii) drenagem superficial, (iii) mobilidade e (iv) organização dos resíduos da área. (i) saneamento básico - água e esgoto: pontos de obstrução de rede, águas cinzas (de esgoto) e águas azuis (água das chuvas) nos mesmos tubos coletores e galerias, direcionamento das águas para pontos mais baixos e em alta velocidade. (ii) drenagem superficial: drenagem superficial insuficiente, inadequada e autoconstruída; misturada com outras redes e com tubulação que não comporta a vazão em momentos de chuvas muito intensas. (iii) mobilidade: ausência de iluminação pública, inadequação nos degraus das escadas, ausência de corrimãos, piso antiderrapante e outros elementos de segurança para os pedestres nas escadas e vielas. (iv) resíduos: não há serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos realizado pela prefeitura dentro da comunidade; acarretando a presença de muitos resíduos no meio de vielas, caracterizando pontos viciados de descarte, que convivem com significativa quantidade de resíduos de construção civil, oriundo das demolições e outras atividades, como reformas e melhorias cotidianas.	Dentro deste eixo, a equipe identificou quais casas não são passíveis de serem regularizadas; quais os lotes vazios, quais são as áreas de moradia e comércio e, por fim, quais são as casas com maior situação de vulnerabilidade construtiva, como aquelas em que predomina a madeira, o metal, e outros materiais combustíveis inflamáveis e/ou inadequados.

Fonte: Elaboração própria (2026), adaptado de Equipe PCRA – UFABC (2025b).

Figura 23 - Mapa de intervenções no território



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2025a).

O encerramento deste ciclo materializou-se na Assembleia de Entrega do Caderno Comunitário, realizada no dia 14 de setembro de 2025 (Meta 8). O Caderno do PCRA (Foto 4) foi sistematizado em formato de guia impresso, traduzindo o jargão técnico em fichas de intervenção codificadas por cores (Amarelo para Moradia, Laranja para Infraestrutura, Azul para Remoção). Além de mapear os problemas, as fichas categorizaram as soluções por graus de dificuldade e custos (curto, médio e longo prazo), permitindo à comunidade distinguir quais ações podem ser resolvidas via autogestão e mutirão, e quais exigem cobrança direta de recursos e obras do Estado e da MRS.

Os registros em diário de campo referentes a essa assembleia final evidenciam a entrega do documento, nomeado pelo coordenador da equipe do PCRA da UFABC, como a consolidação de uma "ferramenta de resistência e luta" para o território. Discursivamente, o evento operou a passagem de bastão autoral: a equipe técnica reforçou a premissa de que "quem luta melhor é quem sabe mais", declarando que a posse daquele mapeamento técnico pertencia aos moradores, armando-os para a negociação. Complementarmente, a assessoria jurídica popular recoloca a centralidade da memória e da organização coletiva, advertindo que conquistas não se dão por “pozinho mágico” e que “existe luta das famílias do Vira Lata” e “luta da associação”, tensionando leituras que naturalizam ou despolitizam o processo.

Foto 4-Guia impresso - vista interna e boletins



Fonte: Equipe PCRA – UFABC (2025a).

O evento marcou o fechamento do planejamento técnico e a imediata transição para a incidência política e institucional. A partir do conhecimento gerado e materializado no Caderno, a comunidade estruturou os próximos passos de sua mobilização, visando dar continuidade ao processo de REURB-S junto à Prefeitura e reivindicar a consolidação das infraestruturas apontadas no plano.

Esta subseção cumpriu a função descritiva e contextual de situar o percurso histórico e metodológico do PCRA no território. A partir desse cenário estruturado, a seção 5 detalha o delineamento metodológico desta dissertação, enquanto a Seção 6 apresentará a análise profunda das narrativas, tensões de poder e disputas de sentido que atravessaram estes marcos e assembleias descritos.

5 METODOLOGIA

A pesquisa para esta dissertação se desenvolveu a partir do acompanhamento da experiência de pesquisa-ação conduzida pelos laboratórios de pesquisa e extensão LabJuta e LabGRIS da UFABC, que compuseram a equipe de assessoria técnica do PCRA na Comunidade Vira Lata. O pesquisador atuou como observador externo, adotando uma abordagem etnográfico-discursiva para compreender os sentidos produzidos nas práticas e interações no território, com base em observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A investigação analisa como as práticas participativas são discursivamente construídas, quais as relações de poder atravessam a coprodução de diagnósticos e planos de ação, e como esses processos se articulam a conflitos fundiários e disputas por reconhecimento, responsabilização e reparação.

A pesquisa-ação, descrita por Arai (2002), com base nos conceitos de Thiollent (1985), combina pesquisa científica e ação prática para resolver problemas específicos enquanto gera novos conhecimentos. Esse processo cíclico, que inclui planejamento, ação, observação e reflexão, é especialmente eficaz em contextos que demandam a participação ativa dos atores locais para garantir o sucesso das intervenções (Arai, 2002). Para o autor, a pesquisa-ação promove a mobilização e o protagonismo comunitário, assegurando que as soluções propostas sejam sustentáveis e alinhadas ao contexto local (Ibid.).

Esta pesquisa, por sua vez, observou e analisou esse processo, enfocando a construção discursiva da participação, as relações de poder e as estratégias de mobilização, orientada teórico-metodologicamente pela ADCE (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), articulando a base linguística da Psicologia Social Discursiva, no enfoque construcionista social da PDPS (SPINK, 2013), e a base crítico-social e conceitual da construção dos riscos e desastres operacionalizada pelo do modelo PAR (Wisner et al., 2025). O contato etnográfico com o território se deu na participação nas assembleias, oficinas, reuniões e demais atividades, com foco nas narrativas, estratégias de mobilização e relações de poder que atravessaram a construção do PCRA na comunidade Vira Lata.

Em paralelo, o autor desta dissertação participou de encontros semanais nas atividades vinculadas ao Projeto Multirrisco, que incluem, reuniões gerais e Grupo de Trabalho em Metodologias Participativas, bem como nas reuniões semanais dos laboratórios

LabJuta e LabGRIS. A coleta de dados em campo se deu em etapas específicas da pesquisa-ação, selecionadas conforme o cronograma da equipe do PCRA UFABC.

Para analisar, de forma crítica e situada, como os processos de engajamento comunitário, a produção de conhecimento local e as articulações interinstitucionais contribuem ou tensionam os objetivos de prevenção, mitigação, adaptação e resposta aos riscos socioambientais, a pesquisa adotou uma metodologia qualitativa etnográfico-discursiva. Essa abordagem se alinhou aos objetivos da dissertação, no que se refere à análise da participação social, da produção de sentidos sobre os riscos e da construção da resiliência comunitária em contextos de vulnerabilidade urbana e conflitos de regularização fundiária.

Assim, tendo em vista a orientação etnográfica-discursiva desta pesquisa, conforme Magalhães, Martins e Resende (2017), a investigação dentro dos parâmetros de ADC deve seguir alguns passos conforme demonstrado no Quadro 4:

Quadro 4 - Procedimentos metodológicos básicos na seleção de foco de investigação em ADC e no processo de análise

1º passo	selecionar a situação/ o problema social com que se pretende trabalhar
2º passo	definir e recolher os textos para o <i>corpus</i> de investigação
3º passo	identificar e selecionar aspectos gramaticais e discursivos dos textos do <i>corpus</i> entre os mais relevantes para os propósitos da pesquisa
4º passo	proceder ao exame dos textos
5º passo	relacionar textos e contextos discursivo e social por meio da pesquisa etnográfica

Fonte: Magalhães, Martins e Resende, 2017, p. 58.

Segundo os autores, no primeiro passo, identifica-se, para posteriormente eleger, dentre as conjunturas específicas, nas quais utiliza-se do discurso em situações de desigualdade ou opressão social, para o foco da análise. Para tanto, os autores sugerem algumas questões a fim de observar aspectos que podem auxiliar na identificação da situação social oportuna e as possibilidades de pesquisa que se tem.

- i) Trata-se de uma situação concreta de injustiça, desigualdade social, manipulação do poder ou do controle? ii) A linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de representar de modo desfavorável o(s) grupo(s) em desvantagem? iii) A linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e rotineiro, como meio de direcionar a compreensão do problema? iv) A linguagem é utilizada de modo específico, institucionalizado e

rotineiro, como meio de construir uma identidade social específica? v) A investigação do problema pode esclarecer a situação em si e contribuir para o fortalecimento dos grupos ou pessoas em desvantagem? (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 56).

Conforme abordado ao longo da fundamentação teórica, a análise dos discursos sobre risco é fundamental para compreender como diferentes atores sociais interpretam e agem diante de situações de vulnerabilidade em áreas urbanas. Como argumenta Souza (2023), é uma ferramenta valiosa para desvelar as dinâmicas de poder que moldam as decisões em contextos de vulnerabilidade. Para Souza (2023, p.18):

A utilização do discurso do risco em processos de remoção forçada de famílias em assentamentos precários, ao se basear na lógica da inferiorização da capacidade de as pessoas mais vulneráveis contribuírem com a gestão do risco de forma democrática, pode desvelar, com a justificativa da complexidade, a desigualdade social que marca o País.

No processo de elaboração do PCRA, discursos sobre risco podem ser compreendidos como arenas nas quais diferentes atores disputam a definição do problema, os critérios de prioridade e as formas legítimas de intervenção. Nesse sentido, ao compreender como diferentes discursos sobre risco são construídas e reproduzidas, é possível identificar não apenas os conflitos entre elas, mas também as possibilidades de convergência que podem ampliar a eficácia das políticas públicas e fortalecer as estratégias de mitigação de riscos de forma inclusiva e participativa.

No caso da Comunidade Vira Lata, esse contato etnográfico favorece a compreensão ampla e aprofundada de como os discursos comunitários interagem com os discursos técnicos e institucionais, propondo alternativas que valorizem a participação social e fortaleçam a resiliência local. Ao desafiar dinâmicas excludentes, essa análise promove reflexões críticas sobre as relações de poder e as práticas de resistência que emergem nos territórios periféricos (SPINK, 2018; SOUZA, 2023).

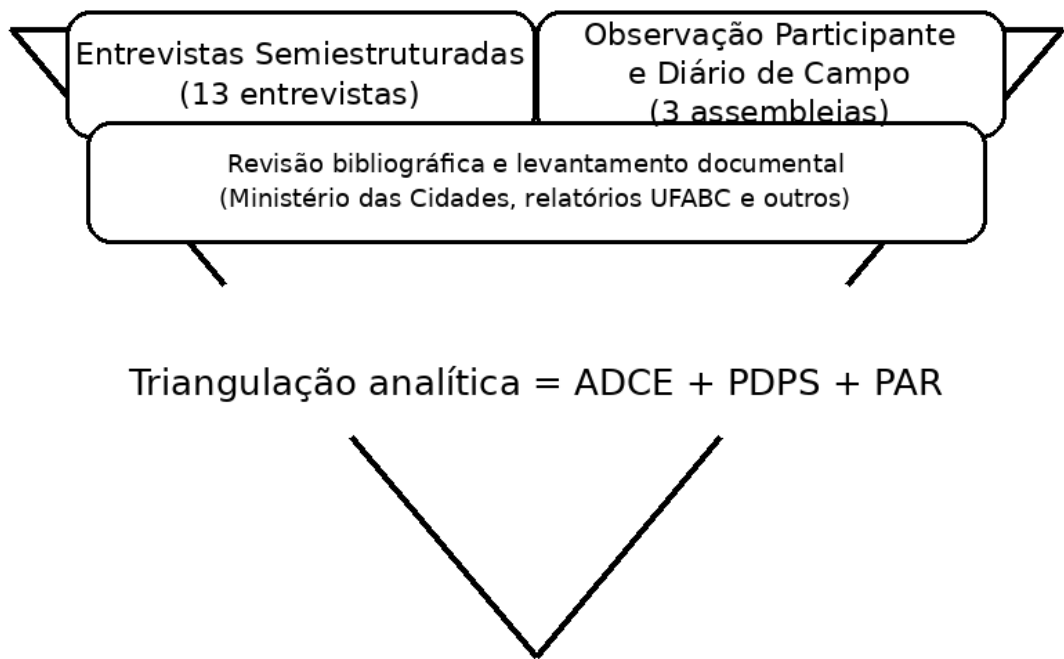
No que se refere ao segundo passo, quanto à coleta e seleção de textos que vão compor o *corpus* da investigação, Magalhães, Martins e Resende (2017), destacam que, é possível, trabalhar com um *corpus* mais extenso ou mais restrito, ou ainda com dois ou mais níveis ou tipos de *corpus*, a depender dos critérios definidos. As análises podem ser desenvolvidas em níveis distintos, como uma mais profunda e pontual e outra mais abrangente, porém reafirma-se a necessidade de relacionar a análise textual à investigação etnográfica da prática social (Ibid.)

Para a validação da pesquisa será utilizada a estratégia de triangulação de métodos “pela qual se busca comparar diferentes fontes de dados como forma de examinar suas evidências a fim de trazer justificativas coerentes aos resultados encontrados” (SOUZA, 2023, p. 18). Conforme Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 162), pode se definir a triangulação metodológica como o uso de dois ou mais métodos para gerar/coletar diferentes tipos de dados, sendo que “as técnicas triangulares visam explicar ou compreender com maior profundidade a complexidade de processos sociais, estudando-os em mais de uma perspectiva e utilizando simultaneamente dados provenientes de diferentes fontes”. Para os autores (Ibid., p.63):

uma análise discursiva crítica pode ser considerada eficaz quando possibilita ao/à analista explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos dos efeitos dos aspectos discursivos em práticas sociais contextualizadas e vice-versa, e, assim, realizar a crítica social com base no discurso.

Os dados foram analisados em profundidade por meio de quatro etapas complementares para a coleta e análise: (1) revisão bibliográfica e levantamento documental; (2) observação participante e diário de campo; (3) entrevistas semiestruturadas; e (4) integração analítica dos dados, orientada pela ADCE, em diálogo com a PDPS e o modelo PAR.

Figura 24 - Organização e Triangulação dos dados coletados



Fonte: Elaboração própria (2026).

As etapas não ocorreram de forma estritamente linear, mas de modo iterativo, permitindo que questões emergentes do campo reorientassem o recorte documental, o foco das observações e a elaboração dos roteiros de entrevista, conforme sugerem Magalhães, Martins e Resende (2017). Com base na estrutura metodológica apresentada, detalham-se, nos subitens seguintes, a descrição dos procedimentos adotados e suas contribuições específicas para a coleta e análise dos dados.

5.1 Procedimentos para Coleta de Dados: considerações éticas

Magalhães, Martins e Resende (2017) ao considerarem a pesquisa etnográfico-discursiva como dialógica, tendo em vista que os resultados se baseiam nas relações entre pesquisadores e participantes, chama a atenção à necessidade da observação de protocolos éticos que considerem os direitos humanos e o ponto de vista dos participantes. E que, o conhecimento produzido deve contribuir no aperfeiçoamento das relações sociais e no respeito às pessoas e a seus direitos (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Na mesma direção, conforme Cordeiro e Spink (2013), para além de obedecer a normas e procedimentos do comitê de ética, se faz necessário questionarmos sobre os efeitos que nossas pesquisas produzem, refletindo sobre a realidade que buscamos contribuir na criação, manutenção ou transformação por meio de nossas práticas na psicologia social (CORDEIRO; SPINK, 2013).

Neste sentido, na condução da pesquisa foram respeitadas as normas e diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta quanto a necessidade de consentimento livre e esclarecido dos interlocutores, a proteção dos participantes, a ponderação sobre os riscos e benefícios, a garantia de que os danos previsíveis sejam evitados e a contribuição para a produção de conhecimento na área. Todo o processo foi encaminhado à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) do ICT-Unesp, São José dos Campos, número do parecer 7.448.005, CAAE (Anexo A).

Ao mesmo tempo, considerando que, “a definição de métodos para geração e coleta de dados em um planejamento de pesquisa deve ser tomada com flexibilidade, pois todo planejamento pode precisar ser alterado ou complementado” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 161), um ponto sensível na etapa de coleta de dados desta pesquisa na

Comunidade Vira Lata, e alinhado junto a equipe do PCRA da UFABC, foi a preocupação quanto a necessidade de solicitar, nos espaços de participação coletiva, que os participantes assinassem os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Os trâmites acadêmicos poderiam gerar afastamento e prejuízos em relação à participação social, considerando que nem todos estão familiarizados com o processo da pesquisa e que havia uma relação delicada entre universidade e território.

Para uma solução ética e metodológica para a observação participante, inspirado no trabalho de Martins et al. (2024) e em diálogo com a equipe do PCRA da UFABC, priorizou-se os dados e registros em diários de campo e o uso de relatórios internos da equipe da UFABC como fontes de informação. Nos registros de campo, as posições dos(as) interlocutores(as) nas atividades do PCRA foram devidamente anonimizadas. Assim, os nomes dos(as) interlocutores(as) foram substituídos por letras alfabéticas aleatórias, para que fosse possível garantir-lhes sigilo, sem descaracterizar os objetivos da pesquisa.

No que se refere a realização das entrevistas, para a validação dos questionários, após a aprovação do Comitê de Ética (Anexo 1), os roteiros foram apresentados em reunião interna da equipe do PCRA da UFABC. Foi feita a leitura conjunta, e aberto espaço para ajustes e destaques por parte da equipe técnica, tendo sido as perguntas validadas pela mesma. Em consideração, aos desafios da universidade nas distintas etapas da elaboração do plano na relação com lideranças locais, moradores e outros atores do território, respeitou-se a temporalidade do processo da equipe técnica junto à comunidade, visando precauções de conflitos no território e o alinhamento junto às lideranças da comunidade na pesquisa-ação conduzida. Assim o início da coleta de dados, por meio das entrevistas com os diferentes atores-chave, se deu mediante articulação junto à equipe do PCRA da UFABC, e especialmente, quanto as entrevistas com moradores, após validação do roteiro e consentimento das lideranças locais.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio dos participantes, após serem informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos, riscos, benefícios, confidencialidade e voluntariedade, por meio da leitura Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2). Os termos foram devidamente assinados pelos participantes, e os dados obtidos após as transcrições, foram formatados e compartilhados individualmente (de igual maneira anonimizados), com os participantes para validação do conteúdo, sendo

informados que poderiam solicitar ajustes, alterar trechos ou suprimir informações, caso assim desejassem.

No recorte de atividades e grupos para a análise, por meio da observação participante, registros em diários de campo e realização de entrevistas, foram critérios de inclusão, para coleta e uso dos dados coletados: 1. pessoas com idade superior a 18 anos; 2. pessoas que aceitem participar das entrevistas voluntariamente, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); 3. pessoas que atendam ao menos uma das exigências: a) Moradores e lideranças da Comunidade Vira Lata, que tenham envolvimento direto ou indireto em atividades comunitárias relacionadas ao PCRA ou que sejam impactados pelas ações do plano; b) membros da equipe do PCRA da UFABC, tais como, pesquisadores, técnicos e coordenadores que participam da formulação e implementação do PCRA junto à Comunidade Vira Lata; c) representantes de organizações sociais e de advocacia, com vínculos e atuação no território da comunidade Vira Lata; d) representante da MRS Logística que possua envolvimento/conhecimento do PCRA em desenvolvimento no território.

Dentre os critérios de não inclusão, acerca das fontes de informações e coleta de dados utilizados neste estudo, define-se: a) pessoas que não atendam aos critérios de inclusão e exigências descritos; b) pessoas que não tenham interesse ou disponibilidade para participar das entrevistas e atividades propostas; c) pessoas que não compreendam as informações necessárias para consentimento, mesmo após explicação da pesquisa. Após o início da coleta de dados, também, são critérios de exclusão: a) pessoas que solicitem a retirada dos seus dados em qualquer momento do estudo; b) pessoas que demonstrarem desconforto emocional significativo durante o processo e optarem por não continuar; c) representantes institucionais que deixem suas funções no decorrer da pesquisa e não possuam mais vínculo com as atividades analisadas; d) pessoas que apresentem dificuldades em seguir os procedimentos da pesquisa de forma ética e segura.

5.1.1 Revisão bibliográfica e levantamento documental

A revisão bibliográfica e o levantamento documental constituíram a base inicial da pesquisa e se tornaram um processo contínuo ao longo do desenvolvimento do estudo. Essa estratégia permitiu incorporar novas perspectivas, ajustar as análises às dinâmicas observadas em campo e assegurou que o embasamento teórico se alinhasse às necessidades

da pesquisa. Adota-se uma leitura ampliada das práticas discursivas, “compreendidas para além das interações face a face”, incorporando documentos de domínio público e materiais de mídia (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2014, p. 21). No enquadre teórico das práticas discursivas, “essas modalidades fazem circular repertórios linguísticos que são, ao mesmo tempo, reiteraões de modos de pensar a realidade e formas de criação de outras realidades, produzidas na relação do pesquisador com o *campo-tema*²⁶” (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2014, p. 21).

Conforme Spink P. et al. 2014, estudam-se documentos de domínio público, pois estes permitem acessar sentidos em circulação, sendo definidos como “toda e qualquer matéria escrita produzida para a leitura e o uso pelo público em geral ou para um público específico” (p. 207). Por escrita, considera-se desde avisos manuscritos disponibilizados publicamente até arquivos e formulários diversos, anúncios, publicidade, panfletos, jornais, revistas, livros e relatórios impressos, diários oficiais e registros, leis, bem como páginas da internet, portais e repositórios eletrônicos em que o material possa ser livremente acessado e registrado (SPINK, P et al., 2014; ASSIS, 2021).

Para Mirim (2013), os levantamentos bibliográficos permitem acessar produções cristalizadas das ciências em livros, teses, capítulos de livros, periódicos, artigos, cartas, editoriais, comentários e notícias, entre outras fontes. Na perspectiva das PDPS, essas diferentes formas de apresentação da produção discursiva da literatura científica são concebidas como discursos peculiares a estratos específicos da sociedade em determinado sistema e época, podendo competir entre si e produzir versões da realidade distintas e, por vezes, incompatíveis (MIRIM, 2013).

Nessa direção, esta etapa compreendeu a consulta sistemática à literatura acadêmica, a documentos de domínio público e a materiais midiáticos, tomando-os não apenas como fontes informativas, mas como enunciados que organizam categorias, distribuem responsabilidades e orientam diagnósticos e formas de intervenção no *campo-tema*. A revisão bibliográfica foi guiada pelos objetivos da pesquisa, priorizando debates sobre a construção social do risco e processos de vulnerabilização; a participação social como

²⁶ *Campo-tema* é a expressão utilizada por Peter Spink para enfatizar que o campo de investigação não é um “universo” distante, separado e independente do/a pesquisador/a, nem um “lugar” meramente empírico onde se realizam observações. Trata-se de uma “rede complexa de sentidos”, construída em diálogo constante acerca do tema de pesquisa — diálogo “debatido”, “negociado” e “arguido”, situado em um processo com tempo e lugar históricos (SPINK et al., 2014).

prática situada e atravessada por disputas e assimetrias; a comunicação e a educação em RRD como estratégias de mobilização; e a produção de sentidos sobre risco, permanência/remoção, responsabilidade institucional, direitos e reparação. Em diálogo com a PDPS, foram mobilizadas contribuições sobre repertórios interpretativos e posicionamentos, complementando o olhar da ADCE sobre como sentidos são recontextualizados em diferentes espaços e se articulam em relações de interdiscursividade²⁷, especialmente quando saberes técnicos e normativos atravessam o debate comunitário.

A revisão bibliográfica e documental abrangeu fontes de diferentes áreas do conhecimento, como sociologia dos desastres, psicologia, RRD e GIRD. Além disso, foram consultadas legislações²⁸, decretos, documentos históricos, marcos regulatórios, programas governamentais, relatórios jurídicos, cartas, mapas, imagens, plantas e publicações da SNP no âmbito do programa *Periferia Sem Riscos*, anteriores e subsequentes ao trabalho de campo (BRASIL, 2024a; 2024b; 2024c; 2025a; 2025b; 2025c; 2025d), entre outras fontes pertinentes. Também foram analisados documentos técnicos elaborados pela equipe da UFABC no trabalho junto à Comunidade Vira Lata, tais como plano de trabalho e relatórios produzidos e entregues à SNP (UFABC, 2024a; 2024b; 2024c; 2025a), bem como o caderno do *PCRA na Comunidade Vira Lata*, compartilhado com os moradores (UFABC, 2025b).

Conforme Spink et al. (2014), nas investigações em PDPS o papel exercido pelos documentos não precisa ser central, havendo diversas possibilidades de uso por parte do/a pesquisador/a. A interação com o conjunto de materiais acadêmicos, documentais e midiáticos reunidos nesta etapa integra uma escolha metodológica mais ampla (SPINK et al., 2014; ASSIS, 2021) e constituiu subsídios valiosos para compreender informações que

²⁷ Em Análise de Discurso Crítica, interdiscursividade refere-se à articulação/mescla de diferentes discursos (modos de representar e significar o mundo) em um mesmo *texto* ou evento discursivo, observando como esses discursos se combinam, se tensionam e se hierarquizam conforme relações de poder e contextos institucionais. A noção se vincula à ideia de *ordens do discurso*, isto é, aos modos relativamente estabilizados pelos quais gêneros e discursos circulam e se conectam em práticas sociais. (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017)

²⁸ A consulta a legislações e demais marcos normativos é aqui compreendida não apenas como “contexto jurídico” externo ao campo, mas como materialidades que regulam relações sociais e integram o cotidiano. No convívio social, instituímos normas e leis para orientar comportamentos e expectativas, definindo o que é permitido, proibido, obrigatório e punitivo, bem como a quem se aplicam e em quais tempos e espaços; por isso, embora redigidas em linguagem técnica e prescritiva, leis, normas, portarias e códigos “estão imersos em nosso cotidiano” e permeiam as práticas em seu contexto sócio-histórico (SPINK et al., 2014, p.18).

permeiam o estudo, uma vez que documentos “são componentes significativos do cotidiano, que completam e competem com a narrativa e a memória” (ASSIS, 2021, p. 21).

As informações secundárias coletadas serviram como base para contextualizar e analisar os dados obtidos no campo, refinar o recorte analítico, categorias e eixos de análise e complementar a triangulação de dados, possibilitando correlações indispensáveis ao alcance dos objetivos específicos do estudo. Assim, não visaram apenas consolidar o embasamento teórico e metodológico da pesquisa, mas também identificar lacunas e oportunidades capazes de enriquecer a análise crítica, articulando a leitura do processo de vulnerabilização na construção social dos riscos às análises discursivas, permitindo examinar como diagnósticos, justificativas e propostas circulam e são negociados entre atores, documentos e práticas sociais.

5.1.2 Observação Participante e Diário de Campo

Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), a observação e as notas de campo destacam-se entre os métodos para geração/coleta de dados etnográficos. No campo da psicologia social na base construcionista, Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014) situam a observação no cotidiano como uma forma de fazer pesquisa orientada à compreensão de fenômenos sociais complexos, não uniformes e marcados por riqueza de manifestações locais. A observação não é vista apenas como uma técnica de pesquisa, mas uma estratégia metodológica que oferece a possibilidade de contribuir para a compreensão da vida das pessoas, por meio da convivência comprometida, para sermos úteis de alguma maneira. Ao mesmo tempo, possibilita ao pesquisador assumir posturas críticas que visibilizem inequidades e desigualdades e a construção de propostas conjuntas de ação (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014).

Na perspectiva das PDPS, a observação é concebida como um empreendimento dialógico não controlado, envolvendo, em alguma medida, tensões, conflitos e colaboração entre pesquisador/a e pessoas, grupos ou comunidades que participam da pesquisa (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014).

Entendemos a observação no cotidiano, do ponto de vista da linguagem em ação, como coconstrução do/a pesquisador/a e das pessoas que participam com ele/a de cenas cotidianas, requerendo do uso de variadas formas de registro que deem conta da fluidez e complexidade de descrições situadas, mais ou menos participantes,

todas elas contribuindo para a compreensão dos sentidos produzidos – pelas pessoas às suas vidas. (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 129).

Resgata-se aqui, a ênfase em pesquisar *no* cotidiano, ao invés de *o* cotidiano, o que supõe a convivência do pesquisador em espaços de natureza pública, participando das ações e compartilhando da cultura que as sustenta., buscando compreender sentidos produzidos nas interações, especialmente nos microlugares²⁹ da vida cotidiana (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014).

Ainda segundo as autoras, a observação nos encontros cotidianos compõe o interesse na compreensão da produção de sentidos, e os posicionamentos assumidos pelas pessoas nas suas práticas discursivas. Esta possibilidade de desenvolver uma compreensão compartilhada está baseada na indicialidade, que demanda que estejamos atentos “aos indícios de sentidos, muitas vezes incompletos, que só podemos compreender no contexto da ação/interação que acontece nos lugares e contextos particulares” (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 127). Nessa direção, a observação participante foi mobilizada nesta pesquisa como estratégia metodológica para compreender como se constituem práticas de engajamento comunitário e negociação de propostas no processo do PCRA, bem como para registrar os modos pelos quais repertórios técnicos e normativos são apropriados, tensionados ou resignificados nas interações.

O recorte de coleta de dados primários por meio de observação participante e registro em diário de campo baseou-se em etapas selecionadas do cronograma do plano de trabalho da equipe do PCRA/UFABC (UFABC, 2024a), especificamente nas metas 6, 7 e 8: Meta 6 - Desejos e Necessidades - Essa meta busca identificar as demandas e expectativas dos moradores em relação ao território, promovendo o diálogo participativo e validando coletivamente os resultados; Meta 7 - Consolidação do Plano - Focada na sistematização dos dados e na elaboração do Plano Comunitário de Redução de Riscos, esta meta envolve atividades colaborativas para garantir que as soluções sejam integradas e validadas pelos participantes; Meta 8 - Produção de Materiais de Divulgação - O objetivo principal desta meta é a produção e entrega dos materiais resultantes do processo participativo, consolidando os aprendizados e promovendo a transparência.

²⁹ Microlugar é uma noção metafórica que destaca a centralidade dos encontros cotidianos situados (no lar, na rua, em instituições), entendendo que esses microlugares são produtos e produtores de processos sociais e identitários; o cotidiano, portanto, não é “pano de fundo”, mas se constitui de múltiplos microlugares continuamente construídos (SPINK et al., 2014).

O recorte metodológico foi delimitado conforme o Quadro 5, que sistematiza as atividades observadas e registradas em cada meta, tomadas como *incidentes críticos*³⁰ para análise.

Quadro 5 - Metas do PCRA e etapas selecionadas para observação participante e diário de campo

Meta do PCRA	Atividade	Data
Meta 6: Desejos e Necessidades	Assembleia com participação da assessoria jurídica da comunidade e a equipe do PCRA	15 de março de 2025
Meta 7: Consolidação do Plano	Assembleia de moradores e a equipe do PCRA - apresentação das propostas	24 de maio de 2025
Meta 8: Produção de Materiais de Divulgação	Assembleia de Entrega do plano comunitário para os moradores	14 de setembro de 2025

Fonte: Elaboração própria, adaptado de UFABC (2024a).

Cada pesquisa tem sua história, na qual acontecimentos prévios e posteriores articulam-se, produzindo sentidos específicos e criando possibilidades e restrições pelas quais podemos entender nossas escolhas metodológicas, alianças estratégicas, compromissos estabelecidos e objetivos alcançados (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014). Embora o foco analítico desta pesquisa se concentre nas metas 6, 7 e 8, destaca-se que, ao longo da execução das metas 1 a 5, foi possível acompanhar momentos significativos de aproximação e mobilização entre universidade e território, importantes para a inserção inicial no *campo-tema* e para a construção de vínculos com atores envolvidos. Essas etapas anteriores, entretanto, não tiveram caráter formal de coleta de dados para a pesquisa acadêmica, uma vez que o estudo ainda não havia sido submetido ao Comitê de Ética; seus registros foram utilizados apenas para contextualização e para orientar escolhas metodológicas, sem incorporação como dados primários de análise.

Ressalta-se também que o cronograma inicial de metas e etapas proposto pela equipe da UFABC sofreu alterações em função de imprevistos e dinâmicas do território, incluindo eleições municipais de 2024, férias escolares, negociações com lideranças e reavaliações internas do processo de pesquisa-ação, o que demandou ajustes na condução das atividades.

³⁰ Assis (2021) discute em sua tese o uso de termo na psicologia social, entendidos como eventos-chaves capazes de ilustrar aspectos que se pretendem investigar, atuando como possibilidades de micro-análises, permitindo estimar processos da construção de sentido sobre um dado fenômeno.

As assembleias descritas no Quadro 5 envolveram aproximadamente 60 pessoas (entre moradores e lideranças comunitárias), com participação de cerca de 10 integrantes da equipe do PCRA/UFABC, além de presença ocasional de movimentos sociais e organizações/instituições atuantes no território.

O uso do diário de campo não se restringiu ao mero registro passivo de acontecimentos, operando como um verdadeiro parceiro *atuante* na pesquisa (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014). Sob essa perspectiva teórica, o diário rompe com a dicotomia sujeito-objeto e atua como uma *cartografia de intensidades*, acolhendo as afetações, as relações de poder e os posicionamentos do pesquisador. O material ali produzido constitui-se em *narrativas ficcionais implicadas*, construções interpretativas e situadas que potencializam a análise e a compreensão do *campo-tema* (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

Nesta pesquisa, os registros das assembleias foram produzidos por meio dos diários de campo, com anotações de falas realizadas durante e imediatamente após os encontros, compondo descrições situadas das cenas etnográficas, dos participantes presentes, do fluxo da interanimação dialógica e dos momentos de maior tensão, negociação e validação. Desse modo, os excertos provenientes do diário operam sob o princípio da indicialidade (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014), sendo tratados como registros que documentam indícios de sentidos em circulação na interação. Posteriormente, esse material foi articulado às entrevistas e ao levantamento documental, como parte fundamental da triangulação de dados e da integração analítica.

5.1.3 Entrevistas Semiestruturadas

Conforme Aragaki et al. (2014), na perspectiva teórica das PDPS na abordagem construcionista, as entrevistas são fontes de informação, tais como os documentos de domínio público e as observações. Constituem, assim, “uma produção discursiva coconstruída por entrevistador/a e entrevistado/a feita a partir de negociações e pautada pela ética dialógica, sendo entendida como prática discursiva” (ARAGAKI et al., 2014, p. 71). Para Pinheiro (2013, p. 159), isto implica entender as entrevistas “como ação (interação) situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade”. Complementarmente, a entrevista configura-se como “um processo dialógico em

que ocorre negociação de pontos de vista e de versões sobre os assuntos e acontecimentos, e que vai posicionando ambos/as os/as participantes durante a sua interanimação” (ARAGAKI et al., 2014, p. 60).

Por isso consideramos que as materialidades, os posicionamentos, as relações de poder e o contexto local e histórico-social performam os discursos e produzem sentidos que podem ser diversos e, algumas vezes, até antagônicos. Tudo isso faz parte da entrevista e é material legítimo para ricas análises e produção de pesquisas (ARAGAKI et al., 2014, p. 71).

A utilização de entrevistas semiestruturadas é amplamente defendida por autores como Arai (2002), que destaca sua capacidade de capturar aspectos subjetivos e contextuais, fundamentais para compreender a percepção de riscos e as dinâmicas de participação social. Conforme Olivato (2013), este método é especialmente relevante para acessar as narrativas dos atores envolvidos em processos de gestão comunitária e construção de resiliência, permitindo a identificação de barreiras, desafios e oportunidades a partir da perspectiva dos próprios participantes. Para Aragaki et al. (2014, p. 61-62), a entrevista semiestruturada

tem como característica o fato do/a pesquisador/a construir previamente um roteiro norteador, mas com uma liberdade tal de perguntar que propicie momentos de construção, negociação e transformação de sentidos, colaborando na interanimação dialógica e na manutenção do foco da entrevista, permitindo acrescentar perguntas e/ou aprofundar determinada questão ou temática fundamental para o estudo.

Nesta dissertação, as entrevistas semiestruturadas foram utilizadas como método de coleta de dados qualitativos para aprofundar a compreensão sobre discursos, repertórios e posicionamentos mobilizados por diferentes atores no processo do PCRA, bem como sobre disputas de sentido, assimetrias de poder e formas de dano e reparação que atravessam a participação social em um contexto de conflito fundiário.

A proposta envolveu a condução de entrevistas com seis grupos (perfis) de atores-chave: moradores da Comunidade Vira Lata, lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais, representantes da MRS Logística, e da assessoria jurídico popular do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e técnicos do PCRA da UFABC. Esses grupos foram selecionados com base em sua relevância, participação ativa e representatividade nas dinâmicas que moldam o território. Para o delineamento do espaço amostral das entrevistas semiestruturadas, utilizou-se a amostragem intencional descrita por Arai (2002), que considera a constituição do espaço de amostra, para basear-se “na indicação, obtida de informantes “chave” do próprio local, sendo a seleção intencional” (ARAI, 2002, p.57). Ao

mesmo tempo, a efetivação da escolha esteve condicionada ao cumprimento dos critérios de inclusão, não-inclusão e exclusão apresentados na seção 5.1, assim como, considerando as especificidades de cada grupo descrito abaixo.

No total, foram realizadas treze entrevistas. Foram entrevistados um total de sete moradores/as, tendo em conta a diversidade de tempo de residência, composição familiar e envolvimento em ações comunitárias. Este grupo foi composto por: 1) duas entrevistas com liderança comunitária, com histórico de articulação em questões territoriais e participação em negociações fundiárias, sendo uma entrevista voltada ao papel de liderança e uma segunda entrevista conduzida com o roteiro destinado a moradores/as, com a finalidade de validar e ajustar o instrumento; 2) um morador membro da Associação Vira Lata; 3) três moradores remanescentes no território; e 4) duas moradoras reassentadas, que compartilharam experiências, afetos e memórias sobre o processo de reassentamento negociado junto a MRS e as repercussões nas vivências do cotidiano, vínculos comunitários e na saúde mental.

Também foi realizada entrevista com representante da UMM, movimento social atuante no território, que desempenha um papel central na articulação política e na defesa dos direitos da comunidade, e duas entrevistas no grupo de organizações/instituições, sendo uma com representante da MRS Logística, dada sua posição estratégica nas negociações fundiárias e obras de ampliação da linha férrea. E outra com a assessoria jurídica popular do CGGDH, que tem desempenhado um papel essencial no apoio direto à comunidade, fornecendo suporte jurídico no processo de regularização fundiária, mediando conflitos com instituições públicas e privadas, e promovendo ações que fortalecem os direitos territoriais e habitacionais dos moradores. Por fim, foram realizadas duas entrevistas com técnicos da equipe do PCRA da UFABC, que atuam diretamente na elaboração e implementação das ações do plano na comunidade.

A seleção dos participantes dentro de cada grupo buscou assegurar a inclusão de múltiplas perspectivas e experiências, permitindo uma análise abrangente. A proposta foi aprofundar a compreensão sobre os discursos mobilizados e disputados em torno de risco, permanência territorial, reassentamento e regularização fundiária, bem como sobre a produção de sentidos nas práticas participativas, considerando assimetrias de poder e seus efeitos na hierarquização de riscos e prioridades. Também se investigou como esses

discursos reconhecem, invisibilizam ou disputam formas de dano e reparação, com ênfase na dimensão extrapatrimonial.

Em sua análise sobre a participação social no contexto da gestão de riscos ambientais, Olivato (2013) divide seu questionário para o levantamento da percepção de riscos da comunidade em quatro partes inter-relacionadas: a) perfil socioambiental do entrevistado; b) levantamento da vulnerabilidade nos aspectos de infraestrutura básica e saneamento básico, e governança; c) percepção de perigo e risco no bairro e na casa (identidade com o lugar); d) fatores de prevenção, participação e mobilização, e comunicação de risco.

Nesse sentido, tomaram-se como referências os trabalhos de Arai (2002), Olivato (2013) e Souza (2023) para subsidiar a elaboração dos roteiros de entrevista junto aos diferentes grupos de atores-chave, buscando contemplar temas como percepção e comunicação de risco, estratégias de mobilização e engajamento e as interações entre diferentes discursos (Apêndice 1). Em coerência com a proposta analítica desta pesquisa, que articula o modelo PAR como referencial crítico-conceitual à ADCE em diálogo com a PDPS como base linguística interpretativa para a análise da linguagem em uso. Os roteiros foram estruturados em cinco eixos temáticos principais:

1. Percepção de Riscos: identificação dos principais riscos percebidos pela comunidade; exploração das causas e consequências associadas a esses riscos; análise das conexões entre riscos percebidos, vulnerabilidades e contextos de injustiça territorial.
2. Comunicação de Risco e Disputas de Sentido: formas pelas quais os riscos são comunicados, interpretados e resignificados no território; estratégias locais de compartilhamento de informações (reuniões, vídeos, boletins, redes sociais); disputas entre discursos técnicos e saberes populares sobre o risco e a permanência.
3. Participação e Mobilização Social: metodologias e experiências dos participantes nas atividades promovidas pelo PCRA; papel das lideranças e instituições; barreiras e facilitadores para o engajamento; repertórios de luta coletiva e sua circulação discursiva.
4. Impactos do PCRA: avaliação das ações implementadas e das mudanças percebidas pela comunidade; reflexões sobre territorialidades, vínculos afetivos e estruturas institucionais; expectativas para as etapas futuras do plano.

5. Narrativas e Dinâmicas de Poder: análise dos posicionamentos discursivos de moradores, técnicos e instituições; intersecções e conflitos entre saberes locais e técnicos; modos como as relações de poder atravessam a produção do território e a gestão de riscos e desastres.

As entrevistas tiveram duração média de 30 a 50 minutos. Após a realização das entrevistas, as gravações foram transcritas com apoio de ferramenta de transcrição automática (Turboscribe) e, em seguida, revisadas manualmente com escuta simultânea dos áudios, para correção de eventuais inconsistências e maior fidelidade às falas. As entrevistas constituíram material empírico central para a análise qualitativa, permitindo aprofundar a compreensão sobre práticas discursivas, posicionamentos, relações de poder e desafios da participação social no contexto da GIRD.

5.2 Procedimentos para Análise de Dados

A análise dos dados produzidos nesta pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa de natureza discursivo-etnográfica, integrando a ADCE, conforme Magalhães, Martins e Resende (2017), que permite investigar as relações dialéticas entre discurso, instituições e poder, a PDPS desenvolvida por Spink e colaboradores (2013), como base para compreender a linguagem em uso e a produção situada de sentidos, e o modelo PAR como referencial crítico-conceitual para operacionalizar a leitura da construção social dos riscos e da progressão da vulnerabilidade (WISNER et al., 2004; WISNER et al., 2025). Parte-se do entendimento de que os sentidos atribuídos ao risco, à participação social, à permanência territorial, à regularização fundiária e à reparação não são dados previamente constituídos, mas produzidos e atualizados nas práticas discursivas e práticas sociais, marcados por relações de poder, assimetrias institucionais e disputas materiais e simbólicas (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Na ADCE, a análise assume caráter descritivo, interpretativo e explanatório, contemplando aspectos linguísticos e multimodais e examinando como textos e interações se articulam a práticas socioculturais, identidades e relações de poder em contextos concretos (FLORINDO, 2019). Assim, o foco não recai apenas sobre “o que” é dito, mas sobre como certos dizeres se estabilizam, circulam, ganham legitimidade ou são contestados, produzindo efeitos sobre decisões, enquadramentos de risco, formas de mobilização e reconhecimento

de direitos, em consonância com a concepção da ADCE como método de pesquisa qualitativa voltado à crítica social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Em diálogo com a PDPS, a leitura analítica considera a interface de três temporalidades imbricadas no cotidiano: (i) o *tempo longo*, relativo aos repertórios culturalmente disponíveis e aos processos históricos e institucionais que estabilizam certos discursos; (ii) o *tempo vivido*, marcado por trajetórias, socializações, memórias e linguagens sociais que constituem as vozes mobilizadas pelos participantes; e (iii) o *tempo curto*, correspondente à dinâmica da interação, na qual enunciados se interanimam dialogicamente, produzindo continuidades, deslocamentos e rupturas de sentido (SPINK; MEDRADO, 2013). Nessa direção, assume-se a linguagem como ação social situada, tomando falas, textos e interações do campo como práticas discursivas por meio das quais se negociam versões da realidade, posicionamentos e responsabilidades (SPINK; FREZZA, 2013; SPINK; MEDRADO, 2013).

O *corpus* analisado foi composto por: (i) documentos técnicos, institucionais e jurídicos, além de materiais midiáticos; (ii) registros em diário de campo referentes a episódios e eventos-chave produzidos em assembleias do processo do PCRA (Quadro 5), tratados analiticamente como incidentes críticos; e (iii) transcrições integrais das entrevistas semiestruturadas. A análise seguiu uma estratégia de triangulação entre essas fontes, buscando identificar padrões discursivos, contradições e relações de poder, bem como os modos pelos quais diferentes discursos sobre o risco, tais como, comunitários, técnico-científicos, institucionais, jurídicos e ambientalistas, se articulam, entram em tensão ou convergem no processo de cocriação do PCRA (SOUZA, 2023). Consideraram-se, ainda, repertórios interpretativos e posicionamentos por meio dos quais se produzem sentidos sobre mobilização, pertencimento, responsabilidade e direito ao longo da metodologia participativa do PCRA, incluindo os modos pelos quais danos e demandas de reparação (especialmente na dimensão extrapatrimonial) são nomeados, reconhecidos, negociados ou silenciados nas disputas em torno da permanência territorial e da regularização fundiária.

O tratamento dos dados respeitou a natureza de cada fonte, tendo como base para análise, a obra de Spink et al. (2014), que discute a produção de informação na pesquisa social por meio de diversas ferramentas, e o texto de Spink e Lima (2013), que aborda o

rigor³¹, cientificidade³², e explicita passos para interpretação. Assim, os *documentos de domínio público* foram tratados como discursos institucionalizados, parte de “processos sócio-históricos de construção de saberes e fazeres” (SPINK; LIMA, 2013, p. 98), considerando seus enquadramentos, vocabulários autorizados e efeitos de legitimação no campo de gestão de riscos e ordenamento territorial (SPINK et al., 2014). As mídias, como recursos estratégicos centrais “na construção e circulação de repertórios na sociedade” (Ibid. p. 98). As cenas etnográficas, inscritas em diários de campo tomados como parceiros atuantes, foram analisadas para captar a linguagem em ação e as interações situadas no cotidiano (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014; MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014). As entrevistas, entendidas como práticas discursivas (SPINK; LIMA, 2013), foram transcritas integralmente, de modo a permitir a recuperação detalhada de repertórios interpretativos, posicionamentos e estratégias retóricas (ARAGAKI et al., 2014).

Para integrar esse material heterogêneo, a análise inspira-se no uso dos Mapas Dialógicos, inicialmente nomeados na literatura como mapas de associações de ideias (SPINK; LIMA, 2013). Conforme definem Nascimento, Tavanti e Pereira (2014, p. 247), o mapa dialógico é um instrumento analítico que possibilita “dar visibilidade à interanimação dialógica, aos repertórios interpretativos, a rupturas, ao processo de produção, a disputas e negociações de sentidos, a relações de saber-poder e a jogos de posicionamento”. Essa ferramenta instrumentaliza o pesquisador na aproximação com o material e na organização dos discursos (Ibid.), objetivando “sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentido” (SPINK; LIMA, 2013, p. 84)

A partir dessa estruturação, foram definidas categorias e eixos temáticos em consonância com os objetivos da pesquisa e com os referenciais teórico-metodológicos adotados. A interpretação, amparada nos Mapas Dialógicos, buscou identificar padrões discursivos, contradições e relações de poder, bem como os modos pelos quais os diferentes

³¹ Para as autoras, na perspectiva construcionista o rigor é concebido como a *possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo* (p. 80, destaque das autoras). Nesta concepção, o *diálogo* no âmbito da pesquisa científica é atravessado por processos históricos e sociais e pela dinâmica das relações humanas, o que requer que conceito de objetividade seja revisto e re-situado como processo intersubjetivo (SPINK; LIMA, 2013).

³² Spink e Lima (2013), partem do pressuposto de que “fazer ciência é uma prática social e, como em qualquer forma de sociabilidade, seu sucesso e legitimação estão intrinsecamente associados à possibilidade de comunicação de seus resultados” (p. 71).

discursos (SOUZA, 2023) se articulam, entram em tensão ou convergem no processo de gestão de riscos e de construção do PCRA. Neste sentido, foi também observado o fluxo analítico proposto por Spink e Gimenes (1994) para análise das práticas discursivas, adaptado para esta pesquisa em três movimentos: (1) definição do espaço de interlocução, (2) identificação das vozes institucionais e cotidianas presentes, e (3) análise das estratégias retóricas e jogos de posicionamento que sustentam a disputa por direitos e a produção de sentidos sobre o risco, a permanência, a reparação extrapatrimonial e a própria participação social.

Assim, a análise não se restringe ao ‘o que é dito’, mas examina como certos dizeres se estabilizam, circulam e são disputados, produzindo efeitos sobre decisões, enquadramentos de risco, formas de mobilização e reconhecimento de direitos (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). A seguir, a seção 5.2.1 destrincha como essa integração é operacionalizada na leitura dos materiais e na construção das categorias e eixos analíticos.

5.2.1 Integração analítica: ADCE, PDPS e PAR

Nesta pesquisa, a integração analítica entre ADCE, PDPS e PAR não opera como mera justaposição de referenciais, mas como um arranjo articulado, ancorado no conceito de prática, que conecta simultaneamente, a produção histórico-estrutural da vulnerabilidade e as formas situadas de disputa de sentidos no território. A diretriz central é a ADCE, tomada como eixo articulador do percurso analítico, por permitir investigar como textos, falas e interações (práticas discursivas) materializam e tensionam as práticas sociais mais amplas, relacionando-se dialeticamente com as assimetrias, e injustiças, decorrentes das estruturas de poder vigente, e as mediações institucionais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Nesse enfoque, as cenas etnográficas e os processos participativos do PCRA são examinados como arenas de disputa hegemônica, nas quais diferentes atores atualizam enquadramentos técnico-científicos, jurídicos e político-institucionais, produzindo efeitos sobre decisões, legitimidades, formas de mobilização e reconhecimento de direitos, de modo que condições de vulnerabilidade podem ser naturalizadas, justificadas ou contestadas no campo discursivo (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; SOUZA, 2023).

Como base crítico-social e conceitual da construção dos riscos e desastres mobiliza-se o PAR, que fornece o modelo para situar o risco e os desastres como resultado de uma progressão de vulnerabilidade e intensificação das ameaças, orientando a leitura macroestrutural das assimetrias de poder, dos déficits de infraestrutura e das disputas territoriais que condicionam a participação social e a permanência (WISNER et al., 2004; WISNER et al., 2025). Contudo, conforme discutido na Seção 3.2, Wisner et al. (2025) reconhecem que o PAR possui limites intrínsecos. Enquanto modelo predominantemente estruturalista, opera como “função mnemônica” para disparar perguntas críticas, mas não oferece acesso direto às experiências, emoções e mundos de vida em colisão nas situações de risco, tampouco captura, por si só, estados subjetivos como medo, ansiedade e sofrimento psicossocial (WISNER et al., 2025). É justamente para tensionar essas limitações, que a ADCE e a PDPS são acionadas como pontes teórico-metodológicas, permitindo observar como as estruturas que produzem os riscos e desastres são interpretadas, negociadas e disputadas no cotidiano do território.

Como base linguística, a PDPS qualifica o nível microssituado da análise ao compreender o discurso como linguagem em ação e como empreendimento social e dialético, permitindo examinar como os sentidos são produzidos no aqui-e-agora das interações, atravessados por memórias, experiências acumuladas, expectativas, frustrações e por descompassos entre temporalidades da vida cotidiana e temporalidades institucionais (SPINK; GIMENES, 1994; SPINK; MEDRADO, 2013; ASSIS, 2021). Essa lente orienta a identificação de repertórios interpretativos, posicionamentos e estratégias retóricas mobilizadas por moradores, técnicos e instituições, tornando visíveis ambiguidades, resistências e disputas de legitimidade na nomeação de risco, participação, direito, permanência e reparação, inclusive no reconhecimento ou silenciamento de danos extrapatrimoniais e dimensões subjetivas que categorias puramente técnicas tendem a negligenciar (SPINK; GIMENES, 1994; SPINK; MEDRADO, 2013).

Em termos operacionais, essa integração se organiza por escalas e temporalidades complementares, conforme sintetizado no Quadro 6: na escala macro, o PAR estrutura a leitura das condições histórico-estruturais de vulnerabilização e situa o processo no plano da progressão da vulnerabilidade (SANTOS, 2021; WISNER et al., 2025); na escala meso e macro, a ADCE conecta textos e práticas às mediações institucionais, às relações de poder e às disputas hegemônicas presentes na cocriação do PCRA (MAGALHÃES; MARTINS;

RESENDE, 2017); e, na escala micro, no *tempo curto* das interações, que mobilizam o *tempo vivido* e o *tempo longo*, a PDPS refina a microanálise ao focalizar a linguagem em uso, na interanimação dialógica, nos repertórios interpretativos e jogos de posicionamentos, acompanhando como sentidos se estabilizam, circulam e se transformam (SPINK; GIMENES, 1994; SPINK; MEDRADO, 2013; SPINK; FREZZA, 2013).

A vulnerabilidade e o risco são tratados são tratadas, ao mesmo tempo, como processo social multiescalar temporal no tempo e no espaço, quanto como categorias relacionais em constante disputa simbólica e política. Essa abordagem permite analisar de forma integrada como as estruturas opressoras são atualizadas ou tensionadas pelas agências e resistências locais nas práticas do processo de cocriação do PCRA (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; SPINK; GIMENES, 1994; SANTOS, 2021; WISNER et al., 2025).

Quadro 6 - Mapa de Arquitetura analítica e funções dos referenciais mobilizados na pesquisa

Dimensões	Norteador teórico-metodológico etnográfico-discursivo: ADCE – Análise de Discurso Crítica Etnográfica	Base Linguística e Interacional: PDPS – Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano	Base Crítica Social Conceitual: PAR – Modelo de pressão e liberação dos desastres (<i>pressure and release model</i>)
Função na Arquitetura Analítica	Abordagem articuladora: Analisa o discurso como prática social situada, articulando linguagem, instituições, materialidades e relações de poder no contexto sócio-histórico.	Análise microssituada: Instrumentaliza a microanálise da "linguagem em uso", evidenciando em como os sentidos são produzidos, negociados e disputados no cotidiano	Contextualização histórico-estrutural: Fornece o modelo para a leitura e organização da construção social dos riscos e desastres, na perspectiva multirrisco.
Tratamento da Escala e da Dimensão Temporal	Dialética Estrutura-Evento: Articula a macroescala (estruturas sociais e ordens do discurso), a mesoescala (práticas institucionais) e a microescala (o texto/evento concreto).	Intersecção dos Três Tempos: Foco na microescala das interações, que opera como arena onde o Tempo Curto (aqui-e-agora) mobiliza e ressignifica o Tempo Longo (cultura/história) e o Tempo Vivido (memória/socialização).	Progressão Multiescalar: Distingue processos mais e menos remotos no tempo e no espaço e rastreia suas consequências em cascata, à medida que são intensificados por pressões situacionais locais, e podem influenciar nas condições imediatas de segurança no território
Foco Analítico e Conceitos-Chave	Relações dialéticas entre discurso, prática social e poder; Ordens do discurso; Mediações institucionais; Intertextualidade e Interdiscursividade; Disputas hegemônicas; Ideologia e Recontextualização de práticas e discursos.	Linguagem em uso; Tempo longo/Tempo vivido/ <i>Tempo curto</i> ; repertórios interpretativos; Vozes; Gêneros de fala; Jogos de posicionamentos; encadeamento de enunciados; interanimação dialógica; negociação deslocamentos e rupturas de sentidos.	Progressão da vulnerabilidade; Construção dos riscos e desastres; Causas básicas; Pressões Dinâmicas; Meios de vida frágeis e condições inseguras; Risco de desastres; Ameaças; Progressão da Segurança (POS)
Corpus empírico:	(1) revisão bibliográfica e levantamento documental; (2) observação participante e diário de campo; (3) entrevistas semiestruturadas		
Alinhamento aos Objetivos Específicos (Questões Orientadoras)	Como assembleias, entrevistas e documentos (re)contextualizam e legitimam, ou contestam, sentidos sobre risco, permanência, regularização fundiária e reparação? Como textos, falas e interações se articulam a práticas institucionais, decisões, procedimentos e efeitos de poder no processo de cocriação do PCRA? Como determinados enquadramentos ganham legitimidade e passam a orientar formas de governança e intervenção no território?	Quais repertórios interpretativos são mobilizados pelos diferentes atores ao falar de risco, participação, permanência, dano e reparação? Como os participantes se posicionam e posicionam os outros nas interações? Onde emergem ambiguidades, resistências, deslocamentos e rupturas de sentido, especialmente na nomeação de danos extrapatrimoniais e demandas de reparação?	Quais processos histórico-estruturais condicionam a vulnerabilidade socioambiental e a desigual distribuição de recursos, proteção e poder no território? Quais/como causas básicas, pressões dinâmicas e condições inseguras atravessam a participação social e a permanência territorial na Comunidade Vira Lata? Como essas condições estruturais se articulam às disputas contemporâneas de regularização, remoção, permanência digna e reconhecimento de direitos?

Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Magalhães, Martins e Resende (2017), Spink e colaboradores (2013) e Wisner et al. (2025).

Para que essa integração metodológica opere com precisão, é imprescindível estabelecer um rigoroso alinhamento conceitual na fase de análise empírica. Isso se faz necessário porque a ADCE e a PDPS mobilizam escopos analíticos distintos para categorias centrais do trabalho, como discurso e prática discursiva. Enquanto a tradição da ADCE toma o 'discurso' de forma abrangente, como a linguagem configurada como prática social constitutiva e constituída, a PDPS (SPINK, 2013) adota uma distinção metodológica estrita. Na lente de análise microssituada da PDPS, reserva-se o termo 'discurso' para as linguagens institucionalizadas, normativas e cristalizadas, enquanto 'práticas discursivas' designam a linguagem viva, em ação, no cotidiano das interações, onde a polissemia e a agência dos sujeitos de fato ocorrem.

Para clarificar essa engrenagem e evitar sobreposições conceituais na interpretação dos dados, o Quadro 7 sistematiza as diferenças de escopo e as complementaridades operacionais entre as duas abordagens, demonstrando como elas atuam em conjunto na leitura do *corpus*:

Quadro 7 - Quadro Analítico de Distinções Conceituais e Complementaridade Operacional entre ADCE e PDPS

Dimensões de Alinhamento	ADCE	PDPS
Foco Analítico Predominante	Foco macroestrutural e crítico-social. O objetivo é desvelar ideologias, relações de dominação e hegemonia nas ordens do discurso.	Foco microssituado e interacional. O objetivo é entender a produção, negociação e ruptura de sentidos e o jogo de posicionamentos na interação.
Conceito de 'Discurso'	Conceito amplo: A linguagem configurada como forma de prática social (estruturante e estruturada). Engloba a totalidade da comunicação como ação sobre o mundo.	Conceito restrito: Refere-se ao uso institucionalizado da linguagem (p. ex., o jargão jurídico, normativo, técnico). Representa regularidades e o instituído.
Conceito de 'Prática Discursiva'	A dimensão intermediária (meso) que liga o texto (micro) à prática social (macro). Envolve os processos sociais de produção, distribuição e consumo dos textos.	Conceito central: A 'linguagem em ação'. Os momentos vivos de resignificação no cotidiano, onde as pessoas negociam sentidos por meio da interanimação dialógica.
Dispositivos Analíticos Mobilizados	Interdiscursividade, Intertextualidade, Recontextualização, análise das Ordens do Discurso e dos efeitos ideológicos sobre a estrutura social.	Repertórios Interpretativos (tempo longo), Vozes e Memória (tempo vivido), Gêneros de fala, Jogos de Posicionamento e Interanimação Dialógica (tempo curto).
Função na Arquitetura Analítica	Analisa como a desigualdade estrutural, a lei e o jargão técnico do risco "descem" institucionalmente para regular e impor poder sobre o território.	Analisa como os moradores "recebem", resistem e resignificam esses jargões no cotidiano (nas assembleias) para defender a permanência.

Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Magalhães, Martins e Resende (2017), Spink (2013).

Nesse arranjo, ‘risco’ não é tratado como categoria técnica isolada, mas como resultado da articulação entre processos estruturais de vulnerabilização, mediações institucionais e disputas discursivas que se materializam nas práticas sociais do território. Essa arquitetura metodológica não é apenas teórica, mas responde diretamente às diretrizes de políticas públicas. A integração entre ADCE, PDPS e PAR está alinhada ao terceiro macro-objetivo do guia para PMRR, que prioriza a sensibilização de atores-chave e o engajamento social (BRASIL, 2024c). Da mesma forma, atende ao terceiro objetivo específico da estratégia nacional de “incorporar o conhecimento das comunidades em situação de risco na elaboração dos mapeamentos e na proposição de ações estruturais e não estruturais, de forma a proporcionar sua coprodução e apropriação para aumento da resiliência local” (BRASIL, 2024c, p. 20).

A partir do mapa de arquitetura analítica (Quadro 6), definiram-se as categorias analíticas de discursos (Quadro 8), com base nas cinco dimensões propostas por Souza (2023), e os eixos analíticos (Quadro 9), construídos a partir dos roteiros de entrevista e ampliados com o eixo de regularização fundiária e reparação, de modo a orientar a organização e o aprofundamento interpretativo do material empírico.

Quadro 8 - Categorias Analíticas de discursos

1. Discursos comunitários	Falas de moradores/as e lideranças sobre riscos, permanência territorial, vulnerabilidades, estratégias cotidianas de enfrentamento, mobilização coletiva e experiências de dano/reparação
2. Discursos técnico-científicos	Relatórios, pareceres, diagnósticos e enunciados produzidos por equipes técnicas e pesquisadores/as, com foco na leitura dos riscos, proposição de medidas e enquadramentos metodológicos.
3. Discursos institucionais e políticos	Enunciados, decisões e posicionamentos de órgãos públicos e demais instituições envolvidas, incluindo prioridades, critérios de ação, justificativas administrativas e formas de governança do risco.
4. Discursos jurídicos	Normas, argumentos legais, mediações e disputas relacionadas à regularização fundiária, à permanência territorial, à reparação e à garantia de direitos.
5. Discursos ambientalistas	Falas e enquadramentos sobre meio ambiente, justiça climática/injustiça territorial, preservação ambiental e soluções de adaptação, incluindo tensões entre proteção ambiental e permanência comunitária.

Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Souza (2023).

Quadro 9 - Eixos analíticos

1. Percepção de Riscos	Identificação dos principais riscos percebidos; exploração de causas e consequências associadas; relações entre riscos, vulnerabilidades e contextos de injustiça territorial.
2. Comunicação de Risco e Disputas de Sentido	Formas de comunicação, interpretação e ressignificação dos riscos no território; estratégias locais de circulação de informações; disputas entre discursos técnicos e saberes comunitários sobre risco e permanência.
3. Participação e Mobilização Social	Experiências e metodologias de participação no processo do PCRA; papel de lideranças e instituições; barreiras e facilitadores do engajamento; repertórios de luta coletiva e sua circulação discursiva.
4. Impactos do PCRA	Mudanças percebidas a partir das ações do plano; efeitos sobre o cotidiano, territorialidades e vínculos; expectativas e limites das etapas futuras.
5. Discursos e Dinâmicas de Poder	Posicionamentos discursivos de diferentes atores; conflitos e articulações entre saberes locais, técnicos e institucionais; modos pelos quais relações de poder atravessam a gestão de riscos e a produção do território.
6. Regularização fundiária e reparação	Produção de sentidos sobre regularização, permanência, remoção e reconhecimento de direitos; nomeação, visibilização ou silenciamento de danos e perdas, com ênfase na dimensão extrapatrimonial.

Fonte: Elaboração própria (2026).

6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos dados empíricos coletados no âmbito da pesquisa conduzida entre março de 2024 e outubro de 2025, na Comunidade Vira Lata, zona noroeste de São Paulo. Conforme delineado na Seção 5.2.1, a investigação afasta-se de uma leitura puramente descritiva ou do confinamento das teorias em escalas estáticas para operar a integração proposta no mapa de arquitetura analítica (Quadro 6). Para isso, assume a ADCE (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) como norteador teórico-metodológico articulador central da abordagem etnográfico-discursiva, que atua mobilizando duas bases de apoio complementares: a base linguística e interacional das PDPS (SPINK, 2013), que instrumentaliza a análise microssituada; e a base crítico-social e conceitual do modelo PAR (WISNER et al., 2025), que permite rastrear a progressão multiescalar da vulnerabilidade e a construção social dos riscos e desastres.

A observação participante, desenvolvida durante as oficinas e assembleias comunitárias promovidas pelo PCRA, aliada às entrevistas semiestruturadas e ao levantamento documental, possibilitou o registro direto de *textos* contendo interações entre os diferentes atores. Em alinhamento à base linguística da PDPS, o foco do registro não recaiu sobre representações estáticas, mas sobre a linguagem em ação, captando a interanimação dialógica e os repertórios interpretativos mobilizados (SPINK, 2013). Simultaneamente, sob a lente macro e meso estrutural, esses registros evidenciaram as práticas sociais, os processos de mobilização e os efeitos de poder e saber inerentes aos discursos (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Essa abordagem integrada forneceu uma visão ampla dos processos participativos e das articulações e disputas entre saberes locais e estratégias institucionais de GRD.

O tratamento desse material baseou-se na elaboração de Mapas Dialógicos (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014; SPINK; LIMA, 2013), uma ferramenta analítica que permitiu organizar o fluxo discursivo e a interanimação dialógica a partir das Categorias de Discurso (Quadro 8) e dos Eixos Analíticos (Quadro 9), preservando o contexto dos enunciados e dando visibilidade aos jogos de posicionamento e às relações de saber-poder que atravessam o território.

Nesse percurso, a abordagem etnográfico-discursiva forneceu a lente para captar os deslocamentos que ocorrem no território: a colisão entre o *tempo longo* (a memória discursiva das ameaças de remoção) e o tempo curto (as negociações no "aqui e agora" das assembleias), a despressurização do discurso de risco, a emergência de pactos simbólicos e a afirmação de novos sentidos de cidadania. Como apontam Magalhães, Martins e Resende (2017), os discursos não apenas descrevem, mas performam realidades e geram efeitos causais sobre a prática social; neste caso, a coprodução do PCRA configurou-se como um espaço central de reconfiguração material e simbólica do direito à permanência.

A análise a seguir está estruturada em seis subtítulos interpretativos (6.1 a 6.6). Essa organização busca refletir a progressão da vulnerabilidade e sua posterior "liberação" (WISNER et al., 2025), permeada pelas constantes disputas de sentido em torno do risco e do planejamento urbano em articulação com os referenciais teóricos que fundamentam o estudo. Para amparar essas discussões e ilustrar as vozes que atravessam o texto, o Quadro 10 apresenta a relação dos interlocutores entrevistados, suas posições institucionais ou comunitárias e as categorias discursivas que predominantemente mobilizam nas narrativas.

Quadro 10 - Relação entre interlocutores, posição e categorias discursivas

Interlocutor(a)	Posição	Categorias analíticas discursivas	Fontes
A.	Movimentos Sociais	Discursos institucionais e políticos/ Discursos ambientalistas	Entrevista Semiestruturada (09/05/2025) / Diários de campo
B.	Equipe Técnica	Discursos técnico-científicos/ Discursos ambientalistas	Entrevista Semiestruturada (14/05/2025) / Diários de campo
C.	Equipe Técnica	Discursos técnico-científicos	Entrevista Semiestruturada (16/05/2025) / Diários de campo
D.	Apoio Jurídico Popular	Discursos técnico-científicos/ Discursos jurídicos	Entrevista Semiestruturada (14/05/2025) / Diários de campo
E.	Representante Institucional (MRS)	Discursos jurídicos/ Discursos institucionais e políticos	Entrevista Semiestruturada (25/08/2025)
F.	Liderança Comunitária / morador remanescente	Discursos comunitários/ Discursos institucionais e políticos	Entrevista Semiestruturada (29/09/2025)
G.	Morador – Associação de Moradores Vira Lata	Discursos comunitários	Entrevista Semiestruturada (30/09/2025)
H.	Morador	Discursos comunitários	Entrevista Semiestruturada (03/10/2025) / Diários de Campo
I.	Morador	Discursos comunitários	Entrevista Semiestruturada (03/10/2025)
J.	Morador	Discursos comunitários	Entrevista Semiestruturada (04/10/2025)
K.	Morador Reassentado	Discursos comunitários	Entrevista Semiestruturada (04/10/2025)
L.	Morador Reassentado	Discursos comunitários	Entrevista Semiestruturada (05/10/2025)
M.	Liderança Comunitária	Discursos comunitários/ Discursos institucionais e políticos	Diários de Campo/ material midiático
N.	Liderança Comunitária	Discursos comunitários	Diários de Campo
O.	Equipe Técnica	Discursos institucionais e políticos/ Discursos ambientalistas	Diários de campo

Fonte: Elaboração própria (2026).

6.1 Causas Estruturais: Território, Titularidade e Invisibilidades

A análise da Comunidade Vira Lata sob a ótica do modelo PAR exige recuar no *tempo longo* para identificar as *causas básicas* que fundamentam a vulnerabilidade do território. A edição mais recente do modelo avança ao classificar a propriedade desigual da terra (*inequitable land ownership*) não apenas como um pano de fundo, mas como motores direto da DRC (WISNER et al., 2025). A precariedade habitacional, a insegurança da posse e a localização em áreas lindeiras à ferrovia não são acidentes geográficos, mas a materialização de ordens de discurso hegemônicas que sustentam um modelo de urbanização excludente e da mercantilização do solo urbano, operando de forma histórica e sistêmica (WISNER et al., 2025; SOUZA, 2023). Assim, as condições de risco não podem ser compreendidas como fatos isolados, mas como expressões históricas de um processo seletivo marcado pela distribuição assimétrica de infraestrutura, investimentos públicos e poder; no plano ideológico, a primazia do corredor logístico/ferroviário sobre a moradia sustenta a naturalização de que a permanência é ‘inviável’. (SPINK, 2018; WISNER et al., 2025; SOUZA, 2023).

Para desvelar como essa macroestrutura opera na materialidade da vida, mobilizam-se os Eixos Analíticos 2 e 5 (Quadro 9), observando como o Estado e o mercado produzem a invisibilidade histórica dessas populações e operam na DRC. O desenvolvimento urbano brasileiro acelerado concentrou recursos de modo recorrente, em grandes obras e investimentos em áreas formais, enquanto as periferias e ocupações informais permaneceram historicamente negligenciadas (BRASIL, 2025b). Como resultado, consolidou-se a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, de baixa aptidão geológico-geotécnica e hidrológica, somada à escassez de infraestrutura urbana e serviços essenciais, produzindo condições propícias à reprodução de riscos e à ocorrência de desastres cotidianos em favelas e periferias.

Nesse processo, a cidade foi sendo construída com marcas estruturais de exclusão que atingem de maneira desproporcional a população pobre, preta e periférica, cujas experiências de risco tendem a não compor a memória nacional e, por isso, reverberam pouco nas práticas institucionais de prevenção, mitigação e adaptação climática (SOUZA, 2023). Somam-se a isso os efeitos persistentes da colonialidade e do racismo ambiental, conforme Souza (2023), os territórios periféricos urbanos, marcados pela presença majoritária de

populações negras e pobres, são reiteradamente produzidos como espaços de exceção, onde a ausência de direitos é naturalizada. Essas comunidades são convertidas em ‘zonas de sacrifício’, nas quais o sofrimento coletivo é tolerado como se fosse inevitável, revelando a face racializada e estrutural da negligência estatal.

Ainda conforme Souza (2021, p. 87), ao defender que a territorialização do risco decorre, em grande medida, “de um passado nem sempre conhecido e considerado, em que escolhas políticas e econômicas concernentes à organização dos territórios, distribuição de bens e alocação de recursos contribuíram para um desenvolvimento urbano fracassado e injusto”, as narrativas sobre a titularidade se articulam a processos complexos de desigualdade social, exclusão territorial, fragilidade institucional e fragmentação das políticas públicas, que produzem invisibilidades institucionais. A ideia de que a cidade seria, em si mesma, uma fonte de impactos ambientais negativos ainda permanece em determinados discursos técnicos, ambientalistas e políticos, sustentando uma visão que separa e opõe cidade e meio ambiente como dimensões antagônicas no ecossistema global (SOUZA, 2023).

Ela é uma área do governo federal, aquele terreno (...) pertence à SPU [Secretaria de Patrimônio da União]. E ela é uma comunidade que não tem uma titulação (...). Então acho que a grande demanda da comunidade hoje é a garantia da segurança na posse e a melhoria das condições de habitabilidade. (Entrevista, A., Representante UMM, 09/05/2025).

A distribuição desigual de poder e recursos emergem como causas básicas, os episódios de resgate memorial apontam que vulnerabilidades foram, desde o início, enfrentadas por táticas de sobrevivência autogeridas, ao mesmo tempo em que, os moradores da comunidade enfrentam barreiras para acessar canais institucionais de negociação e frequentemente têm sua participação deslegitimada nos processos decisórios. O não reconhecimento formal dessa posse atuou na manutenção de um ciclo de precariedade, pois impedia o acesso a políticas públicas e mantinha as famílias sob a constante ameaça da força coercitiva do Estado e da concessionária privada. É contra essa invisibilidade institucionalizada que o PCRA atua, buscando inserir a comunidade no mapa formal de direitos da cidade.

Assim, os sentidos atribuídos ao território e à titularidade nas áreas periféricas não se limitam à presença ou ausência de propriedade formal, mas constituem-se como construções discursivas historicamente situadas, permeadas por disputas de poder, memórias

de exclusão e estratégias de resistência (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; SPINK, 2018). No *tempo curto*, esse sentido é produzido discursivamente por F., liderança comunitária, que ao acionar repertórios ligados à posse e ao direito à moradia, reposiciona o ‘risco’ como categoria jurídica e política, deslocando-o do campo ambiental para o campo da insegurança fundiária:

acho que o risco maior que a gente tem aqui ainda, é de não ter um lugar para morar amanhã, porque eu não tenho um documento disso aqui. Entendeu? Então, hoje tirou o processo de lá, mas ninguém garante que amanhã eles não colocam de novo. Entendeu? Então, enquanto você não tiver um documento, é um risco grande. Então, esse é o risco que mais me preocupa. (Entrevista, F., Liderança Comunitária, 29/09/2025).

Além de revelar as assimetrias de poder presentes na gestão territorial e nas disputas por reconhecimento, os discursos observados na Comunidade Vira Lata também guardam semelhanças estruturais com os conflitos socioambientais descritos por Corbari, Azevedo e Sampaio (2021), que analisam a territorialização industrial-portuária em Pontal do Paraná. Assim como naquele caso, os discursos legitimadores de grandes empreendimentos mobilizam linguagens técnicas e promessas de desenvolvimento econômico, enquanto os atores comunitários enfrentam o desafio de construir narrativas contra-hegemônicas que deem visibilidade às suas formas de vida, vínculos com o território e direitos ameaçados. Nesse contexto, a ideia de “licença social para operar”³³ surge como dispositivo discursivo que neutraliza resistências, ao mesmo tempo em que camufla desigualdades de poder e silencia impactos ambientais e sociais indesejáveis (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

Os enunciados de A. e F. posicionam a falta de documento formal não como detalhe burocrático, mas causa estrutural de vulnerabilidade. Essa invisibilidade material é sustentada por discursos institucionais que historicamente trataram o território apenas como um ‘ativo logístico’ ou como ‘invasão’, negando o reconhecimento das territorialidades ali construídas no *tempo longo* e no *tempo vivido* (SPINK; MEDRADO, 2013). Essa postura punitiva é materializada pela argumentação discursiva apresentada pelos advogados da MRS Logística S.A. nos autos do processo de reintegração de posse, quando a empresa contesta a

³³LSO, “processo informal pelo qual os grandes empreendimentos passam, a fim de aumentar o ‘estoque de capital reputacional’ (ACSELRAD, 2014), por meio de programas de responsabilidade social, medidas mitigatórias e compensatórias e, assim, ter apoio da população local” (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021, p. 484).

Defensoria Pública que havia alegado a "inépcia da petição inicial, em razão do não cumprimento dos requisitos de qualificação dos demais invasores" (MRS LOGÍSTICA, 2024, fls. 524). O uso do termo jurídico “invasores” pela concessionária atua como um dispositivo de apagamento que reduz as famílias a uma categoria de transgressão legal, deslegitimando o seu direito à cidade. Conforme o argumento da MRS:

Como se sabe, historicamente, as ações possessórias relacionadas com invasões coletivas sempre trouxeram, além de preocupações sociais, dificuldades jurídicas causadas pelo grande número de pessoas no polo passivo dos processos. Os grupos, em geral, não possuem personalidade jurídica e têm identificação completa quase impossível (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024a, fls. 525)

No entanto, essa ordem do discurso hegemônica é tensionada no *tempo curto* das assembleias comunitárias. A comunidade contrapõe a invisibilidade jurídica à materialidade de sua consolidação no território, produzindo outros enquadramentos para a legitimidade da permanência. Em uma cena etnográfica ocorrida na assembleia de 15 de março de 2025, a liderança comunitária M. tensiona e convoca os moradores a reconhecerem o valor estrutural e econômico de suas moradias:

Porque a pessoa, se ela não está ligando pra própria casa deles, pra propriedade que ele está, investiu dinheiro. Que investiu muito dinheiro, porque eu acredito que não foi pouco pra levantar uma casa de duas lajes, rebocar, fazer acabamento fino. Então, as pessoas tinham que ter, no mínimo, o interesse de vir aqui e falar assim, 'é sobre o que?'. (Diário de Campo, Assembleia com participação da assessoria jurídica da comunidade e a equipe do PCRA, 15/03/ 2025).

Ao acionar publicamente o esforço financeiro e vital de “levantar casa de duas lajes” e “fazer acabamento fino”, a liderança M. opera uma interanimação dialógica, recusando a identidade precária que lhes é imposta. Nesse jogo de posicionamento, a comunidade evidencia um paradoxo estrutural: o território é fisicamente consolidado pelas capacidades locais e pelo esforço de gerações, mas é mantido sob constante ameaça pela negação da titularidade.

Essa construção discursiva sustenta uma identidade territorializada que confronta narrativas técnicas, institucionais e jurídicas que, por vezes, invisibilizam a comunidade como sujeito político legítimo e enquadram a área como ‘área de risco’, ‘área non aedificandi’, ‘irregular’, ‘invasão’, ‘inviável’ e ‘ocupação irregular’. Ao operar esses enquadramentos, tais narrativas cristalizam a representação da comunidade como um problema a ser removido e evidenciam múltiplas camadas de negação de direitos. Como afirma Spink (2018), o risco, nesses contextos, não é apenas técnico ou natural, mas social e

político, um produto das ausências reiteradas de políticas públicas, da precariedade da infraestrutura e do abandono institucional.

A ausência de titularidade formal é compreendida pelos moradores como um fator de insegurança permanente, mas também como uma condição imposta por dinâmicas históricas de exclusão e pela negligência reiterada do poder público, evidenciando um campo de disputa simbólica em torno do que conta como direito e pertencimento no território. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da regularização fundiária como direito emerge como eixo central da mobilização discursiva. Essa dimensão psíquica e cotidiana da insegurança fundiária se manifesta nas práticas discursivas dos moradores:

Eu acho que a melhoria da comunidade, para a gente estar fortalecendo. Eu acredito que a legalização da documentação para a gente. Eu acho que é um ponto também fundamental. A gente ter esse documento em mãos, que aí já é uma garantia, uma segurança para a gente. (Entrevista, G., Morador, Associação de Moradores Vira Lata, 30/09/2025).

A falta do ‘papel’ não opera apenas como ausência documental, mas como um marcador prático de incerteza, que sustenta a antecipação da perda e inibe projetos de melhoria da moradia. A moradora L., hoje reassentada, ajuda compreender como essa condição estrutural organizava a vivência do risco:

Então, o único risco que a gente tinha lá, que a gente tinha certeza, que uma hora ou outra a gente ia sair de lá, porque como era uma invasão, a gente, uma hora, ia ter que sair. Então, eu nem queria construir por conta disso, porque a gente sabe, assim, quando a gente compra uma coisa, é nossa. Mas, no caso lá, não foi comprada. (...) Então, o único risco que eu via lá era a gente, em qualquer momento, perder a nossa moradia. (Entrevista, L., Morador reassentado, 05/10/2025).

Se, no relato de L., o risco é a antecipação da perda da moradia, o morador I. relata o alívio pela perspectiva de regularização “fica mais tranquilo, aí você fica tranquilo de vez, ter isso aí [documento], cara. Porque até então a gente ficava naquela 'vai sair, não vai'.” (Entrevista, I., Morador Vira Lata, 03/10/2025).

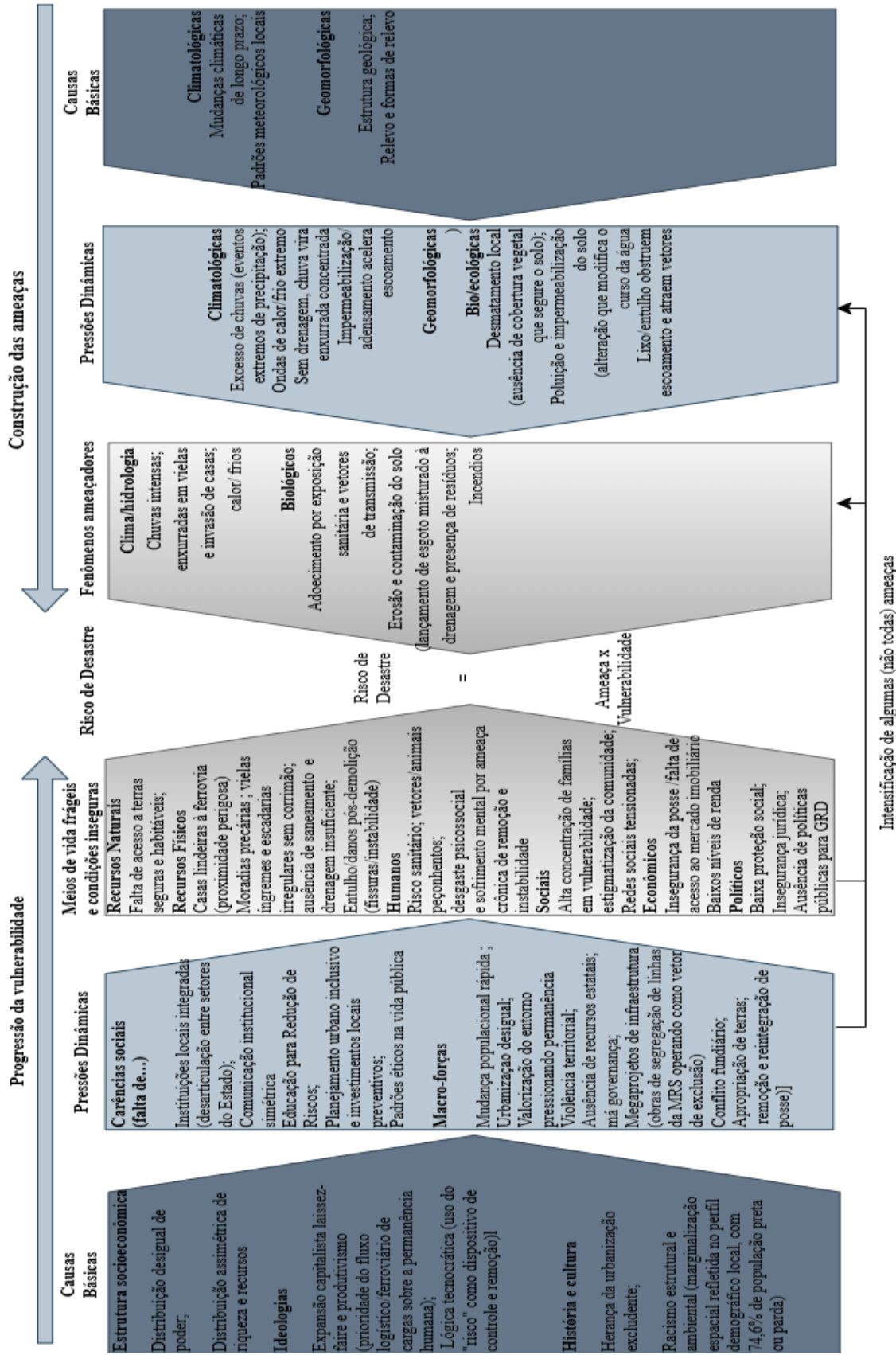
Nesse quadro, a análise das causas básicas e progressão das vulnerabilidades, evidencia como sentidos sobre território, titularidade e invisibilidade operam na produção social do risco. O termo ‘risco’ torna-se objeto de disputa: enquanto agentes corporativos o mobilizam como argumento técnico-jurídico para sustentar a remoção, os moradores o tensionam como linguagem de denúncia e resistência frente a mecanismos históricos de exclusão. Assim, o PCRA não atua apenas como instrumento de planejamento, mas como dispositivo de mediação que organiza demandas, qualifica controvérsias e reposiciona a

regularização fundiária como condição de possibilidade para qualquer estratégia de redução de risco que seja efetivamente democrática e territorialmente situada.

Este reposicionamento do PCRA como dispositivo de mediação é registrado em diário de campo, no *tempo curto* das interações, em cena etnográfica durante assembleia de 15/03/2025, o técnico B. (UFABC) qualifica a regularização “a regularização ela é importante, e a regularização fundiária é a titulação, mas ela vem junto com a urbanização ” e situa o trabalho da equipe como espaço de troca, afirmando que “é muito importante que a gente converse para que ela seja feita como vocês querem, do jeito que vocês querem, com as coisas que vocês querem”; nesse movimento, explicita a proposta do plano como processo de cocriação e “urbanização participativa”, distinguindo-a da intervenção vertical “não é a prefeitura vindo aqui fazendo do jeito que quer” e nomeando, simultaneamente, a ‘construção social do risco’ como um repertório interpretativo a ser disputado e reinscrito no território. Ao afirmar que “dentro dessa urbanização a gente também traz a questão do risco... a construção social do risco” e sintetizar que o objetivo é “tirar o risco do lugar, não as pessoas do risco”, o enunciado desloca a linguagem do risco do registro da remoção para o registro mitigável e negociável, produzindo sentidos que articulam regularização/titulação, urbanização e permanência “o risco pode ser resolvível, mitigável... e não o que a prefeitura às vezes faz ... despejar as famílias” (Diário de Campo, Assembleia sobre regularização fundiária, 15/03/2025).

Como síntese das tensões estruturais discutidas nesta seção e como mapa orientador das dinâmicas que serão aprofundadas, a Figura 25 apresenta a aplicação do modelo PAR atualizado (WISNER et al., 2025) à realidade empírica da Comunidade Vira Lata. As categorias do modelo foram preenchidas a partir da triangulação de dados, permitindo visualizar, de forma integrada, a progressão da vulnerabilidade e a construção das ameaças no território. O modelo evidencia de forma visual que as condições de risco não se resumem à fatalidade climática ou à mera proximidade com a linha do trem, mas resultam do encontro de *causas básicas* estruturais, como desigualdades históricas no acesso à terra, *pressões dinâmicas* contemporâneas e processos que intensificam ameaças e estabilizam *meios de vida frágeis e condições inseguras* no cotidiano. Nesse enquadramento, a regularização fundiária deixa de figurar como demanda burocrática isolada e se consolida como condição estruturante para a progressão de segurança territorial, proteção social e justiça ambiental (WISNER et al., 2025).

Figura 25 - Progressão da Vulnerabilidade e Construção das Ameaças na Comunidade Vira Lata



Fonte: Elaboração própria, baseada em Wisner et al. (2025).

6.2 Pressões Dinâmicas: Participação, Mediações e Silenciamentos

A formulação das *pressões dinâmicas* proposta pela versão atualizada do modelo PAR introduz elementos cruciais para a análise de periferias urbanas, destacando os deslocamentos e a apropriação de áreas como forças macroestruturais que acentuam vulnerabilidades socioambientais da população (WISNER et al., 2025). Nesse contexto, os entraves à participação social na Comunidade Vira Lata não decorrem apenas da ausência de canais formais. Eles são o desdobramento da fragilidade institucional e, sobretudo, da imposição de grandes empreendimentos logísticos sobre o território. Para analisar como essas pressões se materializam e são tensionadas no cotidiano, mobiliza-se o Eixo Analítico 3 (Participação e Mobilização Social) articulado ao Eixo Analítico 2 (Comunicação de Risco).

Ao discutir as *pressões dinâmicas* que atravessam participação e permanência em territórios populares, vale recuperar a genealogia das “gramáticas” urbanísticas que historicamente definem quais espaços podem existir e quais permanecem sob ameaça de remoção. Raquel Rolnik argumenta que, no início do século XX, a linguagem sanitaria (medicina social e engenharia sanitária) legitimou a derrubada de cortiços e a expulsão de populações pobres em nome da higiene urbana, contribuindo para deslocamentos e para a expansão de novas favelas (BRASIL, 2025d). Em seguida, essa racionalidade se reconfigura pelo discurso da ilegalidade: como a posse não se formaliza pela compra e venda em cartório, territórios consolidados passam a ser enquadrados como ‘irregulares’ e tratados como problema a ser removido.

Mais recentemente, o ‘risco’, inclusive associado às mudanças climáticas, emerge como categoria de governo capaz de sustentar ciclos de remoções e ameaças de remoção que reafirmam modelos excludentes, muitas vezes sem alternativas adequadas, compensações proporcionais ou enfrentamento das *causas básicas* da vulnerabilidade (BRASIL, 2025b). Nesse enquadramento, produz-se também uma dimensão sociológica do risco: populações são representadas como ‘população de risco’ e, simultaneamente, como aquelas que ‘oferecem risco’ ao entorno, alimentando estigmas e justificativas de controle e expulsão (BRASIL, 2025d). Na Comunidade Vira Lata, essa gramática se manifesta na articulação

entre ‘prazo’, ‘obra’, ‘remoção’ e ‘risco’ como linguagem de legitimação e ordenamento da participação.

No plano contemporâneo, a governança urbana sob a lógica neoliberal tende a deslocar responsabilidades do Estado para atores privados, fragmentando políticas públicas e intensificando a mercantilização do espaço urbano. A atuação da MRS Logística no território ilustra como interesses empresariais podem se sobrepor a direitos fundamentais, mobilizando a linguagem do risco como ferramenta jurídica e simbólica para justificar ações de reintegração de posse (BRASIL, 2024; RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023). Como destacado no relatório da equipe do PCRA da UFABC (2025), a ausência de uma base fundiária unificada, a sobreposição de normativas e a desarticulação entre níveis de governo dificultam a regularização e a própria gestão de riscos, mantendo os moradores sob um estado permanente de instabilidade.

A obra de segregação das linhas promovida pela concessionária ilustra o que Wisner et al. (2025) descrevem como DRC por meio de megaprojetos, conforme discutido na seção 3.2. Segundo os autores, grandes empreendimentos priorizam metas econômicas e logísticas, frequentemente ignorando implicações de risco, produzindo vulnerabilidades tanto para populações deslocadas quanto para a comunidade remanescente (Ibid.) No caso estudado, essa *pressão dinâmica* se expressa, entre outros fatores, na temporalidade do projeto e na centralidade da remoção como condição de implementação. A representante da MRS relata um diálogo circunscrito às lideranças e descreve que a entrada no território foi marcada pela necessidade de “tirar pessoas” e por um cronograma rígido:

Quando a gente chega na comunidade a gente encontra três lideranças que se posicionam muito fortemente ali na região, que inclusive blindaram o nosso diálogo com a comunidade em geral, então assim, por mais que a gente teve, tem, né, a parceria de três líderes comunitários, nós tivemos muita dificuldade do diálogo com todos, porque muitas das vezes não nos era permitido alcançar a comunidade (...), acho que ainda vai ser um desafio, essa blindagem que eles fazem ali,...), é uma empresa grande que chega, a gente não tinha construído engajamento, a gente já chega com a necessidade de tirar pessoas, não tinha prazo, então o nosso prazo era o prazo de 2024, quando a gente termina em 2025, no primeiro trimestre, todas as remoções, existia sim ainda, né, uma questão de desconfiança mesmo da empresa, pelo fato dela chegar já com uma necessidade de um impacto tão grande, né, que é a remoção (Entrevista, E., Representante MRS., 25/08/2025)

Esses enunciados evidenciam como ‘prazo’, ‘impacto’ e ‘remoção’ operam como macro-forças que rebaixam a participação a uma gestão acelerada do conflito, restringindo margem de negociação e aprofundando desconfianças. Assis (2021) contribui na elucidação

desta dinâmica ao discutir a partir do conceito de intermitências o descompasso entre a temporalidade dos projetos de urbanização (planejamento, trâmites e execução) e a temporalidade do cotidiano em assentamentos populares. Para a autora, o intervalo entre projeto e intervenção raramente acompanha as transformações do território, gerando frustrações e baixa responsividade às necessidades imediatas. Esse descompasso também permeia as relações entre as intervenções estruturais da MRS e o plano proposto pela equipe do PCRA:

eu vejo o trabalho muito como uma linha de recomendação mesmo, né, os nossos cronogramas não vão conciliar, a gente não tem perspectiva de atuação de infraestrutura nos próximos 12 meses na Vira Lata, então a gente só entra mais pra frente com obra, de fato, mas as recomendações, eu entendo que elas ficam, né, a gente não perde isso, a engenharia tá tratando disso, pra trazer isso pra dentro do que a gente vai investir ali (Entrevista, E., Representante MRS., 25/08/2025).

Quando a representante da MRS posiciona o plano comunitário como mera “linha de recomendação” com a qual os “cronogramas não vão conciliar”, evidencia-se um jogo de posicionamento. A concessionária aciona uma ordem do discurso tecnocrática para blindar sua própria agenda de intervenção, nesse enquadramento, a participação social é esvaziada e reduzida a um rito informativo. A assimetria de poder materializa-se no descompasso de temporalidades, sem correspondência de implementação. Nessa direção, Gomes (2013) aponta o distanciamento recorrente entre o discurso do trabalho social e sua efetiva intervenção coletiva (apud ASSIS, 2021), aspecto que ajuda a ler a participação como promessa frequentemente dissociada de poder real. O trecho revela um regime de participação reduzido à comunicação informativa e reforça, por contraste, que comunicação de risco, aqui, implica inteligibilidade, possibilidade de resposta e influência no curso das decisões. Sobre melhorias no processo de participação, E. considera que:

eu parto realmente do princípio que a participação social é além de comunicação, né, assim, comunicar um projeto, comunicar um evento, comunicar um processo é necessário, mas entre comunicar e implementar algum processo, é muito importante que a gente consiga levar para a população diretamente afetada, é, informação e deixá-los contribuir e construir a solução, né, hoje a gente ainda vive, até na própria MRS, situações em que a gente consegue implementar a construção coletiva de alguns projetos, e situações que a gente não consegue implementar. Isso vai muito em função da construção de prazos de projeto, né, então assim, quando você desenha o ciclo de um projeto de implantação, acho que hoje ainda é muito pouco praticado esse pré-obra, né, então o prazo da gestão social, ele é curto, e você não consegue criar engajamento, você dar a comunicação, então eu acho que é um desafio que perpassa, acho que toda a discussão de participação social (Entrevista, E., Representante MRS., 25/08/2025).

Neste cenário, as *causas básicas* que percorrem as estruturas sociais e econômicas do território, filtros ideológicos e a historicidade, se manifestam e são intensificadas por *pressões dinâmicas* nas assimetrias de poder nas relações institucionais e no acesso e produção de conhecimento; implicando em mecanismos de exclusão simbólica e barreiras na interação com a linguagem institucionalizada. A etnografia-discursiva mostra que a circulação de informação, a autorização para opinar e a inteligibilidade do que é ‘técnico’ tornam-se arenas de disputa. Nesta perspectiva, é preciso observar não apenas os enunciados manifestos, mas também os processos de exclusão discursiva e os lugares de fala interditados.

Em relação às reuniões com a MRS Logística, os registros em campo indicam que os moradores manifestavam receio de não compreender o conteúdo técnico e de “não ter como opinar”, conforme a liderança comunitária, “F. diz: as pessoas vão, mas não falam... só escutam... não sabem se podem ou se devem falar” (Diário de Campo, Assembleia com participação da assessoria jurídica da comunidade e a equipe do PCRA, 15/03/2025). Esse estranhamento quanto ao espaço e possibilidade de se expressar sugere que a participação, ainda que formalmente garantida, não se distribui de modo equitativo. Nesse ponto, mobiliza-se a contribuição de Spink (1994), segundo a qual as práticas discursivas comportam uma polissemia intrínseca, ou seja, múltiplas significações possíveis e concomitantes, mas que, em contextos marcados por desigualdades e hierarquias de saber, pode ser restringida quando a regra discursiva se torna coercitiva, inibindo a emergência de sentidos alternativos e limitando a participação (SPINK, 1994).

Esses episódios permitem observar não apenas o que é dito, mas também os mecanismos de silenciamento e os lugares de fala fragilizados. A participação social só se efetiva quando as assimetrias de linguagem são tensionadas e os saberes locais são reposicionados como legítimos na arena do planejamento e a comunicação deixa de ser unidirecional. A invisibilização da comunidade nas instâncias de planejamento urbano, combinada a sobreposição de interesses entre o poder público e a concessionária privada contribui para um cenário de vulnerabilidade institucionalizada. Essa leitura aponta para a necessidade de ampliar o reconhecimento de que a vulnerabilidade também se expressa na dimensão discursiva, nos modos de dizer, de se autorizar a falar e de ser ouvido.

É nesse cenário de tensão territorial e defesa da posse que o discurso técnico-científico do PCRA tenta se inserir. Contudo, a equipe da UFABC se depara com um choque epistemológico: a proposta inicial de mapear vulnerabilidades climáticas e ambientais esbarra na urgência material da comunidade em utilizar o plano para evitar o despejo. A técnica C. relata o desencontro entre o escopo acadêmico-governamental do projeto e a demanda concreta das famílias:

Com certeza há conflitos. Tanto porque os conflitos se dão em diversas esferas, mas também porque há diferenças de percepção. Se para a gente, equipe, que está relacionada também ao governo federal, tinha essa dimensão de discutir um plano comunitário de redução de riscos [climáticos e ambientais], para eles a demanda é outra. A demanda para eles é conseguir ter segurança na posse. Portanto, por meio da regularização fundiária. Acho que é um conflito normal e esperado, porque, afinal de contas, não é simples você viver com insegurança na posse. Acho que isso é bastante justificável, mas acho (...), ao pensar a metodologia do plano, faz parte a gente, como equipe técnica, aprender a dialogar com os interesses que nos são importantes. Nesse caso, fazer um plano e pensar a adaptação climática, gestão de riscos, com a demanda das famílias. Acho que essa é um pouco a responsabilidade nossa, dar um jeito de fazer isso costurar (Entrevista C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025).

Como avalia a própria técnica, a comunidade estava “escaldada” e “cansada de ser objeto de pesquisa”, o que exigiu da equipe uma profunda ressignificação metodológica. A proposta do PCRA deslocou o foco da leitura macro ambiental para as condições estruturais de vulnerabilidade microlocais, assumindo a regularização fundiária como eixo organizador do plano:

Mas no fim, eu acho que o pulo do gato mesmo foi justamente aproximar com as necessidades das pessoas. À medida que a gente consegue fazer isso, as coisas começam a andar, que nada mais é aquilo que a gente sempre se propôs, na linha da educação popular, de entender e de trabalhar a partir das demandas. (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025).

Ao adotar essa postura, a equipe técnica atua como mediadora na construção de um discurso que afirma o direito à permanência com segurança e dignidade, abandonando qualquer viés de culpabilização dos moradores. Contudo, os próprios técnicos admitem os limites dessa atuação frente às intensas disputas políticas entre Estado, mercado e atores locais, reconhecendo que a aproximação inicial quase fracassou:

Em um dado momento, a gente imaginava que, inclusive, não íamos conseguir prosseguir com o trabalho. Isso está muito relacionado de onde você é. Por quem você é indicado, de onde você vem, qual é a tua relação de confiança. (...) A gente foi apresentado pelo Movimento de Moradia para trabalhar com eles e pela doutora D., que tem muita legitimidade na área e ela foi uma pessoa importantíssima nesse processo para corrigir eventuais problemas e, por conta da presença dela, que a gente conseguiu continuar o desenvolvimento do trabalho. Acho que se ela não estivesse lá na área, atuando com eles e não tivesse essa

legitimidade, a gente jamais conseguiria ter prosseguido com esse trabalho, porque também existe uma disputa e existiam incompreensões e brigas, tretas entre as lideranças e o próprio Movimento de Moradia, figuras do Movimento de Moradia. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

O excerto explicita que a continuidade do trabalho dependeu da chancela de atores legitimados no território, evidenciando que confiança e mediação são condições práticas da participação, e não apenas etapas procedimentais, este posicionamento é reforçado por B. quando questionado sobre as estratégias mais eficazes da equipe da UFABC para promover o engajamento comunitário, “Eu acho que a ‘estratégia de confiança’ (...) o estabelecimento de uma confiança, de construção de uma confiança, de não imposição de nenhum tipo de regra ou nenhum tipo de metodologia que pudesse acarretar na não execução do trabalho” (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

As pressões institucionais aparecem, assim, como forças que tensionam continuamente o processo participativo. Como relata C., “ao mesmo tempo que estamos construindo com a comunidade, precisamos responder a exigências da empresa e de outros órgãos, então a gente fica nesse meio” (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025). Desse modo, o saber técnico se posiciona discursivamente em um entre-lugar de mediação e conflito, performando um equilíbrio instável, atravessado por lealdades técnicas e políticas em tensão.

Há também tensões entre os discursos técnico-institucionais e os saberes locais. Conforme Magalhães, Martins e Resende (2017) e Spink (2018), os saberes populares tendem a ser subalternizados diante da hegemonia dos discursos técnicos, jurídicos e institucionais, que frequentemente definem quais leituras do território são reconhecidas como legítimas. Em diálogo com essa crítica, Wisner et al. (2025) problematizam modelos de gestão de riscos nos quais o conhecimento técnico se sobrepõe à experiência vivida das populações afetadas, restringindo sua incidência sobre decisões que afetam diretamente seus territórios. Nesse cenário, o risco pode ser mobilizado como linguagem de legitimação de remoções forçadas, enquanto alternativas habitacionais dignas permanecem inacessíveis ou inexistentes, reproduzindo processos de vulnerabilização sem enfrentar suas causas estruturais (SOUZA, 2023; WISNER et al., 2025).

Assim, no âmbito do PCRA, essas tensões emergem de forma particularmente visível no campo linguístico dos discursos técnico-científicos. Ao refletir sobre a devolutiva de uma das lideranças, C. reconhece, ao mesmo tempo, a persistência da barreira imposta pela

linguagem técnica, a hierarquização dos saberes presente na própria formação universitária e a densidade do conhecimento territorial produzido pelos moradores:

Olha, acho que uma devolutiva, especialmente de uma liderança que, a meu ver, é a liderança mais orgânica dali, ela sempre fala, pergunta. Ela é uma mulher muito articulada, então ela sempre pergunta o que é aquilo que a gente está falando. Mas ainda a questão da linguagem é uma barreira, com certeza. Então, transpor a linguagem técnica para uma linguagem mais comum, eu acho que ainda é um dos desafios. Mas, por um outro lado, eu acho também que essas pessoas têm um pleno conhecimento do seu território, de cada detalhe dele. E aí, nesse sentido, eu acho que a gente, como equipe técnica, ter a humildade mesmo, assim, de ouvir com ouvidos bem atentos, é também uma dificuldade que a gente, enquanto formação técnica, tem bastante, no sentido de hierarquização dos saberes. Então, eu acho que é um exercício muito cotidiano a gente poder lidar com isso, lidar com a ideia de que você não é mais o único responsável por propor alguma determinada intervenção, mas você entender que você é mais um na roda de quem está discutindo aquilo. Isso não faz parte da nossa formação, das universidades, no geral. Então, eu acho que isso tem sido também um agente dificultador. (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025).

A fala é significativa porque não apenas reconhece a barreira da linguagem técnica, mas explicita uma autocrítica da própria formação universitária e de suas tendências à hierarquização dos saberes. A ação de “perguntar” e “questionar” aparece, assim, como gesto de reposicionamento que reabre a negociação de sentidos e reorganiza a interação. O episódio pode ser lido como processo de interanimação dialógica, no qual vozes técnico-institucionais e comunitárias entram em tensão e se reconfiguram no curso do encontro. Mais do que simples reação à opacidade do jargão técnico, esse movimento evidencia que a participação também se constrói na disputa pelos termos legítimos de nomear o território, interpretar o risco e propor intervenções.

A ação de “perguntar” e “questionar” aparece, assim, como gesto de reposicionamento que reabre a negociação de sentidos e reorganiza a interação. O episódio pode ser lido como processo de interanimação dialógica, no qual vozes técnico-institucionais e comunitárias entram em tensão e se reconfiguram no curso do encontro (SPINK; MEDRADO, 2013). Mais do que simples reação à opacidade do jargão técnico, esse movimento evidencia que a participação também se constrói na disputa pelos termos legítimos de nomear o território, interpretar o risco e propor intervenções.

A liderança comunitária F., ao relatar os primeiros contatos com a equipe da UFABC, evidencia o desencontro inicial entre repertórios linguísticos e expectativas políticas, mostrando como a proposta do PCRA foi primeiro recebida com estranhamento e, depois, progressivamente reinterpretada como instrumento de permanência.

No primeiro momento, houve um pouco de resistência da nossa parte, porque a gente não compreendia exatamente. Mesmo eu sendo uma pessoa um tanto esclarecida, com grau de instrução, muitas coisas, muitas palavras, muitas formas que eles faziam as colocações, tinham um desencontro com a minha formação. Então, eu perguntei, comecei a perguntar, a questionar. E aí, eles foram falando com palavras menos técnicas. E a gente conseguiu, começou a interpretar melhor. E aí, quando eu percebi o que exatamente era esse trabalho, a gente ficou muito feliz. Porque a gente sabia que a gente está no caminho certo, buscando o formato certo para a gente conseguir o que a gente quer, que é ter um documento que nos diga que nós temos o nosso lar de fato, que não é balela. Então, é claro que a gente tem que ter as reduções de risco, eles verificaram tudo isso, tudo que tem que ser replanejado, refeito, fazer da forma correta. E, para nós, o primeiro momento foi assustador, mas depois foi gratificante. (Entrevista, F., Liderança Comunitária, 29/09/2025).

Esse movimento pode ser lido, nos termos de Spink e Medrado (2013), como interanimação dialógica no tempo curto das interações. A linguagem técnico-institucional operava inicialmente como pressão dinâmica silenciadora, gerando opacidade e risco de exclusão discursiva. No entanto, à medida que a liderança interpela, questiona e exige tradução, reabre-se a possibilidade de circulação de outros sentidos. Esse reposicionamento e essa quebra parcial da hierarquia discursiva também foram registrados em assembleia.

A liderança comunitária F., ao rememorar os primeiros contatos com a equipe da UFABC, expõe o descompasso de repertórios e a tensão inicial com a linguagem da UFABC e como exigiu uma adaptação,

nós conversamos com eles, fizemos uma reunião 'oh gente vão falando minha língua aí' e a gente foi, a C., já entendeu as minhas dúvidas, dúvidas do M., já foram esmiuçando". Em resposta, um morador valida essa ação: "gostei da atitude da senhora que traduziu pra nossa língua, porque estavam falando muito técnico"(Diário de Campo, Assembleia sobre regularização fundiária, 15/03/2025).

Ao adotarem “palavras menos técnicas”, os interlocutores ajustam o enunciado ao universo comunitário, permitindo que o PCRA deixe de ser interpretado como ameaça e passe a ser apropriado como estratégia de permanência. Evidencia-se o trabalho de mediação exercido pela liderança, que desloca o plano para um enquadre político-jurídico mais amplo. A obtenção do ‘documento’, no horizonte de reconhecimento formal do ‘lar de fato’, associado à regularização fundiária, permite que as ‘reduções de risco’ e o ‘replanejar’ possam operar como condições técnicas e discursivas de legitimidade. Assim, o que se apresenta como ‘compreensão’ é também uma disputa de enquadre, na qual ‘reduzir risco’ não se opõe à permanência, mas é incorporado como argumento e requisito para sustentá-la.

Contudo, a equipe da UFABC também pondera sobre a forma como o diálogo entre universidade, lideranças locais e moradores se estruturou ao longo do processo. Em

entrevista, C. observa que não havia, entre as famílias, um “histórico de atuação coletiva não mediada”, indicando que a participação se organizava por meio das lideranças comunitárias. Segundo a técnica, trata-se de um processo “bastante mediado pelas lideranças”, o que possui “o lado bom e o lado ruim”, já que, embora essas lideranças sejam experientes e desempenhem papel decisivo na condução das negociações, essa mediação também faz com que a discussão coletiva se realize “em outra escala”, mais no plano das instituições envolvidas do que no plano direto das famílias, “eu não estou colocando juízo de valor nisso (...), mas que tem seus prós e contras” (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025). Esta percepção é reforçada por outros membros da equipe, conforme o enunciado de B.:

A gente, normalmente, num processo participativo, gosta e entende que é importante o maior número de assembleias e processos participativos e coletivos, porque a gente acredita (...), que esse é um processo que não é impositivo e que precisa ser desenvolvido junto com a comunidade. Ele tem sido feito, esse processo, mas de uma maneira um pouco diferente do que a gente está acostumado (...) existia uma pretensão por parte da equipe de que esses momentos seriam mais cotidianos e não foram. Mesmo assim, a comunidade está sempre participando de todas as decisões, esse comitê tem participado de todas as decisões e de todas as conversas que a gente faz, que envolvem outros sujeitos, não só eles. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

Os relatos sugerem que a mediação exercida pelas lideranças não deve ser lida de forma unívoca. Por um lado, ela aparece como condição concreta de possibilidade do processo, ao viabilizar interlocução, confiança, tradução e continuidade das negociações entre diferentes universos institucionais e comunitários. Por outro, essa centralidade também pode, em certas circunstâncias, concentrar responsabilidades, modular a circulação das informações e fazer com que nem todas as vozes acessem do mesmo modo os espaços formais de decisão. Mais do que indicar um bloqueio linear da participação, essa dinâmica evidencia que ela se distribui de maneira desigual entre os moradores, atravessada por diferenças de acesso à informação, de familiaridade com códigos técnico-institucionais e de autorização social para falar, intervir e ser ouvido.

Essa dinâmica de mediação, contudo, é tensionada no *tempo curto* das interações comunitárias. Ao refletirem sobre os limites práticos da participação social, as próprias narrativas dos moradores apontam para uma centralização excessiva das responsabilidades em poucas lideranças, enquanto parte da comunidade adota uma postura de distanciamento ou delegação integral. Essa fratura na corresponsabilização coletiva é evidenciada no relato

de L., “Tem horas que as pessoas acham que a liderança tem que fazer tudo sozinha, e não é assim” (Entrevista, L., Morador reassentado, 05/10/2025).

A fala de L. revela um jogo de posicionamento no qual a participação corre o risco de reproduzir, no interior do próprio território, a mesma lógica hierárquica e verticalizada das instituições. Esse padrão evidencia que, para que as capacidades locais superem efetivamente as pressões dinâmicas do abandono estatal e da linguagem tecnocrática, não basta concentrar o debate em um grupo restrito de representantes. O fluxo da participação exige a descentralização do poder decisório e comunicacional. É justamente para romper com esse limite estrutural e traduzir o projeto para a linguagem do cotidiano que emergem novas táticas no âmbito do PCRA, destacando-se a atuação tática de moradores como “mobilizadores locais”.

Nesse sentido, o uso de mobilizadores locais e multiplicadores de informação se alinha às orientações de mobilização ampla e dialogada (BRASIL, 2025), ao mesmo tempo em que explicita que, mesmo quando há esforço comunicacional, a participação continua tensionada por pressões dinâmicas que podem limitar quem compreende, quem fala e quem é ouvido.

Então, houve assim um conjunto. E aí a gente chamava, por exemplo, o pessoal que a gente sabia que tinha mais comunicação na comunidade, então a gente pedia para essas pessoas dividirem as informações, multiplicarem as informações, chamar as pessoas, chamar seu vizinho que saiu do grupo, porque uma pessoa que não tem celular, fala para o seu vizinho, fala para ele a importância. Então, houve maior engajamento aí. O grupo do WhatsApp por vídeos, áudios e vídeos, foi o que gerou maior engajamento. (Entrevista, F., Liderança Comunitária, 29/09/2025).

A análise revela que, embora haja um esforço contínuo da equipe do PCRA e das lideranças para engajar os moradores por meio de estratégias de escuta ativa e comunicação acessível, a participação é atravessada por silenciamentos e desigualdades estruturais. A comunicação por vídeos curtos, por exemplo, emerge como solução criativa a uma limitação concreta: grande parte dos moradores não se sente à vontade com materiais escritos.

O ato de produzir esses vídeos revela, portanto, uma dupla dimensão da participação: expõe a severa vulnerabilidade imposta pela desigualdade educacional, que interdita a leitura do papel, ao mesmo tempo em que sinaliza a emergência de capacidades locais de adaptação e coesão, táticas que serão aprofundadas na Seção 6.4. A equipe da UFABC enfatiza a necessidade de estratégias comunicacionais acessíveis, que considerem a diversidade de

letramentos e práticas culturais. A ausência ou precariedade de informação, e a linguagem tecnocrática que permeia os espaços institucionais de participação, ao ignorar saberes locais, limita a participação comunitária real e contribuem para o silenciamento de vozes dissidentes e para a manutenção de um modelo de governança que reproduz a desigualdade ambiental. (WISNER et al., 2025; CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021)

Por fim, a ausência de orçamento e de clareza sobre a implementação do plano aparece como pressão dinâmica decisiva para a mobilização comunitária e para o engajamento. Como afirma C., “quando a gente está falando de uma política pública, se a gente não tem, não consegue dar concretude para aquilo, eu acho que perde muito o valor” (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025). A técnica tensiona, ainda, os desafios de equacionar uma “política pública de escala federal” às diferentes realidades e contextos políticos da “gestão de risco na escala local”, uma vez que sua efetivação depende da articulação com o poder público municipal:

E eu acho que no Vira Lata, a gente vê um pouco isso. A gente, por exemplo, as coisas que a gente tem pensado agora, nesse momento que a gente está discutindo as intervenções, e mesmo as propostas de intervenções, é que a gente não tem recurso para executar. Então, isso fica muito na dimensão quase que do sonho. (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025).

O enunciado explicita um limite central do processo participativo: sem mecanismos institucionais de implementação e sem recursos concretos para executar as propostas construídas coletivamente, a participação corre o risco de ser percebida como promessa sem consequência material. Essa percepção também aparece no discurso dos movimentos sociais. A., representante da UMM, observa que “até porque as comunidades estão muito cansadas só de ter plano. Plano, você tem muito, né?”, e argumenta que o processo teria maior potência caso viesse acompanhado de “presença, com recursos, com respostas mais concretas da parte do poder público” ou de “uma articulação do próprio Ministério com a Prefeitura pra buscar uma solução para aquelas demandas mais imediatas da comunidade”. Na mesma direção, alerta que, sem “solução concreta”, há risco de desmobilização futura:

com todo esse processo positivo de construção entre a comunidade e o próprio LabJuta e LabGRIS, que são os parceiros na construção do plano, a grande questão que fica, na minha opinião, é como você pode, depois que você elaborou o plano, viabilizar uma solução concreta para a vida da comunidade. Porque senão depois, quando você for fazer de novo, procurar de novo, se você não construir essa solução, é muito difícil você fazer de novo. Porque a comunidade vai falar, “a gente fez aquela iniciativa, fizemos aquela parceria, mas não teve nenhuma solução concreta, por que eu vou fazer isso de novo?” Então, você cria uma situação na comunidade que pode, depois, gerar um desengajamento se você

não tiver uma solução rápida, concreta. (Entrevista, A., Representante UMM, 09/05/2025).

Nesta perspectiva, a ausência de orçamento e de clareza institucional sobre a implementação das propostas atua como uma severa pressão dinâmica que ameaça esvaziar o processo. Retomando o espectro de participação social (Figura 7, Seção 3.4), essa restrição material evidencia a fragilidade do PCRA: o que se propõe discursivamente como cocriação corre o risco de operar, na prática, como uma mera consulta instrumental. Como alertam Wisner et al. (2025), quando as instituições convidam a comunidade para planejar, mas mantêm o monopólio sobre o controle dos recursos e da execução, o processo tende a reproduzir ciclos de frustração no *tempo vivido* do território.

Para os autores, a participação é um ato essencialmente político e suas metodologias precisam ser transformadoras (WISNER et al., 2025). Para que a participação transcenda o espaço simbólico de escuta e alcance o nível transformador da *coatuação*, é imperativo romper com a ordem do discurso hegemônica que concentra as decisões nas esferas de cima. Só é possível alterar a realidade da vulnerabilidade quando a negociação de sentidos vem acompanhada de mediações sensíveis, redistribuição de poder e compromissos materiais concretos.

6.3 Multiriscos e Produção de Vulnerabilidades

Descendo no funil analítico do modelo PAR, as causas estruturais se desdobram em pressões dinâmicas e, no cotidiano, materializam-se como condições inseguras. Os dados desta pesquisa indicam que a vulnerabilidade na Comunidade Vira Lata não se restringe a fatores climatológicos ou geológicos, configurando um cenário de multiriscos, conforme analisado no Eixo Analítico 1 (Percepção de Riscos).

Na elaboração do mapeamento participativo do PCRA, observou-se uma aproximação tática entre discursos técnico-científicos e discursos comunitários. A equipe da UFABC adotou o mapeamento “casa a casa, caso a caso”, rejeitando uma leitura tecnocrática do risco descolada da experiência. No Diário de Campo da assembleia de 24/05/2025, registra-se a técnica C. (UFABC) devolvendo à comunidade o conhecimento coproduzido:

A gente identificou ali três questões que a gente precisa tomar cuidado. Então, o que a gente chama de moradia (...) a questão da infraestrutura, que a gente chama — o termo técnico, né — que é, então, a mobilidade: a escadaria, essa parte aqui que todos cai, né? Várias histórias a gente já ouviu de pessoas que caíram. A

questão do esgoto também, que também está sendo tratada com a associação, a drenagem, que é o caminho das águas, e a questão dos resíduos. (Diário de Campo, Assembleia de moradores e a equipe do PCRA - apresentação das propostas, 24/05/2025).

A centralidade das urgências de habitabilidade aparece também na fala do morador I., ao elencar prioridades:

mudança pra poder ter segurança mais na comunidade e qualidade de vida, o esgoto vai melhorar bastante, arrumar esse esgoto pra gente, qualidade de vida também, colocar a iluminação nas vielas, arrumar aqui a parte que o pessoal circula, a escada, tudo. Pra ter melhor locomoção, entendeu ai vai fica bom, vai melhorar bastante (...) mais importante pra acontecer aqui seria a água e o esgoto esse seria um dos pontos principais, documentação também, isso aí é o processo. Principalmente seria o esgoto e a água pra cada um, seria bom pra caramba, um começo (...). (Entrevista, I., Morador Vira Lata, 03/10/2025).

Na lente do modelo PAR, esgoto a céu aberto, escadarias irregulares e moradias com materiais precários (frequentemente de madeira) compõem condições inseguras. Quando essas condições encontram ameaças, como chuvas intensas, enxurradas e eventos de calor extremo (risco climático), ou ainda trepidação e transformações associadas às obras ferroviárias (risco antrópico), ampliam-se as possibilidades de incidentes e desastres cotidianos (WISNER et al., 2025).

O mapeamento também evidenciou que a vulnerabilidade é intensificada por resíduos e escombros associados às demolições parciais, que se tornam obstáculos à mobilidade, foco de sujeira e risco de acidentes, além de agravarem problemas de drenagem. Ao organizar essas condições em eixos técnicos (Remoção, Infraestrutura e Moradia), o discurso técnico-científico operou como ferramenta de tradução, tornando legíveis, perante atores externos, demandas historicamente formuladas no território.

Nesse sentido, o conceito de *meios de subsistência frágeis e locais inseguros* (WISNER et al., 2025), articula-se diretamente com o contexto observado no território da comunidade. Os multiriscos enfrentados pelos moradores, combinado a ameaças climáticas (ondas de calor, enxurradas), geotécnicas (proximidade com linha férrea e instabilidade do solo) e sociais (risco jurídico, insegurança da posse, violência urbana) estão profundamente enraizados em condições estruturais de vulnerabilidade.

Conforme o Guia do PCRA, “a leitura multirrisco do território e o entendimento das suas causas complexas precisam se apoiar muito fortemente na integração das informações científicas com o conhecimento comunitário local” (Brasil, 2025, p.12), isso deve incluir relatos de vivência em condições extremas de clima e em contextos de fragilidades

socioeconômica e ambiental. A análise das entrevistas, diários de campo e materiais do PCRA revela que os riscos percebidos pelos diferentes atores sociais da comunidade, tais como moradores, lideranças comunitárias, técnicos, assessores jurídicos e representantes institucionais, ultrapassam os elementos físicos e objetivos do território. Os perigos identificados não se limitam às encostas instáveis, saneamento, habitações e acessos precários ou à ausência de infraestrutura urbana. Eles englobam também riscos simbólicos e subjetivos, como o medo constante de remoções, a estigmatização da comunidade, o silenciamento institucional e a fragmentação das políticas públicas. As vulnerabilidades são produzidas na interseção entre ausência de infraestrutura, estigmatização do território e falhas na comunicação institucional.

Hoje os riscos que a gente encontra lá são riscos de outra ordem, riscos de habitabilidade, riscos de infraestrutura, algumas casas são de madeira ainda, existe problema de infraestrutura, ou seja, a água corre por vielas e por um solo totalmente impermeabilizado, e apesar de não encher, de não inundar, foi relatado pelos moradores que muitas vezes eles não conseguem sair de casa em momentos de forte chuva, problemas de drenagem superficial das vielas e da rua principal, problema de coleta de lixo, a empresa que faz a coleta não consegue entrar dentro da comunidade e muitos dos resíduos ficam lá dentro e não são levados para a rua principal. Então eu acho que para mim são esses os maiores riscos. Foi relatado pelos próprios moradores o risco de queda, o problema com as escadas, a mobilidade, a falta de corrimão, de proteção das escadas e o risco de queda dos próprios moradores, e um risco que não afeta diretamente a comunidade, mas está muito próximo, é o risco que eles chamaram de travessia, por conta da linha do trem hoje, que as pessoas passam pela linha ou passam pela via e tem esse risco de serem atropeladas. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

A ocupação do território se deu sobre áreas com pouca infraestrutura, sujeitas a enxurradas e com baixa cobertura vegetal. Os recursos físicos, como habitações e redes de drenagem, são insuficientes ou improvisados. Muitos moradores vivem em edificações precárias, com dificuldade de acesso à água potável e rede de esgoto, como evidenciado no relatório técnico do PCRA (2025). Do ponto de vista dos recursos humanos, observa-se uma condição persistente de baixa escolaridade formal, acesso limitado à saúde e à informação qualificada sobre os riscos. Isso se relaciona diretamente com as dinâmicas de silenciamento e exclusão nos espaços de participação, discutidas na seção anterior.

Os recursos sociais também se mostram fragilizados, pois ainda que existam laços de vizinhança e formas autônomas de organização comunitária, muitos moradores se veem isolados das redes institucionais e dos serviços públicos. Como afirma Spink (2018), essas populações vivenciam uma “vulnerabilidade produzida”, que vai além da precariedade física e diz respeito à ausência de reconhecimento e proteção por parte do Estado. No campo dos

recursos políticos, há ausência de políticas públicas continuadas de proteção social e de preparação para desastres.

Assim, ao considerar os elementos do modelo PAR em diálogo com entrevistas, diários de campo e materiais do PCRA, a Comunidade Vira Lata pode ser compreendida em um processo de progressão de vulnerabilidades e construção de riscos e desastres. Este quadro exige intervenções de habitabilidade e infraestrutura alinhadas à leitura multirrisco do território e sustentadas por processos de coprodução de diagnóstico e leituras de prioridades, capazes de incorporar as percepções e os repertórios locais na definição do que é compreendido como risco, e do que deve ser enfrentado primeiro.

Se a gente conseguir, a partir desse plano, ajudar a comunidade a fazer as melhorias de habitabilidade, o que está sendo feito, o que está sendo levantado e sendo mais demandado e garantir, a partir daí também, nessa relação que está sendo feita do ponto de vista jurídico com a comunidade em relação a garantia da segurança na posse, eu acredito que sejam as duas demandas mais candentes, mais fortes da comunidade e isso acho que é possível, sim, solucionar. (Entrevista, A., Rep. Mov. Social - UMM. 09/05/2025)

Esse “risco existencial” está diretamente associado à insegurança da posse, à negligência estatal e ao uso estratégico do discurso do risco por agentes externos. Assim, a equação do risco, ao ser analisada sob a ótica da ADCE (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), revela-se não apenas como ferramenta técnica, mas como instrumento de leitura das disputas simbólicas e materiais que constituem os territórios vulnerabilizados. Conforme destaca Spink (2018), é preciso compreender que os multiriscos em territórios periféricos não são acidentes, mas expressões de uma “governamentalidade do abandono”, que opera seletivamente sobre corpos e espaços considerados descartáveis. A produção da vulnerabilidade, nesse sentido, é também uma produção discursiva, que naturaliza o sofrimento e dificulta o reconhecimento da comunidade como sujeito de direitos.

Temos também uma situação de saneamento, que talvez pudesse ser, que permitiria também, talvez, um trabalho junto à comunidade, ou junto a própria agenda de mobilização da comunidade junto ao poder público, para pedir também, não só a situação da regularização fundiária, a titulação da comunidade, mas também, talvez, se trabalhar um pouco essa questão da garantia de melhoria das condições de saneamento, que a rede de saneamento desce para a margem dos trilhos e não teve ainda uma solução adequada. (Entrevista, A., Rep. Mov. Social - UMM. 09/05/2025).

O discurso do movimento social reforça que os riscos não são apenas técnicos, mas políticos: a ameaça não está no solo, mas nas decisões de cima para baixo. A assessoria popular complementa ao demonstrar como o risco jurídico se traduz em subjetividades

abaladas, instabilidade cotidiana e desmobilização coletiva. Em contraste, os técnicos reconhecem essas dimensões, mas apontam as limitações operacionais e institucionais. As ações do PCRA, ainda que significativas, são percebidas como fragmentadas frente à complexidade das vulnerabilidades locais.

Essas contradições aparecem claramente nas falas da assessoria jurídica e movimento social. Para ambos, a titulação não deve ser vista apenas como uma questão técnica ou burocrática, mas como instrumento de reconhecimento histórico e político da luta por moradia. A ausência de regularização não é um dado técnico, mas sim uma consequência de opções políticas que desconsideram o direito à cidade e a função social da terra urbana. Ao mesmo tempo, os técnicos reconhecem essa tensão, mas apontam a dificuldade de operar em um cenário em que o discurso jurídico formal ainda se sobrepõe à escuta comunitária e à pactuação participativa.

A gente precisa talvez avançar numa discussão se o que estamos construindo é realmente o que chamamos de direito à cidade, direito à moradia. O direito à cidade no sentido mais amplo dele, a localização, a educação, o transporte, ou se estamos só fazendo um trabalho de tentar conseguir articular para as famílias algum tipo de titulação dentro desse processo de regularização fundiária. Porque é difícil fazer as pessoas entenderem que a titulação às vezes pode não melhorar a vida delas no cotidiano. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

Essa formulação dialoga diretamente com o modelo PAR, ao deslocar o foco da ameaça física isolada para o conjunto de causas estruturais, pressões dinâmicas e condições inseguras que produzem o risco no território (WISNER et al., 2004; 2024). Ao reconhecer que o risco não se elimina apenas com a retirada das populações, a assessoria técnica tensiona a racionalidade dominante da gestão urbana, frequentemente orientada por soluções rápidas e tecnocráticas. Essa escuta ativa permitiu, inclusive, que a universidade redimensionasse a noção de risco local, inserindo no debate ameaças ainda invisibilizadas nas políticas públicas tradicionais, como o calor extremo provocado pelas mudanças climáticas, citado como novo vetor de insegurança, cuja abordagem ainda não está plenamente incorporada aos instrumentos técnicos.

Eu acho que ficou mais evidente a questão da relação do risco com as mudanças climáticas. Eu acho que isso ficou mais evidente para eles ao longo desse processo, que não tinha tanta essa percepção. (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025).

Mas visto com ressalvas, para B., ao ser colocada como enfoque prioritário das públicas e do PCRA, pode negligenciar o olhar para outros riscos que não adquirem o mesmo

interesse político, defendendo que os trabalhos no território, devem contemplar uma abordagem multirrisco.

Eu acho que assim, a gente vive um momento de emergência climática e mudança climática, onde a questão do risco muito relacionada à emergência climática, ela precisa ser tratada, mas ela precisa ser tratada de uma maneira ampla. E a questão do risco, ela precisa ser tratada de uma maneira ampla, porque senão a gente também acaba banalizando ou não identificando como risco outros problemas que acontecem nesses territórios, para além do geológico, hidrológico ou próprio risco climático. Então, no caso do Vira Lata, por exemplo, a gente falar que não tem risco, a gente estaria cometendo um grande erro, como uma equipe de pesquisadores e de militantes e de atuantes e de técnicos, a gente estaria cometendo um erro, dizer que aquela área não tem nenhum risco. Ela tem muitos riscos, então já elencamos, assim, de habitabilidade de algumas casas, de drenagem, de esgoto e águas pluviais, enfim, do resíduo, do lixo. Então, enfim, da não infraestrutura elétrica, porque eles não têm energia elétrica, ou seja, não têm iluminação pública, as pessoas podem cair à noite se a viela não estiver bem iluminada, e quem faz essa boa iluminação são eles. Esse processo, o plano comunitário, como política de redução de riscos e desastres, na minha opinião, ele deveria trabalhar na chave do multirrisco, porque se ele trabalhar só na chave dos riscos clássicos, a gente comete esse erro. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

Portanto, ao considerar os elementos do modelo PAR, tais como recursos naturais, físicos, humanos, sociais e políticos, em diálogo com os dados da pesquisa de campo, é possível afirmar que a Comunidade Vira Lata é alvo de um processo de acumulação de riscos e vulnerabilidades. Esse processo exige não apenas intervenções técnicas, mas também políticas públicas estruturantes, mediadas por uma escuta qualificada das narrativas locais e por práticas efetivas de justiça territorial.

6.4 Capacidades Locais e Resistências: Estratégias de Subjetivação e Coesão Comunitária

O reconhecimento das capacidades locais demanda uma leitura que considere as práticas de resistência simbólica, as estratégias coletivas de resistência e a produção de laços de solidariedade no cotidiano. Conforme Wisner et al., (2025), e as diretrizes de apoio psicossocial em desastres (IASC, 2007), as populações expostas a riscos não devem ser lidas como vítimas passivas, pois desenvolvem formas próprias de agência, resiliência e enfrentamento frente às pressões estruturais. Na Comunidade Vira Lata, a liberação (*release*) das vulnerabilidades ocorre, fundamentalmente, pela mobilização desses repertórios práticos e afetivos de base comunitária.

Contudo, conforme alertam Wisner et al. (2025), os limites das capacidades locais são moldados de forma agressiva pelo imenso poder de influência de corporações e

megaprojetos. Para compreender a emergência das resistências, é preciso reconhecer que os limites das capacidades locais não são moldados apenas por políticas estatais, mas também no embate direto entre organizações corporativas e movimentos sociais (WISNER et al., 2025). No território da Comunidade Vira Lata, a concessionária MRS Logística opera sob a lógica da soberania corporativa, utilizando seu imenso peso econômico e jurídico para influenciar a governança do solo e impor seu cronograma de expansão. Frente a essa colossal pressão dinâmica, os movimentos sociais despontam como estruturas indispensáveis de proteção, atuando para revelar e conservar os saberes territoriais que o capital busca invisibilizar.

Mesmo diante de vulnerabilidades socioambientais históricas, a Comunidade Vira Lata demonstra um repertório significativo de capacidades locais, que se expressam tanto em práticas cotidianas quanto em estratégias coletivas de resistência. A atuação da UMM, da ATST, o apoio do CGGDH, e a atuação da associação dos moradores e lideranças comunitárias, são centrais nesse processo, articulando mobilização territorial, incidência institucional e apoio jurídico. O papel germinativo dessa articulação é evidenciado no relato do representante da UMM, que resgata a memória política da ocupação para explicar a atual força de negociação dos moradores:

A ocupação ali foi feita, inclusive, com esse apoio do movimento, e eles têm, sim, essa referência. Mas, hoje, eles têm conseguido também constituir uma autonomia local e territorial muito própria, para fazer os diálogos, inclusive, com a MRS, com os atores do poder público, de forma bastante autônoma. Então, eles têm feito esse processo, eles já tiveram um processo histórico de articulação junto ao movimento de moradia e da associação dos trabalhadores da Zona Oeste, bastante consistente. E, hoje, eu diria que eles têm feito isso de forma própria, de forma autônoma, ali no próprio território. (Entrevista, A., Representante UMM, 09/05/2025).

As alianças estratégicas estabelecidas pela comunidade evidenciam a força dos discursos comunitários quando articulados aos discursos jurídicos e ambientalistas. A atuação do CGGDH e da UMM aportou letramento político ao território, alterando a balança de poder. A análise dessa prática discursiva revela um profundo deslocamento no jogo de posicionamento da comunidade. O enunciado demonstra que o letramento político e jurídico, inicialmente aportado pelo movimento social no *tempo longo* da ocupação fundiária, não gerou dependência, mas operou como uma verdadeira 'incubadora' de emancipação. Ao destacar que hoje a comunidade dialoga 'de forma autônoma' frente à MRS e ao poder público, o discurso sinaliza que a comunidade internalizou as táticas de enfrentamento. Assim, no *tempo vivido* do cotidiano, a associação de moradores rompe com a assimetria

que comumente esmaga populações periféricas diante de megaprojetos, posicionando-se não como alvo de assistência, mas como sujeito político capaz de impor limites à ordem do discurso corporativa. A assessoria jurídico popular (D.) destaca o impacto dessa articulação frente à ação de reintegração de posse, que operava como a principal condição insegura do território:

Esse é disparado o melhor acordo que eu já vi feito em favelas (...) E aí, as pessoas que saíram, terem saído com uma sensação de não terem sido injustiçadas, é muito importante. Então, essa para mim foi a maior construção ali. (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025).

Essa complexa rede de proteção e apropriação tática pavimentou o caminho para a maior demonstração de capacidade coletiva da história recente do território: a inversão da lógica de remoção forçada imposta pelo megaprojeto ferroviário. A comunidade não apenas resistiu ao despejo sumário, mas, amparada por suas alianças jurídicas e sociais, utilizou seu saber acumulado para subverter a assimetria do litígio, forçando o Estado e a concessionária a reconhecerem o direito à compensação "chave a chave". As capacidades locais demonstraram, na prática, que a superação da vulnerabilidade não reside apenas na evitação do risco físico, mas na articulação de forças para reconstruir a dignidade e a segurança do pertencimento. Como pontua Spink (2018), viver em áreas de risco implica o enfrentamento cotidiano de múltiplas formas de exclusão, mas também a produção de práticas que reafirmam o pertencimento e a dignidade. Conforme a ecologia política dos conflitos, essa mobilização territorializada evidencia a existência de um "ecologismo dos pobres", que resiste à imposição de modelos desenvolvimentistas excludentes (FONSECA, 2008; CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

A manutenção dessa conquista, porém, exige a preservação da memória discursiva (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). No *tempo vivido*, os sentidos das vitórias podem ser esvaziados se o protagonismo comunitário for apagado por narrativas de benevolência institucional. Na mesma assembleia, a assessoria jurídica popular (D.) interveio para explicitar que a vitória contra o despejo não foi uma concessão institucional pacífica, buscando costurar o tecido comunitário esgarçado pelo tempo de conflito:

Se não fosse toda a negociação da associação, as pessoas tinham saído daqui sem nada, porque existia uma ação de reintegração de posse. Então, a gente tem que lembrar da história das coisas, porque senão fica parecendo que as coisas acontecem com um pozinho mágico, e não é. (...). Talvez vocês não tenham nem muita ideia do risco que vocês correram de serem retirados daqui sem nada." (Diário de Campo, Assembleia de Entrega do plano comunitário para os moradores, 14/09/2025).

Esta prática discursiva comunitária cumpre uma dupla função desnaturaliza a ideia de que o mercado (MRS) ou o Estado concederam benesses espontaneamente, e reafirma a agência política da comunidade. Evidencia-se que as capacidades locais se materializam na recusa em aceitar lógicas compensatórias deficitárias, consolidando novos paradigmas de justiça territorial através da disputa pela memória.

A comunidade se apresenta não como um agente passivo frente às ameaças, mas desenvolve formas próprias de atuação, ainda que tensionadas por contradições internas e disputas de representação. As assembleias, oficinas e reuniões do Comitê Comunitário emergem como espaços de negociação discursiva e construção de vínculos. Apesar das assimetrias de poder e dos silenciamentos, tais espaços também possibilitam o fortalecimento das identidades territoriais e a circulação de saberes contra-hegemônicos.

Ainda que com recursos limitados, as alianças no território configuram um campo contra-hegemônico de produção de direitos. Nesse processo, destaca-se o papel de lideranças comunitárias, que operam como mediadores entre os moradores, os técnicos e instituições. Essas figuras exercem funções que ultrapassam a representação formal, constituindo-se como articuladores afetivos, tradutores culturais e guardiões da memória coletiva.

Houve agora uma negociação entre a própria associação da comunidade, os moradores de lá e a empresa de transporte sobre trilhos, que é a MRS, que também fez uma remoção de uma parte da comunidade,(...), foi toda uma negociação feita pela própria associação de moradores, que mostra também uma comunidade bem autônoma, com lideranças também bem interessantes, que tem capacidade de fazer esse processo de forma organizada, como eles próprios fizeram a iniciativa a partir das próprias lideranças locais. (Entrevista, A., Representante UMM, 09/05/2025).

O enunciado de A. evidencia uma memória coletiva de enfrentamento, construída ao longo das décadas de ocupação e luta por moradia. Essa memória atua como dispositivo de coesão, permitindo rearticulações políticas mesmo diante da ameaça constante de remoções. Neste mesmo sentido, a equipe técnica da UFABC reconhece que os moradores demonstram capacidades organizativas expressivas.

A gente está falando (...) de uma comunidade muito bem organizada, né? Trabalho acompanhando processos de remoção desde 2012, né? Então, uns 13 anos aí que eu já trabalho com isso, e eu nunca tinha visto uma saída como eles conseguiram, assim. Então, isso demonstra também o grau de organização e formação do Vira Lata, né? Especialmente das lideranças. (Entrevista, C., Assessoria Técnica UFABC, 16/05/2025).

Contudo, alertam para o desgaste político e emocional causado pela recorrência de promessas não cumpridas por parte do poder público. Há, portanto, uma resistência latente que transita entre a mobilização ativa e a exaustão subjetiva. A escuta, quando efetiva, funciona como tecnologia de reconstrução do vínculo entre o Estado e os sujeitos, permitindo que o plano avance mesmo diante de limitações institucionais.

As estratégias de resistência não se restringem à esfera institucional. Há formas cotidianas de cuidado mútuo, práticas religiosas comunitárias, redes informais de apoio entre vizinhos e mobilizações simbólicas. Tais práticas constituem capacidades relacionais que contribuem para a resiliência psicossocial diante da ameaça constante de remoção (SPINK, 2018; SOUZA, 2023). Wisner et al., (2025) incorporam o conceito de ‘Transcrições Ocultas’, de James Scott., discutindo que as capacidades e táticas das populações vulneráveis muitas vezes precisam permanecer invisíveis, “fora do palco oficial”, para serem eficazes, operando como uma resistência cotidiana contra o poder hegemônico do Estado ou de grandes corporações (Ibid.).

Um exemplo empírico dessa tática de bastidores é revelado, paradoxalmente, em um material midiático institucional da MRS Logística. No “documentário” *Cidades nos Trilhos*, produzido pela empresa (2024), a liderança comunitária M. relata a estratégia de ocultar temporariamente dos moradores as negociações em curso com a empresa sobre o cadastro habitacional. A justificativa para esse silêncio tático evidencia um controle apurado sobre a circulação da informação visando proteger a saúde mental coletiva frente ao trauma histórico do despejo:

A gente não podia falar pro pessoal, pros moradores por enquanto o que que tava acontecendo (...) porque o povo quando vê alguém diferente aqui eles já fala “gente vai sair daqui a gente vai ser despejado”, a preocupação é perder tudo que foi investido (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024).

Ao incorporar as vozes dos moradores, narrando suas preocupações, o posicionamento de M., de inicialmente ocultar as informações, atua como uma capacidade local de cuidado e contenção de danos psicossociais, até que garantias materiais estivessem efetivamente firmadas (WISNER et al., 2025). Essa mesma barreira de proteção territorial impôs desafios à equipe técnica da universidade. É no contexto temporal subsequente as tratativas do acordo ‘chave-a-chave’, que a equipe técnica da UFABC adentra a comunidade para a elaboração do PCRA. A chegada da equipe acadêmica, no entanto, não foi recebida com adesão automática. Pelo contrário, ativou o sistema de proteção do território: temendo

que a linguagem do 'risco' pudesse reverter as conquistas recentes ou gerar novos despejos, a comunidade adotou uma postura de fechamento e desconfiança.

A agência comunitária se manifesta na regulação estrita de quem pode acessar o território, baseada na exigência de alianças prévias. A “blindagem” relatada com frustração pela representante da MRS e a quase expulsão da equipe da universidade, não são decorrentes de meras falhas de comunicação de projetos. Configuram-se como capacidades relacionais e táticas de defesa. A comunidade filtra quem entra, o que é dito e como a informação circula, protegendo-se da captura discursiva ou política pelas instituições externas (SPINK, 2018; WISNER et al., 2025). Foi necessária a mediação direta da assessoria jurídica popular para traduzir o escopo da universidade, demonstrando aos moradores que o mapeamento técnico não era uma ameaça, mas um requisito burocrático indispensável para alcançar a Regularização Fundiária (REURB-S) da área remanescente.

Vencida a barreira inicial, foi possível para a Comunidade Vira Lata expandir sua rede de alianças, incorporando o saber técnico-acadêmico aportado pela equipe da UFABC como mais uma ferramenta de permanência. A percepção dessa nova força coletiva é sintetizada pela liderança M., em excerto do diário de campo, no qual afirma a potência desta rede multiprofissional junto aos moradores e busca deslocar o sentido da presença da equipe na comunidade:

Psicólogo, Engenheira, professor universitário, a equipe, advogada chegando, tem várias pessoas que colaboram (...) são pessoas que são cabeças pensantes, são pessoas inteligentes, num grupo só, no intuito de um objetivo, um propósito só (...) É algo muito sério isso que nós vamos fazer aqui, a gente não vai desocupar ninguém (Diário de Campo, Assembleia de Entrega do plano comunitário para os moradores, M., Liderança Comunitária 14/09/2025).

Esta prática discursiva demonstra, discursivamente, no *tempo curto* das interações, que a construção da segurança na Comunidade Vira Lata não depende apenas de infraestruturas físicas, mas da capacidade de mobilizar e expandir alianças contínuas, tensionar o poder corporativo e exigir do Estado o reconhecimento da moradia como um direito humano inalienável. O reconhecimento dessas capacidades exige, portanto, uma ruptura com o olhar deficitário sobre as periferias. Como afirmam Wisner et al. (2025), frente ao risco, as populações nunca são totalmente passivas ou desamparadas; elas mobilizam agência tensionando as estruturas que tentam oprimi-las, assim capacidades locais não são apenas recursos "existentes" a serem utilizados, mas também dimensões a serem cultivadas, fortalecidas e respeitadas pelos processos de planejamento participativo.

A proposta de fortalecimento da atuação comunitária do PCRA, que se manifesta através da criação do Comitê, das assembleias e das oficinas participativas, deve ser analisada à luz dessas pressões dinâmicas que tensionam a experiência participativa. Nas estratégias de comunicação e mobilização, a equipe do PCRA da UFABC utilizou-se de reuniões iniciais de apresentação do mapeamento, considerado um dos passos mais importantes, pois define o Time de Mapeamento e possibilita um canal de comunicação direto com a comunidade (BRASIL, 2025). A equipe do PCRA da UFABC, ao respeitar os tempos e formatos sugeridos pelo Comitê, tensiona positivamente essas dinâmicas, embora sem poder anulá-las por completo. O espaço das assembleias, nesse sentido, não é apenas de escuta, mas também de tradução, uma mediação política e simbólica fundamental, que está no cerne das práticas de resistência comunitária.

eu sempre fazia oficinas, que, na verdade, no primeiro momento também foi uma palavra que, eu sei que é uma oficina, que é uma reunião de todos, mas a comunidade não sabia. Então, a gente precisou nos reunir várias vezes para traduzir palavras técnicas para palavras mais comuns, tipo, vamos fazer reuniões bimestral, mensal, para poder falar disso. E a gente usava o canal que nós temos, o WhatsApp, o grupo do WhatsApp, de todos que estão associados à comunidade. Então, todos recebem as informações por alia gente entende que uma grande parte das pessoas da comunidade são leigos, não, são semianalfabetos ou semialfabetizados, e não conseguia ler algumas informações. E quando pedia para alguém ler, a pessoa traduzia, às vezes, do jeito que queria entender. Então, a gente começou a fazer vídeos, pequenos vídeos de chamada, para eles participarem da reunião, convocá-los, mostrar para eles o que a gente precisava, que tipo de olhar nós tínhamos que ter para dentro da nossa comunidade, quais eram as nossas reais necessidades, quais eram as necessidades de vida pessoal, porque muita gente, às vezes, levava problema de ordem pessoal para dentro da reunião de riscos que não tinha nada a ver. Então, a gente foi trabalhando isso em conjunto, junto com o pessoal da faculdade, com o pessoal da MRS, a doutora D., (CGGDH), o A. (UMM), e aí a comunidade, devagar, começou com pouquinhos pessoas e foi indo, e agora eles estão entendendo todo o nosso trabalho, dando maior credibilidade, maior respeito, e se juntando a nós nessa responsabilidade social. (Entrevista, F., Liderança Comunitária, 29/09/2025).

Para sustentar essa mediação discursiva, o uso de ferramentas cotidianas revelou-se estratégico. Ao exigir que os técnicos adotassem "palavras menos técnicas", e ao criar vídeos explicativos via WhatsApp, as lideranças atuaram como tradutoras culturais, atenuando a assimetria discursiva. No Vira Lata, a mobilização comunitária se fortaleceu a partir de um trabalho sistemático de mediação discursiva, marcado pela “tradução” do jargão técnico para repertórios cotidianos e por formatos comunicacionais compatíveis com os modos de vida locais. A produção de *cards*, boletins informativos e o uso do grupo de mensagens consolidaram-se como um eixo central de circulação de informações, convites, esclarecimentos e respostas rápidas a riscos cotidianos, funcionando não apenas como canal

de comunicação, mas como espaço prático de produção de inteligibilidade e de alinhamento de sentidos. As lideranças, ao sugerirem e complementarem materiais escritos com vídeos curtos e áudios, ampliaram o alcance para públicos com baixa escolaridade, contornando barreiras de letramento formal e reduzindo ruídos interpretativos. Na análise das práticas discursivas, essas estratégias não operam apenas como “informação”, mas como formas de reorganizar o endereçamento e a participação, favorecendo a compreensão e a adesão a partir de convites diretos e expressões acessíveis.

Outra evidência das capacidades locais é a autogestão da precariedade infraestrutural. Diante da ausência do Estado, que atua como causa básica da exclusão, a comunidade mobiliza a solidariedade como tecnologia de sobrevivência. O relato do Morador G. sobre o colapso do sistema informal de esgoto ilustra a força da organização coletiva (os *mutirões*), revelando que a mitigação de danos físicos no território é sustentada pela força de trabalho dos próprios residentes:

A gente reuniu e conseguiu desentupir... Tanto que o pessoal que veio falou que a gente era uns guerreiros, né? Porque conseguir desentupir o esgoto daquele na mão, nem a Sabesp fazia aqui. E era uma profundidade de 3 metros (...) A gente colocou uma bomba de sucção, ficou 3 dias e 3 noites (...) a gente juntou os homens, metemos a mão e desentupiu. (Entrevista, G., Associação Vira Lata, 30/09/2025).

Há formas cotidianas de cuidado, que a liderança F. define não apenas como caridade, mas como “ações” de corresponsabilidade, no *tempo curto* da assembleia, essa ação braçal é ressignificada politicamente. A liderança comunitária F. tomou a palavra para tensionar a visão assistencialista frequentemente direcionada à periferia. Em sua fala aos moradores, ela fez questão de desvincular a ideia de solidariedade da mera caridade ou da entrega de cestas básicas “um arroz, um feijão”. Para ela, a solidariedade materializava-se em ações diretas no território. A liderança argumentou de forma incisiva que a segurança individual dependia da ação coletiva, usando como exemplo prático o manejo da infraestrutura: ao ver um esgoto quebrado na viela, a atitude solidária seria “correr lá e dar uma força” para consertar.

Nesse episódio, F., opera uma profunda negociação de sentidos, ponto central de sua mobilização foi atrelar esse esforço braçal cotidiano à superação da vulnerabilidade jurídica. Ela alertou que ninguém conseguiria conquistar o “documento da casa” sozinho. Nas palavras da liderança “a solidariedade faz com que os desastres que não são naturais tenham menos riscos” (Diário de Campo, Assembleia de Entrega do plano comunitário para os

moradores, 14/09/2025). Manifesta-se assim, uma forma orgânica de cuidado na qual o engajamento prático impede a progressão do desastre e sustenta a legitimidade política da comunidade.

Essa observação em campo revela uma profunda sofisticação política e territorial. Ao atrelar a mitigação do risco físico (o esgoto a céu aberto) à exigência da regularização fundiária (o documento), a liderança demonstra que a solidariedade deixou de ser uma virtude moral passiva para operar como uma verdadeira *capacidade* de sobrevivência. É uma forma orgânica de cuidado mútuo na qual o engajamento prático de cada morador impede a progressão do desastre e sustenta a viabilidade da permanência.

Essa rede de proteção também opera taticamente na segurança física das famílias. A liderança F. descreve o uso autônomo dos grupos de WhatsApp como um sistema informal de alerta contra estranhos e ameaças externas (incluindo possíveis ações ligadas ao processo de remoção), que atua como um verdadeiro *sistema de alerta antecipado* adaptado às dinâmicas do conflito fundiário, “se eu escuto um barulho estranho, já mando mensagem (...) aviso que tem uma pessoa estranha... e peço pra todo mundo começar a bater panela” (Entrevista, F., Liderança, 29/09/2025). O aplicativo de mensagens converte-se, assim, em um dispositivo de interanimação dialógica de urgência, que mobiliza os moradores em tempo real, afasta ameaças e blinda a comunidade contra intrusões não autorizadas.

Na Comunidade Vira Lata, portanto, as capacidades locais se materializam nas formas cotidianas de cuidado mútuo, nas redes informais de aviso sobre a entrada de estranhos e nas táticas de mobilização autônomas. Por fim, é importante destacar que essas formas de resistência e subjetivação não são homogêneas nem lineares. Há conflitos internos, disputas discursivas e assimetrias de visibilidade mesmo entre os moradores. A etnografia-discursiva permite evidenciar esses atravessamentos e compreender como a linguagem também opera como campo de poder, onde se constroem sentidos sobre risco, dignidade e justiça. O PCRA, ao adotar práticas de escuta ativa e cocriação, representa um esforço de trazer essas capacidades invisíveis para o planejamento oficial, ainda que tensionado pela insegurança jurídica do território.

6.5 Disputas Discursivas: Risco, Participação e Reconhecimento

A análise das disputas discursivas em torno do ‘risco’ no território da Comunidade Vira Lata evidencia que o termo não opera como uma categoria neutra ou exclusivamente técnico-ambiental. Ao contrário, o risco emerge como um significante historicamente carregado, associado a experiências de violência institucional, tentativas de remoções forçadas e insegurança permanente da posse, tornando-se, para parte dos atores comunitários, um verdadeiro tabu discursivo. Os discursos sobre riscos, frequentemente articulados em termos técnico-científicos ou institucionais, refletem relações de poder que moldam tanto as percepções locais quanto as respostas institucionais. Esses discursos, ao mesmo tempo em que buscam legitimar ações como remoções ou imposição de medidas estruturais, podem invisibilizar os saberes e as capacidades da própria comunidade em gerir riscos de forma democrática e contextualizada (SPINK, 2018).

No *tempo longo* das políticas urbanas periféricas, o risco foi consolidado como justificativa para o apagamento territorial. Essa memória discursiva aparece de forma explícita na fala de A. representante da UMM, ao relatar a recepção comunitária às primeiras discussões envolvendo a identificação de riscos no território:

É que cada comunidade tem as suas dinâmicas locais, né? E a gente também, né? E os seus processos e suas demandas, né? Às vezes, ao propor um plano popular, né? De gestão de risco, um plano comunitário, né? Só essa linguagem pode assustar a própria comunidade, que a comunidade tem muito medo do discurso do risco. Porque a palavra risco, historicamente, ela sempre serviu para propor despejo, para fazer remoção e tudo mais. Então, essa palavra, ela é... Como diz assim, né? Ela é tabu para as comunidades, entendeu? Falar risco, risco é sinônimo de despejo. Então, essa discussão é uma discussão que tem que ser muito bem elaborada dentro dos territórios e dentro das comunidades, né? (Entrevista, A., Representante UMM, 09/05/2025)

Esse enunciado mobiliza uma memória discursiva coletiva que vincula diretamente o risco à perda da moradia, revelando como experiências passadas de intervenção estatal produzem sentidos duradouros que atravessam as práticas participativas no presente. Na perspectiva etnográfica-discursiva, observa-se que o risco não é apenas nomeado, mas situado em uma cadeia histórica de significações que articula poder institucional, exclusão territorial e ameaça de deslocamento.

Do ponto de vista das práticas discursivas no cotidiano (SPINK, 2013), a palavra ‘risco’ passa a operar como um marcador simbólico de ameaça institucional, reorganizando

posições, silêncios e estratégias de fala nas arenas participativas. A recusa ou o tensionamento do termo, portanto, não expressa desinformação, mas uma forma de leitura crítica do funcionamento histórico das políticas urbanas e habitacionais nos territórios periféricos. Esse quadro ajuda a compreender por que, no contexto da elaboração do PCRA, a introdução do tema do risco exigiu mediações cuidadosas e produziu conflitos internos, inclusive entre atores comprometidos com a permanência territorial. Como aponta A., o desafio não era apenas técnico, mas político e simbólico: como falar de risco sem reativar a ameaça da remoção?

A fala da UMM explicita, ainda, que a resistência ao vocabulário do risco não decorre de uma negação dos perigos existentes no território, mas da forma como esses perigos foram historicamente instrumentalizados para legitimar remoções rápidas, frequentemente sem garantias de reassentamento digno ou regularização fundiária. Nesse sentido, o risco aparece menos como diagnóstico e mais como dispositivo de governo, acionado seletivamente conforme interesses institucionais e econômicos. Essa leitura converge com a leitura do modelo PAR. A insegurança fundiária, nesse caso, constitui uma condição insegura central, pois submete os moradores a uma situação permanente de instabilidade, na qual qualquer enunciação técnica sobre risco pode funcionar como gatilho para processos de remoção (WISNER et al., 2025).

De modo que determinadas ordens hegemônicas do discurso tendem a naturalizar a ausência de infraestrutura como consequência lógica da irregularidade fundiária (SOUZA, 2023). Porém, existe uma polissemia de sentidos sobre os riscos que podem convergir ou se antagonizar, neste sentido, o repertório linguístico da MRS é confrontado pela assessoria popular, que ganha respaldo ao ser endossada pela DPU que tensiona o uso automático do risco como fundamento para a remoção, e defende a improcedência da ação, alternativas de mediação, permanência e reparação, reconhecendo os direitos da comunidade no território. (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 11).

Como aponta a assessoria jurídica popular D., do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a materialização dessa insegurança estrutural atingiu seu ápice exatamente por meio dessa judicialização “Ali, o maior desafio, até pouco tempo atrás, era a existência de uma ação de reintegração de posse. (...) o fato de ser concomitante à consolidação [da

comunidade] com o processo de reintegração de posse era um grande desafio” (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025).

Nos autos, a MRS mobiliza o risco como argumento absoluto “gera incontestável risco aos próprios invasores dada a proximidade entre as edificações e a linha férrea” (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024a, fls. 527-528) ao mesmo tempo em que reinscreve os moradores como *invasores*, produzindo inferiorização simbólica e legitimando a remoção como *proteção*. Assim, a disputa territorial no conflito fundiário na Comunidade Vira Lata constituía uma arena central de disputa discursiva em torno do risco. No processo, o risco operava como categoria jurídica estratégica, mobilizada por diferentes atores institucionais para sustentar projetos antagônicos de intervenção no território: de um lado, a remoção como medida de “proteção”; de outro, a permanência associada à mitigação, à regularização fundiária e à reparação integral.

A comunidade é situada como processo, não como dado estático, evidenciando um traço etnográfico central: *posse* e *terra* são sentidos em disputa na tensão entre discursos comunitários e jurídico-institucionais. Nesse jogo, *risco* é mobilizado menos como descrição técnica e mais como recurso jurídico-argumentativo, de modo que o “grande desafio” é narrado como conflito jurídico-político. A assessoria jurídica popular destaca que essa linguagem em uso do risco pode funcionar como estratégia de legitimação de remoções sob a gramática da legalidade, reforçando vulnerabilidades historicamente produzidas.

Um dos argumentos da MRS para insistir na reintegração de posse era a existência de um risco em razão da proximidade com a linha (...) os moradores sabiam desse argumento e contrapunham. (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025).

Esse repertório interpretativo marca a judicialização e a ameaça de despejo como pressões dinâmicas, ao traduzir a exclusão histórica, inscrita no *tempo longo* do acesso desigual à terra, em condições inseguras atualizadas no *tempo vivido* e no *tempo curto*: instabilidade permanente, inibição de melhorias na moradia e desgaste psicossocial. Assim, o risco é vivido como experiência cotidiana reatualizada pela falta de reconhecimento formal da posse. Em registro de diário de campo, essa dimensão aparece como afirmação de pertencimento e legitimidade:

Após falas da liderança local, no qual é discutida o uso da palavra “invasão” para identificar a comunidade, H. apontada pelos moradores presentes como a primeira moradora da ocupação, ligada à cooperativa de reciclagem e por anos responsável por “cuidar do terreno”, intervém e desloca o enquadramento “*Aqui a gente vive*

há mais de 30 anos. Não é só uma invasão. É nossa vida, nossa história". (Diário de Campo, Assembleia com participação da assessoria jurídica da comunidade e a equipe do PCRA, 15/03/2025).

Em data posterior, em entrevista com H., a conversa percorre memórias práticas do território:

Eu vim para cá quando aqui estava cheio de bagunça, tinha um monte de reciclagem (...). E depois nós fomos limpando, nós fomos limpando o material. Conforme tinha os tubos de energia, tinha uns canos de botijão, nós pedimos para retirar. Porque quando pegava incêndio lá, era perigoso incendiar tudo aqui. Aí os caras vieram tirar, retiraram, quis tirar os caminhões também que tinham ficado aqui. O banco que veio buscar os caminhões, porque os caras tinham dívida no banco. Aí o banco veio retirar os caminhões e nós fomos tirando aos poucos a reciclagem. Nós viemos aqui, mas eu vim para cá quando eles me pediram para tomar conta. Aí aqui nós começamos a limpar, a limpar tudo. Nós limpamos aqui, tudo aqui (...). O galpão era enorme, como as telhas ecológicas estavam mal feitas, elas acabaram caindo, começou a cair tudo. Aí depois, com o tempo, o povo começou a invadir. Mas antes de invadir, nós limpamos tudo aqui, o que deu para limpar (Entrevista, H., Morador Vira Lata, 03/10/2025).

A ênfase de H. não está em uma identidade abstrata “invasor” / “irregular”, mas em uma sequência de ações situadas, “*nós fomos limpando*”, que, pouco a pouco, convertem um terreno degradado em lugar habitável e defensável. Nesse mesmo movimento, a narrativa desloca o sentido do que seria “*invadir*”, pois o que aparece no enunciado, é a tentativa de organizar e legitimar a permanência a partir de um projeto de regularização “*entrar com usucapião*” e de práticas de cuidado material “manter organizado, limpo”, “*plantar*”, “*fazer horta*”. Ao recuperar esse horizonte, H. posiciona que a permanência nunca foi vivida apenas como ocupação contingente, mas como esforço de estabilização do território e de construção de futuro, antes mesmo da intensificação das disputas fundiárias. Assim, quando o termo “invasão” emerge no *campo-tema* como rótulo jurídico-moral, H. não responde com uma negação abstrata, mas com uma contranarrativa de territorialização, um encadeamento de trabalho, cuidado e projeto, no qual “limpar”, “fechar”, “organizar” e “plantar” funcionam como marcadores de pertencimento e legitimidade.

A perspectiva etnográfico-discursiva permitiu visibilizar como os discursos técnicos e jurídicos frequentemente operam como instrumentos de silenciamento de saberes locais. Em processos judiciais, o risco é frequentemente mobilizado para justificar ações de remoção (SOUZA, 2023), como nos autos do processo, que apresenta o posicionamento da MRS Logística S.A. A nomeação “invasores” e a generalização do risco para justificar remoções produzem revitimização, pois deslocam o foco das causas estruturais e das

desigualdades interseccionais (raça, classe, gênero, deficiência) que modulam exposição aos riscos e vulnerabilidade (WISNER et al., 2025).

A gravidade da situação, e a necessidade de cessar o esbulho ora reportado fica ainda mais evidente ao se constatar as condições nas quais os Réus estão ocupando o terreno conforme se vê na fotografia (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024a, fls. 536)

Spink (2018) contribui para essa análise ao apontar que o uso da linguagem dos riscos, quando desvinculados dos contextos sociais concretos, tendem a reforçar a culpabilização das populações afetadas. Em sua obra, evidencia como a linguagem técnica pode ser utilizada para silenciar saberes locais e bloquear a construção de alternativas emancipatórias. Essa crítica é reforçada por Corbari, Azevedo e Sampaio (2021), que demonstram como o discurso ambiental pode ser cooptado por interesses econômicos e utilizado para legitimar a exclusão.

Desta feita, assim que a Autora tomou conhecimento da invasão, encaminhou carta à Subprefeitura de Pirituba, em 04.11.2016, informando a invasão, alertando sobre os possíveis riscos à população invasora próxima à linha férrea, e solicitando a tomada de providências, em conjunto, para a desocupação da área (...), bem como lavrou boletim de ocorrência (...) relatando o início da invasão no local (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 3).

No escopo da judicialização, o risco atua como um dispositivo de convencimento e controle territorial, legitimando medidas que reforçam desigualdades preexistentes e invisibilizam as complexidades do pertencimento e das estratégias de sobrevivência comunitária. Essa dinâmica evidencia-se nos autos quando a MRS Logística S.A. fundamenta seu pedido de reintegração utilizando-se de argumentos que vão além da operação das linhas, “a pretensão deduzida pela MRS nestes autos visa muito mais do que impedir a obstrução da sua operação ferroviária” (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024a, fls. 536). mas sob a justificativa moral de uma suposta “questão de segurança pública que não pode ser negligenciada” (Ibid., fls. 536). Ao argumentar ao juízo que “permitir que os Réus mantenham a invasão no local seria o mesmo que colocar as suas próprias vidas em risco, o que não pode, em hipótese alguma, ser admitido” (Ibid., fls. 536), o discurso corporativo apropria-se da linguagem da proteção para mascarar e legitimar a violência do deslocamento.

Sob a ótica da ADCE, essa retórica “protetiva” revela sua face punitiva e coercitiva na materialidade das exigências legais. A concessionária requereu, “*inaudita altera parte*” ou seja, sem a escuta da comunidade, intimação para que os moradores desocupassem as áreas dentro da faixa de domínio, “demolindo e retirando a parte da construção clandestina voluntariamente, deixando o local livre e desembaraçado” (RELATÓRIO: PROCESSO

JUDICIAL, 2023, p. 4) em um exíguo prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 e uso de força policial para o cumprimento forçado do mandado de reintegração de posse (Ibid.). O risco, neste enunciado, deixa de ser uma condição a ser mitigada pelo Estado para se tornar uma culpa atribuída ao morador, convertendo a vulnerabilidade habitacional em transgressão punível.

Essa gramática da urgência e da periculosidade encontra respaldo e legitimação direta na decisão judicial originária. Ao deferir a tutela provisória determinando que “sejam os ocupantes da área intimados a deixarem o local, no prazo de 15 (quinze dias), sob pena de desocupação forçada” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 4), o magistrado acatou integralmente a narrativa hegemônica, justificando a adoção da medida drástica “há também urgência no pedido, pois a demora representa crescimento de risco” e pelo “risco a columidade dos ocupantes e dos usuários da linha férrea” (Ibid. p. 4). No *tempo curto* da decisão judicial, a complexidade de um território consolidado é reduzida a uma zona de esbulho, e o argumento do risco é chancelado institucionalmente como passe livre para o despejo imediato.

É exatamente a partir desse encadeamento opressor que são ativadas táticas de resistência por reconhecimento e direitos no território. Em contrapartida à ordem de remoção, o discurso da assessoria jurídica popular e dos movimentos sociais atua para recodificar a palavra *risco*, despindo-a de sua suposta neutralidade técnica. Nas instâncias de defesa, o risco é denunciado como um instrumento de controle seletivo e deslegitimação; ele aparece menos como um dado objetivo do ambiente e mais como uma ferramenta de disciplinamento das populações periféricas, mobilizada seletivamente por instituições públicas e empreendimentos privados para higienizar o espaço urbano. A disputa em torno do que conta como “risco real” e do que é “solução viável” atravessa as práticas discursivas analisadas nos autos do processo, revelando os profundos embates epistemológicos entre a racionalidade técnico-jurídica do capital e os saberes populares de permanência.

Nesse trâmite processual, a regularização fundiária urbana social (REURB-S) emerge como um poderoso contra-enquadramento institucional e um dispositivo de garantia de permanência. A partir do arcabouço normativo da Lei Federal nº 13.465/2017, a área deixa de ser lida de forma unidimensional pela lente empresarial como uma “faixa de domínio” ferroviária, e passa a ser disputada como um território urbano consolidado,

passível de permanência mediante medidas de mitigação. Para sustentar essa virada discursiva, a defesa jurídica dos moradores aciona o próprio Estado para intervir no conflito, “obviamente, tratando-se de área pública, de gestão da Secretaria de Patrimônio da União, é necessário que se esgotem todas as vias de mediação e prevenção de conflitos, nos termos do que recomenda a legislação” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 5). Com essa tática, a estratégia jurídica força a inserção de novos atores na arena judicial “requer a designação de audiência para tentativa de conciliação com a presença de representantes da Secretaria de Habitação do Município e da Comissão de Prevenção e Mediação de Conflitos vinculada a esta secretaria” (Ibid., p.5), rompendo a assimetria do embate direto contra a concessionária.

Mais do que uma retórica de defesa, esse reposicionamento institucional traduz-se em agência e engajamento material no *tempo vivido* do território. Em vez de assumirem a posição de vítimas passivas frente à ameaça de despejo, os moradores mobilizam suas capacidades coletivas para negociar e intervir na própria infraestrutura. Conforme documentado nos autos, a comunidade estabeleceu acordos com a municipalidade assumindo a corresponsabilidade pela mitigação de ameaças:

Para tal, os moradores se comprometeram com: 1) o congelamento da ocupação para evitar adensamento; 2) a realização de obra de regularização de água e esgoto; 3) construção de muro para conter o avanço sobre o talude e 4) adequação à legislação urbanística para fins de regularização fundiária.” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 6).

Essa pactuação evidencia uma profunda reconfiguração nas relações de poder local. A comunidade apropria-se das exigências técnico-urbanísticas não como imposições punitivas, mas como táticas de adequação à legislação que atestam a viabilidade de sua territorialidade. O risco, outrora utilizado pela MRS Logística como justificativa sumária e incontestável para a demolição das casas, é aqui tensionado e respondido pela autogestão comunitária, provando nos autos do processo que a vulnerabilidade ambiental pode ser mitigada sem que, para isso, seja necessário promover a desterritorialização e aniquilar o direito à moradia.

A temporalidade do processo judicial expõe as fissuras da máquina pública, operando como uma pressão dinâmica (WISNER et al., 2025) que prolonga a vulnerabilidade no território. O relatório dos autos sistematiza manifestações institucionais que evidenciam um profundo descompasso entre os próprios setores da administração municipal de São Paulo.

Enquanto alguns departamentos negavam a existência de intervenções ou de riscos geológicos na área, outros alegavam possuir cronogramas de atuação, revelando um quadro de baixa coordenação e circulação contraditória de dados (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023). Essa desarticulação institucional converte o Estado, que deveria ser o fiador da regularização, em um vetor de incerteza que agrava o desgaste psicossocial das famílias.

Inserida nesse vácuo institucional, a assessoria jurídica popular mobiliza uma tática discursiva incisiva: a exposição da contradição corporativa. A defesa demonstra nos autos que a própria MRS Logística, em tratativas extrajudiciais anteriores, havia estabelecido diálogo com os moradores e condicionado a ocupação à execução de obras de mitigação, como a construção do muro e a implantação de captação de esgoto. Ao comprovar que a comunidade executou tais benfeitorias com o aval do representante da empresa, “ou seja, a autora exigiu que os moradores realizassem obras e melhorias no local, deu aval à ocupação para agora alegar que insiste na desocupação da área” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 8), a defesa captura o discurso corporativo em sua própria contradição. A exigência pregressa da concessionária é ressignificada como uma validação tácita da permanência, acionando a proteção da Lei nº 13.465/2017, que garante a manutenção da posse em áreas públicas enquanto o pedido de REURB-S estiver sob análise “ocorre que pelo disposto na Lei Federal supramencionada, está previsto que os ocupantes de área pública devem ser mantidos na posse enquanto estiver sob análise do pedido de regularização” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 8).

A reação da concessionária a esse enquadramento evidencia a violência simbólica latente no litígio fundiário. Em sua manifestação, a MRS rechaça qualquer acordo de permanência, “A alegação de que teria a MRS anuído com a famigerada regularização da ocupação mediante o REURB, é improcedente” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 10). O uso do adjetivo depreciativo famigerada desvela o profundo incômodo e o repúdio do capital privado frente aos instrumentos que efetivam a função social da propriedade. Para justificar as negociações anteriores com a Prefeitura, a empresa recorre novamente ao argumento tutelar do risco, alegando que buscava “apenas uma alternativa pela via administrativa, junto à Prefeitura de São Paulo e da CPTM (...), para que a reintegração de posse ocorresse de forma menos gravosa possível, em atenção à segurança dos invasores e ocupantes do local invadido (Ibid., p. 10).

Na ordem do discurso, a corporação tenta reassumir a hegemonia da narrativa, ao recusar o status de interlocutor legítimo à comunidade “desnecessária a oitiva de terceiros pleiteada pelos ocupantes, já que é incontroverso nos autos que a MRS sempre agiu com o intuito de ser reintegrada na posse” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 10), reitera o estigma criminal ao chamá-los de “invasores” e reafirma seu objetivo inexorável de despejo, disfarçando o interesse logístico sob o verniz do cuidado humanitário (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 10).

A suspensão da liminar de despejo e a subsequente manifestação do juízo marcam um ponto de inflexão na arena judicial. Ao oficiar a Prefeitura, para apurar se a ocupação constitui “situação consolidada e se há alguma providência no tocante à regularização do imóvel, devendo ainda informar se existe, efetivamente, possibilidade de regularização pela REURB-S” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 11), o magistrado desloca o eixo do litígio. A área, antes tratada sumariamente como zona de esbulho, passa a ser lida sob a gramática do direito urbanístico. O Estado-juiz, ao cobrar informações sobre “o andamento ou o que o Município tem feito para aprovar projeto de regularização fundiária, bem como sobre a implantação da infraestrutura essencial de sua responsabilidade na área objeto da ação” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 11), reconhece tacitamente a falha estrutural do poder público, abrindo uma fissura na narrativa hegemônica da reintegração imediata.

Diante dessa abertura institucional para a permanência, a MRS Logística recrudescer sua estratégia discursiva, mobilizando a retórica do perigo extremo. Nos autos, a empresa reitera a criminalização dos moradores e eleva o tom alarmista, fazendo o uso estratégico de imagens de extrema vulnerabilidade “como se não bastasse, crianças também habitam o local, fato que agrava ainda mais o risco de eventual atropelamento, tendo em vista que, repita-se, inexistente qualquer barreira entre o local da invasão e a linha férrea” (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024a, fls. 528). Esta estratégia, opera como uma tática de apelo moral, o discurso institucional corporativo instrumentaliza o argumento da preservação da vida e da segurança pública para mascarar seu interesse logístico, tentando esvaziar qualquer possibilidade de mitigação estrutural que não seja a remoção total.

Contudo, o discurso institucional sobre o risco, frequentemente sustentado por argumentos de legalidade e tecnicidade, é tensionado por repertórios de resistência que

emergem da vivência cotidiana dos moradores, os quais, ao reivindicarem o direito à permanência, à infraestrutura e ao reconhecimento de seus vínculos com o território, produzem contra-discursos que desafiam a hegemonia da racionalidade técnico-instrumental (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021). Com o suporte da assessoria jurídica popular, os moradores subvertem a assimetria do processo e passam a demandar garantias de direitos.

Em contestação direta à MRS, a defesa condiciona qualquer hipótese de reintegração à prévia expedição de ofícios para que “sejam negociadas alternativas habitacionais aos ocupantes” e exige a “realização de perícia para que seja verificada se a área objeto de fato está contida no instrumento de concessão, bem como para afastar o argumento de risco” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023). Na perspectiva das práticas discursivas, essa manobra destitui a empresa do monopólio da verdade, a comunidade força o Estado a provar materialmente a ameaça, impedindo que o risco continue operando apenas como uma presunção retórica para legitimar a remoção forçada no território.

Os autos do processo evidenciam uma diferença fundamental entre os laudos técnicos e os argumentos institucionais mobilizados no curso da ação judicial. De um lado, os laudos técnicos apresentados, produzidos a partir da argumentação da assessoria jurídica popular, indicam a inexistência de risco iminente ou a possibilidade de mitigação das situações identificadas no território, afastando a necessidade de remoção como medida automática.

A MUNICIPALIDADE DE SÃO PAULO, vem informar a Vossa Senhoria o diagnóstico de risco elaborada pela Subprefeitura: “Em atendimento ao Ofício inicial (...), informamos que não existe risco geológico no local (...), de modo que é mínima a probabilidade de um morador atingir inadvertidamente a linha férrea. (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 6)

Esses documentos técnicos foram centrais para embasar juridicamente a permanência das famílias e a reivindicação pela regularização fundiária. De outro lado, a linguagem do risco é reiteradamente sustentada pela autora da ação, a empresa MRS, por meio de argumentos institucionais que não se configuram como laudos técnicos independentes, mas como interpretações estratégicas orientadas à reintegração de posse.

Quanto ao periculum in mora, na tentativa de demonstrar a sua inexistência, os Réus alegam, com fundamento no relatório da Prefeitura de São Paulo (...) “que não existe risco geológico no local, de modo que é mínima a probabilidade de um morador atingir inadvertidamente a linha férrea”. Concessa vênias, sem razão e fundamento tal alegação. Isso porque, a ausência de “risco geológico” (ou seja: risco de perdas ou danos causados por eventos adversos de natureza geológica.) não afasta o risco de danos outros que a manutenção da invasão ocasionará. (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024a, fls. 535)

Nessa prática discursiva, o risco é apresentado de forma generalizada e descontextualizada, funcionando como justificativa jurídica para a remoção, ainda que não corroborada pelos pareceres técnicos constantes nos autos. Para Corbari e Azevedo (2021) na arena do conflito, há uma disputa pela produção da verdade e da memória territorial (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021). Enquanto instituições e gestores mobilizam mapas, laudos geotécnicos e classificações urbanísticas para justificar a retirada ou a não urbanização da área, os moradores elaboram contranarrativas ancoradas em laços comunitários, memórias de pertencimento e vivências cotidianas de exclusão (Ibid.).

Essa polissemia de sentidos ao risco, evidencia o caráter de disputa do risco enquanto categoria discursiva, cuja interpretação varia conforme o campo institucional em que circula. Assim, os documentos técnicos deixam de ser instrumentos neutros e passam a integrar o próprio campo de conflito, sendo mobilizados tanto para sustentar a permanência quanto para justificar remoções. Nesse contexto, laudos, pareceres e relatórios técnicos assumem centralidade na argumentação jurídica, sendo confrontados por produções técnicas divergentes e por estratégias discursivas da assessoria jurídica popular.

Essa multiplicidade evidencia que o risco não é uma evidência objetiva e consensual, mas uma construção situada, atravessada por interesses institucionais, enquadramentos técnicos e disputas de poder. O relatório do processo judicial, ao sistematizar esses diferentes documentos e manifestações, torna-se ele próprio um espaço de disputa discursiva, no qual laudos técnicos, petições e posicionamentos institucionais são colocados em circulação sob um mesmo enquadramento formal, exigindo uma leitura analítica atenta às diferenças de estatuto, autoria e finalidade de cada enunciado. Essa configuração evidencia que o risco, no campo jurídico, não emerge como dado técnico consensual, mas como categoria juridicamente disputada, mobilizada de formas distintas conforme os projetos institucionais em jogo.

A atuação da DPU constitui um ponto de inflexão relevante nesse processo. Ao reconhecer a complexidade da situação e a insuficiência da remoção, a DPU passa a tensionar o uso automático do risco como fundamento jurídico para a reintegração, contribuindo para a suspensão da liminar. Essa inflexão institucional reforça a leitura do risco como fenômeno socialmente produzido e juridicamente disputado, e não como dado técnico incontestável.

Do ponto de vista das práticas discursivas (SPINK, 2013), o processo judicial se configura como um espaço privilegiado de circulação, cristalização e contestação de sentidos. Os autos, petições e pareceres não apenas registram posições, mas produzem realidades possíveis: permanecer, remover, regularizar. Nesse contexto, a linguagem jurídica atua como tecnologia de poder, capaz de legitimar intervenções profundas na vida das populações, ao mesmo tempo em que pode ser reapropriada como instrumento de resistência e garantia de direitos.

A disputa em torno do risco no campo jurídico evidencia, portanto, que a remoção não é uma consequência inevitável do diagnóstico técnico, mas uma escolha política mediada por discursos, interpretações e correlações de forças. Essa constatação dialoga diretamente com os achados empíricos das entrevistas, nas quais o risco aparece como fonte de medo, ansiedade e instabilidade, em especial, quando associado à ameaça constante de perda da moradia. Nessa perspectiva, os documentos jurídicos analisados não apenas descrevem o território, mas participam ativamente da sua produção institucional, ao enquadrar conflitos, legitimar decisões e definir os limites do que pode ser reconhecido como risco, direito ou reparação.

O embate jurídico reflete, no fundo, uma disputa sobre a própria ontologia do desastre. Os argumentos institucionais que sustentam o pedido de remoção operam um reducionismo conveniente: focam exclusivamente nas condições inseguras imediatas, isolando-as de seu contexto. Em contrapartida, os pareceres técnicos mobilizados pela defesa tensionam essa narrativa ao recolocar o risco em sua cadeia causal autêntica. Eles evidenciam que a exposição ao perigo não é um dado natural, mas resultado de severas pressões dinâmicas, como o avanço das obras logísticas e a negligência estatal, ancoradas em causas básicas históricas de exclusão habitacional.

O cenário se transformou progressivamente com a mudança de posicionamento da empresa MRS, que passou a sinalizar a ausência de interesse na continuidade do processo de reintegração de posse e a disposição em apoiar a regularização fundiária do território. A materialidade desse recuo, contudo, revela as profundas marcas de poder que estruturam o discurso institucional (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Ao peticionar ao juízo o encerramento do litúgio, a concessionária formaliza o ato solicitando a "DESISTÊNCIA da presente ação" (MRS LOGÍSTICA S.A., 2024b, fls. 888). No entanto,

mesmo no ato de concessão jurídica, a linguagem adotada reitera a estigmatização do território: a empresa faz questão de qualificar o polo passivo da ação, em letras garrafais, como "INVASORES E DEMAIS OCUPANTES" (Ibid.). Essa escolha vocabular demonstra que, embora o capital privado tenha cedido à pressão material pelo reassentamento, a criminalização simbólica da pobreza e a negação da legitimidade daquelas famílias enquanto sujeitos de direito permanecem ativas na ordem do discurso. A consolidação do acordo "chave a chave" não resultou, portanto, de uma benevolência corporativa, mas de uma intensa disputa de forças na qual a comunidade obrigou a empresa a internalizar o custo habitacional do seu projeto logístico.

Essa tensão vivenciada ao longo do processo jurídico que “contaminou” os discursos técnico-científicos circula a equipe técnica da UFABC e é manifestada durante as entrevistas, revelando desafios diante do dilema de nomear riscos e operar o conceito de redução de riscos e adaptação climática, no interior de uma política pública de prevenção sem reproduzir os efeitos históricos de exclusão associados a esse vocabulário. O técnico B. relata o dilema de mobilizar a palavra ‘risco’ sem reativar a ferida institucional, “é um argumento complexo e que traz muita comoção para as famílias, porque está diretamente ligado a uma possível remoção” Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025). Ao relatar o início dos trabalhos no território, B. destaca que a identificação de riscos foi recebida com desconfiança por parte da comunidade, exigindo um reposicionamento metodológico e comunicacional da equipe técnica:

Quando a gente fala em risco, quando a gente trata sobre o tema risco, ele é sempre um tema muito delicado. E eu acho que é importante contextualizar que a nossa entrada na comunidade do Vira Lata, ela se dá no momento de uma perspectiva de uma regularização fundiária, inclusive por conta de conversas com essa própria empresa MRS e a possibilidade, a entrada por meio de uma advogada popular que atua no caso, de um processo de REURB-s, que é o REURB social, então existe um projeto de regularização fundiária para a área e quando você chega com o argumento do risco, se não está muito, enfim, se não existe um entendimento muito claro por parte tanto da associação como dos moradores, que para você fazer qualquer tipo de regularização é importante mitigar o risco, é importante que as pessoas vivam em segurança, isso pode ser um impeditivo para qualquer tipo de trabalho. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

Esse enunciado evidencia que o termo risco, quando mobilizado pela equipe técnica, não opera apenas como diagnóstico objetivo, mas como prática discursiva situada, atravessada por relações de poder e por uma história de intervenções assimétricas no território. A necessidade de ‘tomar cuidado’ com o termo revela uma consciência reflexiva

sobre o papel performativo dos documentos técnicos, que não apenas descrevem a realidade, mas produzem efeitos concretos sobre a vida das pessoas. B. relata a dificuldade de promover uma comunicação que não reforce o medo, mas que permita a coprodução de soluções com base na confiança e na escuta.

Então, agora a gente está trabalhando lá há um pouco mais de um ano, vamos entrar em um ano e meio de trabalho na área e é nesse momento, há pouco tempo, que as lideranças e os moradores começaram a entender da importância da discussão do argumento do risco e da importância da mitigação para uma possível regularização. Então é bastante difícil, um argumento complexo e que traz muita comoção normalmente para as famílias, porque está diretamente ligado a uma possível remoção, algum tipo de obra que pode impactar a vida desses moradores. Então existe também por parte das famílias uma vontade em se distanciar e de enfrentar o tema. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

É a partir desse ponto que se configuram disputas discursivas mais complexas, envolvendo a tradução técnica do risco, sua circulação nos documentos oficiais e sua apropriação nos processos jurídicos e institucionais. A equipe do PCRA da UFABC ocupa uma posição discursiva intermediária, tensionada entre, de um lado, as exigências institucionais de nomear riscos para fins de política pública e, de outro, o compromisso ético-político com a permanência territorial e a não reprodução de violências institucionais. Esse lugar ambíguo se expressa na tentativa de reconfigurar o risco como elemento de negociação e cuidado, e não como sentença de deslocamento. Do ponto de vista das práticas discursivas no cotidiano (SPINK, 2013), esse movimento implica a construção de novos repertórios interpretativos, nos quais o risco passa a ser articulado a noções como permanência, cuidado, corresponsabilização institucional e justiça territorial. No entanto, as entrevistas indicam que essa reconfiguração não se dá sem conflitos, sobretudo quando os discursos técnicos entram em circulação em arenas jurídicas e administrativas.

Em contraposição ao discurso hegemônico, a assessoria jurídica popular atua de forma sistemática para desestabilizar a equivalência automática entre risco e remoção. D., assessoria jurídica popular, explicita que um dos principais esforços do trabalho jurídico na articulação e aproximação entre Equipe do PCRA e Comunidade consistiu em disputar o significado do risco no processo. O desafio da equipe técnica e da assessoria jurídica foi construir um novo repertório interpretativo.

Então, como essa atuação lá não vem exatamente de uma demanda da comunidade, não foram eles que apontaram a necessidade de um acompanhamento técnico, teve que ter esse tempo de construir com eles a importância de fazer esse tipo de acompanhamento ali. Inclusive, destacando para

eles que, “olha, a gente precisa ter um olhar sobre as áreas de risco, porque as áreas de risco, elas não podem ser inicialmente regularizadas, justamente precisam de uma análise técnica que aponte a possibilidade de regularização com a realização de alguma obra, de alguma mitigação e tal”. Então, essa foi a forma deles irem conectando a intenção deles da regularização fundiária e esse levantamento do risco como uma etapa para isso, para eles alcançarem aquilo que eles querem. Então, a gente só teve que fazer um pouco essas conexões (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025).

Esse enunciado revela uma prática discursiva orientada para a criação de um repertório para a reapropriação crítica da linguagem técnico-jurídica, na qual o risco deixa de ser um marcador absoluto de inviabilidade territorial e passa a ser reposicionado como elemento a ser enfrentado por meio de políticas públicas integradas. A estratégia da assessoria jurídica consiste, assim, em reinscrever o risco no campo dos direitos, articulando-o ao direito à moradia, dignidade humana e à função social da cidade.

as pessoas tendem a ter um certo receio de qualquer abordagem sobre risco nas comunidades. Existe essa cultura de associar o risco à remoção, então, o que o jurídico possibilitou foi isso, fazer essa ponte e dar uma certa tranquilidade para eles em relação ao trabalho que seria feito ali. (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025).

A transição dos repertórios interpretativos para a palavra ‘risco’ ilustra a colisão entre o *tempo longo* (a memória histórica de que risco gera despejo) e o *tempo curto* das práticas discursivas. O arcabouço normativo brasileiro, ao estabelecer a REURB, cria possibilidades institucionais para a consolidação de territórios periféricos. Contudo, a imersão etnográfica revela que essas ferramentas jurídicas não operam de forma automática; elas são taticamente apropriadas pelos atores locais. Uma cena etnográfica registrada na assembleia de moradores ilustra com clareza essa apropriação. Durante o encontro, que reunia a comunidade, lideranças, equipe técnica da UFABC e a assessoria jurídica popular, a tensão sobre a permanência no território era palpável. Ao tomar a palavra para explicar a conexão entre o mapeamento de riscos e o direito à moradia, a assessoria jurídica popular (D.) deslocou a REURB de sua dimensão puramente burocrática para posicioná-la como um escudo jurídico frente à ameaça de despejo. Dirigindo-se aos moradores, ela revelou os bastidores da estratégia:

D. diz: Importante reforçar pra vocês, o processo de regularização fundiária do Vira Lata já existe há muito tempo, porque nós inclusive usamos como uma estratégia de defesa no processo de reintegração de posse. Quando eles começaram a insistir, que tinha que fazer a remoção, nós entramos com esse pedido na prefeitura, falando, ‘olha, a comunidade tá consolidada e ela tem os requisitos pra permanecer’. (Diário de Campo, Assembleia com participação da assessoria jurídica da comunidade e a equipe do PCRA, 15/03/2025).

Ao desvendar a materialidade da luta, a assessoria jurídica evidencia uma potente interanimação dialógica: o protocolo de regularização fundiária não atuou apenas como um pedido burocrático, mas como um contra-ataque tático inserido nos autos processuais para frear as máquinas da concessionária. Nesse movimento, o tempo institucional do judiciário é tensionado pelo *tempo vivido* da comunidade. O jargão jurídico amalgama-se à mobilização local, recontextualizando a lei e a própria elaboração do PCRA como tecnologias de resistência territorial. O mapeamento técnico-universitário, antes temido como pretexto para o despejo, passa a ser apropriado politicamente pelos moradores como instrumento de salvaguarda indispensável à conquista da REURB-S.

O apoio jurídico popular é descrito como agente tradutor de sentidos, com papel de mediação entre o conhecimento técnico e a percepção comunitária. Trata-se de um discurso etnográfico, que reconhece saberes situados e medos históricos da comunidade frente ao discurso do risco, apontando para a confiança como condição de possibilidade para o diálogo técnico possa acontecer. Este enunciado desloca o foco do risco físico para o risco institucional, revelando o papel do medo jurídico como ferramenta de desmobilização comunitária. Essa leitura está alinhada à crítica de Spink (2018) sobre o uso estratégico da linguagem técnica para construir consensos frágeis que ocultam relações desiguais de poder. A narrativa da assessoria jurídica popular desestabiliza o discurso jurídico tradicional ao afirmar que o processo de reintegração de posse está inativo, mas seu fantasma continua operando como forma de controle e ameaça. Isso mostra como os discursos jurídicos não precisam estar formalmente ativos para continuar operando de forma simbólica como formas de poder, criando um estado de exceção informal. O risco jurídico se impõe como um campo discursivo que articula direito, medo e desmobilização.

Os técnicos, por sua vez, produzem um discurso tensionado: reconhecem as limitações institucionais e comunicacionais do PCRA, mas também defendem o esforço de pactuação possível dentro dos marcos burocráticos. Adicionalmente, os discursos evidenciam que a participação social também está sob disputa: é entendida ora como um processo de escuta real e transformação coletiva, ora como um rito burocrático legitimador de decisões prévias.

Por isso que eu falo que é bom no Vira Lata ter uma perspectiva de construção de qualquer coisa, porque ele [o PCRA] é um instrumento que vem do Estado. Ele não é um instrumento de luta popular. A gente não está falando de um instrumento de luta que está sendo construído no âmbito popular pelas próprias lideranças

que vão usar isso como arma para reivindicar alguma coisa no poder público, perante a Prefeitura, perante a Secretaria de Habitação. Não, ele é um instrumento, o Plano Comunitário, que está sendo pensado como uma política pública pelo governo federal e que vai precisar ser aceito, de alguma medida, pelo governo municipal. (Entrevista, B., Assessoria Técnica UFABC, 14/05/2025).

A equipe técnica pondera sobre as metodologias participativas empregadas, reconhecendo as tensões e limitações, mas também os espaços de escuta e negociação criados com a comunidade. A capacidade de produção de conhecimento local também foi evidenciada nos dados coletados, destacando como os moradores demonstram saberes sobre o território que muitas vezes não são captados pelos instrumentos técnicos tradicionais. Essa crítica é potente, ao desafiar a hierarquia entre saber técnico e saber popular.

Há um conflito discursivo entre a tentativa de construir legitimidade técnica e a percepção comunitária de performatividade da participação. Para os técnicos, o risco funciona como elemento central para mobilização institucional, servindo como linguagem comum para negociação entre comunidade, prefeitura e empresas. No entanto, o discurso técnico corre o risco de operar com pouca sensibilidade às formas locais de nomeação, desconsiderando as expressões simbólicas e afetivas que o território mobiliza. Essa ambiguidade é um marcador crítico no caso analisado. A construção de pactos simbólicos, mais do que normativos, se revela essencial para que a coprodução do plano seja legitimada socialmente. A assembleia reforça a potência dos espaços coletivos de fala, mas também revela assimetrias de poder simbólico, sobretudo na mediação técnico-comunidade junto aos interesses privados. Apontando para as tensões na articulação entre saberes locais e saberes técnicos, ressaltando a necessidade de mediações discursivas sensíveis às hierarquias e desigualdades de linguagem e reconhecimento de direitos.

Os movimentos sociais atuam como vozes contra-hegemônica. Seu discurso desloca o foco do risco físico para o risco institucional, criticando a fragmentação das políticas públicas e a ausência de garantias efetivas. Para Corbari, Azevedo e Sampaio (2021), tais disputas revelam como o Estado, ao aliar-se a agentes privados e mobilizar discursos técnico-normativos e projetos de desenvolvimento, tende a marginalizar formas de vida e saberes locais, buscando impor uma lógica de ordenamento que responde a interesses externos à comunidade. Como ressaltam os autores, os conflitos socioambientais se tornam arenas em que se disputam não apenas o uso do espaço, mas também a legitimidade dos saberes e das formas de valoração da natureza e da vida social.

Essa perspectiva ajuda a compreender os embates simbólicos que atravessaram o processo de construção do PCRA, especialmente quando os moradores, imersos em um processo de disputa e negociação, enfrentam discursos de “área de risco”, “invasões” e “ocupação irregular”, na busca pela regularização fundiária, com argumentos fundamentados na história local, na vulnerabilidade social e na necessidade de justiça territorial.

No plano discursivo, observa-se ainda a presença de narrativas moralizantes sobre a própria comunidade, especialmente na fala de K., que associa a precariedade ambiental e social à conduta individual dos moradores K., “As pessoas não sabem se comportar” (Entrevista, K., Morador reassentado, 04/10/2025). Para Spink (2018), tais enunciados podem ser compreendidos como práticas discursivas que naturalizam desigualdades estruturais ao deslocar a responsabilização do plano institucional para o individual. Esses discursos tensionam as propostas de justiça territorial e participação social que orientam a GIRD, ao obscurecer as condições históricas e estruturais de produção da precariedade urbana.

Em suma, a análise demonstra que a governança do risco na Comunidade Vira Lata transcende a mera gestão de perigos físicos; ela opera como uma profunda governança simbólica. O território constitui uma arena de disputas hegemônicas, onde diferentes temporalidades e saberes colidem para definir quem tem o direito de nomear o que é risco e quem tem o direito a cidade. O risco, nesse cenário, deixa de ser um “evento natural” e consolida-se como um campo de batalha semântico onde se joga a própria possibilidade de existência coletiva da comunidade.

Nesse campo discursivo, a participação social também se torna ambígua: ora celebrada como espaço de escuta, ora questionada como ritual de legitimação de decisões previamente tomadas. É justamente essa ambiguidade que aponta para a necessidade de construir pactos simbólicos duradouros entre ciência, política e sociedade, orientados pela justiça territorial. A governança do risco na Comunidade Vira Lata deve ser compreendida como uma governança simbólica, que atravessa os corpos, as falas e os silêncios. A disputa por permanecer, por nomear o território, por ser ouvido nos espaços formais e por participar da decisão sobre o próprio futuro é, também, uma disputa pelo direito de produzir sentidos legítimos.

O esforço prático para assegurar esse direito e consolidar um pacto de confiança materializou-se na Assembleia final de Entrega do Caderno Comunitário. Tomado aqui como um incidente crítico central para a pesquisa, o evento operou não apenas como o encerramento de um ciclo técnico, mas como um rito de transferência de autoria e poder. No *tempo curto* da interação, a equipe técnica da UFABC adotou um posicionamento discursivo que subverteu a lógica tradicional das políticas de cima para baixo, recontextualizando o PCRA, um produto induzido pelo Estado, como um instrumento de enfrentamento popular. Esse deslocamento discursivo materializa-se na fala de O., Coordenador do PCRA da UFABC, ao apresentar a cartilha aos moradores:

Para que serve esse guia? (...) Além de tudo, é também uma ferramenta. É uma ferramenta para resistência, é uma ferramenta para ajudar nessa luta da moradia. (...) Porque ali dentro tem muitas informações que são importantes e que ajudam a gente a não ficar perdido na hora da gente falar. A gente fala baseado nas informações que estão lá. (...) Geralmente, a gente corre mais risco na vida quando a gente não sabe o território que a gente mora. (...) Os desastres, eles são uma produção da sociedade. (Diário de Campo, Assembleia de Entrega do plano comunitário para os moradores, 14/09/2025).

Nesta prática discursiva, o coordenador alinha-se integralmente à premissa do modelo multiescalar PAR (WISNER et al., 2025), declarando que os desastres são "uma produção da sociedade" e não fatalidades naturais. Mais do que isso, ao definir o documento como uma "ferramenta para resistência", o discurso técnico abre mão do monopólio do saber. A cartilha deixa de ser um diagnóstico de vulnerabilidades e passa a atuar como um dispositivo de letramento sociotécnico, destinado a nivelar o jogo de forças em reuniões futuras com o Estado e o capital privado. O técnico B. reforça essa transferência de poder simbólico ao evocar um jargão dos movimentos sociais, "os movimentos também falam sempre: quem luta melhor é quem sabe mais". Em um jogo de posicionamento demarcado, ele decreta a apropriação do conhecimento: "Esse material aqui não é nosso, dos apoiadores. Ele é de vocês" (Diário de Campo, Assembleia de Entrega do plano comunitário para os moradores, 14/09/2025).

Nessa assembleia, portanto, os discursos convergem para um propósito comum de transformar a gramática do risco, antes utilizada como justificativa para a exclusão, em um instrumento de blindagem territorial. A apropriação do conhecimento técnico atesta que a comunidade não é lida como objeto de intervenção, afirmando-a como sujeito político. Esse posicionamento evidencia, no plano empírico, a premissa teórica central desta pesquisa: a

relação dialética e indissociável entre práticas discursivas e práticas sociais (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; SPINK, 2013).

O embate travado no campo da linguagem, a recusa do estigma, a disputa pelo direito de nomear o risco e a apropriação do conhecimento técnico como ferramenta de luta, não se encerra no nível da fala. Pelo contrário, atua como motor de mudança da realidade material. Ao resignificarem o PCRA de diagnóstico para "ferramenta de resistência", as práticas discursivas transmutam-se em práticas sociais concretas de incidência política. É munida dessa nova materialidade que a Comunidade Vira Lata avança para a próxima etapa da sua progressão de segurança, o tensionamento do Estado e do mercado pela efetivação da regularização fundiária e pela exigência da reparação integral.

6.6 REURB, reassentamento e reparação extrapatrimonial

Conforme analisado na seção anterior, os embates discursivos e jurídicos travados nos autos do processo (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023) evidenciaram como a gestão do risco foi instrumentalizada, mas também como a resistência comunitária forçou a inserção da REURB-S na pauta institucional. A MRS justificava a reintegração com base em risco à segurança ferroviária e aos moradores, o que evidencia como o discurso do risco pode ser apropriado seletivamente para legitimar remoções. Posteriormente, esse mesmo risco foi resignificado, com a comunidade exigindo estudos técnicos e condições pactuadas, convertendo uma condição de insegurança em vetor de negociação. Esta mudança marca um ponto de inflexão estrutural e jurídica no território, da ameaça permanente de remoção, para a possibilidade de permanência pactuada.

A eficácia dessa estratégia discursiva e jurídica consistiu em desestabilizar as narrativas da própria concessionária. Conforme registrado nos autos, a defesa dos moradores evidenciou que a MRS havia, em momentos anteriores, exigido obras de melhoria e contenção no local, dando “aval à ocupação para agora alegar que insiste na desocupação da área” (RELATÓRIO: PROCESSO JUDICIAL, 2023, p. 8). Somado a isso, a defesa mobilizou a determinação legal de que os ocupantes de área pública devem ser mantidos na posse enquanto o pedido de regularização (REURB-S) estiver sob análise (Ibid.). Pressionada por essa barreira institucional e, fundamentalmente, pela urgência de liberar a faixa de domínio para as obras de segregação do Trem Intercidades (conforme contextualizado na Seção 4.2), a MRS recuou da via litigiosa.

Ao superar a fase crítica da ameaça de despejo por meio dessa negociação, o desafio do território deslocou-se para a efetivação da regularização da área remanescente e para a reparação dos danos gerados por anos de conflito e insegurança. O redimensionamento do conflito fundiário na Comunidade Vira Lata exige que a análise avance para além da métrica jurídico-administrativa e garantia da posse material para o campo da reparação integral. A promulgação da Lei nº 14.750/2023 representou um marco normativo ao alterar a PNPDEC, introduzindo expressamente o dever de promover a reparação integral de danos e prestar assistência prioritária e continuada à saúde mental dos atingidos por desastres (BRASIL, 2023). Essa legislação inova ao reconhecer que o impacto de remoções e ameaças socioambientais extrapola a perda física, atingindo o tecido social.

Nesse sentido, conforme já delineado na Seção 3.6, as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2025) e a cartilha *Escutar para Reparar* (UNOPS; FUNDEPES, 2025) oferecem um arcabouço fundamental para a compreensão dos danos extrapatrimoniais. Tais danos caracterizam-se por fraturas na vida cotidiana que não podem ser quantificadas financeiramente, operando em três dimensões centrais da experiência humana: a dimensão subjetiva (sofrimento emocional, ansiedade, medo), a dimensão social (rompimento de laços de vizinhança, desgaste da rede de apoio) e a dimensão simbólica (perda da identidade territorial, do pertencimento e da memória) (UNOPS; FUNDEPES, 2025).

A imersão etnográfica no território demonstrou que essas três dimensões não afetam apenas as famílias que foram removidas, mas atravessam toda a comunidade remanescente que aguarda a efetivação da REURB. O esgotamento emocional gerado por anos sob a ameaça de remoção produziu desconfiança e desgastes profundos nas relações locais, sobrecarregando especialmente as lideranças comunitárias. Uma cena etnográfica ocorrida durante a assembleia de entrega do PCRA ilustra a tensão latente da dimensão social do dano e a fratura na confiança. Diante de uma plateia marcada por incertezas e pela cobrança por soluções imediatas a liderança comunitária (F.) precisou disputar a memória do processo para combater a desagregação e a descrença em relação ao próprio trabalho da associação:

A Comunidade Vira Lata serviu de exemplo, é um trabalho que muita gente fala que nós somos picaretas, é um trabalho que nós estamos fazendo e que a comunidade está sendo vista a nível nacional (Diário de Campo, Assembleia de Entrega do plano comunitário para os moradores, 14/09/2025).

Nesse jogo de posicionamento, evidencia-se que o dano extrapatrimonial se manifesta na necessidade exaustiva de a liderança ter que provar, repetidas vezes, a

legitimidade da permanência e o valor da luta coletiva. As mensagens de cobranças recebidas durante a madrugada no *tempo curto* do cotidiano relatadas pela liderança F., e a desconfiança entre os vizinhos são cicatrizes do *tempo longo* de um Estado que historicamente governou a periferia por meio da instabilidade e da ameaça (SOUZA, 2023).

O acordo firmado entre a MRS e Comunidade estabeleceu compensação habitacional sem ônus aos moradores removidos, com base no custo médio de unidades do programa habitacional público. Trata-se de uma disputa discursiva vencida pela comunidade, que reverte a lógica tradicional da responsabilização das famílias (por invasão ou irregularidade), para uma abordagem que reconhece o direito à moradia e os investimentos sociais já realizados no território.

As famílias que fossem atingidas (...) seriam atendidas com o que a gente chama de chave a chave. Ela perde a casa dela, mas ela recebe uma outra unidade habitacional. (...) Isso é super importante porque as pessoas não entram no endividamento da moradia. (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025).

A solução apresentada, neste caso do enfrentamento às situações de injustiça ambiental por meio da articulação de movimentos de resistência evidencia os conflitos socioambientais, e “denunciam contradições de um modelo de desenvolvimento que exclui as vítimas e ainda as fazem assumir o ônus resultante” (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021, p. 483). Porém, ainda que o acordo financeiro seja apresentado como uma conquista, se faz necessário refletir sobre outros elementos relacionados às territorialidades e (des)territorialidades, tais como reparação extrapatrimonial e outras necessidades tais quais o apoio psicossocial comunitário que está centrado nos impactos produzidos pela ruptura dos diversos vínculos comunitários existentes antes de um desastre, e por este erodidos. Esses vínculos comunitários não têm preço, mas precisam ser reparados de alguma forma, pois eles remetem às relações de reciprocidade entre o indivíduo e o território, pertencendo à dimensão extrapatrimonial (CFP, 2025).

Os vínculos comunitários pertencem às esferas das relações formais e informais, perpassando os laços familiares, as relações de amizade, as vivências religiosas, as associações para práticas culturais e laborais, ou ainda o acesso a serviços públicos fundamentais como a saúde, a educação e o lazer. Em geral, esses vínculos servem a variados propósitos, que vão desde a provisão de redes de apoio importantes para a vida cotidiana, até a produção de sentido e do senso de realização. (CFP, 2025)

Ao narrar o processo de reassentamento, a MRS aponta também para os efeitos de mitigação de riscos no território, o acordo além de possibilitar a retirada de pessoas em situação de risco, garante que essas famílias não ocupem novas áreas de riscos:

Com a chegada do projeto de segregação, a gente iniciou um trabalho de diálogo com a comunidade, entendendo que existe uma necessidade da companhia na remoção de parte da comunidade. Essa remoção já foi concluída, nós removemos 91 famílias, 91 imóveis, tá, todas essas pessoas foram reassentadas e a área remanescente da comunidade, a gente vai fazer, obviamente, obras de infraestrutura, estruturantes ali naquela região do talude, pra suportar, inclusive, né, garantir segurança à operação ferroviária e à comunidade remanescente, então eu entendo que tanto o reassentamento dessas 90 famílias em unidades habitacionais regularizadas, as quais elas receberam, algumas ainda não, porque a gente está em processo, tá, mas todas irão receber escritura e registro do seu imóvel de reassentamento, então não houve nenhum reassentamento em área irregular e a área remanescente que permanece ali na comunidade de Vira Lata, que a gente tá falando mais ou menos de dois terços do volume total da comunidade antes da chegada do projeto, além das obras de infraestrutura de talude, de construção de muros de vedação e de implantação da linha ali, garantindo a estabilidade estrutural ali daquele trecho, a gente tem um compromisso com a comunidade, né, com os seus advogados, com a própria prefeitura, subprefeitura de São Paulo, de apoiá-los no processo de regularização fundiária (Entrevista, E., Representante MRS., 25/08/2025)

Porém, ao limitar a remoção a compreensão da segurança territorial, corre-se o risco de invisibilizar outras dinâmicas produzidas no território ao longo do processo. Se a angústia da espera assombra os remanescentes, a efetivação do acordo ‘chave-a-chave’ para as famílias removidas revela outras camadas de sofrimento e adaptação. Estas experiências são atravessadas por afetos, incertezas, vínculos territoriais e disputas simbólicas, revelando dimensões extrapatrimoniais frequentemente invisibilizadas nos instrumentos formais na RRD e GIRD (SPINK, 2018). A análise das entrevistas com as moradoras reassentadas K. e L. evidenciam que a negociação, remoção e deslocamento são vivenciados para além das categorias técnico-ambientais e permitem qualificar a experiência da remoção por meio das três dimensões do dano extrapatrimonial apontadas pelo (UNOPS; FUNDEPES, 2025).

Na dimensão simbólica, a perda da casa autoconstruída representa a supressão de uma materialidade que abrigava a história e o esforço de uma vida. Para a moradora L., a transição impôs um luto territorial sobre um projeto consolidado, evidenciando que a casa na favela não era apenas um teto, mas um patrimônio existencial e afetivo, as perdas são reconhecidas, sobretudo no que se refere à mudança do espaço vivido. L. relata a dificuldade de adaptação ao novo padrão habitacional e a necessidade de se desfazer de bens construídos ao longo dos anos:

Olha, na minha casa, perigo e risco, eu não percebi nenhum. Porque, assim, era uma casa que a gente fez, né? Bem estruturada, era uma casa de três andares. Mas era uma casa bem estruturada, foi uma casa feita com um bom material, né? Material de qualidade (...). Então, eu sempre tive um pé atrás com isso, eu não queria construir e, por mim, não teria construído. Mas, o meu ex-esposo falou, "ah, não, vamos construir para a gente sair do aluguel". Era um sonho da gente, quem é que não tem um sonho da casa própria, né? (...) Eu tinha uma casa de três andares. Aqui eu tenho 38 metros quadrados. Então, assim, é bem difícil. Então, eu já me adaptei. Mas, assim, é estranho, né? Você olha assim, dá pra você ver a casa toda. Lá na minha, não, na minha tinha sala, tinha cozinha, né? Que era a sala americana. Tinha dois quartos e o banheiro no meio. E em cima tinha a minha área de lazer e uma lavanderia. Então, assim, era uma casa grande, uma casa bonita (...). Então, a minha casa era uma casa top, né? E aqui o apartamento, acho assim, é muito pequenininho. Eu tive que desfazer de muitas coisas minhas. Eu tive que começar quase do zero, praticamente (...). Tive que desfazer de muitos móveis meus, porque não coube aqui. Mas, assim, eu sinto mais falta mesmo das amizades. (Entrevista, L., Morador reassentado, 05/10/2025).

Embora a reposição material tenha ocorrido, a demolição dessa "casa de três andares" apaga um marco identitário. O único 'risco' reconhecido pela moradora era o risco institucional de "em qualquer momento, perder a nossa moradia", reiterando que a principal ameaça vivida não era a natureza, mas a insegurança imposta pelo Estado e pelo capital. Assim, o reassentamento não aparece apenas como desfechos administrativos, mas como processos que reorganizam a vida social, emocional e territorial dos sujeitos afetados.

Na dimensão subjetiva, que engloba o sofrimento psíquico, o relato de L. escancara a violência emocional do processo de negociação com o capital privado. Esse adoecimento ganha contornos mais nítidos quando lido sob a ótica do descompasso de temporalidades em processos de intervenção urbana (ASSIS, 2021). Enquanto o Estado e a concessionária operam no "tempo institucional" dos trâmites, despachos e aprovações burocráticas, as famílias vivenciam a urgência do "tempo da vida", que é dinâmico e atravessado por necessidades imediatas (Ibid.). Embora o processo de remoção e reassentamento seja narrado de forma predominantemente positiva, foi marcado por intenso sofrimento psíquico no período de transição:

Então, assim, é um sentimento, não sei nem o que falar, mas não foi de medo, acho que eu fiquei com muita ansiedade. Eu senti muita ansiedade, porque eu me preocupei. Será que é de confiança? Será que realmente eles vão dar o que estão prometendo? Vão cumprir o que estão prometendo, que era dar o apartamento para a gente? Eu falei, será que não é um golpe? Será que a gente não vai sair com a mão na frente e outra atrás? Então essa insegurança que acho que é de todo mundo né, de todos, foi muita ansiedade, foi muito nervoso. Meu cabelo caia muito, porque a gente ficava esperando naquela ansiedade né, mas graças a Deus no final, deu tudo certo (Entrevista, L., Morador reassentado, 05/10/2025).

A imposição dessa espera prolongada paralisa o cotidiano e gera sentimentos de ansiedade, medo e desgaste emocional associados à incerteza quanto ao cumprimento dos

acordos estabelecidos. L., incorpora as vozes da comunidade ao narrar o temor constante de "sofrer um golpe", caracterizando uma ansiedade crônica imposta a sujeitos historicamente invisibilizados frente à assimetria de poder institucional. A queda de cabelo e o estresse extremo são manifestações somáticas do dano extrapatrimonial (CFP, 2025), revelando que o processo de remoção, mesmo quando culmina em um acordo favorável, cobra um alto preço na saúde mental das populações afetadas.

Esses efeitos revelam danos que extrapolam a esfera material da perda da moradia e evidenciam impactos subjetivos produzidos pela ameaça e pela espera prolongada. Tais dimensões dialogam diretamente com os avanços introduzidos pela Lei nº 14.750/2023, que passa a reconhecer a responsabilidade do empreendedor e do poder público não apenas pela reposição habitacional, mas também pela assistência prioritária e continuada à saúde física e mental das populações atingidas (art. 12-C). Por fim, na dimensão social, as falas de K. e L. reforçam a centralidade do território como espaço de reprodução da vida e rede de cuidados.

aqui é um lugar bem localizado, né? É legal por causa do metrô... do trem, né? Na verdade, do trem. Tem o supermercado, tem as coisas bem localizadas, e eu queria ficar aqui perto, né? E eu gostei do bairro, né? Gostei sempre da região. E não queria sair de perto da vizinhança dali de cima também, né? Porque eu gostava também de ir lá para cima. Como eu sou uma pessoa muito comunicativa, onde eu chego eu conheço um monte de gente. Aí eu também queria ficar perto de todo mundo, né? Foi isso. E por isso que eu escolhi aqui também, porque eu procurei várias unidades. Procurei no Aurora, procurei lá no City, procurei vários lugares. Falei: "Não, quero ficar por aqui" (...). A única coisa que eu sinto falta de lá, ah, é um pouco mais da vizinhança (...) E, quando eu sinto falta, eu subo lá, porque é pertinho, né? Eu vou lá, vou na casa da dona F., vou lá em cima (...) Tanto que eu trabalho aqui, até o trajeto do meu serviço, eu trabalho cinco minutos daqui." (Entrevista, K., Morador reassentado, 04/10/2025).

O esforço para garantir que a compra do novo imóvel pelo acordo ocorresse dentro do próprio bairro não foi uma escolha mercadológica, mas uma estratégia de sobrevivência psicossocial. As falas de K. evidenciam que o reassentamento, quando desprovido de escuta ativa, corre o risco de mitigar uma ameaça física criando novos riscos sociais. No entanto, a análise deste trecho revela um forte jogo de posicionamento. Ao afirmar "Falei: Não, quero ficar por aqui", K. recusa o papel de vítima passiva e agência no próprio destino, mobilizando o seu *tempo vivido*, suas amizades, sua identidade e sua rotina de mãe solo, como repertórios inegociáveis para a aceitação do acordo.

A possibilidade de escolha do local de reassentamento emerge como elemento decisivo na produção de sentidos positivos sobre o processo, "a gente teve a opção de

escolher onde nós queria, então, eu achei maravilhoso isso da parte deles, por essa proposta para nós, né?” (Entrevista, L., Morador reassentado, 05/10/2025). Tanto L. quanto K. optaram por permanecer próximas ao território de origem, preservando redes de sociabilidade, acesso ao trabalho, à escola dos filhos e aos serviços urbanos. Para K., essa escolha é narrada como realização de um projeto de vida, “eu escolhi ficar por aqui porque eu gosto do bairro, tenho acesso a tudo, minha família mora perto e eu sempre sonhei em morar aqui (Entrevista, K., Morador reassentado, 04/10/2025).

A permanência territorial relativa atua, assim, como mecanismo de mitigação de danos extrapatrimoniais, reduzindo rupturas simbólicas, afetivas e relacionais frequentemente associadas aos deslocamentos forçados. Esses relatos reforçam a pertinência do deslocamento conceitual promovido pela Lei nº 14.750/2023, ao ampliar a noção de reparação para além do patrimônio físico, incorporando a reparação integral e a reinclusão social como deveres associados à gestão de riscos e aos empreendimentos de impacto.

Ao mesmo tempo, a Lei nº 14.750/2023 avança ao exigir integração permanente com a sociedade civil, transparência das informações sobre riscos e fortalecimento da participação informada das populações potencialmente atingidas. A contrapartida institucional a essas exigências legais e à complexidade do deslocamento revela a adoção de novas práticas de governança corporativa no tratamento do território. O esforço para não reduzir a reparação à mera entrega das chaves materializa-se na formulação de protocolos de acompanhamento pós-mudança. A representante da concessionária MRS detalha como esse dispositivo opera na prática:

É, na verdade, o plano de reassentamento, ele prevê o monitoramento socioeconômico das famílias reassentadas por um período de até 18 meses. A gente faz pelo menos três campanhas dentro desses 18 meses pós-mudança, que é uma pesquisa mesmo de entender a adaptação da família no território de destino, né, é medir de fato o impacto, o impacto econômico, o impacto de educação, saúde, adaptação, e entender, se em alguns casos a gente precisa de dar algum tipo de suporte (...). Um exemplo que acontece muito é referenciamento em unidades de saúde, acaba que as famílias não conseguem, né, principalmente os mais idosos, eles não conseguem ter essa movimentação no novo território com uma celeridade adequada para se reinserirem (...). Uma outra questão é a adaptação no imóvel, (...) regras de condomínio, o respeito, se está tendo algum tipo de conflito. (...) fazendo inclusive uma base-line, né, com o cadastro inicial da desocupação, mais a curva de adaptação nos monitoramentos. (Entrevista, E., Representante MRS, 25/08/2025).

A análise deste enunciado evidencia a mobilização de um forte repertório técnico-gerencial, 'base-line', 'monitoramento', 'curva de adaptação', empregado para decodificar e

administrar as fraturas no *tempo vivido* das famílias. O discurso institucional demonstra que o capital privado, tensionado pelo novo arcabouço normativo e pela resistência local, passa a reconhecer que a mitigação da ameaça não encerra a gestão do desastre. Pelo contrário: sem a mediação adequada, o reassentamento impõe novas pressões dinâmicas, como a desorientação de idosos no acesso ao Sistema Único de Saúde ou os choques culturais decorrentes da imposição de regras condominiais a sujeitos historicamente habituados à autogestão das vielas.

Ao atuar diretamente sobre o 'referenciamento em unidades de saúde' e na mediação de 'conflitos de vizinhança', a política de acompanhamento atua como um dispositivo voltado à progressão da segurança, evitando que a ruptura territorial se desdobre em uma nova cascata de vulnerabilidade social. Embora a linguagem corporativa traduza o afeto e a memória em indicadores mensuráveis, a existência desse monitoramento materializa a dimensão extrapatrimonial do acordo, confirmando que a reparação integral exige reconstruir não apenas o teto, mas a legibilidade da cidade e a rede de cuidados para as populações deslocadas.

Dessa forma, a análise das experiências de reassentamento na Comunidade Vira Lata evidencia que regularização fundiária e reparação extrapatrimonial constituem dimensões interdependentes no interior da Gestão Integrada de Riscos e Desastres. A Lei nº 14.750/2023 oferece uma base normativa inédita para esse alargamento conceitual ao reconhecer explicitamente a saúde mental, a participação informada e a reparação integral como componentes estruturantes da política de gestão de riscos. No entanto, as entrevistas demonstram que a efetividade desse marco legal depende de sua tradução em práticas institucionais sensíveis às dimensões simbólicas, relacionais e territoriais que conformam a experiência vivida do risco, do deslocamento e da reconstrução da vida cotidiana.

Na comunidade Vira Lata, a ausência de titulação formal das moradias reflete o descompasso entre os princípios da REURB e sua efetivação concreta. Ainda que o território preencha os requisitos técnicos para enquadramento como REURB-S, a permanência de entraves fundiários junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e à concessionária de logística ferroviária evidencia a dimensão política do processo. A análise do processo judicial de reintegração de posse revela que, mesmo após a celebração de acordos

extrajudiciais, a ameaça simbólica de remoção permanece ativa e afeta diretamente a estabilidade das famílias.

Sobre esse ponto, conforme ressaltado por Corbari, Azevedo e Sampaio (2021) “os conflitos não se restringem a situações em que os usos estejam em curso, pois podem se iniciar com a concepção ou planejamento de uma obra ou empreendimento” (p.481). São resultados de disputas no território e questionamentos à “legalidade de algumas formas de dominação do espaço, que envolvem grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território e do meio natural e níveis desiguais de poder” (Ibid., p. 482). Para os autores, “a inserção de usuários na arena do conflito pode ocorrer perante a existência de um risco à integridade ambiental ou ao direito de uso e acesso a um território ou recurso natural” (2021, p. 483).

Ainda que tenha havido avanços na pactuação da permanência e compensação, o planejamento urbano estruturante permanece indefinido, conforme excerto de D.:

É isso, isso não está nem em discussão ainda. Então, a gente não consegue nem ter um diagnóstico do que é necessário executar ali em termos de urbanização. Para mim, isso não está claro, o que teria que ser de fato executado e o que seria imperativo num primeiro momento para uma regularização. Então, a gente ainda está bem longe desse resultado, porque não temos esse diagnóstico. (Entrevista, D., Assessoria jurídica popular - CGGDH, 14/05/2025)

Há, portanto, um descompasso entre a promessa de regularização fundiária e a urbanização plena. Na prática, a indefinição institucional opera como uma *pressão dinâmica* contínua, que impede a mitigação real e mantém ativas as condições inseguras no território. Esse impasse alimenta a produção de insegurança subjetiva, como evidenciado nas entrevistas, e fortalece o papel da regularização fundiária como campo de disputa discursiva entre diferentes agentes e visões de cidade.

Os técnicos do PCRA da UFABC reafirmam a regularização fundiária como eixo estruturante do plano, ao mesmo tempo em que reconhecem os limites da atuação técnica frente às disputas políticas e institucionais que atravessam o território. Acrescentam que a intensificação recente de riscos climáticos, como o calor extremo, exige redimensionar a própria noção de risco estrutural. O representante da UMM, por sua vez, reinscreve a história da comunidade como trajetória de resistência diante de uma estrutura persistente de negação de direitos, a ser enfrentada nos marcos da justiça social e do direito à moradia.

Neste sentido, elementos como titularidade, função social evidenciam conflitos de narrativas pois função social da propriedade, princípio constitucional é frequentemente eclipsado por uma concepção patrimonialista da terra. A lógica da regularização fundiária parte do pressuposto de que a consolidação da posse deve estar subordinada ao interesse coletivo e à permanência digna da população no território, o que entra em choque com a postura de muitos agentes públicos e privados que tratam a ocupação como ‘problema’ ou ‘ilegalidade’.

Conclui-se, portanto, que a reparação em áreas de conflito fundiário e risco socioambiental não se esgota na reposição de um imóvel ou no início do processo de REURB. Os processos de resistência e negociação são indissociáveis das dimensões subjetivas, sociais e simbólicas (UNOPS; FUNDEPES, 2025). Conforme apontam as diretrizes de saúde mental comunitária (CFP, 2025), é necessário garantir acompanhamento psicossocial, legitimação da memória e cuidado com os vínculos, reconhecendo que a superação da vulnerabilidade exige reparar não apenas as infraestruturas, mas as fraturas na dignidade dos sujeitos que habitam o território.

7 DISCUSSÕES

A experiência de acompanhar a elaboração do PCRA na Comunidade Vira Lata ofereceu uma oportunidade significativa para discutir como metodologias participativas podem ser integradas ao planejamento de redução de riscos e adaptação climática em um território atravessado por conflito fundiário, negociações institucionais e assimetrias de poder. Para sistematizar os achados analisados na seção anterior, o Quadro 11 apresenta um mapa dialógico de síntese analítica, construído a partir da triangulação entre observação participante e diário de campo, entrevistas e análise documental. O quadro condensa os núcleos analíticos da pesquisa, articulando interlocutores, categorias de discurso, eixos analíticos e dinâmicas de produção de sentidos à luz da ADCE, da PDPS e do modelo PAR.

Quadro 11 - Mapa dialógico de síntese analítica: triangulação de dados e produção de sentidos no PCRA

Incidente Crítico (Triangulação)	Foco Analítico	Interlocutores e posições	Categorias (Q8) / Eixos (Q9)	Dinâmica discursiva e leitura analítica (ADCE + PDPS + PAR)
Assembleia de 15/03/2025, entrevistas com assessoria jurídica, lideranças e moradores/as, e análise documental do processo	REURB-S como tática de permanência e ressignificação do conflito.	Assessoria Jurídica: mediação institucional; Lideranças/Moradores: permanência e resistência; Equipe UFABC: sistematização técnica	C: 1, 2,3, 4,5 E: 1,2,5,6	A recontextualização da lei (ADCE) opera como repertório interpretativo (PDPS) contra as pressões dinâmicas de remoção (PAR). O risco torna-se arena de posicionamentos, tensionando a ordem do discurso técnico-institucional em favor da permanência.
Assembleia de 24/05/2025, entrevistas com equipe técnica, lideranças e moradores/as, e materiais técnicos/documentais	Tradução social do diagnóstico e coprodução do mapeamento de multiriscos	Equipe UFABC: sistematização; Lideranças: tradução de saberes; Moradores: experiência territorial	C: 1,2 E: 1, 2, 3, 4	A interanimação dialógica (PDPS) tensiona o jargão técnico-institucional (ADCE), traduzindo as condições inseguras (PAR) para o cotidiano do território. A mobilização do tempo vivido desnaturaliza as ameaças e converte a vulnerabilidade em demanda legível.
Assembleia de 14/09/2025, entrevistas, cartilha/PCRA e análise documental	Apropriação política do PCRA, memória discursiva e reparação integral.	Moradores/Lideranças: apropriação política; Equipe UFABC: sistematização e circulação do plano; Assessoria Jurídica: mediação do reconhecimento	C: 1, 2, 3, 4 E: 3, 4, 5, 6	Ocorre um deslocamento discursivo (PDPS): o PCRA deixa de ser apenas produto técnico e passa a operar como ferramenta de luta. A circulação do saber sistematizado (ADCE) e a ativação da memória (tempo longo - PDPS) impulsionam a Progressão da Segurança (PAR), ampliando a exigência de reparação para além da dimensão material.

Fonte: Elaboração própria (2026), com base na triangulação dos dados do *corpus* e nos objetivos da pesquisa.

Como sintetiza o Quadro 11, em diálogo com as análises desenvolvidas na Seção 6, o percurso analítico construído desenhado não apenas categoriza os dados, mas responde de forma direta aos objetivos norteadores deste estudo. O Objetivo Geral, que propôs analisar como a participação social é construída e disputada no PCRA em área de conflito fundiário, materializa-se na observação transversal de que o "risco" e a "participação" não são dados pacíficos, mas constantes arenas de negociação.

Os Objetivos Específicos encontram correspondência transversal nas subseções analíticas: enquanto 6.1, 6.3 e 6.5 evidenciam a diversidade de discursos e a produção de sentidos sobre risco, permanência e vulnerabilidade, as seções 6.2, 6.4 e também 6.5 explicitam como a participação social é mediada por assimetrias de linguagem, disputas de legitimidade e capacidades coletivas de organização. Por sua vez, 6.6 concentra a discussão sobre regularização fundiária, reconhecimento de direitos e reparação extrapatrimonial.

Ao adotar uma abordagem discursivo-etnográfica, esta pesquisa desloca o foco de uma avaliação estritamente procedimental do PCRA e privilegia a análise de como sentidos sobre risco, participação, permanência territorial, responsabilidade e reparação são produzidos, circulam e se estabilizam (ainda que provisoriamente) no cotidiano das interações entre moradores, lideranças, assessoria jurídica popular, universidade e instituições públicas e privadas.

A articulação entre ADCE, PDPS e o modelo PAR permitiu observar que a participação social não opera apenas como requisito formal do planejamento, mas como prática social situada, marcada por disputas de sentido, hierarquias e estratégias de mediação, ao mesmo tempo em que pode produzir capacidades coletivas relevantes para a GIRD. A triangulação entre observação participante e diário de campo, entrevistas e análise documental revelou tensões entre projetos concorrentes de intervenção territorial, nas quais 'risco' é mobilizado tanto como argumento técnico-jurídico para justificar medidas de remoções quanto como contradiscurso articulado à permanência, à função social da cidade e ao direito à moradia.

Nesse enquadramento, o risco não opera apenas como descrição de um perigo físico: ele funciona como categoria performativa, que, ao ser acionada, reorganiza expectativas, reconfigura posições e legitima (ou deslegitima) alternativas de intervenção. A disputa jurídica no território intensifica essa dimensão performativa, pois, mesmo quando

determinados encaminhamentos institucionais se alteram, o “fantasma” da remoção pode permanecer como forma de controle simbólico e material, reatualizando instabilidades e produzindo insegurança cotidiana. Em termos analíticos, o risco pode enquadrar a permanência como irregularidade, converter a vulnerabilidade territorial em justificativa de governança excludente e reduzir conflitos complexos a uma narrativa técnica aparentemente incontestável. Ao mesmo tempo, o campo comunitário e suas redes de apoio reapropriam a categoria para deslocar o foco do “perigo isolado” e evidenciar vulnerabilidades institucionais, seletividade estatal e responsabilidades públicas e privadas, reinscrevendo o debate no campo dos direitos e da justiça territorial.

Sob a lente do modelo PAR, os multirriscos observados articulam ameaças climáticas e precariedades do ambiente construído a vulnerabilidades socialmente produzidas, que se expressam nas dinâmicas de remoção/demolição, nas carências de infraestrutura e nas condições habitacionais e construtivas. A insegurança fundiária, a fragmentação de políticas públicas, a desigual distribuição de infraestrutura urbana e a persistência de linguagens tecnocráticas pouco traduzidas para o cotidiano do território operam como pressões dinâmicas que, ao se materializarem em condições inseguras, ampliam a exposição e limitam capacidades de resposta e recuperação.

Adotar uma perspectiva multirriscos, nesse contexto, significa reconhecer que as ameaças não se expressam apenas como eventos extremos, mas também como combinações cotidianas entre precariedades infraestruturais, intervenções territoriais e incertezas institucionais. É nessa interface entre materialidade urbana (saneamento, drenagem, mobilidade, energia, resíduos) e dinâmicas de poder (conflito fundiário, disputas de projeto de cidade, assimetrias decisórias) que o risco se torna inteligível, especialmente quando se analisa a cadeia que liga estruturas, pressões e condições, bem como os modos pelos quais essa cadeia é narrada, contestada e reconfigurada pelos diferentes atores. A experiência empírica reforça, assim, que a redução de riscos em periferias urbanas não se resolve apenas com mapeamentos, diagnósticos e recomendações técnicas; ela depende de disputas por enquadramentos, responsabilidades e garantias concretas de permanência digna, sob pena de as soluções propostas permanecerem frágeis diante de correlações de forças desfavoráveis ao território.

Nesse conjunto de disputas, um dos achados mais relevantes refere-se ao lugar assumido pela regularização fundiária ao longo da construção do PCRA. Quando incorporada como demanda originada na comunidade e fortalecida nas arenas participativas, a regularização passou a operar como mediação estruturante: reorganizou engajamento, orientou prioridades, contribuiu para a aproximação entre equipe técnica e território e favoreceu a produção de horizontes de estabilidade. Essa estabilização não é apenas jurídica ou urbanística; ela produz efeitos psicossociais e políticos, pois reduz incertezas associadas à ameaça permanente de deslocamento, tende a reduzir sofrimento e ansiedade, e reposiciona o Estado e demais instituições implicadas, como corresponsáveis por soluções estruturantes de permanência digna (água, energia, mobilidade, saneamento).

Esse achado também permite dialogar com as reflexões finais de Wisner et al. (2025). Ao proporem a inversão do modelo PAR, os autores delineiam a Progressão da Segurança (POS - *Progression of Safety* – Anexo E). Contudo, alertam que a vida humana não pode se resumir à mera evitação de riscos — uma condição que, isoladamente, gera apenas ansiedade crônica. O horizonte ético do planejamento deve apontar, simultaneamente, para a Construção de Segurança e Significado (CSM - *Construction of Safety and Meaning*), garantindo a progressão de modos de vida e de meios de subsistência significativos (PLL - *Progression of Livelihood and Living*).

No Vira Lata, a conversão da ameaça de despejo no acordo habitacional “chave a chave” e a busca contínua pela REURB-S materializam essa transição teórica: a comunidade não luta apenas para mitigar riscos estruturais (POS), mas para reconstruir a dignidade, a identidade territorial e a alegria do pertencimento (CSM). Essas dimensões são indissociáveis da reparação extrapatrimonial discutida nesta pesquisa, pois evidenciam que a verdadeira segurança exige curar as fraturas sociais, recompor os vínculos comunitários e superar o sofrimento psicossocial imposto por anos de ameaça e instabilidade.

Desse modo, a regularização se mostrou um eixo capaz de integrar dimensões tipicamente tratadas de forma setorial, aproximando habitação, meio ambiente, assistência social, defesa civil e saúde, ampliando a compreensão de cuidado para além de respostas emergenciais. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer a ambivalência e os limites desse debate: há situações em que, mesmo com investimentos, pode ser impossível garantir condições mínimas adequadas sem remoções pontuais e reassentamento, especialmente

quando riscos são inegociáveis em termos de segurança. Ainda assim, a experiência do acordo “chave a chave” negociado no território, articulando reassentamento para famílias removidas e apoio à regularização para remanescentes, oferece um ponto de reflexão sobre arranjos de pactuação que combinam proteção, direitos e responsabilidades, sem reduzir a gestão do risco a soluções centradas na remoção de populações como resposta predominante ao risco.

A pesquisa também evidencia que a participação social não se constitui como espaço neutro, homogêneo ou consensual. Ela é atravessada por silenciamentos, hierarquias, disputas de legitimidade e desigualdades de voz. Um marcador expressivo disso é a própria dificuldade de nomear o risco sem acionar memórias de remoção e experiências de violência institucional: em certos momentos, “risco” aparece como termo interdito, porque seu uso histórico esteve associado à justificativa de despejos. Nessa condição, a participação depende de mediações comunicacionais sensíveis e de pactos mínimos de confiança, capazes de sustentar a coprodução do plano sem reforçar medo, retraimento e desmobilização.

A leitura pelas práticas discursivas no cotidiano contribui para compreender que a disputa não ocorre apenas nas arenas formais, mas também nas microinterações locais: nos modos de nomear problemas, selecionar prioridades, definir o que “é possível”, estabelecer o que conta como evidência e quais repertórios são reconhecidos como legítimos. Por isso, a qualidade da participação depende menos da quantidade de encontros e mais da capacidade de sustentar dispositivos de tradução entre repertórios (técnico-científico, jurídico, comunitário e institucional). Nesse cenário, alianças entre comunidade, assessoria jurídica popular e universidade mostraram-se decisivas para tensionar leituras que reduzem o risco à dimensão físico-ambiental e para reinscrever o debate no campo dos direitos e da permanência, evitando que a linguagem tecnocrática opere como forma de silenciamento e captura.

O aporte da Psicologia Social Discursiva, articulado à GIRD, aprofunda essa discussão ao evidenciar que o risco se produz fundamentalmente em dimensões subjetivas, relacionais e simbólicas. Ao compreender a linguagem como prática social constitutiva, a análise demonstra que não se trata apenas de mapear representações estáticas sobre o risco, mas de rastrear práticas discursivas concretas que geram efeitos diretos sobre a mobilização, a confiança e as possibilidades de permanência. Entrevistas, oficinas e diários de campo

revelaram-se verdadeiras arenas onde as memórias de exclusão do *tempo longo e tempo vivido* colidem com as urgências do *tempo curto*, delineando complexos jogos de posicionamento frente ao Estado e ao capital privado. Essa arquitetura analítica permitiu uma dupla entrada: diagnosticar as causas básicas e pressões dinâmicas que estruturam a vulnerabilidade territorial e, simultaneamente, flagrar como essas condições são narradas, contestadas e ressignificadas na interanimação dialógica do processo participativo.

Na busca de uma compreensão crítica dos processos de mobilização e comunicação de riscos, foram destacados episódios que tensionam a relação entre linguagem técnica e saberes populares. A experiência do PCRA sugere que a comunicação, quando tratada como componente participativo, pode fortalecer capacidades de adaptação e organização, mas sua efetividade depende menos de ações pontuais de “informação” e mais da instituição de rotinas mínimas de governança comunicacional pactuadas com o território. Do ponto de vista prático, isso envolve acordar protocolos de uso de aplicativos e grupos de mensagens entre atores-chave, garantir devolutivas públicas regulares (com entregas “antes/durante/depois” e registro audiovisual), produzir memória comunicacional com rastreabilidade e prestação de contas, reduzindo ruídos, assimetrias de informação e disputas sobre o que foi acordado e executado.

Do mesmo modo, a formalização de papéis de mediação, como a função de mobilizadores/articulares locais, pode operar como ponte entre equipe técnica e moradores, fortalecendo circulação de informações, tradução cultural e sustentação da confiança. Em pesquisas futuras, essas estratégias podem ser avaliadas por indicadores de engajamento e efetividade comunicacional, alcance e participação em diferentes canais, mudanças em práticas protetivas e aderência a protocolos, de modo que a comunicação, planejada e cogerida com a comunidade, converta informação em proteção e amplie protagonismo e resiliência local (GAMBATTO, SOUZA, 2025).

A exigência de integrar essa comunicação cogerida, o planejamento urbanístico e o direito à moradia evidencia um dos maiores desafios metodológicos da pesquisa: a necessidade de uma efetiva articulação transdisciplinar. O campo da GIRD impõe problemas que extrapolam as fronteiras disciplinares tradicionais, exigindo o cruzamento simétrico entre os saberes técnicos, as ciências humanas e o conhecimento local. Contudo, conforme adverte Marchezini (2020), a formulação de métodos integrados esbarra frequentemente em

hierarquias e desigualdades de poder consolidadas na própria academia. É comum, por exemplo, que projetos interdisciplinares de GRD sejam capitaneados por lógicas das ciências exatas ou da terra, restando às ciências humanas um papel subordinado, muitas vezes convocadas apenas para legitimar a ‘parte social’ das intervenções (MARCHEZINI, 2020).

Frente a esse cenário, construir modelos de pesquisa que efetivamente reduzam essas assimetrias é uma das principais contribuições desta dissertação. A arquitetura analítica aqui proposta não se limitou a justapor referenciais. Ao integrar a base crítico-social do modelo multiescalar do PAR às bases discursivas e interpretativas da ADCE e da PDPS, a pesquisa elevou a dimensão sociolinguística e psicossocial ao centro da análise dos riscos desastres.

O trabalho avança a discussão ao provar, empiricamente no contexto da Comunidade Vira Lata, que o entendimento do risco físico é indissociável da compreensão de como essas categorias são nomeadas, negociadas e disputadas na linguagem em uso e institucionalizadas nas relações de poder. Ao operacionalizar essa lente transdisciplinar, a pesquisa oferece à GIRD um caminho analítico capaz de ir além da mera constatação da vulnerabilidade, decodificando como a participação social e as demandas por reparação integral são ativamente tensionadas nas frestas das interações cotidianas.

Nessa dimensão, os resultados apontam implicações relevantes para o debate sobre reparação integral, especialmente na dimensão extrapatrimonial, ainda pouco incorporada às políticas de redução de riscos de desastres de maneira sistemática. A experiência analisada sugere que insegurança territorial prolongada, ameaça de remoção, instabilidade cotidiana e negociações assimétricas produzem impactos que excedem perdas materiais: implicam danos simbólicos, subjetivos e comunitários frequentemente invisibilizados quando a gestão de riscos é tratada apenas como questão técnica, cartográfica ou normativa. Nesse sentido, torna-se necessário avançar na formulação de diretrizes para que planos comunitários e institucionais prevejam dispositivos de cuidado coletivo, escuta qualificada, recomposição de vínculos e garantias de não repetição, articulados a instâncias de direitos humanos e justiça. Quando vinculada a metodologias participativas como os PCRAs, a reparação extrapatrimonial pode ser incorporada desde a elaboração do plano por meio de ações de reconhecimento e memória, participação efetiva das comunidades na definição das medidas, articulação com defensorias, ministério público, conselhos de políticas públicas e conselhos

profissionais e indicadores qualitativos de monitoramento de efeitos psicossociais ao longo do tempo.

Para desvelar todas essas dinâmicas, desde as *pressões estruturais* até os efeitos psicossociais no território, a operacionalização da pesquisa exigiu enfrentar desafios metodológicos práticos. O primeiro deles referiu-se à necessidade de assumir a reflexividade como elemento intrínseco à produção de conhecimento. Distanciando-se do mito do pesquisador neutro, a adoção da etnografia-discursiva exigiu reconhecer o pesquisador como ator implicado no *campo-tema* (SPINK; MENEGON, 1999). No contexto da Comunidade Vira Lata, a presença da pesquisa operou como um evento produtor de sentidos, exigindo vigilância constante para não impor categorias acadêmicas fechadas sobre a experiência local (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Um segundo desafio estrutural incidiu sobre a gestão do tempo. Pesquisar *no cotidiano* significa lidar com a imprevisibilidade e com o descompasso entre o *tempo vivido* pelas populações e o tempo das instituições (SPINK, 2010). Isso exigiu flexibilidade para ler os atrasos e as mudanças de cronograma não como 'falhas' da pesquisa, mas como dados analíticos cruciais. Por fim, a dimensão ética e comunicacional representou um desafio central. A adoção de uma 'ética dialógica' exigiu cuidados para que a burocracia acadêmica não operasse como barreira. Exemplo disso foi a decisão de priorizar registros em diários de campo e relatórios em detrimento da aplicação formal do TCLE nas assembleias de grande tensão, garantindo o rigor ético sem prejudicar a construção de confiança (CORDEIRO et al., 2014).

Em síntese, o estudo de caso da Comunidade Vira Lata evidencia que processos participativos podem ampliar capacidades locais e produzir leituras mais complexas do risco quando reconhecem o conflito fundiário e a permanência digna como dimensões estruturantes. O estudo reforça que a efetividade da redução de riscos depende de pactos simbólicos e materiais entre diferentes atores, evitando o uso seletivo do 'risco' como justificativa de exclusão e deslocamento, e aponta a regularização fundiária como eixo de articulação entre cuidado psicossocial, justiça territorial e intersectorialidade na GIRD.

8 CONCLUSÕES

A análise realizada evidencia a complexidade de implementar Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática em territórios marcados por urbanização desigual, multiriscos e conflito fundiário. Ao acompanhar o processo de elaboração do PCRA na Comunidade Vira Lata, esta dissertação demonstra que a participação social não pode ser compreendida como etapa procedimental neutra do planejamento: ela se configura como prática situada, negociada e disputada, atravessada por assimetrias de poder, memórias de violência institucional e diferentes regimes de verdade sobre o ‘risco’. Nesse cenário, o PCRA operou como arena na qual sentidos de permanência territorial, responsabilidade institucional e direito à cidade foram tensionados, estabilizados e reconfigurados ao longo do tempo, revelando tanto limites quanto possibilidades de transformação quando o planejamento comunitário se realiza em território em disputa.

Em termos substantivos, os achados indicam que ‘risco’ opera como categoria polissêmica e estratégica: pode ser mobilizado em chave técnico-jurídica para sustentar medidas de controle territorial e remoção, mas também pode ser reinscrito por moradores, lideranças e mediadores como problema público a ser enfrentado por meio de mitigação, adaptação e garantia de permanência digna. A leitura discursivo-etnográfica evidencia que essa disputa não se reduz à divergência de interpretações técnicas sobre perigos, pois envolve enquadramentos morais e políticos sobre quem pode permanecer, quem deve sair e quais instituições devem assumir responsabilidades pela produção histórica da vulnerabilidade. Assim, “participar” não elimina a desigualdade estrutural que organiza a governança urbana; ao contrário, pode explicitar seus limites quando não há orçamento, governança compartilhada e compromissos verificáveis capazes de sustentar, no tempo, aquilo que foi pactuado.

Do ponto de vista analítico, a articulação entre ADCE, PDPS e PAR permitiu ampliar a compreensão do risco para além da ameaça físico-ambiental imediata, evidenciando como causas estruturais e pressões dinâmicas, insegurança da posse, seletividade institucional, fragmentação de políticas públicas, precariedade de infraestrutura e linguagens tecnocráticas pouco traduzidas, produzem e reatualizam condições inseguras no território. Ao mesmo tempo, o estudo mostra que a vulnerabilidade não se expressa apenas como condição

material: ela se atualiza discursivamente na forma como o território é descrito, classificado, normalizado ou estigmatizado, com efeitos sobre reconhecimento, decisões e possibilidades de ação.

Entre os resultados mais consistentes, destaca-se a centralidade assumida pela regularização fundiária ao longo da construção do PCRA. Quando incorporada como demanda originada na comunidade e fortalecida nas arenas participativas, a regularização consolidou-se como mediação estruturante, reorganizando engajamento, orientando prioridades e favorecendo horizontes de estabilidade. Essa estabilização não se restringe ao plano jurídico: ao reduzir incertezas associadas à ameaça permanente de deslocamento, tende a mitigar sofrimento e reposicionar o Estado e outros atores como corresponsáveis por soluções estruturantes de permanência digna (água, energia, mobilidade e saneamento).

Reconhece-se, contudo, que há situações em que riscos são inegociáveis e podem exigir remoções pontuais e reassentamento; ainda assim, os achados sustentam que a gestão de riscos e desastres não se limita a respostas emergenciais, exigindo abordagens preventivas, participativas, territorialmente situadas e intersetoriais, em consonância com o marco normativo da Lei nº 14.750/2023. E que a responsabilização pública e privada precisa ser recolocada como problema político e interinstitucional, articulado a compromissos verificáveis e mecanismos de garantia de direitos. Nesse sentido, a regularização fundiária, articulada a metodologias participativas como aquelas empregadas no desenvolvimento, por exemplo, dos PCRA's, deve ser reconhecida como eixo estratégico de ação na GIRD, pois amplia segurança jurídica, fortalece vínculos territoriais e expande capacidades locais, essenciais à resiliência psicossocial e à justiça ambiental.

No que tange à reparação integral, a dissertação evidencia que as disputas em torno de dano e reparação extrapolam o plano patrimonial. Insegurança territorial prolongada, ameaça de remoção, instabilidade cotidiana e produção de estigmas territoriais constituem danos simbólicos, subjetivos e comunitários raramente incorporados como eixo de planejamento em políticas de redução de riscos e desastres. Assim, pensar a inclusão da reparação extrapatrimonial na GIRD representa mais do que inovação técnica: constitui uma reorientação ético-política da gestão pública frente ao sofrimento social produzido por desastres e pelas desigualdades urbanas. Ao articular regularização fundiária e reparação subjetiva, social e simbólica, abre-se a possibilidade de uma GIRD pautada na justiça

territorial, que reconstrói não apenas o espaço físico, mas também o sentido do habitar e as condições de vida digna, em diálogo com o Marco de Sendai ao enfatizar a RRD centrada nas pessoas e orientada por direitos humanos.

Do ponto de vista das contribuições, esta pesquisa possui potencial impacto em diferentes dimensões do campo acadêmico, institucional e social. No plano científico, contribui para aprofundar abordagens críticas sobre GIRD ao articular a *Análise de Discurso Crítica Etnográfica* com a *Análise das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*, ampliando o diálogo entre psicologia social, estudos críticos do discurso e sociologia dos desastres. No campo metodológico, oferece subsídios para qualificar análises que tendem a avaliar participação apenas em termos normativos ou procedimentais, evidenciando seus limites, ambiguidades e potencialidades em territórios atravessados por conflito fundiário.

No plano das políticas públicas, reforça-se que a efetividade de PCRA depende de pactos simbólicos e materiais sustentados por orçamento, governança compartilhada e instrumentos de responsabilização, evitando o uso seletivo do “risco” como justificativa de exclusão e deslocamento. Nesta mesma linha, espera-se que a pesquisa contribua para o aprimoramento da abordagem metodológica do Projeto Multirrisco, ao integrar escuta etnográfica, análise crítica do discurso e metodologias participativas, com ênfase no mapeamento participativo, como eixos analíticos e operacionais para leitura sensível dos territórios e produção coletiva de conhecimento. Assim, almeja-se contribuir para a construção de uma “cultura de segurança” baseada na cooperação entre ciência, política e sociedade (BRASIL, 2024).

Neste sentido, a partir dos limites e achados deste estudo, identificam-se caminhos para a continuidade da agenda de GIRD sob uma ótica crítica e transdisciplinar. Como desdobramento natural desta dissertação, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem os desdobramentos dos Planos Comunitários. Como esta pesquisa se concentrou prioritariamente no processo de elaboração do PCRA, torna-se fundamental avaliar, ao longo do tempo, como as táticas de resistência e o conhecimento sociotécnico apropriado pelas comunidades operam na prática da incidência política, especialmente no processo de REURB-S, em uma dimensão espacial e metodológica, considerando a expansão de estratégias federais como o programa *Periferia Sem Risco*. Estudos comparativos

permitirão mapear como diferentes contextos socioculturais e dinâmicas de poder local tensionam os discursos institucionais de maneiras distintas, contribuindo para a formulação de diretrizes adaptáveis à diversidade das periferias brasileiras.

Avançando sobre a fronteira do reconhecimento dos impactos invisibilizados, é urgente que a academia se dedique ao desenho de metodologias para a mensuração qualitativa de danos e reparações extrapatrimoniais. Futuras investigações devem focar na construção participativa de indicadores de monitoramento dos efeitos psicossociais prolongados gerados pelas ameaças de remoção e pela instabilidade fundiária. Em consonância com a necessidade de simetria na produção do conhecimento (MARCHEZINI, 2020), recomenda-se que novas pesquisas radicalizem as ferramentas da pesquisa-ação e da comunicação cogerida no território.

Por fim, no âmbito territorial, espera-se que a pesquisa contribua para a valorização dos saberes e experiências da Comunidade Vira Lata, ao sistematizar e problematizar sentidos produzidos ao longo do processo de elaboração do PCRA. Reconhece-se o potencial de análises adicionais e de aprofundamento à medida que os diários de campo e as transcrições integrais das entrevistas e assembleias sejam explorados e incorporados de modo ainda mais sistemático ao corpo analítico, ampliando a densidade interpretativa em eixos específicos. Ainda assim, os resultados já permitem afirmar que a participação social, quando vinculada a trilhas concretas de regularização fundiária, mediações comunicacionais culturalmente qualificadas e reconhecimento dos impactos psicossociais do conflito, pode fortalecer capacidades locais e contribuir para a consolidação de uma Gestão Integrada de Riscos e Desastres centrada em direitos, permanência digna e justiça territorial.

REFERÊNCIAS

ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 57-72.

ARAI, V. J. **Análise de um processo participativo na experiência de implantação de um projeto município saudável**. 2002. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.6.2019.tde-21012019-142358>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ASSIS, S. L. S. **Incidentes críticos nas intermitências do projeto de urbanização do assentamento precário Chafik/Macuco: vivências de moradoras e moradores**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24650>. Acesso em: 20 jan. 2026.

AUTOS do Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020. Ação de Reintegração de Posse. Petição (Réplica à Contestação) da Autora MRS Logística S.A. São Paulo: 3ª Vara Cível do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, 6 mar. 2024.

BITTENCOURT FILHO, C. A. L. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. **Mundo agr.**, La Plata, v. 9, n. 17, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942008000200016&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Defesa Civil. Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994. Institui a Política Nacional de Defesa Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 19286, 13 dez. 1994. Disponível em: <https://defesacivil.se.gov.br/politica-nacional-de-defesa-civil/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 5 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11468.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos urbanos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 jul. 2009. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 2 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112340.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.983, de 2 de junho de 2014. Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011, e revoga dispositivos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12983.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 5 maio 2026.

BRASIL. **GIRD+10**: Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021.

BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 11.124, de 16 de junho de 2005, 13.043, de 13 de novembro de 2014, e 14.382, de 27 de junho de 2022; e revoga a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 14 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14620.htm. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023. Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 13 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14750.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Guia básico para lideranças comunitárias atuarem na prevenção de riscos de deslizamento e inundação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/periferias/periferia-sem-risco/Cartilha_para_lideranas_comunitarias_atualizada_2026_site.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Mapeamento de risco em perspectiva**: aplicabilidade, limitações e caminhos futuros a partir da escuta ativa de diferentes atores-chave. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/Caderno_Completo_2024_DIGITAL_ESPELHAD O.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos. **Periferia Sem Risco**: Guia para Planos Municipais de Redução de Riscos. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024c. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midioteca/guia-para-planos-municipais-de-reducao-de-riscos/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. **Mapa das Periferias**: conhecer para transformar: guia para mapeamento popular. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025a. [Livro eletrônico]. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosPeriferias/ArquivosPDF/PCRA_portugues.pdf. Acesso em: 03 fev. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Planos comunitários de redução de riscos e adaptação climática**: conceitos, potencialidades e perspectivas. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/ptbr/assuntos/publicacoes/periferias/publicacoes-periferias>. Acesso em: 12 jan. 2026

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos. **Guia para Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025c. [Livro eletrônico]. PDF. ISBN 978-85-7958-099-4.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. **Módulo ambientação**: desigualdades urbanas, pacto federativo e caminhos para a adaptação climática. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025d. (Programa de Formação Periferia Sem Risco).

CAMPOS, J. L. A.; SILVA, T. C.; ALBUQUERQUE, U. P. Observação Participante e Diário de Campo: quando utilizar e como analisar? *In: Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia*. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351492815_Observacao_Participante_e_Diario_de_Campo_quando_utilizar_e_como_analisar. Acesso em: 11 jan. 2025.

CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. *In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 123-148.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Comunidade Vira Lata garante moradia definitiva e melhorias para as famílias com apoio do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://gaspargarcia.org.br/comunidade-vira-lata-conquista-permanencia-com-apoio-do-centro-gaspar-garcia-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

COMITÊ PERMANENTE INTERAGÊNCIAS (IASC). **Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias**. Tradução de Márcio Gagliato. Genebra: IASC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em questões relativas à terra**. Brasília, DF: CFP, 2019. 92 p. ISBN 978-85-89208-63-5.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Brasília, DF: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-gestao-integral-de-riscos-emergencias-e-desastres/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota Conjunta: orientações sobre saúde mental e apoio psicossocial comunitário no contexto da reparação de danos extrapatrimoniais e reconstrução de desastre**. Brasília, DF: CFP, 2025. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/documentos/nota-conjunta-orientacoes-sobre-saude-mental-e-apoio-psicossocial-comunitario-no-contexto-da-reparacao-de-danos-extrapatrimoniais-e-reconstrucao-de-desastre/>. Acesso em: 27 jun. 2025

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP); ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS (UNOPS). **Apoio psicossocial comunitário: diretrizes para atuação em saúde mental comunitária no contexto do desastre socioambiental causado pela mineração em Maceió/AL**. [S. l.]: CFP; UNOPS, 2025. Disponível em: <https://www.nossochaomaceio.org>. Acesso em: 11 fev. 2026.

COPERNICUS CLIMATE CHANGE SERVICE. **2024 – A second record-breaking year, following the exceptional 2023**. [S. l.]: Copernicus, 2024. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>. Acesso em: 11 jan. 2025

CORBARI, S. D; AZEVEDO, N.T; SAMPAIO, C. A.Cioce. O discurso dos atores sociais envolvidos em um conflito socioambiental no litoral do Paraná à luz da ecologia política.

Revista Paranaense de Planejamento e Desenvolvimento Regional – RPPR, v. 8, n. 3, p. 480–501, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-o-discurso-dos-atores-sociais-envolvidos-em-um-conflito-socioambiental-no-litoral-do-parana-a-luz-da-ecologia-politica.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

COUTINHO, M. P. *et al.* O Código Florestal Atual (Lei Federal nº 12.651/2012) e suas implicações na prevenção de desastres naturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 28, p. 237-256, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/32736>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). **Protocolo de Atuação da Defensoria Pública da União em Desastres e Emergências Socioambientais**. [Minuta]. Brasília, DF: DPU, 2025.

DI GIULIO, G. M.; FIGUEIREDO, B. R.; FERREIRA, L. C. Avaliação, comunicação e percepção de riscos associados a desastres naturais: uma contribuição aos estudos ambientais. *In*: CAPOBIANCO, J. P. R.; BRAWERMAN, I. R. (Orgs.). **Política Ambiental, Governança e Responsabilidade Social**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 231-254.

FERREIRA, A. M. **Investigação Forense em Desastres**: uma abordagem participativa para análise da produção social de riscos de desastres em Poços de Caldas (MG). 2023. Tese (Doutorado em Desastres Naturais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Ciência e Tecnologia; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), São José dos Campos, 2023.

FERREIRA, V. *et al.* A systematic review of forensic approaches to disasters: gaps and challenges. **Journal of Forensic Sciences**, [S. l.], v. 68, n. 3, p. 573-590, 2023.

FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. [Resenha]. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p. 469–477, 2019. Recensão de: MAGALHÃES, Izabel;

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. (Original: 1992).

FONSECA, M. N.; GARCIA, C. M. O papel dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil na comunicação de risco de desastre. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 176-188, out./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51896/CCS/AXHI6533>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FREITAS, M.; MENDES. **A Resiliência Comunitária**: conceitos e aplicações. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

GAMBATTO, L. M.; SOUZA, L. Participação social, mobilização e comunicação de risco nos PCRA's: revisão e estudo de caso sobre mídias digitais e comunitárias para ampliar engajamento e resiliência. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE RISCOS E DESASTRES (ENNARD), 2., 2025, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: [s. n.], 2025. No prelo.

GOHN, M. da G. M. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019. DOI:

10.9771/ccrh.v32i85.27655. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/27655>. Acesso em: 3 fev. 2025.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives. **Journal of Environmental Policy and Planning**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 175-184, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15239080500339646>. Acesso em: 23 jan. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

KLINTOWITZ, D. (org.). **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. São Paulo: Instituto Pólis, 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 7 set. 2022.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e riscos climáticos**: percepções e entendimentos de jornalistas, fontes e leitores. Curitiba: Editora UFPR, 2020. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68854>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARCHEZINI, V. Pesquisa transdisciplinar como suporte ao planejamento de ações de gestão de risco de desastres. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. spe2, p. 202-219, 2020. DOI: 10.1590/0103-11042020E203.

MARCHEZINI, V.; WISNER, B. Challenges for vulnerability reduction in Brazil: insights from the PAR framework. In: MARCHEZINI, V. et al. (org.). **Reduction of vulnerability to disasters**: from knowledge to action. 1. ed. São Carlos: Rima Editora, 2017. v. 1, p. 57-96. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/320386204_Challenges_for_vulnerability_reduction_in_Brazil_Insights_from_the_PAR_framework. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARTINEZ, A. S.; CHRISTOFOLETTI, R. A. **Brasil em transformação**: o impacto da crise climática: 2024: o ano mais quente da história. Santos: Programa Maré de Ciência UNIFESP; Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2025. (Série Caderno Técnico, 1). Disponível em: <https://maredeciencia.eco.br/wp-content/uploads/2024/12/Brasil-em-transformacao-1-2024-o-ano-mais-quente-da-historia.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2017. 260 p. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8650695>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MARTINS, M. *et al.* Responsabilização e culpabilização: atribuições, posicionamentos e jogos de poder durante melhoramento de assentamento precário. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 36, e279053, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36279053>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 273-294.

MIRIM, L. Y. L. Garimpando sentidos em bases de dados. In: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 127-155.

MRS LOGÍSTICA S.A. **Réplica à contestação**. Ação de Reintegração de Posse. Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020. São Paulo: 3ª Vara Cível do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, 6 mar. 2024a. Documento integrante dos autos.

MRS LOGÍSTICA S.A. **Pedido de desistência**. Ação de Reintegração de Posse. Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020. São Paulo: 2ª Vara Cível da Comarca de Suzano, 14 maio 2024b. Documento integrante dos autos.

MRS LOGÍSTICA S.A. **Cidades nos Trilhos**: conheça a relação da MRS com a Comunidade Vira-Lata. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo. Publicado pelo canal MRS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9AXv9shUP8&t=62s>. Acesso em: 12 fev. 2026.

MUGGAH, R. **O Brasil precisa de uma nova abordagem para a mobilidade climática**. [S. l.]: The Conversation, 2024. Disponível em: <https://theconversation.com/o-brasil-precisa-de-uma-nova-abordagem-para-a-mobilidade-climatica-234126>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NASCIMENTO, V. L. V.; TAVANTI, R. M.; PEREIRA, C. C. Q. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 247-272.

OLIVATO, D. **Análise da participação social no contexto da gestão de riscos ambientais na bacia hidrográfica do rio Indaiá, Ubatuba-SP-Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-27022014-104304>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 156-187.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/ems/PDF%20DOS%20PROGRAMAS/MANUAL_DE_METODOLOGIAS_PARTICIPATIVAS.pdf. Acesso em: 1 jan. 2025.

RANGEL, S. M. L. Comunicação de risco: tecnologia de controle e promoção da saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 1376-1384, 2007.

RELATÓRIO: Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020. Assunto: Atendimento à Informação SEI nº 6014.2019/0000924-5. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), 5 set. 2023. Disponível em: <https://processos.prefeitura.sp.gov.br/forms/consultarprocessos.aspx>. Acesso em: 19 fev. 2025.

RENN, O. **Risk Governance**: coping with uncertainty in a complex world. London: Earthscan, 2008.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

SANTOS, I. P. de O. **Crise hídrica**: desastre socialmente construído e injustiça ambiental no bairro Novo Recreio (Guarulhos, SP). 2021. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Guia metodológico dos processos participativos**: a participação como método de governo e sua dimensão formativa. São Paulo: SMDU, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Guia-Metodol%C3%B3gico-de-Participa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). **Relatório de Vistoria: Vila Lata**. São Paulo: SEHAB, 28 ago. 2018. Documento integrante do Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020. Disponível em: <https://processos.prefeitura.sp.gov.br/forms/consultarprocessos.aspx>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC). **Relatório nº 007-SMSU/COMDEC - PJ**. Assunto: Verificar existência ou não de risco e as condições geológicas do local. São Paulo: SMSU/COMDEC, 14 mar. 2017. Documento integrante do Processo Judicial nº 1002505-91.2017.8.26.0020. Disponível em: <https://processos.prefeitura.sp.gov.br/forms/consultarprocessos.aspx>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, D. B. T. Um método etnográfico-discursivo para os estudos críticos do discurso. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, SP, v. 30, n. 4, p. 344-348, 2. sem. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unitau.br/caminhoslinguistica/article/download/3688/2381/15015>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, F. L. **Prioridade política e capacidade burocrática**: a implementação do PAC Urbanização de Assentamentos Precários. 2019. Tese (Doutorado em Administração Pública

e Governo) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/27398>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SILVA, A. R; SANTOS, V. M. N. O papel da participação social na redução de riscos de desastres no Brasil. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022012, 2022. DOI: 10.20396/labore.v16i00.8670353. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8670353>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SOUZA, B. R. M. **Para além da avalanche de lama: entre discursos e a construção social do risco**. 2023. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2023.

SPINK, M. J. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 19, n.1, p.7-14, 2007.

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, M. J. P. **Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

SPINK, M. J. P. **Usos da linguagem dos riscos: das certezas passadas às imponderabilidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2024. 283 p. [Livro eletrônico]. DOI: 10.7476/9786557081969. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557081969>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 1-21.

SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. G. G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/wNf4HcfnwDqnyCwxYrMwk5P/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 71-99.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas**

discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 22-41.

SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B.; MÉLLO, R. P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 13-30.

SPINK, P. K.; RIBEIRO, M. A. T.; CONEJO, S. P.; SOUZA, E. Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (org.). **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 207-228.

SULAIMAN, S. N. *et al.* Educação e engajamento social: um caminho estratégico para a construção de comunidades e cidades resilientes. In: SULAIMAN, S. N. (Coord.). **GIRD+10:** caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021. cap. 4.3, p. 143-151.

TREJO-RANGEL, M. A. **Social innovation for enhancing disaster risk reduction in São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Brazil.** 2022. 105 p. Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos, 2022. Disponível em: <http://urlib.net/ibi/8JMKD3MGP3W34T/46JAQM5>. Acesso em: 12 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Plano Comunitário de Redução de Riscos de Desastres:** Plano de Trabalho. Elaborado pelos laboratórios LabJuta e LabGRIS. São Paulo: UFABC, 2024a. Documento interno, não publicado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Plano Comunitário de Redução de Riscos:** Relatório Parcial 01: Comunidade Vira Lata -SP. Elaborado pelos laboratórios LabJuta e LabGRIS. São Paulo, 04 de setembro de 2024: UFABC, 2024b. Documento interno, não publicado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Plano Comunitário de Redução de Riscos:** Relatório Parcial 02: Comunidade Vira Lata -SP. Elaborado pelos laboratórios LabJuta e LabGRIS. São Paulo, 23 de dezembro de 2024: UFABC, 2024c. Documento interno, não publicado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática:** Relatório Parcial 03: Comunidade Vira Lata -SP. Elaborado pelos laboratórios LabJuta e LabGRIS. São Paulo, 16 de junho de 2025: UFABC, 2025a. Documento interno, não publicado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática**: Relatório Final 04: Comunidade Vira Lata -SP. Elaborado pelos laboratórios LabJuta e LabGRIS. São Paulo, 31 de Agosto de 2025: UFABC, 2025b. Documento interno, não publicado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Plano comunitário de redução de riscos e adaptação climática**: PCRA Comunidade Vira Lata – SP. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2025c.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. Genebra: UNISDR, 2015.

Disponível em:

https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf.

Acesso em: 5 ago. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **The Sendai Framework Terminology on Disaster Risk Reduction**. Genebra: UNDRR, 2017.

Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/resilience>. Acesso em: 27 jun. 2025.

UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos; FUNDEPES – Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa. **Escutar para Reparar**: Danos Extrapatrimoniais e Saúde Mental Comunitária em Maceió. [s. l.]: UNOPS; Maceió: Fundepes, 2025.

VEYRET, Y. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VICTOR, C. Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA

COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2015.

Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3693-1.pdf>.

Acesso em: 29 jan. 2025.

VICTOR, C.; SULAIMAN, S. N. Para além da informação: modelos e recursos para a comunicação de riscos. In: SULAIMAN, S. N. (Coord.). **GIRD+10**: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021. cap. 4.2, p. 134-142.

WISNER, B.; BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I. **At risk**: natural hazards, people's vulnerability and disasters. 2nd ed. London: Routledge, 2003.

WISNER, B.; ALCÁNTARA-AYALA, I.; GAILLARD, J. C.; KELMAN, I.; MARCHEZINI, V. **Understanding and addressing disaster risk**: who speaks? who suffers? 1. ed. London: Routledge, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003292814>. Acesso em: 4 jul. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICES A – Roteiros de entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas foram organizadas para cada grupo específico de atores.

a) Moradores da Comunidade

6. Há quanto tempo reside no território, E como se deu a sua vinda?
7. Quais são os principais perigos e/ou riscos que você percebe na sua casa
8. Quais são os principais perigos e/ou riscos que você percebe em sua comunidade no dia a dia? (Explorar exemplos específicos de riscos geológicos, sociais, ambientais e urbanos.)
9. Quais ações a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos e/ou riscos? (Investigar práticas locais e iniciativas autônomas, identificando barreiras e oportunidades.)
10. Você participou de alguma atividade do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática? Como foi sua experiência? (Investigar o grau de engajamento e percepção de eficácia das atividades realizadas.)
11. Como ficou sabendo do PCRA e o que a motivou a participar?
12. O que significa para você a ideia de "resiliência comunitária"? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente? (Relacionar percepções locais com conceitos-chave da pesquisa.)
13. Quais desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e os órgãos externos, como governo ou empresas? (Explorar possíveis lacunas, conflitos ou boas práticas na comunicação interinstitucional.)
14. Como você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos?
15. Quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade? (Encorajar os moradores a propor soluções e priorizar intervenções).

b) Lideranças Comunitárias

1. Como ficou sabendo sobre o PCRA? Por que consideram uma ação importante?
2. Como as lideranças locais têm mobilizado os moradores para participar das atividades do PCRA? (Explorar estratégias, ferramentas e abordagens específicas.)
3. Existe alguma estratégia que tenha funcionado bem para engajar a comunidade? Quais foram os desafios? (Mapear práticas bem-sucedidas e barreiras.)
4. Como você avalia o impacto das intervenções realizadas até agora na vida da comunidade? (Identificar percepções sobre mudanças sociais, econômicas e ambientais.)
5. De que forma os discursos externos (por exemplo, de técnicos ou empresas) têm influenciado a percepção de risco dos moradores? (Explorar a relação entre discursos técnicos e narrativas comunitárias.)
6. Como a liderança comunitária enxerga o papel do PCRA na construção de uma solução duradoura para os riscos locais? (Relacionar expectativas comunitárias com os objetivos do PCRA.)

c) Movimentos Sociais (União dos Movimentos de Moradia e Associação dos Trabalhadores Sem Teto)

1. Quais são as principais demandas das organizações sociais representadas em relação à Comunidade Vira Lata? (Identificar as prioridades dos movimentos em relação ao território.)
2. Quais os desafios do engajamento/mobilização/participação presentes neste território?
3. Como as atividades do PCRA se alinham (ou não) com os objetivos e lutas de sua organização? (Explorar possíveis sinergias ou divergências.)
4. Você percebe alguma barreira no diálogo entre a comunidade, as instituições e os movimentos sociais? Como ela pode ser superada? (Investigar dinâmicas de poder e comunicação.)
5. De que forma os movimentos sociais têm contribuído para ampliar o alcance e impacto das ações comunitárias no território? (Mapear contribuições concretas e desafios.)
6. Existe alguma prática do PCRA que poderia ser aplicada em outras comunidades apoiadas pelo movimento? (Explorar potencial de replicabilidade.)

d) Representantes da MRS Logística

1. Qual é o papel da MRS no processo de regularização fundiária e mitigação de riscos na Comunidade Vira Lata? (Esclarecer compromissos e ações da empresa.)
2. Quais desafios têm surgido na comunicação e articulação com a comunidade e outros atores envolvidos no PCRA? (Identificar pontos críticos e possíveis soluções.)
3. De que forma a empresa percebe sua contribuição para a segurança e resiliência do território? (Avaliar o alinhamento entre discurso empresarial e práticas efetivas.)
4. Existem práticas ou processos que poderiam ser aprimorados para atender melhor às necessidades da comunidade? (Encorajar uma visão reflexiva e propositiva.)

e) Advogados do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

1. Quais são os principais desafios jurídicos enfrentados pela comunidade na luta por sua regularização fundiária? (Mapear questões legais e administrativas.)
2. Como o apoio jurídico tem contribuído para a elaboração e implementação do PCRA? (Explorar a integração entre assistência jurídica e ações técnicas.)
3. Você percebe alguma tensão entre os discursos técnicos, jurídicos e comunitários em relação à gestão de riscos no território? (Identificar conflitos e possíveis mediações.)
4. Que estratégias jurídicas têm sido mais eficazes para garantir os direitos dos moradores? (Enfatizar boas práticas e experiências positivas.)

d) Técnicos equipe PCRA UFABC

1. Quais são os principais riscos que você identifica na Comunidade Vira Lata?
2. Como esses riscos são percebidos pela equipe técnica em relação à percepção dos moradores?
3. Você percebe mudanças na percepção de risco dos moradores ao longo do processo?
4. Como você avalia a participação da comunidade nas atividades do PCRA?
5. Quais estratégias da equipe técnica foram mais eficazes para promover o engajamento comunitário?
6. Quais desafios ou barreiras dificultam a participação ativa da comunidade?

7. Quais mudanças você percebe na comunidade desde o início da implementação do PCRA?
8. Como você avalia a efetividade das ações realizadas até o momento?
9. Quais aspectos ainda precisam ser aprimorados ou ajustados para garantir maior impacto do PCRA?
10. Como você percebe as diferenças entre os discursos técnicos, comunitários e institucionais na gestão de riscos na comunidade?
11. Há conflitos ou tensões entre esses diferentes discursos? Se sim, como eles impactam a implementação do PCRA?
12. Fatores políticos e econômicos têm influenciado as prioridades e decisões dentro do projeto? Como?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Conforme exigido pelas Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e recomendações dadas a este CEP pela própria Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9xxx1-1xxx2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Objetivo da Pesquisa: Esta pesquisa busca analisar as estratégias de participação social e mobilização comunitária na construção do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) na ocupação Vira Lata, localizada no bairro do Jaraguá, São Paulo. O estudo pretende compreender como essas estratégias contribuem para a resiliência comunitária e a percepção de riscos socioambientais em contextos de vulnerabilidade e conflito de regularização fundiária.

Procedimentos: A participação neste estudo envolverá a realização de entrevistas semiestruturadas, com tempo estimado de duração de cerca de 50 minutos, e permitir que haja observação e registro das atividades realizadas no âmbito do PCRA. Durante estas atividades, serão coletadas informações sobre as percepções, experiências e opiniões dos participantes. O processo será registrado por meio de anotações, áudios ou vídeos, conforme autorizado.

Riscos: Risco emocional, algumas perguntas ou discussões podem levar a desconfortos ao relatar experiências relacionadas a vulnerabilidades, desastres ou conflitos fundiários; Risco de exposição, informações compartilhadas durante as atividades podem conter dados pessoais ou coletivos sensíveis.

Benefícios: Com este estudo, esperamos que sua participação ajude a fortalecer a comunidade, promovendo um ambiente de mais colaboração e apoio mútuo. Além disso, busca-se criar oportunidades para que a comunidade seja ouvida e considerada em melhorias nas políticas públicas, contribuindo para um território mais seguro.

Confidencialidade e Privacidade: As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. A análise dos dados será realizada de forma comparativa com outros participantes, que também não serão identificados neste estudo. Por fim, esclarecemos que esse estudo possui caráter exclusivo para fins de pesquisa e não está relacionado a nenhum partido político.

Voluntariedade: A participação é totalmente voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento sem qualquer tipo de prejuízo ou penalidade. Os participantes podem se recusar a responder qualquer pergunta ou atividade, sem necessidade de justificativa.

Contato para Esclarecimentos: Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o (a) senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com o pesquisador responsável, Leonardo Maggi

Gambatto, ou com a pesquisadora assistente, Silvia Midori Saito, que pode ser encontrada na Estrada Doutor Altino Bondesan, 500 - Distrito de Eugênio de Melo, São José dos Campos/SP, CEP 12.247-016, pelo e-mail silvia.saito@cemaden.gov.br ou telefone (12) 3205-0151. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do ICT- Unesp, Av. Francisco José Longo, 777 – São Dimas – CEP: 12.245-000 – São José dos Campos – SP ou pelo telefone: (12) 3947-9028, e-mail: ceph@ict.unesp.br

Declaração de Consentimento: Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade _____ Idade, _____ anos, telefone, _____ após leitura minuciosa das informações constantes neste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, devidamente explicada pelos profissionais em seus mínimos detalhes, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO concordando em participar da pesquisa proposta. Fica claro que o participante da pesquisa, pode a qualquer momento retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar desta pesquisa e ciente de que todas as informações prestadas tornar-se-ão confidenciais e guardadas por força de sigilo profissional. Por fim, como pesquisador(a) responsável pela pesquisa, comprometo-me a cumprir todas as exigências contidas no item IV.3 e IV.4 (se pertinente) da resolução do CNS/MS n. 466 de dezembro de 2012, publicada em 13 de junho de 2013.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e Data: São Paulo, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do (a) participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para colaborar com este estudo. Sendo que uma via deste documento deve ficar com o (a) participante e outra em posse da pesquisadora.

Pesquisador Responsável

Leonardo Maggi Gambatto

APÊNDICE C – Transcrição de Entrevista - A. Representante UMM

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XXX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: A. Técnico - representante movimentos sociais, União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) – UFABC - **Realizada em:** 09/05/2025

Pesquisador - Vou iniciar com as perguntas, então, as perguntas voltadas para os movimentos sociais. A primeira pergunta, quais são as principais demandas das organizações sociais apresentadas em relação à comunidade Vira Lata?

A. Representante UMM - Então, a comunidade Vira Lata, eu acompanho, na verdade, porque eu trabalho lá no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e no movimento de moradia da Zona Oeste. Acho que depois você pode até falar com a D., com a advogada do Centro Gaspar Garcia, como você está fazendo essa entrevista do ponto de vista das associações, das entidades que acompanham e que apoiam. Ela pode detalhar mais para você, porque ela é quem vem fazendo já, há alguns anos, a defesa jurídica da comunidade. A comunidade Vira Lata, ela era ali naquele espaço e naquele território, ela era um espaço de reciclagem, não sei se que você sabe. O nome Vira Lata vem dessa entidade que chamava Vira Lata e trabalhava com os processos de reciclagem ali naquele território e naquela região. Ela é uma área do governo federal, aquele terreno, e está bastante ali, ela está em paralelo à linha do trilho, da região ali na estação de trem do Jaraguá.

E a comunidade também tem pouco mais de umas 300 famílias que moram ali naquela região, agora depois da recente remoção de algumas famílias de lá por causa da obra envolvendo ali a ligação que vai ter na estação de trem entre Campinas e o trem de alta velocidade, diminuiu um pouco também o número de famílias. E a demanda, a comunidade tinha uma ameaça de despejo, ela é uma área que pertence à SPU, ao governo federal, ela está numa região também que se consolidou, e ali tem um complexo também de favelas, do outro lado também tem a outra favela da Estação, e a favela do Vila Lata, que elas estão ali também muito próximas.

Só que uma está numa área da prefeitura, e essa parte de cá, parcialmente, e essa parte do outro lado, do lado esquerdo, vamos dizer assim, de quem está descendo ali para a estação do Jaraguá, do lado direito da estação, mas de quem está em cima do viaduto, nesse sentido, o pico do Jaraguá, do lado esquerdo, ela é uma comunidade que tem uma demanda associada à regularização fundiária, porque ela é uma comunidade que não tem uma titulação, vamos dizer assim, e ela tem também essa situação que eles têm demandado também dentro da comunidade, como ela se consolidou.

E ela está numa situação de, vamos dizer assim, ela está numa área íngreme, vamos dizer assim, de talude, ali atrás, perpendicular, em paralelo à linha do trem, e também muito próximo, aquela região também de mata e tudo mais, e ela tem vários problemas estruturais, vamos dizer assim, e hoje o que o pessoal mais demanda na comunidade é, de fato, a segurança na posse, então a titulação, e isso tem sido acompanhado pela doutora D., que é a advogada, realmente a advogada da associação.

No passado, inclusive, ela sofreu uma ameaça de despejo e tudo mais, inclusive depois pela própria MRS, que é a empresa logística de trilhos ali naquela região de transporte, sobre trilhos. Ela sofria também essa ameaça de remoção, porque existe aquela situação também de áreas operacionais da ferrovia e áreas não operacionais. E ela hoje é uma área, vamos dizer

assim, não operacional, ela serve, ela é passível, vamos dizer assim, de regularização fundiária e de titulação.

Então acho que a grande luta hoje da comunidade é a regularização fundiária e também buscar a solução de algumas situações que a gente pode dizer de risco em situação ali que as famílias vivem. Ela não está em uma situação, por exemplo, que as casas estão, tem muitas outras comunidades em São Paulo que vivem uma situação de risco muito maior do que a comunidade de Vira Lata. Eles, a comunidade teve uma capacidade de organização e de consolidação muito interessante, que permitiu que eles pudessem, vamos dizer assim, construir naquela situação uma comunidade bem consolidada.

Então acho que a grande demanda da comunidade hoje é a garantia da segurança na posse e a melhoria das condições de habitabilidade, que é essa discussão, inclusive, que está sendo feita dentro do PMMR, do plano comunitário de gestão de risco, que está sendo tratado junto com a Universidade Federal do ABC, com a ajuda também, com o apoio da D., também, em relação ao tratamento. Lá é o PCRR, não PMRR, PCRR.

Então acho que são essas duas questões. Se a gente conseguir, a partir desse plano, ajudar a comunidade a fazer as melhorias de habitabilidade, o que está sendo feito, o que está sendo levantado e sendo mais demandado e garantir, a partir daí também, nessa relação que está sendo feita do ponto de vista jurídico com a comunidade em relação a garantia da segurança na posse, eu acredito que sejam as duas demandas mais candentes, mais fortes da comunidade e isso acho que é possível, sim, solucionar.

Considerando que a comunidade hoje não sofre nenhuma ameaça de despejo, já sofreu no passado, mas ela passou por esse processo de ameaça, mas esse processo de negociação, de consolidação da comunidade, hoje permitiria, inclusive, uma solicitação de uma concessão especial para fim de moradia. Há um pedido, inclusive, de titulação por parte do jurídico que acompanha a comunidade, a própria comunidade. E a constituição de um plano, a elaboração do plano, do PCRR, poderá, desse ponto de vista, viabilizar, inclusive, a partir da própria mobilização da comunidade, a busca de recursos para melhorar, vamos dizer assim, as condições de habitabilidade.

Então, resumindo, eu diria que é a questão da melhoria das condições de habitabilidade, considerando que os escadões, parte deles são irregulares, e as descidas e os acessos são bastante íngremes, aquela parte, inclusive, da entrada ali da comunidade. Então, para as pessoas, por exemplo, com mobilidade reduzida, para as pessoas idosas, para as crianças, as mulheres gestantes também, é uma situação de risco que poderia, talvez, melhorar, então, com essa situação da melhoria da habitabilidade da comunidade. E na parte mais da franja da comunidade, um tratamento dentro daquela linha de Soluções Baseadas na Natureza, melhorar também aquela parte mais baixa da comunidade, onde está encostando na parte de área verde, de mata, quase próxima também à questão de trilhos.

Temos também uma situação de saneamento, que talvez pudesse ser, que permitiria também, talvez, um trabalho junto à comunidade, ou junto a própria agenda de mobilização da comunidade junto ao poder público, para pedir também, não só a situação da regularização fundiária, a titulação da comunidade, mas também, talvez, se trabalhar um pouco essa questão da garantia de melhoria das condições de saneamento, que a rede de saneamento desce para a margem dos trilhos e não teve ainda uma solução adequada.

Então, eu acrescentaria também essa questão, talvez, que é a parte da franja baixa da comunidade, aquela parte mais embaixo da comunidade, na base do morro, onde eu diria, talvez ali também permitisse algum trabalho de Soluções Baseadas na Natureza e a comunidade ficaria bem legalzinha, porque ela, de fato, não tem uma situação grave de situação de risco. Houve agora uma negociação entre a própria associação da comunidade, os moradores de lá e a empresa de transporte sobre trilhos, que é a MRS, que também fez uma remoção de uma parte

da comunidade, envolvendo em torno de umas 60, 70 famílias. E esse processo foi também negociado a partir do chave por chave, foi toda uma negociação feita pela própria associação de moradores, que mostra também uma comunidade bem autônoma, com lideranças também bem interessantes, que tem capacidade de fazer esse processo de forma organizada, como eles próprios fizeram a iniciativa a partir das próprias lideranças locais.

Pesquisador - Quais os desafios do engajamento, mobilização, participação presentes no território?

A. Representante UMM - Então, eu acredito que, primeiro, você está falando em relação ao trabalho que está sendo feito no PCRR, é isso?

Pesquisador - Pensando na questão dos movimentos sociais, no engajamento de mobilização desses territórios, das lutas, etc.

A. Representante UMM - Então, é uma comunidade que tem uma articulação junto ao movimento e à associação dos trabalhadores da Zona Oeste, há bastante tempo, que é uma entidade filiada também à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, e tem uma referência nessa articulação. A ocupação ali foi feita, inclusive, com esse apoio do movimento, e eles têm, sim, essa referência. Mas, hoje, eles têm conseguido também constituir uma autonomia local e territorial muito própria, para fazer os diálogos, inclusive, com a MRS, com os atores do poder público, de forma bastante autônoma. Então, eles têm feito esse processo, eles já tiveram um processo histórico de articulação junto ao movimento de moradia e da associação dos trabalhadores da Zona Oeste, bastante consistente. E, hoje, eu diria que eles têm feito isso de forma própria, de forma autônoma, ali no próprio território. As demandas que eles fazem em relação ao poder público e as demandas que eles fazem, também, especificamente, eles têm atuado mais diretamente para tentar fazer a regularização fundiária do território deles, a partir, inclusive, da articulação também com a assessoria jurídica. Eles têm uma assessoria jurídica bastante consistente, que já acompanha o trabalho deles ali há bastante tempo. E eu tenho sentido, que o foco deles tem sido muito mais, hoje, voltado para a questão da regularização deles em relação à questão da MRS, que estavam ameaçando uma parte da comunidade. Inclusive, teve a remoção, por causa da obra, do trem de alta velocidade. E isso já foi, inclusive, equacionado por eles mesmos, a partir desse processo de negociação e a relação com a assessoria jurídica para viabilizar o processo de regularização fundiária. Nós entramos num processo de articulação, estou falando da universidade, a UFABC, entrou nesse processo de articulação com a comunidade, num processo de conquista de confiança, porque a gente não tinha contato com a comunidade, a universidade não tinha nenhum contato. Então, foi um processo bastante longo. Agora que eu, pessoalmente, tenho percebido que a dinâmica do trabalho tem ganhado uma desenvoltura até maior, por causa dessa relação de confiança que foi sendo muito conquistada. Inclusive, a liderança falava isso, relação na comunidade precisa de muita confiança e tudo mais. Então, não foi um processo fácil e simples, não. Ele foi bastante complexo e ele foi construído, inclusive, com o apoio da própria doutora D. que é advogada, que já acompanha bastante o processo lá. É advogada do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Eu trabalho com ela no Centro Gaspar Garcia. Ela já tem uma relação bastante forte com a Universidade Federal da UFABC, com o próprio LabJUTA, com o laboratório. E isso tem facilitado também essas conexões para que a universidade também possa desenvolver o trabalho. Então, acho que há uma expectativa deles na conclusão desse trabalho e que a gente possa ter ali um plano popular, algum tipo de alternativa, algum tipo de ferramenta que possa possibilitar para eles que eles possam demandar, no futuro, algum tipo de solução para aquelas questões mais emergenciais em relação à infraestrutura da comunidade, como eu já falei.

Pesquisador - Como as atividades do PCRR se alinham ou não com os objetivos e lutas de sua organização?

A. Representante UMM - Então, acho que você está falando do PCRR, né?

Pesquisador - Como que, então, as atividades da equipe do UFABC, a equipe envolvida no plano comunitário, como essas atividades se alinham aos planos, objetivos e lutas da Organização União dos Movimentos de Moradia?

A. Representante UMM - Então, eu já falei sobre isso no planejamento aqui do LabJUTA e sobre esse trabalho, sobre o desenvolvimento desse trabalho, né? Porque eu acho que o plano de atuação e gestão de risco comunitário, a partir da comunidade, ele precisava estar conectado também a alguma solução mais concreta, né? Não só você poder levar para a comunidade a discussão de uma proposta de um projeto ou de um plano futuro de atuação com uma possível solução concreta para a vida da comunidade, mas ele pudesse, de fato, já vir amarrado numa solução mais concreta, ou seja, a partir desse trabalho coletivo, vai vir recursos concretamente do poder público para solucionar concretamente a vida da comunidade. Eu acho que essa desconexão gera muita dificuldade no início de engajamento da comunidade e interesse na construção do plano, né? Porque como as comunidades, elas são muito, ao longo do tempo, eu estou comentando aqui, O., com ele, né? Ele perguntou, né? Essa relação do PCRR, né? E as expectativas do movimento em torno do PCRR, né? Eu estou falando da situação, o que é, né? Por que ele gera muita angústia e muita dificuldade no início do trabalho? Porque o PCRR é um plano sem dinheiro, sem recurso, né? E isso, de fato, gera muita dificuldade de você convencer a comunidade a participar desse processo de construção, né? Especialmente quando você está numa comunidade que você está começando um trabalho, né? Você não tem uma dinâmica de contato cotidiano, você escolhe a partir de uma indicação do próprio movimento, a comunidade, mas a própria universidade não tinha nenhum trabalho cotidiano com essa comunidade, como a gente tem com outras comunidades que a gente já acompanha há bastante tempo. E isso, de fato, pode gerar dificuldade. Até porque as comunidades estão muito cansadas só de ter plano. Plano, você tem muito, né? Mas você precisava também ter ações e vinculação, né? Do plano com uma solução concreta. O Moretti falou isso e várias pessoas têm falado isso, né? Que fazer plano sem dinheiro, né? Pra deixar, pra daqui você botar numa gaveta pra depois buscar recurso é uma dificuldade, né?

Pesquisador - E você percebe alguma barreira no diálogo entre a comunidade, as instituições e os movimentos sociais? Como ela pode ser superada?

A. Representante UMM - Eu acho que ela pode ser superada com resposta mais concreta do Poder Público, né? Como é esse projeto, né? Ele tem uma parceria com o próprio Ministério da Cidade. Se o plano viesse com presença, com recursos, com respostas mais concretas da Parte do Poder Público, né? Ou uma articulação do próprio Ministério com a Prefeitura pra buscar uma solução para aquelas demandas mais imediatas da comunidade ficaria muito mais fácil você fazer a elaboração do plano, né? Porque a dificuldade, né? E isso eu acho que, eu não sei se os outros planos tiveram isso. Mas eu vi em alguma reunião alguém falar isso, né? Que mesmo na conversa com os outros locais onde foram feitos os PCRR, né? Os planos comunitários, né? A grande questão é essa, né? Você fala, bom, você faz um plano e daí?

Qual a resposta? Qual os recursos? Quais são as questões que vão, como elas vão ser respondidas? E isso gera muita angústia por parte da comunidade. Porque ela fala, bom, a universidade vem aqui, faz uma visita, faz os caminhamentos, faz os levantamentos, a gente faz as reuniões, faz o boletim informativo. Bacana, né? Isso é importante, né? E há um esforço concreto de viabilização de um plano e de uma tentativa de estabelecimento de um planejamento pra efetivamente poder viabilizar ali na comunidade, né? Uma ação concreta que possa melhorar a vida cotidiana dessa comunidade e a vida concreta da comunidade. Mas quando vai vir o recurso? Quando isso vai ser viabilizado? E isso, de fato, gera uma dificuldade, né? Não sei se você conseguiu entender o que eu tô falando.

Pesquisador - Entendo. Eu acho que essa parte da questão até do próprio controle social em relação aos recursos, né? É algo que é muito pouco debatido e falado, né?

A. Representante UMM - Mas a Comunidade de Vira Lata, ela cobrou isso lá no começo. Ela falou que tudo bem, pessoal, quando é que vai acontecer alguma coisa concreta, né? Isso gerou muitas dificuldades pra que a gente pudesse desenvolver o trabalho da comunidade Vira Lata, ou seja, fazer os acompanhamentos, né? Tem muita dificuldade pra gente poder desenvolver esse trabalho, entendeu?

Pesquisador - E de que forma os movimentos sociais têm contribuído para ampliar o alcance e impacto das ações comunitárias no território?

A. Representante UMM - Eu acho que é em relação à questão, você fala em relação ao plano ou em relação ao trabalho e a dinâmica mais cotidiana? Ações comunitárias de modo geral. Então, em relação à comunidade de Vila Lata, como eu falei, né? Tanto eu como militante do movimento, né? E como a própria que é a universidade, né? Eu conhecia o problema da comunidade Vira Lata porque eu trabalho com a Dra. D., o tempo inteiro, né? E também como a gente tem uma parceria com o movimento de moradia da Associação dos Trabalhadores da Zona Oeste, né? Mas eu não conhecia esse trabalho no cotidiano, entendeu? Fui lá no Vira Lata a partir da construção do plano e do primeiro contato que nós fizemos com eles, né? Então, essa dinâmica foi uma dinâmica de construção de confiança porque entrar numa comunidade, fazer uma proposta da universidade, né? E ainda mais com uma proposta que, embora ela seja com trabalho concreto, com presença concreta na vida da comunidade, né? Demanda muitas informações efetivas para a comunidade entender que aquela proposta é uma elaboração coletiva, porém ela não está associada a nenhuma ação mais concreta do poder público. Ela precisaria, né? Então, essas questões, né? Elas são muito difíceis de ser feitas, de ser realizadas, né? Mas eu acredito que a gente, né? Que o plano comunitário, né? Ele vai chegar ao seu final com esse processo construído, né? Mas não foi um processo simples, não foi um processo fácil, né? Porque demanda construção de relação de confiança com a comunidade, né? Estabelecer também certos pactos nessa relação para informar a comunidade, né? Quais são os limites da proposta do plano, né? Não é um plano que avança em ações concretas, mas ele é apenas um plano, né? E tudo isso gera, vamos dizer assim, para não gerar também falsas expectativas, né? Porque a pessoa pode pensar que a universidade está aqui, o poder público está aqui, o ministério da cidade está aqui, efetivamente vai acontecer alguma coisa, né? Mas, para além disso, a gente não tem condições de se comprometer mais do que isso, né? Então, tudo isso demanda, né? Demandou pactuações mais cotidianas, né? Diálogos para que a gente pudesse, inclusive o próprio apoio da doutora D., foi fundamental, né? Porque ela já tem uma relação histórica com a comunidade de anos, né? O que permitiu que a gente pudesse estar quase chegando na conclusão do trabalho, né? Mas não foi uma construção simples e acredito eu que a própria construção dos outros PCRR também feito na mesma dinâmica do Vira Lata, né? Talvez também não tenha sido fácil de ser elaborado porque demanda, de fato, existe uma desconfiança muito grande, né? Entre as comunidades e a própria atuação do poder público, né? Principalmente quando você fala de trabalho em área de risco, né? O povo, por exemplo, fica com medo de ter despejo, né? A gente tem que lidar também com outras complexidades dentro do território outras dinâmicas, né? E transformar tudo isso em linguagem que seja fácil para a comunidade entender e os diálogos eles chegarem também com muita transparência para dentro da comunidade demanda um exercício bastante grande de trabalho, de presença, de diálogo e de pactuações dentro de uma agenda também que a própria comunidade aceite, né? E seja feito de forma, pactuado, né? De forma comum dentro dos códigos e dentro das pautas e dentro das demandas e da expectativa que tem a própria comunidade, né?

Pesquisador - E pensando nessa questão, né? Pensando em outras comunidades, né? Existe alguma prática do PCRR que poderia ser aplicada em outras comunidades apoiadas pelo movimento?

A. Representante UMM - Eu acredito que o PCRR, né? Historicamente, né? O movimento e o próprio LabJuta, né? Ele já fez ou trabalhou com algumas experiências de plano popular, né? Então, não é o primeiro plano popular que a gente trabalha, né? A gente trabalhou na época da Copa, né? No plano comunitário, né? Acompanhou, pelo menos, o plano comunitário da Comunidade da Paz, né? Teve também o Barbozinha, aqui, né? Em Diadema, né? As comunidades em Diadema. A gente acompanhou também a questão lá do Anchieta, na Zona Sul. Lá é uma parceria da Pia Biru, mas a gente acompanhou esse processo de elaboração de plano popular. Então, a gente tem um histórico de acompanhamento de planos populares, já, né? Desde a época da Copa, né? Então, esse processo, né? Não é que eles é desconhecido pelo Laboratório, pelo LabJuta e pela Universidade e pelo próprio LabGris, né? Tem um histórico de acompanhamento de planos populares, né? E de comunidades, que é histórico aqui no Laboratório, né? No LabJuta, né? De convivência com as comunidades e tudo mais, né? É que cada comunidade tem as suas dinâmicas locais, né? E a gente também, né? E os seus processos e suas demandas, né? Às vezes, né? Ao propor um plano popular, né? De gestão de risco, um plano comunitário, né? Só essa linguagem pode assustar a própria comunidade, que a comunidade tem muito medo do discurso do risco. Porque a palavra risco, historicamente, ela sempre serviu para propor despejo, para fazer remoção e tudo mais. Então, essa palavra, ela é... Como diz assim, né? Ela é tabu para as comunidades, entendeu? Falar risco, risco é sinônimo de despejo. Então, essa discussão é uma discussão que tem que ser muito bem elaborada dentro dos territórios e dentro das comunidades, né? Concretamente, efetivamente, né?

Tem uma experiência de plano popular, por exemplo, que eu conheço, que vale a pena citar e tudo mais, que é o plano popular do Jardim da União, na periferia de São Paulo, na Zona Sul, feito pela Pia Biru, que foi um processo coletivo, comunitário, com ações concretas, com resposta da comunidade, com articulação de recursos do poder público, com soluções rápidas, vamos dizer assim, que era uma área com ameaça concreta de despejo. E essa ação coletiva se transformou em uma solução concreta de moradia, né? Então, essas questões que eu considero, para mim, um plano popular referência, que poderia ser replicado em outras comunidades.

Evidentemente, o PCRR também, ele poderia ser partilhado com outras comunidades. O que eu demando, o que eu digo, é que ele poderia conectar as iniciativas dos planos populares, os planos comunitários, né? Um fala plano comunitário, outro fala plano popular, mas eles fazem praticamente a mesma finalidade, você construir a partir da comunidade um plano que você possa construir a alternativa de melhoria de habitabilidade, melhoria de moradia nos territórios, de acesso à habitabilidade nos territórios, né?

Então, esses processos, eles precisam, em geral, na minha opinião, estar vinculados a algum tipo de solução concreta para a vida das comunidades. Porque senão você faz o plano e ele fica na gaveta. Então, essa é a grande questão que, na minha opinião, precisa ser solucionada. Agora, a multiplicação dos planos, ela é importante. Eu não conheço, porque teve uma experiência também lá em Brasília, teve experiência no Rio de Janeiro, tem uma outra experiência aqui em São Paulo, também realizada pelo pessoal do MTST, que eu não sei como é que está, aqui na comunidade Baracela, né? Que é uma comunidade acompanhada pelo MTST, né? Mas, a experiência do plano comunitário, do PCR da comunidade de Vira Lata, né? Se ela, na conclusão dela, eu acho que a gente pode, sim, replicar para outros territórios, para outras comunidades. Mas sempre com essa questão, né? É sempre mais a dinâmica que foi feita passou por todo um processo de discussão também, num período de muita demanda rápida de escolha da comunidade. Tudo isso também implicou na escolha da comunidade do Vira Lata. Talvez a gente pudesse, na escolha das comunidades, ter um pouco mais de prazo, de tempo para construir também essa alternativa.

E eu acredito, vamos ver o final do resultado do trabalho que foi feito, mas eu penso que as iniciativas são positivas, não dá para negar. Qualquer iniciativa de apoio às comunidades, de

conexão da comunidade com a agenda mais ampla, proposta de solução do risco baseada na natureza, trazer a comunidade para essas pautas, que também é muito importante, estabelecer essa relação entre universidade e território, estabelecer a relação entre universidade e movimento social, colocar também essa dinâmica das assessorias em conexão, estabelecendo uma interdisciplinariedade na interlocução entre os diversos atores. Então, tudo isso é muito positivo. Mas sempre digo que, talvez, com todo esse processo positivo de construção entre a comunidade e o próprio LabJuta e LabGris, que são os parceiros na construção do plano, a grande questão que fica, na minha opinião, é como você pode, depois que você elaborou o plano, viabilizar uma solução concreta para a vida da comunidade. Porque se não depois, quando você for fazer de novo, procurar de novo, se você não construir essa solução, é muito difícil você fazer de novo. Porque a comunidade vai falar, a gente fez aquela iniciativa, fizemos aquela parceria, mas não teve nenhuma solução concreta, por que eu vou fazer isso de novo? Então, você cria uma situação na comunidade que pode, depois, gerar um desengajamento se você não tiver uma solução rápida, concreta.

Pesquisador - Agradeço, obrigado. Das perguntas que eu havia trazido, concluí. Tem algum comentário, alguma fala final?

A. Representante UMM - Quando eu só pedi o seguinte, quando a gente está construindo, está fazendo, depois que você, claro, eu sempre gosto que, depois que você fizer a sistematização, mandar para mim para eu dar uma olhada como você fez. Não sei também se você vai citar meu nome, se você vai fazer, não sei como é a construção.

Pesquisador - Nesse ponto, você prefere que fique como anônimo?

A. Representante UMM - Então, manda para mim para eu ver, depois eu digo para você.

Pesquisador - Tá, vou fazer essa seleção e faço para você, sim, esse recorte que vai ser utilizado, etc.

APÊNDICE D – Transcrição de Entrevista – B. Assessoria Técnica - UFABC

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: B. Assessoria Técnica UFABC - **Realizada em:** 14/05/2025

Pesquisador - As perguntas, que eu vou estar fazendo agora são as específicas para os técnicos da equipe do PCRA e da UFABC. Podemos começar?

B. Assessoria Técnica UFABC - Claro.

Pesquisador - Quais são os principais riscos que você identifica na comunidade Vira Lata?

B. Assessoria Técnica UFABC - Nossa, que pergunta difícil. Bom, eu acho que na chave do multirrisco, a gente pode trabalhar na chave do multirrisco, eu acho que tem riscos de habitabilidade, de infraestrutura, eu acho que se a gente for pensar nos riscos mais tradicionais, o risco geológico, o risco hidrológico, esses mais convencionais que são abordados em planos municipais de redução de risco, a comunidade do Vira Lata, ela não tem essa característica desses riscos, principalmente também porque está passando por um processo de remodelação por conta de uma obra que vai passar lá atrás, que é o trem da MRS, é o trem Intercidades, e numa parte onde tem um talude, e que claramente haveria problemas de risco geológico, porque existem casas, existiam, hoje não existem mais casas que estavam muito próximas a um talude, e que haviam depósitos de material, de resíduo e de lançamento de esgoto nesse talude, hoje isso não acontece mais e não irá mais acontecer por uma futura obra da empresa, fruto de uma remoção, de uma conversa entre as lideranças, os moradores, e a remoção por conta de um afastamento solicitado, uma faixa de não edificante solicitada pela própria empresa de transporte. Hoje os riscos que a gente encontra lá são riscos de outra ordem, riscos de habitabilidade, riscos de infraestrutura, algumas casas são de madeira ainda, existe problema de infraestrutura, ou seja, a água corre por vielas e por um solo totalmente impermeabilizado, e apesar de não encher, de não inundar, foi relatado pelos moradores que muitas vezes eles não conseguem sair de casa em momentos de forte chuva, problemas de drenagem superficial das vielas e da rua principal, problema de coleta de lixo, a empresa que faz a coleta não consegue entrar dentro da comunidade e muitos dos resíduos ficam lá dentro e não são levados para a rua principal. Então eu acho que para mim são esses os maiores riscos.

Foi relatado pelos próprios moradores o risco de queda, o problema com as escadas, a mobilidade, a falta de corrimão, de proteção das escadas e o risco de queda dos próprios moradores, e um risco que não afeta diretamente a comunidade, mas está muito próximo, é o risco que eles chamaram de travessia, por conta da linha do trem hoje, que as pessoas passam pela linha ou passam pela via e tem esse risco de serem atropeladas.

Pesquisador - E como esses riscos são percebidos pela equipe técnica em relação à percepção dos moradores?

B. Assessoria Técnica UFABC - Quando a gente fala em risco, quando a gente trata sobre o tema risco, ele é sempre um tema muito delicado. E eu acho que é importante contextualizar que a nossa entrada na comunidade do Vira lata, ela se dá no momento de uma perspectiva de uma regularização fundiária, inclusive por conta de conversas com essa própria empresa MRS e a possibilidade, a entrada por meio de uma advogada popular que atua no caso, de um processo de REURB-S que é o REURB social, então existe um projeto de regularização fundiária para a área e quando você chega com o argumento do risco, se não está muito, enfim, se não existe

um entendimento muito claro por parte tanto da associação como dos moradores, que para você fazer qualquer tipo de regularização é importante mitigar o risco, é importante que as pessoas vivam em segurança, isso pode ser um impeditivo para qualquer tipo de trabalho.

Então, agora a gente está trabalhando lá há um pouco mais de um ano, vamos entrar em um ano e meio de trabalho na área e é nesse momento, há pouco tempo, que as lideranças e os moradores começaram a entender da importância da discussão do argumento do risco e da importância da mitigação para uma possível regularização. Então é bastante difícil, um argumento complexo e que traz muita comoção normalmente para as famílias, porque está diretamente ligado a uma possível remoção, algum tipo de obra que pode impactar a vida desses moradores. Então existe também por parte das famílias uma vontade em se distanciar e de enfrentar o tema.

Pesquisador - E você percebe mudanças na percepção de risco dos moradores ao longo do processo?

B. Assessoria Técnica UFABC - Percebo. Percebo uma boa mudança de uns quatro, cinco meses para cá, nesse processo, nesse entendimento, principalmente no papel da universidade, nos limites do trabalho da universidade, até onde a gente pode ir e até onde a gente consegue ir com esse trabalho. É um processo de construção mesmo do argumento junto com eles, como eu falei, é um argumento complexo. Então, em outras comunidades, às vezes por uma afinidade com o tema ou por terem outros tipos de lideranças, às vezes o tema chega com um pouco mais de... ou por conta de uma urgência, o tema chega de uma outra maneira e é encarado de uma outra maneira. No caso do Vira Lata, no início a equipe teve bastante dificuldade de trabalhar, você acompanhou, a gente relatou. Existiu uma desconfiança com relação ao trabalho, com relação ao tema, que hoje eu acredito que está superado, apesar de ainda ter uma relação bastante frágil, uma confiança bastante frágil, mas está superada, a gente conseguiu superar a questão e o risco tem sido colocado de uma maneira muito melhor, a discussão. Enfim, eu vejo um avanço nesse processo.

Pesquisador - E como você avalia a participação da comunidade nas atividades do PCR?

B. Assessoria Técnica UFABC - Quando você fala comunidade, você está perguntando dos moradores, das famílias ou das próprias lideranças?

Pesquisador - Nesse caso, o mais amplo, da comunidade, mas também pode você fazer esse recorte, dar esse destaque, que é a partir das lideranças, fique à vontade.

B. Assessoria Técnica UFABC - Porque eu acho que a gente, no processo, entendeu que existe um comitê composto por umas lideranças, por três lideranças principalmente, e que o processo tem sido mediado muito por essas pessoas, essas figuras. Os momentos mais ampliados, de construção mais participativa, eles têm sido mais espaçados. A gente, normalmente, num processo participativo, gosta e entende que é importante o maior número de assembleias e processos participativos e coletivos, porque a gente acredita, dentro da metodologia extensionista e participativa, que esse é um processo que não é impositivo e que precisa ser desenvolvido junto com a comunidade. Ele tem sido feito, esse processo, mas de uma maneira um pouco diferente do que a gente está acostumado. Então, poderia dizer que existia uma pretensão por parte da equipe de que esses momentos seriam mais cotidianos e não foram. Mesmo assim, a comunidade está sempre participando de todas as decisões, esse comitê tem participado de todas as decisões e de todas as conversas que a gente faz, que envolvem outros sujeitos, não só eles. Então, eles estão sempre participando. E eu acho que tem uma coisa que é interessante nesse trabalho, que, apesar de tudo, a gente consegue ver uma perspectiva de algo concreto que possa acontecer. Então, apesar de todas as dificuldades, existe uma perspectiva de uma possível regularização, de uma possível mitigação desse risco, ou por parte dessa empresa que está atuando na área, ou por parte do próprio Poder Público. Isso precisa ser conversado e entendido melhor. Óbvio que os tempos também, a gente não sabe quando isso vai acontecer,

mas tem uma perspectiva e isso é muito bom e importante, porque a comunidade está trabalhando com fatos futuros.

Pesquisador - E quais estratégias da equipe técnica foram mais eficazes para promover o engajamento comunitário?

B. Assessoria Técnica UFABC - As estratégias... Eu acho que a estratégia de confiança, sim, a gente pode falar. Porque de estabelecimento de uma confiança, de construção de uma confiança, de não imposição de nenhum tipo de regra ou nenhum tipo de metodologia que pudesse acarretar na não execução do trabalho.

Pensando não só no trabalho, porque o trabalho normalmente é mais amplo. A gente gosta, junto com o desenvolvimento do trabalho, a execução das metas, etapas, normalmente fazer o trabalho de construção política, o trabalho de entendimento da importância dessa construção participativa. Então, um pouco essa é a metodologia que a gente, dentro do laboratório e das pessoas individualmente, eu falo por mim individualmente, em outros espaços que eu atuo e no laboratório, dessa metodologia mais participativa, não impositiva. Acho que é bom contextualizar. Acho que no início do trabalho a gente tinha a pretensão de fazer dois projetos, que a gente chamava de Complexo Jaraguá, de duas comunidades. Uma é o próprio Vira lata e a outra uma comunidade que chama Favela da Estação, que fica do outro lado da avenida, mas por alguns problemas internos e de incompatibilidade de ideias e de interesses internos, por conta... Eu não sei o quanto você vai levar isso... Depois você poderia me passar as coisas para a gente..., talvez eu fale coisas aqui que não sei se possam ser, mas a gente tem tido esse problema nos territórios, não só no Vira Lata, na Estação, mas em outros territórios, da presença dos grupos armados, de vereadores de direita e de outros sujeitos que tentam impedir esse tipo de construção que é feita de uma maneira mais coletiva, participativa, política, inclusive.

A gente vem de um fomento do próprio governo federal, do Ministério da Cidade, e às vezes as pessoas não têm essa compreensão. Enfim, existe um jogo de interesse por ali e, no nosso caso, a gente teve que enfrentar essas disputas que já estavam acontecendo antes da nossa chegada e provavelmente continuam acontecendo e fomos obrigados a se retirar de uma das comunidades e a trabalhar somente numa delas. Isso nos acarretou quase na saída, realmente, das duas. Em um dado momento, a gente imaginava que, inclusive, não íamos conseguir prosseguir com o trabalho. Isso está muito relacionado de onde você é. Por quem você é indicado, de onde você vem, qual é a tua relação de confiança.

Se a gente começou esse trabalho, a gente não conhecia a dona F., e o M., e ninguém lá dentro. A gente foi apresentado pelo Movimento de Moradia para trabalhar com eles e pela doutora D., que tem muita legitimidade na área e ela foi uma pessoa importantíssima nesse processo para corrigir eventuais problemas e, por conta da presença dela, que a gente conseguiu continuar o desenvolvimento do trabalho. Acho que se ela não estivesse lá na área, atuando com eles e não tivesse essa legitimidade, a gente jamais conseguiria ter prosseguido com esse trabalho, porque também existe uma disputa e existiam incompreensões e brigas, tretas entre as lideranças e o próprio Movimento de Moradia, figuras do Movimento de Moradia.

Então, isso foi exposto para a gente num dado momento. Então, é isso. Dependem muito... Essas construções dependem muito também de onde você... Por onde você chega e como você aborda, além do argumento risco, que já é complicado, a gente vinha de um lugar que para eles não era legítimo. E ainda trabalhar, por exemplo, numa outra comunidade em que eles também estavam em disputa, tudo isso foi somando e num dado momento a gente quase perde o trabalho.

Então, a gente hoje estabeleceu a confiança e acho que, desse momento para frente, a gente pode dizer que estamos começando a construir um processo conjunto. Não sei se te respondi, Léo.

Pesquisador - Responde e vai um pouco na linha da próxima pergunta também. Quais os desafios ou barreiras dificultam a participação ativa da comunidade? Quais as dificuldades e barreiras?

B. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que esses sujeitos dificultam a participação ativa da comunidade. Existe também... Eu acho que é conjuntural. O momento pós-pandêmico também foi muito... Ele agravou as vulnerabilidades e a cotidianidade das famílias. Acho que houve um empobrecimento das famílias em geral, não falando só no Vira Lata, mas em geral houve esse empobrecimento, houve também um acúmulo de funções, uma precarização do trabalho.

As pessoas começaram a desenvolver outros milhares de trabalhos para poder sobreviver e chegar ao fim do mês. Essas coisas impactam nesse tipo de construção. As pessoas sempre justificam que não podem participar das assembleias porque precisam trabalhar, que não podem participar das atividades porque têm outras coisas para fazer.

A gente precisa talvez avançar numa discussão se o que estamos construindo é realmente o que chamamos de direito à cidade, direito à moradia, o direito a cidade no sentido mais amplo dele, a localização, a educação, o transporte, ou se estamos só fazendo um trabalho de tentar conseguir articular para as famílias algum tipo de titulação dentro desse processo de regularização fundiária. Porque é difícil fazer as pessoas entenderem que a titulação às vezes pode não melhorar a vida delas no cotidiano, mas também é legítimo que elas façam o corre delas do dia a dia.

A gente não tem nem como julgar. Então, eu tenho tido a impressão que esse momento pós-pandêmico tem dificultado bastante os trabalhos. E, obviamente, é a entrada desses sujeitos que chegam com dinheiro nos territórios e fazendo obras, e fazendo melhorias, e comprando lideranças. E aí falo em geral também, não estou falando no Vira Lata, mas acho que cabe, vão cooptando as pessoas e as famílias e fica muito difícil fazer qualquer tipo de construção que seja... É um desafio, uma construção mais política, de entendimento, da luta pelo território. Mesmo assim, eu acho que lá no Vira Lata, apesar de todos os desafios esses colocados, é o que eu te falava antes, existe uma perspectiva.

Eles têm uma perspectiva de uma possível regularização, eles sabem o que eles... Isso é muito bom. Eles sabem o que eles querem, eles sabem como eles querem, e eles sabem articular, eles sabem se relacionar com o poder público, mas também sabem se relacionar com a empresa que está entrando. O argumento risco foi um momento que foi difícil, (...). Acho que existem muitos desafios e ainda vai existir muito... Tem muita água para rolar nessa história. Acho que não é um processo que... Também é isso. O instrumento que a gente está desenvolvendo, que se chama Plano Comunitário de Redução de Risco, ele é um instrumento...

Por isso que eu falo que é bom no Vira Lata ter uma perspectiva de construção de qualquer coisa, porque ele é um instrumento que vem do Estado. Ele não é um instrumento de luta popular. A gente não está falando de um instrumento de luta que está sendo construído no âmbito popular pelas próprias lideranças que vão usar isso como arma para reivindicar alguma coisa no poder público, perante a Prefeitura, perante a Secretaria de Habitação.

Não, ele é um instrumento, o Plano Comunitário, que está sendo pensado como uma política pública pelo governo federal e que vai precisar ser aceito, de alguma medida, pelo governo municipal. Então, fazendo um balanço de outros planos também que estão sendo produzidos, acho que o Plano Comunitário na Comunidade Vira Lata cumpre um pouco o propósito de ser um instrumento, um plano mesmo de uma política pública, e não um instrumento de luta. Nesse processo como um todo, a gente não trabalhou nem construiu isso como um processo de luta. Ele nunca foi construído como um processo de luta. Ele foi construído como um processo realmente e um produto de uma possível política pública.

Pesquisador - E quais mudanças você percebe na comunidade desde o início da implementação do PCRR?

B. Assessoria Técnica UFABC - Físicas ou de abordagem? Especificamente, lá ocorreram muitas demolições de casas e tem um processo de carta de crédito, chave a chave, das famílias que precisavam ser removidas por conta desse afastamento exigido no projeto dessa área não edificante. Então, 83 famílias estão sendo removidas da área. Então, no começo, a comunidade... Ou seja, um terço da comunidade, se a gente pensa. O que era muito denso, hoje (...)

B. Assessoria Técnica UFABC - Foi muito mais isso, mas a gente foi impedido de alguma maneira, a gente teve aí a nossa atuação também um pouco controlada por eles e a gente gostaria de ter estado mais no território e não conseguiu, mas... enfim. De alguma maneira a gente conseguiu conversar com algumas famílias, conseguiu entender alguns problemas, conseguiu discutir com eles alguns problemas e enfrentar alguns argumentos. Então eu vejo um processo positivo dentro desse trabalho hoje.

Pesquisador - Nesse sentido então, como você avalia a efetividade das ações realizadas até o momento?

B. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que elas cumprem o que, elas cumprem plenamente o que solicita o plano de trabalho, não vai além do que, a gente não conseguiu ir além do que o plano de trabalho exige, por conta de tudo isso que já foi falado. A gente não conseguiu avançar mais do que a gente gostaria ou precisaria, mas é isso, o projeto está em dia, a gente vai conseguir prestar as contas, devidas contas, produzir os relatórios, executar as atividades, conversar com eles, mas assim, não é o tipo de construção que a gente gostaria de ter feito ou que a gente está normalmente acostumado a fazer. Normalmente a gente vem com muitas demandas, nossos trabalhos, eles vêm por demandas, então vai ter uma remoção, vai acontecer algum problema, tem uma área de risco, vamos olhar.

Nesse caso ele é diferente, é uma encomenda, então também é um processo diferente, quando ele é uma encomenda do que quando ele vem pela própria liderança, pela própria comunidade, pelo movimento de moradia, ou por qualquer outro movimento social, ele vem com um propósito, e na maioria das vezes ele vem com muito mais força do que quando vem como encomenda, porque no fundo quem foi procurar a comunidade fomos nós, a gente fez um processo quase que seletivo, a gente andou por cinco comunidades, cinco ou seis comunidades antes de selecionar o Vira Lata, então assim, não foram eles que vieram com o problema, dizendo, nós temos que fazer uma regularização fundiária e precisamos enfrentar esse problema do risco, vocês conseguem ajudar a gente? Vamos pensar um plano? Não. Veio como uma encomenda, então isso também faz muito a diferença nesses processos de relação, de construção de relação, processo participativo, coletivo, milhares que a gente pode citar.

Pesquisador - E nessa linha aqui, eu vou até expandir um pouco a pergunta, que a próxima pergunta é, quais aspectos ainda precisam ser aprimorados ou ajustados para garantir maior impacto do PCRR? Só que eu queria que você também falasse, já que você trouxe essa questão de como política pública, para além dos aspectos ali do Vira Lata, como política pública de um modo geral dos PCRRs? Então, relendo só a pergunta, para você falar um pouquinho do Vira Lata, mas também de modo geral, quais aspectos ainda precisam ser aprimorados ou ajustados para garantir maior impacto do PCRR?

B. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que assim, a gente vive um momento de emergência climática e mudança climática, onde a questão do risco muito relacionada à emergência climática, ela precisa ser tratada, mas ela precisa ser tratada de uma maneira ampla. E a questão do risco, ela precisa ser tratada de uma maneira ampla, porque senão a gente também acaba banalizando ou não identificando como risco outros problemas que acontecem nesses territórios, para além do geológico, hidrológico ou próprio risco climático. Então, no caso do Vira Lata, por exemplo, a gente falar que não tem risco, a gente estaria cometendo um grande erro, como uma equipe de pesquisadores e de militantes e de atuantes e de técnicos, a gente

estaria cometendo um erro, dizer que aquela área não tem nenhum risco. Ela tem muitos riscos, então já elencamos, assim, de habitabilidade de algumas casas, de drenagem, de esgoto e águas pluviais, enfim, do resíduo, do lixo. Então, enfim, da não infraestrutura elétrica, porque eles não têm energia elétrica, ou seja, não têm iluminação pública, as pessoas podem cair à noite se a viela não estiver bem iluminada, e quem faz essa boa iluminação são eles. Esse processo, o plano comunitário, como política de redução de riscos e desastres, na minha opinião, ele deveria trabalhar na chave do multirrisco, porque se ele trabalhar só na chave dos riscos clássicos, a gente comete esse erro.

E aí, assim, aonde ele vai ser implementado, né? Como que ele poderia ser implementado se ele trabalhar só nas áreas de risco geológico e hidrológico, né? Ele vai ficar limitado, né? Como que ele vai ser implementado se a gente também não considerar as complexidades dos territórios, né? O risco desses sujeitos, da participação desses sujeitos tão variados e desse avanço de uma extrema direita nos territórios, que impedem a gente de trabalhar e que impedem, às vezes, e que especulam, né? E que provocam riscos, às vezes, né?

E o próprio, enfim, então, eu acho que a gente precisa enfrentar ou identificar o plano como se ele fosse realmente transformado numa política pública, ele precisa ser, ele precisa ter um entendimento de ser algo mais amplo, assim, né? Pra não cair numa falácia de favoritismo, né? E conseguir ser implementado só em lugar onde existe uma relação muito boa e forte e estreita entre a comunidade e o próprio poder público ou algum vereador que tenha algum tipo de articulação de favorecimento de organizações que são muito, de entidades que são muito organizadas, né? E aí só elas conseguiriam o recurso pra implementação desses planos. Como eles vão ser implementados, né? Qual vai ser o recurso, qual vai ser o critério pra indicação dessas áreas? Como que esse recurso chega, né? Então, assim, se a gente compara, por exemplo, com Minha Casa Minha Vida Entidades, né? Que é o Programa de Política Habitacional, o 5%, dentro do Programa como um todo, né? Só as entidades super organizadas é que têm acesso e a garantia ao programa, né? Todas as outras não têm.

Então, assim, começa a cair dentro de uma lógica de favoritismo que é a mesma que é usada pelos poderes privados, assim, né? E aí, assim, as desigualdades se acirram e os problemas se acirram, né? Então, assim, eu acho que tem uma questão de olhar, né? Pro risco, né? De olhar o que realmente é risco, o que é realmente vulnerabilidade, né? Como ela tá colocada e como ela precisa ser entendida. E também como política, né? Como que esse instrumento vai se tornar factível como uma política pública, né? Então, acho que tem esse desafio aí por parte deles também, né?

Pesquisador - Agradeço. Como você percebe as diferenças entre os discursos técnicos, comunitários e institucionais na gestão de riscos na comunidade?

B. Assessoria Técnica UFABC - Como que é?

Pesquisador - Como você percebe as diferenças entre os discursos técnicos, comunitários e institucionais na gestão de riscos na comunidade?

B. Assessoria Técnica UFABC - É, esse é um grande desafio sempre, né? Que é, enfim, transformar o nosso discurso técnico num discurso mais popular, né? De entendimento mais popular, né? Esse é um desafio que a gente enfrenta no próprio Vira Lata e em outros lugares, assim, né? Então, de traduzir tecnicamente os problemas e as questões para uma outra linguagem, né? Tanto uma linguagem visual quanto uma linguagem letrada, assim.

Então, esse é um desafio, assim, eu acho que sempre. Eu acho que é um desafio, inclusive, de comunicação nosso, né? Assim, do campo progressista popular, de comunicar com a população, né? Eu acho que é um desafio de comunicação mesmo, assim. Que tem a ver com essa coisa técnica, mas que, assim, de uma maneira mais ampla, a gente tem tido dificuldades, né? Assim, de chegar nas pessoas e de conversar.

Pesquisador - Você comentou sobre o discurso técnico comunitário. Na casa do institucional, só para ampliar, né? Pensando, então, no poder público, né? Muitas vezes as questões de remoções, etc. Mas também até próprios interesses privados, né? Que há uma empresa envolvida, né? Então, como você percebe essa questão desse discurso institucional nessa gestão de riscos na comunidade também?

B. Assessoria Técnica UFABC - Ah, então, assim, institucionalmente pode ser tão grave quanto, né? Assim, a gente, nesse caso, está desenvolvendo um plano comunitário dentro de uma universidade, de um laboratório de pesquisa que tem um caráter de pesquisa extensionista, né? Mas a gente sabe que existe uma série de assessorias técnicas e ONGs que institucionalmente são bastante duvidosas, assim, né? E desenvolvem um trabalho que não é parecido com o que a gente faz, né? Então, também tem isso, né? Assim, é difícil, assim, né? A gente tem que também lidar com essas outras institucionalidades. E tem também a instituição maior, que é o poder público, né? Assim, que eu acho que, dependendo de como chega, né? Esse plano comunitário, é isso, né? A gente enfrentou isso, né? Da dificuldade de implementação do trabalho, né?

Então, tem a questão financeira, monetária, né? Assim, que a gente conseguiu equacionar dentro do processo, mas que é isso, as pessoas, como eu falei, né? As pessoas precisam trabalhar, precisam fazer o corre do dia a dia delas, né? Então, também, ela não quer saber que plano, né? Ela não tem esse entendimento, né? O que é um plano, né? O que ele vai trazer de melhorias para o cotidiano deles, né? E assim, a gente ouve isso direto, né? Ah, eu moro aqui há 20 anos, por exemplo. Lá no Vira Lata é isso, né? Eu moro aqui há 10 anos, nunca aconteceu nada. E a gente ouve em outros lugares também. “Ah, eu moro aqui há 20, 30 anos, nunca aconteceu nada”. “Tá, mas a tua casa está em risco, né?”.

Então, existe um processo de construção do argumento também por duas vias, né? Uma que é desmistificar que o risco não é mitigável, né? Então, por meio de obras é possível mitigar. Qualquer obra, né? Agora, o problema é o custo dessa obra. Então, sim, provavelmente obras muito custosas não vão ser implementadas em áreas onde não tem interesse nenhum do poder público. E aí, acho que vai muito de acordo com a tua pergunta do institucional, né? Assim, institucionalmente, aonde é interessante a aplicação desse tipo de plano, né? E aí, assim, para essas pessoas, né? Esse produto não tem validade nenhuma e não tem entendimento nenhum se ele não for construído de uma maneira que ele entenda que possa impactar na vida deles, né? Então, eu acho que isso não é um processo rápido, não é um processo simples, né? É um processo também de construção de uma relação, né? Porque imagina, chega lá um pesquisador, um arquiteto, uma engenheira, um psicólogo, um professor e começa a falar que ali tem risco, né? Ou ali tem um problema que precisa ser resolvido, né? Assim, tá, enfim, eu moro aqui há um monte de tempo, vem você do nada me falar isso. Aí você volta uma vez por mês.

Existe uma confusão do nosso papel também, de quem que a gente é, de onde a gente vem. Normalmente, quando o tema é tratado, ele vem por meio de Secretaria da Defesa Civil ou por meio de uma prefeitura, né? Junto com uma ideia de remoção, né? Então, também existe um medo por trás em tratar o tema, né? E aí, assim, se ele não estiver muito bem desenhado e institucionalizado, né? Assim, é difícil, né?

Pesquisador - Acho que você respondeu até já, né? Talvez você ampliar até essa discussão. Próxima pergunta. Há conflitos ou tensões entre esses diferentes discursos? Se sim, como eles impactam a implementação do PCR?

B. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que existem muitos conflitos, né? Muitos conflitos impactam nesse processo. Eu acho que impactam na temporalidade do processo, né? Acho que tem esse desafio também por parte da implementação desse instrumento como uma política pública, porque é muito difícil a gente pensar que em todos os lugares ela vai ser construída em 12 meses ou em 6 meses ou em 18 meses, né? Vão ter lugares que, assim, é isso, né? Quando

vem a demanda, provavelmente vai ser construído junto com a comunidade de uma maneira muito mais rápida, né?

Então, a minha comunidade tem risco, né? Aí ela procura o Ministério das Cidades por meio de um edital, aplica e ganha um recurso para fazer um plano comunitário, né? Ela foi buscar esse recurso, né? Ela foi buscar a mitigação por meio de um recurso público. Então, existe um entendimento. Então, o conflito é muito menor, né? Agora, implementar o instrumento numa comunidade, né? Que tá num processo de regularização fundiária, né? Em vias de, né? No meio aí de um processo, de uma tratativa aí de um “chave a chave”. Aí, de repente, chega um pessoal que vem de uma universidade pra tratar de um risco, né? Assim, é quase que um balde de água fria na cabeça deles.

Então, existia, assim, um conflito, né? E ele foi, enfim, ele foi sendo, e continua sendo, não foi totalmente sanado, ele continua sendo sanado por meio de, é isso, né? Assembleias, conversas, né? Introdução do tema, né? Então, é isso. Eu acho que a temporalidade é muito importante, né? Pra esse tipo de processo, assim, né?

Pesquisador - Uma última pergunta. Fatores políticos e econômicos têm influenciado as prioridades e decisões dentro do projeto? Como?

B. Assessoria Técnica UFABC - Claro, óbvio. Porque se você, se você fala que você vai fazer, e isso, de novo, né? Qual que é a importância de um plano pra uma comunidade sendo que é só um plano, né? Então, você tem que sempre explicar que o que você está desenvolvendo é um projeto, é um papel, né? Assim, não tem nenhum recurso de obra, né? Isso também é um conflito, né? Porque a pessoa, as famílias, elas têm uma expectativa, né? De serem apoiadas por entidades, por parceiros, por apoiadores, por quem que seja, né? Mas com uma materialidade, né? Com uma efetividade. Então, assim, quando você chega e você vem, vai falar de um negócio, vai discutir um negócio, vai estar lá. Só você ganha, eles não ganham. E ainda não vai ser feita nenhuma obra, nenhuma melhoria. Então, obviamente, a questão econômica colocada ou não colocada é muito importante, assim, e impacta no processo. Impacta diretamente no processo, né? Deveria-se pensar também dentro do instrumento, se fosse feito um edital, algum tipo de recurso pra implementação de obras. Assim como é feito no PAC, né? Que tem a parte de projeto e depois a parte de obra.

Assim como é feito no programa Minha Casa Minha Vida, que primeiro se faz projeto, mas depois faz obra. Então, sei lá, uma parceria com a Caixa, né? Igual vem desses outros programas. Porque se pensa em obras, porque desenvolver projeto, papel, esse plano está fadado à morte, assim, sabe? E a outra é o econômico e o outro, qual que você falou? Políticos e econômicos. É, e político também. O político está totalmente ligado, né? Por que a gente tem perdido espaço, enfim, pra extrema-direita? Porque eles, por meio das emendas parlamentares e por meio de arranjos, conseguem implementar equipamentos, obra, melhorias, né? Que a esquerda não tem enfrentado, não tem feito, assim, porque tenta estar dentro da legalidade. Então, o político está muito relacionado com o econômico e que impacta o território, assim, não só as decisões, né? E impacta, inclusive, nesses entendimentos, né? Enfim, então, a gente tem um grande desafio aí, eu acho.

Pesquisador - Agradeço. Tem mais algum comentário final, de modo geral, que você gostaria de acrescentar?

B. Assessoria Técnica UFABC - Não, imagina, Léo. Espero que tenha cumprido o papel e tenha ajudado. Queria te falar isso, né? Que é um processo difícil, tem sido um processo difícil mesmo, assim, até eu acho que você imaginava que a tua pesquisa fosse ser de um jeito e você fosse entrevistar outras pessoas para além da gente, mas é isso, também, te agradecer pela compreensão e você ter entendido da dificuldade, né? Assim, do desenvolvimento desse trabalho e ter também um pouco ajustado a tua pesquisa, né? Mas eu acho que faz parte, sabe? Porque é isso, os territórios não são homogêneos, né? Não é todo mundo que está aberto para

conversar e consegue conversar. E nada, te agradecer. E assim, se você puder, de novo, né, assim, depois passar para mim para dar uma olhada, porque eu acho legal, assim, eu também tenho interesse, assim, de ver.

Pesquisador - Tá ótimo. Vou encerrar a gravação e comento com você.

APÊNDICE E – Transcrição de Entrevista - C. Assessoria Técnica UFABC

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: C. Assessoria Técnica UFABC – **Realizada em:** 16/05/2025

Pesquisador - Vou dar início então às perguntas da entrevista. Primeira pergunta. Quais são os principais riscos que você identifica na Comunidade Vira Lata?

C. Assessoria Técnica UFABC - Riscos... Eu acho que a primeira questão, que está quase sanada, tinha algum risco de deslizamento, mas que com a remoção e a... Com chave a chave, né? E com a execução do muro, esse fica praticamente sanado, né? Mas ali a gente tem as questões de enxurrada, e para quem mora mais para a parte mais baixa, ali no final, tem talvez alguma coisa de inundação leve, mas a questão é mais a enxurrada. E aí eu acho que tem as questões relacionadas ao lixo, né? Que tem bastante acúmulo de lixo, de entulho, sobretudo, e com a remoção isso fica mais agravado. Então, em termos de saúde pública, tem uma questão dessa também. E, enfim, as vielas são muito estreitas, muito densos. Então, agora, mais recentemente, nessas ondas de calor, tem a questão do risco climático relacionado a altas temperaturas também.

Pesquisador - E como esses riscos são percebidos pela equipe técnica em relação à percepção dos moradores?

C. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que tem uma... A questão do deslizamento, como é uma questão basicamente sanada, ela não aparece como um ponto, assim, né? As enxurradas, a minha percepção é de que é uma questão nítida para todo mundo.

Então, esse é um ponto que, desde o primeiro diálogo, sempre é colocado a questão das enxurradas, nas escadarias, nos dias de maiores chuvas e tudo mais. E acho que fica mais evidente. A questão do entulho, também acho que eles têm uma percepção boa desse perigo, né? Sobretudo, agora, mais recentemente, nos últimos meses, quando a remoção aconteceu de fato, né? A questão do calor, eu acho que tem um pouco menos de percepção nesse sentido, assim. Tanto é que eles nunca apontam isso como uma questão.

E eu acho que o calor, ele acontece de forma diferente do que no restante da metrópole, né? Não à toa, quando a gente for olhar o mapa de temperatura da superfície, lá é um pouco mais fresco. Mas, ainda assim, a gente já foi, já fez visita lá em dias de ondas de calor, e de fato é um ponto, assim, né?

Talvez não é a mesma coisa do que é em Itaim, Paulista, por exemplo, né? Ou, sei lá, mesmo na região central de São Paulo, ali na Sé e tal, né? Que é ainda mais quente. Mas, com certeza, chama a atenção as altas temperaturas ali.

Pesquisador - E você percebe mudanças na percepção de risco dos moradores ao longo do processo?

C. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que a gente está falando de uma população, especialmente relacionada às lideranças, que é uma população que tem bastante consciência, bastante formado em relação a isso, assim. Então, eu acho que eles, é isso, né? Desde a primeira atividade, eles sempre apontaram esses pontos, né?

Então, eu acho que eles já, quando a gente começou esse trabalho, já era uma comunidade que tinha, né? Especialmente as lideranças que já tinham algum convívio, né? De formação, então eles já tinham um pouco mais.

Eu acho que ficou mais evidente a questão da relação do risco com as mudanças climáticas. Eu acho que isso ficou mais evidente para eles ao longo desse processo, que não tinha tanta essa percepção. Mas, de conhecimento e percepção dos riscos, eu acho que eles já tinham bastante, já.

Pesquisador - E como você avalia a participação da comunidade nas atividades do PCR?

C. Assessoria Técnica UFABC - A gente está falando, de novo, de uma comunidade muito bem organizada, né? Trabalho acompanhando processos de remoção desde 2012, né? Então, uns 13 anos aí que eu já trabalho com isso, e eu nunca tinha visto uma saída como eles conseguiram, assim. Então, isso demonstra também o grau de organização e formação do Vira Lata, né? Especialmente das lideranças. Então, eu acho que isso é um ponto importante para a gente considerar, assim, né? Por um outro lado, a gente está falando de um processo que é bastante mediado pelas lideranças também, né? Então, esses acordos que, no geral, a gente faz em assembleias e tudo mais, em outros casos, lá a gente costurar muito com as lideranças, né? Então, tem bastante essa figura da mediação, que tem o lado bom e o lado ruim, né?

E aí, tendo dito isso, eu acho que nas assembleias, eles costumam mobilizar bastante gente, assim, mais do que eu vejo em outros lugares, em termos de número de pessoas, né? Sei lá, mais de 50 pessoas na última, né? Com o pessoal participando e tal. Então, eu avalio bastante positivamente a participação das famílias nesses momentos.

Pesquisador - E quais estratégias da equipe técnica foram mais eficazes para promover o engajamento comunitário?

C. Assessoria Técnica UFABC - Olha, eu acho que passado essa primeira construção de relação com as lideranças, que foi um processo bastante longo nesse caso, até por todas as experiências anteriores com universidade e tudo mais, e por todo o histórico extrativista da universidade no geral, eu acho que, passado esse momento, uma das principais estratégias foi, de fato, costurar com a demanda deles, que não era fazer um PCRR, né? Isso era uma demanda nossa. A demanda deles era apoiar no processo da regularização fundiária.

Então, a hora que a gente consegue costurar isso de fato, eu acho que fica mais fácil de dialogar com as pessoas. Uma outra estratégia foi uma presença mais cotidiana, né? Não diria cotidiana, mas eu diria mais frequente, na verdade. Então, essa estratégia de ir lá sempre, começar a conhecer as pessoas na rua e tal, foi bem importante também.

Pesquisador - E quais desafios ou barreiras dificultam a participação ativa da comunidade?

C. Assessoria Técnica UFABC - Eu acho que não tem... Uma questão é que não tem um histórico de atuação coletiva não mediada. Eu acho que eles não têm esse histórico. Então, é sempre muito mediado. O que é bom, porque as lideranças são muito espertas, muito experientes, espertas no melhor sentido da palavra, tá? Experientes, né? Tanto é que é isso, eles conseguem uma saída muito boa, sim. Então, eu acho que isso é uma questão bastante importante. Mas tem outros fatores também, né?

É isso, assim, é uma discussão que acaba sendo mediada e não é coletiva... É coletiva em outra escala, né? Entre a escala das instituições que estão envolvidas e tal, e não na escala das famílias. Mesmo assim, né? Que é, de novo, eu não estou colocando juízo de valor nisso, que eu não acho que é o caso, mas que tem seus prós e contras.

Pesquisador - E quais mudanças você percebe na comunidade desde o início da implementação do PCRR?

C. Assessoria Técnica UFABC - Ah, eu acho que a gente ficar forçando o tempo inteiro que pudesse, que fizesse, né? Que se fizesse mais assembleias e tudo mais, eu acho que botou uma sementinha dessa discussão mais ampla. Assim, eu acho que isso, com certeza. Tanto é que agora, nas últimas atividades que a gente fez com esse comitê que a gente chama, já vai chegando mais gente, né? Eu acho que isso tem sido positivo. Uma outra questão é a própria inserção da discussão das mudanças climáticas, né? E a preparação frente a esse cenário, que

pelo menos eu não percebi quando eu cheguei, que esse fosse um assunto que estava tão evidente para as pessoas. Também por ser um lugar onde não é um lugar de ilha de calor, eu acho que isso também maquia um pouco a situação, né? Mas eu acho que isso é um ponto, com certeza.

Pesquisador - E como você avalia a efetividade das ações realizadas até o momento?

Técnico 2 - UFABC - Você diz as ações...

Pesquisador - Do PCRR.

C. Assessoria Técnica UFABC - Do PCRR? Ah, eu acho que ainda... Eu acho que tem funcionado, acho que está conseguindo cumprir com os seus objetivos, com adequações, óbvio, com ajustes, tanto de expectativa quanto nas atividades de forma concreta, mas eu acho que está caminhando, assim, né?

Ela não é um caso que na discussão do pacote dos PCRRs talvez traga insumos no sentido de diversidade de soluções apontadas. Porque não é um lugar que tem riscos no sentido mais clássico, muito evidentes, muito graves, eu diria assim. Mas eu acho que é um... Eu acho que em termos... Inclusive para a gente aprender a lidar com esse contexto mais contemporâneo da grande maioria dos territórios populares, eu acho que esse caso ajuda a gente também.

Pesquisador - A próxima pergunta, eu vou fazer ela, que é direcionada também à comunidade específica do Vira Lata, no primeiro momento, mas que depois gostaria que você desse uma resposta em relação à política como um todo. A pergunta seria, quais aspectos ainda precisam ser aprimorados ou ajustados para garantir maior impacto do PCRR?

C. Assessoria Técnica UFABC - Bom, eu acho que com certeza, tanto no caso do PCRR como em outros que eu tenho acompanhado, é promover a possibilidade de ações concretas. Porque quando a gente está fazendo um plano na linha de um instrumento de resistência, ele é um documento vivo, que vai responder às necessidades, que variam com o contexto e com o tempo. Agora, quando a gente está falando de uma política pública, se a gente não tem, não consegue dar concretude para aquilo, eu acho que perde muito o valor. E eu acho que no Vira Lata, a gente vê um pouco isso. A gente, por exemplo, as coisas que a gente tem pensado agora, nesse momento que a gente está discutindo as intervenções, e mesmo as propostas de intervenções, é que a gente não tem recurso para executar. Então, isso fica muito na dimensão quase que do sonho.

E aí, eu acho que faltam formas, que eu sei que não são simples, e também não tem uma resposta para isso, mas formas de pensar uma viabilização que seja de uma parte dessas propostas que saem do PCRR. Porque eu acho que isso fragiliza um pouco no território. Uma outra questão que eu acho, apesar de achar absolutamente fundamental essa gestão de risco na escala local, tanto em termos de defesa da vida mesmo, mas também em termos de formação política e de enfrentamento das questões relacionadas à emergência climática, eu acho que a gente ainda tem pouco... Como eu posso dizer? Eu acho que a gente ainda tem pouca experiência em relação a isso.

Eu acho que é uma coisa que a gente está trocando o pneu com o carro andando mesmo. Então, eu acho que ainda faltam mecanismos tanto para a gente lidar com a especificidade de cada caso, e eu não sei exatamente como a gente... Também não tem resposta para isso, mas como a gente encaixa isso numa política de escala nacional, quando cada caso é tão diferente um do outro. E que tem também embutida uma necessidade de discussão com o poder público local, da escala municipal.

Então, eu acho que a gente ainda... Talvez por isso a gente fique tão distante de ações concretas no território, porque tem prefeituras que você consegue falar, tem prefeituras que não. O próprio contexto político de cada caso é muito diferente. Enfim, eu acho que... Eu não sei como a gente equaciona isso numa política pública de escala federal, mas acho que precisa ser melhor dimensionada.

Pesquisador - E como você percebe as diferenças entre os discursos técnicos, comunitários e institucionais na gestão de riscos na comunidade?

C. Assessoria Técnica UFABC - Olha, acho que uma devolutiva, especialmente de uma liderança que, a meu ver, é a liderança mais orgânica dali, ela sempre fala... Pergunta. Ela é uma mulher muito articulada, então ela sempre pergunta o que é aquilo que a gente está falando. Mas ainda a questão da linguagem é uma barreira, com certeza. Então, transpor a linguagem técnica para uma linguagem mais comum, eu acho que ainda é um dos desafios. Mas, por um outro lado, eu acho também que essas pessoas têm um pleno conhecimento do seu território, de cada detalhe dele.

E aí, nesse sentido, eu acho que a gente, como equipe técnica, ter a humildade mesmo, assim, de ouvir com ouvidos bem atentos, é também uma dificuldade que a gente, enquanto formação técnica, tem bastante, no sentido de hierarquização dos saberes. Então, eu acho que é um exercício muito cotidiano a gente poder lidar com isso, lidar com a ideia de que você não é mais o único responsável por propor alguma determinada intervenção, mas você entender que você é mais um na roda de quem está discutindo aquilo. Isso não faz parte da nossa formação, das universidades, no geral. Então, eu acho que isso tem sido também um agente dificultador.

Pesquisador - Então, você comentou um pouquinho sobre essa questão do técnico comunitário, mas ficou um pouco de fora a questão do discurso institucional na comunidade de risco, seja do poder público ou de empresas privadas, etc. Como que entra esse olhar do institucional nessa relação?

C. Assessoria Técnica UFABC - Deixa eu pensar. Olha, eu acho que do poder público, a gente está fazendo um diálogo via governo federal. E aí, eu acho que fica uma coisa muito distante, muito distante. A gente tenta fazer essa costura, mas ainda assim é uma coisa muito distante, a meu ver. Então, eu não sei te dizer, não sei, teria que pensar um pouco mais sobre isso, não sei o quanto isso tem impacto. Da escala municipal, os territórios são frequentemente atravessados pelos poderes locais também.

Então, é nítido que a gente vê a conexão de vereadores que algumas lideranças têm acesso, por exemplo. Então, numa lógica de atuação de vereadores nos territórios mesmo, que não é novidade de agora e sempre aconteceu. Então, eu acho que esse diálogo acaba sendo mais facilitado diretamente com os moradores.

Agora, a área é uma área federal, que tem a concessão de uma empresa, da MRS. Pelo fato da MRS estar, vai ter intervenção que afeta o território, eles tiveram que fazer um diálogo com essas famílias. Isso, eu acho que facilitou muito esse impacto nas questões relacionadas ao Vira Lata e essa relação entre a MRS e as lideranças, que se dá de forma muito mais nítida e muito mais cotidiana. Mas, a meu ver, posso estar enganada, mas na minha leitura isso está muito relacionado porque a intervenção que a MRS precisa fazer de aumentar o trilho para passar os outros trens dela lá, afeta essa comunidade.

Porque as outras que estão quase que inteiras da linha do trem, isso não acontece. A exemplo disso é a Estação, que a gente estava trabalhando e que não tem nenhum diálogo com a MRS, não tem diálogo com a MRS, não tem diálogo com o governo federal, não tem diálogo com nada. Enfim, eu acho que é um caso muito específico, o caso do Vira Lata.

Pesquisador - E há conflitos ou tensões entre esses diferentes discursos? Se sim, como eles impactam a implementação do PCR?

C. Assessoria Técnica UFABC - Com certeza há conflitos. Tanto porque os conflitos se dão em diversas esferas, mas também porque há diferenças de percepção. Se para a gente, equipe, que está relacionada também ao governo federal, tinha essa dimensão de discutir um plano comunitário de redução de riscos, para eles a demanda é outra. A demanda para eles é conseguir ter segurança na posse. Portanto, por meio da regularização fundiária. Acho que é um conflito normal e esperado, porque, afinal de contas, não é simples você viver com insegurança na posse.

Acho que isso é bastante justificável, mas acho que também a gente foi, que faz parte de pensar, ao pensar a metodologia do plano, faz parte a gente, como equipe técnica, aprender a dialogar com os interesses que nos são importantes. Nesse caso, fazer um plano e pensar a adaptação climática, gestão de riscos, com a demanda das famílias. Acho que essa é um pouco a responsabilidade nossa, dar um jeito de fazer isso costurar.

Pesquisador - Fatores políticos e econômicos têm influenciado as prioridades e decisões dentro do projeto? Como?

C. Assessoria Técnica UFABC - Com certeza. Nesse caso, a gente está falando de um processo experimental. Agora o Ministério das Cidades lançou, ou está lançando uma publicação, vai lançar, uma chamada para não sei quantos PCR e tudo mais, mas a gente começou num processo muito experimental.

Então, os tempos de análise, de estruturação da política, com certeza impactaram no andamento do projeto. Mais uma vez, acho que não seja nada que esteja fora, é isso, a gente está experimentando uma coisa que não existe, e aí eu não estou falando só aqui do Brasil, mas de grande maioria dos países não existe esses processos de gestão de risco na escala local, e que faz parte do aprendizado, essas idas e vindas. Eu acho que a questão na escala local muda um pouquinho, porque tem um impacto grande também das eleições no ano passado.

Então, a certa medo não é a palavra, mas essa preocupação dos moradores, a gente está vindo, mas aparece candidato toda hora, não dá para ficar fazendo discussão durante o período de eleição, porque ter um candidato de X, de Z, era uma eleição municipal, então esse era um ponto muito fundamental, dos poderes locais e tudo mais, então acho que impactou muito em pensar essa popularização comunitária no âmbito de eleições. Passado isso, acho que ficou mais simples de articular as necessidades de cada grupo, mas o período eleitoral foi um período bem complexo, não só aqui, mas em outros casos também.

Pesquisador - Agradeço, acho que tem uma pergunta mais aberta minha que acabou não entrando, não sendo abordada nessa lista, mas que também vejo como uma das estratégias, então queria que você falasse um pouquinho mais sobre o aspecto da comunicação, da criação dos vídeos com a comunidade, dos grupos, queria ouvir você falar um pouquinho desse aspecto.

C. Assessoria Técnica UFABC - Bom, acho que isso até foi um aprendizado que veio vindo de outros casos que a gente já trabalhou, que é o fato de sempre montar um comitêzinho para tomar decisões e ir experimentando coisas junto com as pessoas que conhecem de fato a comunidade, e lá não foi diferente. Então, a gente montou esse comitê com algumas lideranças principais e pôde ouvir. De cara, eles colocaram, no primeiro convite que a gente mandou, eles colocaram que tem muitas pessoas que não lêem, que não sabem ler mesmo.

Então, a questão do vídeo sempre foi importante. Partiu deles a ideia de fazer um vídeo, e aí a gente está falando de vídeos muito simples, mesmo assim, nada de edição, nem nada disso, mas é de botar a cada convite que a gente faz ou avisa, por exemplo, quando a gente vai fazer o mapeamento na escala da casa a casa, cada um desses que a gente faz, a gente tem que fazer um vídeo de convite. A gente faz um card e tal, faz um pequeno, um parágrafo, sei lá, convidando, mas também tem que fazer o vídeo.

Então, é uma coisa absolutamente caseira de botar o celular na cara e fazer o convite. A própria advogada que atua no caso já faz não sei quantos anos, ela também faz isso, então foi uma estratégia que a gente acabou se apropriando também. E aí a outra questão são os boletins que a gente usou para Mauá e achou que era uma boa também, porque eu acho que a ideia de você voltar de uma atividade ou ter um papel que você pode ler com calma depois ajuda bastante para que essas pessoas possam ler depois, possam saber onde procurar mais informação ou possa ter um registro das informações que foram colocadas.

Então, essa é uma coisa que a gente sempre tem tentado fazer e que no Vira Lata também utilizamos, tanto os boletins, que nada mais é que um relato um pouquinho do que está

acontecendo, uma justificativa também é um pouco de tentativa de dar uma institucionalização mesmo naquela atividade, para não parecer que são pessoas, mas sim de fato que são as instituições que estão envolvidas naquilo. Eu acho que isso acaba dando um pouquinho mais de peso, um pouquinho mais de legitimidade também e foge da personalização também.

Pesquisador - Para concluir, tem algo que você quer falar sobre que não foi abordado, acrescentar alguma informação que talvez que você pense ser relevante, gostaria de te trazer?

C. Assessoria Técnica UFABC - Não me vem nada à cabeça, assim, eu acho que o Vira Lata foi um caso muito delicado, eu acho que os territórios têm ficado mais difíceis também, por N razões, e o Vira Lata foi um dos lugares, assim, difíceis de construir mesmo, assim, mas no fim, eu acho que o pulo do gato mesmo foi justamente aproximar com as necessidades das pessoas, à medida que a gente consegue, enfim, fazer isso, as coisas começam a andar um pouco, que nada mais é aquilo que a gente sempre se propôs, né, na linha da educação popular, de entender e de trabalhar a partir das demandas, então, no fim, não foi diferente, é que eu acho que, nesse caso, as pessoas, e também com uma entrada um pouco, né, de diversos grupos da universidade, as pessoas estão escaldadas no território, assim, né, cansadas de serem objeto de pesquisa, assim, né, então, eu acho que foi um caso um pouco mais difícil, né, mas que tem conseguido, agora, caminhar.

Pesquisador - Agradeço muito, então, vou encerrar a gravação.

APÊNDICE F – Transcrição de Entrevista – D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH)

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: D. Assessoria jurídica popular - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH)

Realizada em: 14/05/2025

Pesquisador - Quais são os principais desafios jurídicos enfrentados pela comunidade na luta por sua regularização fundiária?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Ali, o maior desafio, até pouco tempo atrás, era a existência de uma ação de reintegração de posse. Então, a ocupação foi se consolidando em 2015, que foi o mesmo período em que houve a ação de reintegração de posse. Antes, existiam algumas famílias no local, no barracão da reciclagem do projeto, mas não era no formato que hoje a comunidade tem. Então, a consolidação foi acontecendo de forma mais recente, uma intensificação do adensamento lá, enfim. Então, o fato de ser ali concomitante à consolidação com o processo de reintegração de posse era um grande desafio. Hoje, a gente tem um novo cenário, que é a obra que vai ser feita, o projeto de segregações da linha do trem.

Isso afeta a comunidade, tanto que tem sido realizadas aquelas remoções de uma faixa, que é a faixa mais próxima da linha do trem. E essa intervenção, essa ida da empresa para dialogar com os moradores, possibilitou que fosse estreitada essa discussão sobre a permanência do restante. Então, existe o impacto da obra, a necessidade de fazer a remoção. Ali houve uma negociação muito importante por parte das lideranças de conseguir que a empresa fizesse uma compensação em moradia. Os moradores não vão ter um custo com a moradia, aqueles que forem removidos. E também de alcançar um compromisso ali da empresa com uma anuência à permanência deles no local.

Então, a MRS, que lá atrás entrou com uma ação de reintegração de posse, que era a maior dificuldade para conseguir discutir a permanência, hoje ela concorda com a continuidade do remanescente da comunidade ali, inclusive desistiu da ação de reintegração de posse. Então, hoje não tem mais uma ameaça.

Pesquisador - Bacana. Como o apoio jurídico tem contribuído para a elaboração e implementação do PCRA?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Olha, eu acho que ali, na verdade, foi mais em razão de um contato mesmo que a gente tem com a comunidade e a disponibilidade da equipe de fazer um trabalho ali na Zona Norte. E uma das áreas que a gente lembrou que tinha ali uma intersecção com essa discussão, que tinha ali, apresentava uma área de risco, enfim, era o Vira Lata. Lógico, ela não é uma das áreas mais graves em termos de risco que a gente tem, mas o fato de a gente ter um acompanhamento e uma relação de confiança com as lideranças há bastante tempo, temos essa relação mais construída, possibilitou que eles recepcionassem a atuação ali na área.

Porque as pessoas tendem a ter um certo receio de qualquer abordagem sobre risco nas comunidades. Existe essa cultura de associar o risco à remoção, então, o que o jurídico possibilitou foi isso, fazer essa ponte e dar uma certa tranquilidade para eles em relação ao trabalho que seria feito ali.

Pesquisador - E sobre isso que você traz, então, você percebe alguma tensão entre os discursos técnicos, jurídicos e comunitários em relação à gestão de riscos no território?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Não, lá no Vira Lata, não. Eu acho que o que acontece naturalmente é um pouco um enrosco para acertar o ritmo do trabalho, um pouco conseguir conciliar as agendas e até a percepção da comunidade da importância do trabalho. Então, como essa atuação lá não vem exatamente de uma demanda da comunidade, não foram eles que apontaram a necessidade de um acompanhamento técnico, teve que ter esse tempo de construir com eles a importância de fazer esse tipo de acompanhamento ali.

Inclusive, destacando para eles que, olha, a gente precisa ter um olhar sobre as áreas de risco, porque as áreas de risco, elas não podem ser inicialmente regularizadas, justamente precisam de uma análise técnica que aponte a possibilidade de regularização com a realização de alguma obra, de alguma mitigação e tal. Então, essa foi a forma deles irem conectando a intenção deles da regularização fundiária e esse levantamento do risco como uma etapa para isso, para eles alcançarem aquilo que eles querem. Então, a gente só teve que fazer um pouco essas conexões, mas não vejo nenhuma tensão.

Pesquisador - Ampliando até um pouco essa mesma pergunta ainda, em relação ao discurso institucional do risco, há alguma tensão que, como você traz, que há um interesse privado, mas que agora retrocede na integração de posse, e juridicamente isso também teria esse efeito ali das remoções, as tensões nesse sentido. Então, ampliando essa questão até para o discurso institucional de risco ali nesse território, como você percebe?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Eu vejo que hoje ele tem um... Hoje está diferente, mas antes, até da equipe começar a desenvolver esse trabalho ali, estava bem tenso. Um dos argumentos da MRS para insistir na reintegração de posse era a existência de um risco em razão da proximidade com a linha.

Então, eles diziam que um pouco pelos moradores, mas também muito pelos usuários da linha. Então, essa discussão sempre foi muito delicada, muito difícil. Então, os moradores sabiam desse argumento por parte da empresa e contrapunham. Eles falavam que não existe, eles não entendiam esse argumento de risco. Mas depois, como foi pactuada a faixa que seria removida a partir dos estudos, e também a empresa mudou o posicionamento em relação à permanência do restante, isso distensionou. Então, é esse argumento que trazia do risco em razão da linha do trem, não em razão de nenhuma questão geológica ali. Isso foi diminuindo. Hoje, não acho que tenha nenhum resquício disso.

Pesquisador - E quais estratégias jurídicas têm sido mais eficazes para garantir os direitos dos moradores?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Ali, primeiro foi de fazer uma defesa, tentando restabelecer o histórico de relação com aquela área. Então, no primeiro momento, a gente foi por esse caminho, até porque quando a gente fez a defesa, a reintegração de posse, não tinha a lei atual de regularização fundiária. A gente utilizava muito a lei do Minha Casa Minha Vida, a 11.977. E aí, nesse meio tempo de construção do processo, teve a aprovação da lei da REURB, juntando tudo o que trata de regularização fundiária urbana, e aí nós entramos com o pedido de regularização. Então, isso deu uma reposicionada na discussão do Vira Lata. A gente estava ali em 2016, 2017, no momento que a Secretaria de Habitação tinha ali, buscava fazer uma ponte, um diálogo nos casos de conflitos fundiários, e aí o Vira Lata foi um deles. Então, a Secretaria de Habitação teve um papel importante na época de trazer a empresa para essa conversa com os moradores e com o jurídico, de trazer a possibilidade de permanência.

Então, falando que a legislação permitiria isso. Então, a estratégia que a gente seguiu foi nesse sentido. No primeiro momento, lógico, de fazer a defesa e destacar que aquela relação com aquela área não era nova, como a empresa dizia. E no segundo momento, uma mudança da legislação foi de focar na regularização fundiária.

Pesquisador - Agradeço. Vou fazer uma pergunta já agora que conclui as pré-escritas, mas você traz dessa consensualização, digamos assim, dessa pactuação que ocorreu entre os moradores que estavam ali em área de desocupação, em área de remoção, com esse compromisso por uma compensação da instituição. Que eu vejo assim como um mérito, porque muitas vezes quando há essa necessidade mais forçada realmente de ter que tirar, etc., ter essa garantia de uma compensação, ela elimina muitas dificuldades em função da desterritorialização, tirar essa pessoa, o que vai, criar novos riscos, etc. Então, queria que você fizesse um comentário sobre a participação social nesse processo e se esses termos de compensação você sentiu que conseguiu de fato ser uma coprodução, uma coparticipação entre esses atores envolvidos. E se foi efetiva, como que é a sua análise desse processo como um todo?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Eu, assim, esse resultado ali em relação à remoção, eu vejo como, primeiro, uma conquista absurda dos moradores, de uma habilidade importante das lideranças de terem conseguido chegar nesse resultado, porque foram eles que conduziram isso. Quando a informação chegou para mim, por exemplo, todo o formato ali já estava acertado. Então, ficou estabelecido que a empresa aprofundaria os estudos para ter certeza do impacto dessa obra, de fato, para reduzir a quantidade de pessoas removidas, diminuir o impacto na comunidade, inclusive com a apresentação desses levantamentos técnicos.

E as famílias que fossem atingidas, que elas seriam atendidas, ou seja, teriam o que chamam de compensação habitacional, que é o que a gente chama de chave a chave. Ela perde a casa dela, mas ela recebe uma outra unidade habitacional. Isso é super importante, porque isso representa...

Por que é uma compensação? Porque as pessoas não entram no endividamento da moradia, porque se esse atendimento fosse feito pela prefeitura ou CDHU, essas pessoas teriam que pagar pelo imóvel. Então, por isso que eu acho que o resultado ali foi fenomenal, porque eles conseguiram convencer que a empresa deveria, absorvendo o custo dessa obra, desse projeto, essa compensação habitacional.

Então, as pessoas investiram na casa delas, elas vão perder essa casa, mas vão ser compensadas com uma outra unidade. E foi também importante, porque estabeleceram uma equivalência em termos de custo. Então, por exemplo, o que as pessoas receberam como unidade habitacional é equivalente ao que custaria a produção de uma unidade habitacional em algum programa público.

Então, não foi feito uma avaliação de quanto custam as benfeitorias da sua casa. Isso até foi feito para mostrar que, se fosse só feita a indenização, você receberia tanto, mas o nosso compromisso é garantir que você tenha uma outra alternativa de moradia. Então, é um resultado muito inédito, porque a gente só ouvia dizer de saídas nesse caminho por meio do PAC, por exemplo, quando tinham obras de infraestrutura, e aí as pessoas eram atingidas, e aí dentro do PAC ali tinha uma previsão do que a gente chama de chave a chave, mas em nenhuma outra hipótese isso acontece.

Se é uma obra pública da prefeitura, as pessoas pagam pelo imóvel. Se é uma obra do Governo do Estado, as pessoas pagam pelo imóvel e muitas vezes pagam muito alto, porque hoje a tendência é que tanto o município quanto o Governo do Estado coloquem esses atendimentos via PPP, que praticamente aplicam regra de mercado. Enfim, acho que em algum momento é importante trazer um pouco de uma análise mesmo do que foi esse resultado lá no Vira Lata, porque eu considero hoje, e eu atuo com moradia há muitos anos, esse é disparado o melhor acordo que eu já vi feito em favelas.

Pesquisador - Então, me chama a atenção e até o ponto que eu ia até te perguntar para entender um pouquinho mais, porque geralmente que a gente tem onde há processos de retirada dessas pessoas etc., muitas vezes quando são contemplados, é uma questão lá de um auxílio aluguel,

são políticas ineficazes que de fato não suprem, que não atendem, que não dão conta ou aquele movimento de um abrigo provisório para outro e para outro e nunca se resolve. Então, esse precedente que você está trazendo, como você percebe isso? Até de uma maneira mais ampla, pensando na questão da regularização fundiária, pensando na questão de outras áreas de risco que possam ser impactadas pelo PCR em outros espaços, como você vê essa conquista e essa questão do protagonismo da própria comunidade nisso tudo?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Então, eu acho que é isso. Ele abre um precedente para mostrar que é possível, mas ele não abre um precedente para falar, olha, isso é obrigatório, porque é isso, é uma tratativa com uma empresa privada que está executando um projeto de infraestrutura que tem relação com o interesse público. Então, mas... Por isso que eu acho que eu digo a importância de sistematizar e até divulgar o que aconteceu ali no Vira Lata, porque isso tinha que ser uma prática. Por exemplo, até pegando como exemplo o que está acontecendo hoje no Moinho. Toda a pressão das famílias saírem de lá é para elas aceitarem um tipo de atendimento habitacional que não atende à necessidade daquelas famílias, ou seja, algumas pessoas foram para o auxílio aluguel e é isso, eles dizem, olha, o auxílio é um auxílio, ele não vai pagar o teu aluguel e não paga. E aí fica esperando o atendimento definitivo e quem aceitou o atendimento definitivo nas condições que eles colocaram, o custo com a moradia leva a um sufocamento das famílias, é essa resistência que eles estão apresentando. Agora, o que seria correto se eles aplicassem a mesma lógica da MRS ali no Vira Lata? Incorporar o custo da moradia das pessoas nesse projeto. Então, o que essas pessoas têm que ter de atendimento habitacional tem que estar nessa conta. Elas já investiram, elas já têm casa, não faz sentido elas terem que comprar uma outra casa. Então, eu acho que isso é a principal questão para mim. Lógico, tem o fato de conseguir reduzir a mancha de impacto? Tem, isso é importante também. Tem o fato da concordância com a regularização do remunerante? Isso também é muito importante. Mas quem fica não sofre tanto impacto quanto quem sai. E aí, as pessoas que saíram, terem saído com uma sensação de não terem sido injustiçadas, é muito importante. Então, essa para mim foi a maior construção ali.

Pesquisador - Parabéns, parabéns também por ter participado nessa conquista. Já há muito tempo eu iria oferecer esse suporte. Tem algo que você gostaria de comentar de uma maneira mais aberta, menos direcionada, que você acha importante estar trazendo, fazer esse registro?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Eu acho que é isso. Acho que agora fica para a gente ainda o desafio de conseguir efetivar a regularização do remanescente ali e executar as melhorias que precisam. Então, porque é isso, não dá para manter de qualquer forma. Então, inclusive, a preocupação deles é que depois não fique parecendo um cenário de guerra, com todo o desfazimento das casas que não vão permanecer, etc., que não fiquem como se estivessem ali numa terra arrasada. Então, acho que esse é um desafio que permanece, de como vai ser de fato o desfecho ali no Vira Lata. Mas é isso, não tem como antecipar as coisas, vamos ter que ir seguindo mesmo.

Pesquisador - Agradeço. Só pegando esse gancho do que você traz, então, para além desse processo de regularização fundiária, que é por si só essa luta a ser travada, o quão distante entre um processo de regularização fundiária e um projeto de urbanização você percebe ainda a Comunidade Vira Lata?

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Nossa, ali... É isso, isso não está nem em discussão ainda. Então, a gente não consegue nem ter um diagnóstico do que é necessário executar ali em termos de urbanização. Para mim, isso não está claro, o que teria que ser de fato executado e o que seria imperativo num primeiro momento para uma regularização. Então, a gente ainda está bem longe desse resultado, porque não temos esse diagnóstico.

Pesquisador - Ok, agradeço. Vou encerrar a gravação, muito obrigado.

D. Assessoria jurídica popular - (CGGDH) - Beleza.

APÊNDICE G – Transcrição de Entrevista – E. Representante MRS

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: Representante - MRS Logística - **Realizada em:** 25/08/2025

Pesquisador - Qual o papel da MRS no processo de regularização fundiária e mitigação de riscos na comunidade Vira lata?

E. Representante MRS - Bom, Léo, como eu já tinha sinalizado, né, a MRS é uma concessionária do Governo Federal, transporte de cargas, e especificamente, no trecho da comunidade Vira Lata, ali na região do Jaraguá e Pirituba, a gente está implementando um projeto de segregação de cargas, de trens de carga e trens de passageiros, é o maior projeto hoje da MRS no quesito mobilidade e é onde a gente vai implantar uma segunda linha, paralela à linha de trens de passageiros da CPTM, para se ficar exclusivamente para o transporte de carga. Hoje a MRS, ela compartilha a linha da CPTM para o transporte de carga, que é um grande impacto para a gente, pensando a operação ferroviária. Esse é um projeto grande, é um projeto de pelo menos 10 anos, tá, de 2023 até 2032, praticamente, é um projeto que percorre mais ou menos 10 municípios ali da região da Grande São Paulo e na comunidade Vira lata a gente está trabalhando desde 2023, por quê? Ali é uma área de ocupação irregular e faixa de domínio da União, então a MRS tem, tinha, né, na verdade, um processo de reintegração de posse movido ali com relação à ocupação.

Com a chegada do projeto de segregação, a gente iniciou um trabalho de diálogo com a comunidade, entendendo que existe uma necessidade da companhia na remoção de parte da comunidade. Essa remoção já foi concluída, nós removemos 91 famílias, 91 imóveis, tá, todas essas pessoas foram reassentadas e a área remanescente da comunidade, a gente vai fazer, obviamente, obras de infraestrutura, estruturantes ali naquela região do talude, pra suportar, inclusive, né, garantir segurança à operação ferroviária e à comunidade remanescente, então eu entendo que tanto o reassentamento dessas 90 famílias em unidades habitacionais regularizadas, as quais elas receberam, algumas ainda não, porque a gente está em processo, tá, mas todas irão receber escritura e registro do seu imóvel de reassentamento, então não houve nenhum reassentamento em área irregular e a área remanescente que permanece ali na comunidade de Vira Lata, que a gente tá falando mais ou menos de dois terços do volume total da comunidade antes da chegada do projeto, além das obras de infraestrutura de talude, de construção de muros de vedação e de implantação da linha ali, garantindo a estabilidade estrutural ali daquele trecho, a gente tem um compromisso com a comunidade, né, com os seus advogados, com a própria prefeitura, subprefeitura de São Paulo, de apoiá-los no processo de regularização fundiária. O importante dizer é que a MRS não é executora desse processo, nós não temos nenhuma autonomia enquanto concessão de executar um processo de regularização fundiária, né, a gente vai dar todos os subsídios necessários para a comunidade, o nosso posicionamento é de não necessitar, né, daquela área para expansões futuras, então todo o que for necessário de suporte à comunidade na articulação, né, e nos estudos necessários ali com o DENIT, com a subprefeitura, a MRS vai apoiá-los, tá, isso já é um compromisso e a gente tem isso como uma próxima fase de trabalho.

Pesquisador - Agradeço. E quais desafios têm surgido na comunicação e articulação com a comunidade e outros atores envolvidos no PCRA?

E. Representante MRS - Bom, a MRS não tinha nenhum vínculo de relacionamento com as comunidades antes da chegada desse processo, tá, então a gente chegou exatamente em 2023 ainda sem conhecer um pouco da dinâmica social e da organização comunitária. Quando a gente chega na comunidade a gente encontra três lideranças que se posicionam muito fortemente ali na região, que inclusive blindaram o nosso diálogo com a comunidade em geral, então assim, por mais que a gente teve, tem, né, a parceria de três líderes comunitários, nós tivemos muita dificuldade do diálogo com todos, porque muitas das vezes não nos era permitido alcançar a comunidade.

A gente ficou, de fato, na instância de diálogo das lideranças e não das famílias como um todo. Isso, no meu entendimento, foi desafiador porque geralmente você tem líderes de referência, mas você consegue dialogar com todo, né, e entender melhor a organização comunitária, o funcionamento daquela comunidade, coisa que a gente não entendeu. A gente só conseguiu entender isso quando a gente começou os trabalhos de negociação família-família para desocupação da área, aí sim a gente conseguiu chegar, né, nos grupos de vizinhança, nas famílias e entender um pouquinho melhor a dinâmica. Acho que esse foi um desafio, né, continua sendo, porque acaba que a comunidade remanescente que fica, ela também está ali muito referendada nas lideranças comunitárias, que a gente tem hoje como referência, então acho que a gente tem um trabalho sequenciado a desocupação, a gente vai precisar de pensar junto com eles uma abertura para chegar na comunidade como um todo, mas os outros atores ali do entorno, eu acho que a gente sempre conseguiu manter um diálogo amistoso, em tempo, sem atrasos, a comunidade tem uma advogada que os representa, a gente tem acesso a ela, a gente tem agendas com ela, a subprefeitura de Pirituba, que é a subprefeitura que atende aquela região, também, a gente tem uma boa entrada ali institucional com quem acompanha esse processo todo da MRS, né, a gente sempre alinha o órgão municipal, entendendo que o território ali, a gestão é pública, nós não temos essa alçada de gestão de território, mas a questão das lideranças comunitárias foi bem desafiadora nessa frente, acho que ainda vai ser um desafio, essa blindagem que eles fazem ali, acho que muito né... é uma empresa grande que chega, a gente não tinha construído engajamento, a gente já chega com a necessidade de tirar pessoas, não tinha prazo, então o nosso prazo era o prazo de 2024, quando a gente termina em 2025, no primeiro trimestre, todas as remoções, existia sim ainda, né, uma questão de desconfiança mesmo da empresa, pelo fato dela chegar já com uma necessidade de um impacto tão grande, né, que é a remoção.

Pesquisador - E você pode comentar um pouquinho em relação específico a essa articulação com a universidade, dentro do contexto do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática, do Ministério das Cidades, no território, pode falar um pouquinho dessa amarração?

E. Representante MRS - Posso, na verdade, a universidade quem nos trouxe foram as próprias lideranças, tá, a gente não foi procurado diretamente por eles, as lideranças comentaram do trabalho do programa, né, de redução de riscos, e nós optamos, né, assim, quanto um grupo de trabalho, para compartilhar com eles toda a perspectiva de projeto, as fases de projeto que a gente tá hoje, a gente ainda não tá numa fase de projeto executivo, né, que dá uma visão melhor dos métodos que vão ser implementados e tudo, mas a gente teve, né, a gente teve ao longo desses últimos quase 12 meses de encontros, uma troca mesmo do que a MRS tá planejando tratar ali enquanto projeto, tá, e também receber deles sugestões e recomendações de recursos técnicos, né, de infraestrutura que podem amenizar a questão do impacto numa perspectiva de temperatura, de sustentabilidade, de paisagem, então a gente recebeu, né, do projeto algumas considerações ali importantes, que, claro, a gente vai trazer, a gente tem alguns pontos que a gente já tá considerando, por exemplo, o nosso talude não é um talude, não vai ser um talude concretado, né, vai ser um talude pensando na questão de um trabalho verde ali e tal, então já

tem alguns elementos que a gente tá aprimorando aqui e, obviamente, a discussão com a comunidade remanescente da ocupação ali de algumas áreas que ficarão, sim, remanescentes para uso comunitário, então eu vejo o trabalho muito como uma linha de recomendação mesmo, né, os nossos cronogramas não vão conciliar, a gente não tem perspectiva de atuação de infraestrutura nos próximos 12 meses na Vira Lata, então a gente só entra mais pra frente com obra, de fato, mas as recomendações, eu entendo que elas ficam, né, a gente não perde isso, a engenharia tá tratando disso, pra trazer isso pra dentro do que a gente vai investir ali.

Pesquisador - E de que forma a empresa percebe sua contribuição para a segurança e resiliência do território?

E. Representante MRS - Eu penso duas frentes, tá, os dois grandes impactos que a gente causou, o primeiro foi a segurança de moradia pra esse público que sai, né, por um processo de reassentamento involuntário, obviamente, é um dos maiores impactos, né, que o empreendimento pode causar no território, mas, ao mesmo tempo, elas são compensadas com reassentamento em unidade habitacional regularizadas, ou seja, elas saem de uma insegurança de moradia pra uma segurança de moradia, entendendo que em área da União não se aplica o uso capital, e elas não teriam ali, né, num primeiro momento, nenhum tipo de segurança de moradia, então acho que esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é, de fato, essa abertura e apoio ao processo de regularização fundiária da faixa de domínio remanescente, entendendo que não haverá mais necessidade da ferrovia de expansão, e que essa área pode, sim, continuar com a ocupação e, obviamente, a busca pela regularização, pra que essas famílias remanescentes também sejam contempladas com o que a gente fez com as famílias reassentadas, né, o direito de moradia numa perspectiva fundiária mesmo, né, de regularização, acho que essa é a frente. Uma última frente é, de fato, a segurança da infraestrutura, né, quando eu implemento a linha de trem de carga, eu preciso conformar todo o entorno e garantir segurança à operação ferroviária, e, conseqüentemente, esse investimento na segurança ferroviária, ela se aplica à área vizinha, né, porque toda a tecnologia e a infraestrutura adotadas beneficiam também a comunidade que permanece, né, a gente tem uma escola ali do lado, é uma escola que também a gente vai trabalhar alguns investimentos com a direção da escola, e aí, mais uma vez, os alunos dessa escola se beneficiam com algum investimento que a gente vai levar pra dentro da unidade escolar, né, a gente abriu as conversas com os diretores, agora de forma mais assertiva, na semana passada.

Pesquisador - E lembro que você tinha trazido, e eu gostaria de ouvir um pouquinho mais em relação a essa reparação, né, extrapatrimonial para além da casa, dessa proposta do chave a chave, que, digamos, que chega a ser inédita também, como precedentes, né, ali de uma política, entendo assim, né, mas vocês trouxeram, você havia comentado que paralelo a isso, há todo um planejamento, há médio-longo prazo de acompanhamento dessas famílias também, com uma política não estrutural ali também, queria que você comentasse um pouquinho sobre isso.

E. Representante MRS - É, na verdade, o plano de reassentamento, ele prevê o monitoramento socioeconômico das famílias reassentadas por um período de até 18 meses. A gente faz pelo menos três campanhas dentro desses 18 meses pós-mudança, que é uma pesquisa mesmo de entender a adaptação da família no território de destino, né, é medir de fato o impacto, o impacto econômico, o impacto de educação, saúde, adaptação, e entender, se em alguns casos a gente precisa de dar algum tipo de suporte, além do que a gente já está dando, né. Um exemplo que acontece muito é referenciamento em unidades de saúde, acaba que as famílias não conseguem, né, principalmente os mais idosos, eles não conseguem ter essa movimentação no novo território com uma celeridade adequada para se reinserirem, então a gente mapeia isso principalmente para não deixá-los fora da assistência da saúde. Uma outra questão é a adaptação no imóvel, questões mesmo de, vamos pensar em unidades habitacionais apartamentos, né, houveram reassentamentos em unidades habitacionais, modelos de apartamento, então a

questão condominial, as regras de condomínio, o respeito, se está tendo algum tipo de conflito, então a gente passa por isso, nesses 18 meses, monitorando essas famílias e fazendo inclusive uma base-line, né, com o cadastro inicial da desocupação, mais a curva de adaptação nos monitoramentos, então isso é previsto no ponto que foi reassentado, tá, em 18 meses, no mínimo três campanhas.

Pesquisador - E só para conseguir até extrair mais informação, acho uma política muito interessante, né, pensando até na dimensão que vocês falam que em todo território nacional existem outros municípios que também estão neste processo, né, essas, vou chamar assim, essas diretrizes, esse protocolo de acompanhamento, ele é elaborado a partir de orientação de alguma política, um estudo de caso, o que subsidia e como vocês vêm construindo assim esse caminho?

E. Representante MRS - Não, você tem algumas diretrizes nacionais e internacionais que rezam boas práticas de remoção involuntária de população, tá, então assim, nós somos uma concessionária, o DENIT, ele prevê, ele tem um programa de realocação de pessoas, ele tem uma orientação, um normativo técnico de orientação para análise de vulnerabilidade social, e nós temos padrões de desempenho internacionais, o IFC, Banco Mundial, que tratam sobre realocação de pessoas involuntárias, então todo esse ciclo, tá, de cadastro, de diálogo, de reassentamento, de monitoramento, de fechamento e desligamento, ele não é um ciclo proposto pela MRS, pela nossa metodologia, tá, isso já é implementado em grandes empreendimentos de impacto, e a gente traz pra cá entendendo o impacto que se aplica a esse ciclo de acompanhamento. Então você tem normativos aí que rezam isso, você tem algumas políticas, então a gente vai trazendo essas referências técnicas para ter conformidade, né, dentro de um padrão de boas práticas que são implementadas no Brasil, então mineração, hidrovias, ferrovia, hidrelétricas, energia, então se você buscar esses tipos de empreendimentos, todos eles já rodam, né, um trabalho de remoção e reassentamento dentro disso, pensando a vulnerabilidade social, né, então é um pouco dessa linha, os indicadores vêm do Ministério da Assistência Social, né, que olha ali pra vulnerabilidade, então a gente traz os indicadores que a gente tem aí dentro de novas técnicas.

Pesquisador - E dentro dessa prática, assim, pensando aqui na próxima questão, existem práticas ou processos que poderiam ser aprimorados para atender melhor as necessidades da comunidade?

E. Representante MRS - Eu acho que sempre existe, assim, independente desse processo, quando você fala de engajamento comunitário e diálogo, sempre existe possibilidade de melhoria, pensando o tempo de engajamento, os prazos propostos com a comunidade, um entendimento melhor da dinâmica social, eu acho que todos os processos existem, nesse processo, por exemplo, a gente viu que não ter diálogo direto com a comunidade impactou, né, então assim, é o que a gente quer melhorar, se a gente perceber situações como essas em outras frentes de trabalho, a gente quer melhorar antes da gente tocar o processo como um todo, né, a gente quer, a gente precisa de alcançar, né, então assim, eu vejo que sim, acho que tem uma robustez técnica, né, de análise de indicadores, de vulnerabilidade, de pesquisas imobiliárias, de articulações institucionais que permeiam o processo, mas eu acho que, assim, nesse especificamente, a gente conseguir garantir o diálogo uniforme para todos os envolvidos seria, né, o que a gente poderia ter melhorado e a gente não conseguiu, e aí para o remanescente a gente vai trabalhar isso.

Pesquisador - Você traz alguns elementos, algumas palavras assim, até fazendo uma outra questão importante, você traz a questão da mobilização, do engajamento, né, desse diálogo, e hoje o que a gente percebe nessas políticas, como você citou, então a gente tem lá os Planos Municipais de Redução de Riscos, né, ampliando um pouco, né, até essa temática em específico, mas que apontam para essa questão, da comunidade, da participação social como norteadora desses processos, para além de uma consulta, mas com uma co-criação, co-atuação, né, junto,

então queria que você comentasse um pouquinho mais, falasse nesse aspecto da participação social, então, entre esses desafios e potencialidades, se você puder trazer mais alguma leitura sua.

E. Representante MRS - Assim, eu parto realmente do princípio que a participação social é além de comunicação, né, assim, comunicar um projeto, comunicar um evento, comunicar um processo é necessário, mas entre comunicar e implementar algum processo, é muito importante que a gente consiga levar para a população diretamente afetada, é, informação e deixá-los contribuir e construir a solução, né, hoje a gente ainda vive, até na própria MRS, situações em que a gente consegue implementar a construção coletiva de alguns projetos, e situações que a gente não consegue implementar. Isso vai muito em função da construção de prazos de projeto, né, então assim, quando você desenha o ciclo de um projeto de implantação, acho que hoje ainda é muito pouco praticado esse pré-obra, né, então o prazo da gestão social, ele é curto, e você não consegue criar engajamento, você dar a comunicação, então eu acho que é um desafio que perpassa, acho que toda a discussão de participação social, né, acho que não é só aqui no nosso projeto, mas o que a gente tem buscado dentro da MRS é nos anteciparmos, né, então assim, a gente sai da Vira Lata e a gente vai para Franco da Rocha, um município próximo, eu só vou trabalhar lá ano que vem, mas eu já estou lá desde o ano passado, então, ou seja, as pessoas estão sendo ouvidas, elas estão podendo falar sobre o projeto, elas estão podendo criticar o trabalho, e elas estão tendo propriedade para que quando chegar ano que vem, a gente feche um processo que foi participativo numa perspectiva das pessoas poderem ser ouvidas, trazer as coisas para a MRS e a gente ir formatando isso. Nesse projeto em Franco da Rocha eu estou com tempo, na Vira Lata eu não tive tempo, né, e é muito desenho mesmo de projeto, né, mas eu acredito que a participação social ela precisa sim de estar mais incorporada nos grandes empreendimentos aí, e aí eu acho que o estudo de redução de dano fez uma escuta, né, não casou os prazos com o nosso processo da gente tentar incorporar na íntegra o que vem aí, mas enfim, o município vai abraçar isso, né, tem muita responsabilidade aí que não é da MRS, o município vai abraçar, e aí acho que cabe ao município entender o que vai ser aplicado ou não, né, dentro dessa proposição aí do plano.

Pesquisador - Agradeço muito por ter compartilhado um pouco dessa experiência, desse conhecimento, dessas articulações. Você gostaria de acrescentar algo, algo que não foi abordado, mas que acha importante, relevante?

E. Representante MRS - Não, Léo, eu acho que assim, acho que o plano, o plano, não sei os desafios do plano, né, porque eu acredito que a turma da universidade também teve dificuldade de alcançar a comunidade como um todo, né, para escutar pelo perfil dos líderes que a gente tem, que são os mesmos que a gente aborda, né, que são as nossas referências, mas eu acho que é um trabalho muito rico aí, né, pensando curto, médio e longo prazo, a melhoria territorial, né, apesar dos nossos prazos não casarem, a gente está absorvendo muita coisa aqui dentro, né, do que veio de recomendação, a gente contribuiu com esse público que, de uma forma ou de outra, estaria numa condição de risco ali na região do talude, que foi quem saiu, e aí, enfim, acho que é mesmo tentar buscar e trazer mesmo o plano à tona aí para as partes, para que a gente possa contribuir.

Pesquisador - Uma vez mais, então, muito obrigado, agradeço por ter conseguido esse tempo.

E. Representante MRS - Por nada, estamos à disposição, tá, se você precisar pode me chamar aqui no zap, se eu puder contribuir, estamos aí.

Pesquisador - Tá ótimo, obrigado, tchau, tchau.

E. Representante MRS - Por nada, tchau, tchau.

APÊNDICE H – Transcrição de Entrevista – F. Liderança Comunitária

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: F. Liderança Comunitária - **Realizada em:** 29/09/2025

Pesquisador - Uma vez mais então, agradeço. E vou começar com as perguntas para a liderança comunitária. Como ficou sabendo sobre o PCRA e por que considera uma ação importante?

F. Liderança Comunitária - O PCRA é o Planejamento Comunitário, né?

Pesquisador - Isso, o plano que é...

F. Liderança Comunitária - É a Legalização Fundiária, não é isso?

Pesquisador - O plano que a universidade fez de avaliar os riscos, etc. Trazendo a questão da regularização.

F. Liderança Comunitária - Certo. Bom, quando eles vieram falar sobre isso com a gente, eles já vieram respaldados. A gente já recebeu alguma orientação da Dra. D. E a gente sabia a importância que tinha isso. Que até então, eu era totalmente leiga desse tipo de trabalho que tinha que ser feito para a gente poder conseguir a regularização. A gente não sabia nem para onde a gente ia depois desse planejamento todo que foi feito com a MRS. No primeiro momento, houve um pouco de resistência da nossa parte, porque a gente não compreendia exatamente. E aí, a gente também foi... Mesmo eu sendo uma pessoa um tanto esclarecida, com grau de instrução, muitas coisas, muitas palavras, muitas formas que eles faziam as colocações, tinham um desencontro com a minha formação. Então, eu perguntei, comecei a perguntar, a questionar. E aí, eles foram falando com palavras menos técnicas. E a gente conseguiu, começou a interpretar melhor. E aí, quando eu percebi o que exatamente era esse trabalho, a gente ficou muito feliz. Porque a gente sabia que a gente está no caminho certo, buscando o formato certo para a gente conseguir o que a gente quer, que é ter um documento que nos diga que nós temos o nosso lar de fato, que não é balela. Então, é claro que a gente tem que ter as reduções de risco, eles verificaram tudo isso, tudo que tem que ser replanejado, refeito, fazer da forma correta. E, para nós, o primeiro momento foi assustador, mas depois foi gratificante.

Pesquisador - E como as lideranças locais têm mobilizado os moradores para participar das atividades do PCRA? Quais foram as estratégias das lideranças?

F. Liderança Comunitária - Eu sempre fazia oficinas, que, na verdade, no primeiro momento também foi uma palavra, que eu sei que é uma oficina, que é uma reunião de todos, mas a comunidade não sabia. Então, a gente precisou nos reunir várias vezes para traduzir palavras técnicas para palavras mais comuns, tipo, vamos fazer reuniões bimestral, mensal, para poder falar disso. E a gente usava o canal que nós temos, o WhatsApp, o grupo do WhatsApp, de todos que estão associados à comunidade. Então, todos recebem as informações por ali, a gente entende que uma grande parte das pessoas da comunidade são leigos, são semi-analfabetos ou semi-alfabetizados, e não conseguia ler algumas informações. E quando pedia para alguém ler, a pessoa traduzia, às vezes, do jeito que queria entender. Então, a gente começou a fazer vídeos, pequenos vídeos de chamada, para eles participarem da reunião, convocá-los, mostrar para eles o que a gente precisava, que tipo de olhar nós tínhamos que ter para dentro da nossa comunidade, quais eram as nossas reais necessidades, quais eram as necessidades de vida pessoal, porque muita gente, às vezes, levava problema de ordem pessoal para dentro da reunião de riscos que não tinha nada a ver. Então, a gente foi trabalhando isso em conjunto, junto com

o pessoal da faculdade, com o pessoal da MRS, a doutora D. o A., e aí a comunidade, devagar, começou com pouquinhos pessoas e foi indo, e agora eles estão entendendo todo o nosso trabalho, dando maior credibilidade, maior respeito, e se juntando a nós nessa responsabilidade social.

Pesquisador - E falando um pouquinho sobre esse processo, existe alguma estratégia que tenha funcionado bem, então, para engajar a comunidade? Quais foram os desafios?

F. Liderança Comunitária - Então, foram justamente isso, porque antes os meninos da faculdade traziam aqueles jornaizinhos para a comunidade, que visualmente, as fotos, viam, mas às vezes não compreendiam por conta da leitura, então, nós traduzimos as palavras técnicas dos jornaizinhos para palavras mais, vamos dizer, mais do dia a dia, mais comum, e criamos formato nos vídeos. Acho que o que engajou mais foram os vídeos. Então, porque a gente tanto gravava eles, passando junto com a gente na comunidade, como a gente gravava, às vezes, os próprios adolescentes, os próprios moradores, na hora que a gente estava fazendo o trabalho, o que eles estavam vendo, chamando para a reunião, “vem com a gente, vamos lá”, vamos dizer assim, “vamos com a gente lá para a reunião, que é do seu interesse, é do meu interesse, é do seu interesse, é do nosso interesse”. Então, essas frases e esses vídeos foram ficando mais visíveis, foi agregando mais com o pessoal. E junto com vídeos da doutora D. também, mostrando de forma mais clara, mais, vamos dizer, com palavras menos rebuscadas, menos técnicas, a colocação de chamados para a reunião. Então, houve assim um conjunto. E aí a gente chamava, por exemplo, o pessoal que a gente sabia que tinha mais comunicação na comunidade, então a gente pedia para essas pessoas dividirem as informações, multiplicarem as informações, chamar as pessoas, chamar seu vizinho que saiu do grupo, porque né, ou uma pessoa que não tem celular, fala para o seu vizinho, fala para ele a importância. Então, houve maior engajamento aí. O grupo do WhatsApp por vídeos, áudios e vídeos, foi o que gerou maior engajamento.

Pesquisador - Teve essas pessoas então que atuaram também como mobilizadores, digamos, você também dividiu essa responsabilidade assim, teve pessoas que contribuíram com essa divulgação?

F. Liderança Comunitária - Sim, eu e o M., a gente sempre falava para eles, falava assim, “gente, do mesmo jeito que vocês falam para a gente, vocês têm que falar para eles”, não adianta, a gente passa aqui no grupo, mas aí vem uma pessoa e põe lá, posta lá uma coisa lá “to vendendo”, aí esquece tudo que nós falamos. Nós começamos a colocar um pouco de ordem nisso também. Por exemplo, a gente não tem problema nenhum da menina do mercadinho ali fazer uma promoção para o pessoal da comunidade, ‘tem pão fresquinho, estou com promoção disso’, não tem problema. Desde que ela respeite que quando a liderança ou alguém da comunidade que tenha uma voz forte dentro da comunidade, fale ali no grupo, ela respeite até que as pessoas visualizem e respondam a respeito daquilo que a gente colocou. Ela não pode pôr uma propaganda em cima do que a gente falou. Então, a gente criou algumas regras e buscamos isso. Aí as pessoas vinham e falavam para mim no particular, “a F. assim assim...assim”, fala lá no grupo, fala no seu grupo, coloca no seu status. E assim a gente começou.

Pesquisador - Foi tudo sendo combinado e organizado ali entre eles, essas regras.

Liderança Comunitária 1 - Exatamente.

Pesquisador - E como você avalia o impacto das intervenções realizadas até agora na vida da comunidade?

F. Liderança Comunitária - Olha, eu não sei se seria bem essa a resposta, mas assim, eu acho que o impacto foi grande, mas foi positivo, porque acredito que a gente passou por três solicitações de intervenção para fazer a remoção da gente via Ministério Público, que é a reintegração de posse. E nós conseguimos passar por tudo isso, e hoje até o processo ser extinto.

Então, para nós é positivo, porque se não fosse dessa forma como foi feito o impacto, está sendo feito, talvez hoje eu não estaria aqui para te contar a nossa história, porque provavelmente já teriam feito a reintegração de posse de todos nós e nós não teríamos como morar. Então, para mim, eu me sinto gratificada, porque eu não vi nenhum morador daqui sair para a rua. Todos eles têm moradia, todos eles têm seu apartamento, sua casa, com escritura, contratinho de gaveta, vão sair daqui para morar em outra comunidade, só se quiser, porque ganhou lá seu apartamento, sua moradia, vamos dizer assim né. Então, para mim é gratificante, porque tanto faz quem tinha casa, sobrado, bem construído, com mármore, seja lá o que for, com lajota, com material de primeira qualidade, como quem tinha um barraquinho caindo aos pedaços, ganhou o mesmo direito, chave na chave. Então, ele teve ali um apartamento ou uma casa pago, quitado. Então, para mim é bem positivo até aqui, porque aqui nós estamos começando um outro processo, que é o trabalho que a faculdade fez, que é o PCRA, que a gente está buscando aí para conseguir a documentação de cada morador. Então, até aqui eu estou me sentindo bem gratificada, gratificada por Deus. A gente não recebe gratidão das pessoas, são poucas pessoas que se sentem gratas pelo trabalho que é feito na comunidade. Geralmente, os associados acham que a liderança tem obrigações além da que faz, mesmo os líderes não sendo assalariados. Então, isso às vezes nos deixa um pouco constrangidos, entendeu? Mas assim, a gratidão vem de Deus, e isso tem sido muito gratificante, muito gratificante. Eu fico imaginando, se eu estivesse morando ali, onde as pessoas receberam a remoção, eu estaria gratificada, muito gratificada, me sentiria muito gratificada, porque eu saí, seja de uma casa ou de outra, mas eu não fui para a rua, não fui para o pátio de uma escola, nem nada, eu fui para a minha casa. Então, eu acho isso muito gratificante.

Pesquisador - E de que forma os discursos externos, por exemplo, os técnicos, as empresas, como que isso tem influenciado na percepção de risco dos moradores?

F. Liderança Comunitária - Como assim? Não entendi a pergunta.

Pesquisador - Como que a fala da equipe técnica, da MRS, como que o que eles falam sobre o risco, por exemplo, como que isso tem influenciado a percepção dos próprios moradores acerca de risco, acerca dessas questões do território?

F. Liderança Comunitária - De agora você fala ou do pessoal que saiu da remoção?

Pesquisador - Da comunidade aqui, dos moradores.

F. Liderança Comunitária - Quando começou com a remoção, foi muito assustador, porque primeiro todo mundo achava que ia sair todo mundo, aí ninguém queria sair, depois que viram que o pessoal estava ganhando apartamento, não era balela, não era conversa, aí todo mundo queria sair, agora todo mundo quer ter um apartamento, todo mundo quer, mas quando foi batido o martelo, falou, não, acabou, agora quem fez a remoção já recebeu, é isso, quem não foi a que vai ficar e vai fazer a avaliação de risco, o que precisa ser melhorado, no primeiro momento eles acharam que era a associação que estava criando problema para eles receberem documentos, mas depois que eles começaram a participar da reunião, perceberam que não, que isso, a gente tem que atender os requisitos que o Ministério Público, a Prefeitura ou o governo cobra que a gente tenha para poder ter essa documentação, eles estão mais tranquilos, estão mais gratificantes, eles querem fazer, eles querem ter certeza do que eles podem e não podem fazer, então hoje eles estão mais objetivos, eles estão mais junto da gente com o objetivo de fazer as coisas darem certo, e levou um tempinho, hoje a gente tem um pouco mais de tranquilidade, antes eu não conseguia nem dormir, era meia-noite, uma hora, duas horas, três horas, quatro horas, tinha gente mandando mensagem no meu celular, tinha mensagem uma atrás da outra, e achavam que a gente tinha a obrigação de atendê-los, independente do que a gente estava fazendo, tinha que parar tudo e atendê-los, e foi muito complicado a gente fazer eles entenderem que não é assim, que a gente também tem a nossa luta pessoal, a nossa vida pessoal também, mas eu acredito que dentro disso que você me colocou, eu acho que está tendo

uma união maior, ainda tem um pequeno grupo que eu acho que hoje, na nossa reunião que nós vamos ter com a MRS, vai conseguir acordar um pouco mais para a realidade do que foi o trabalho da associação dentro da comunidade, para conseguir o que a gente está conseguindo, avaliar esses riscos. Mas nós temos casos aqui que são aqueles que você participou da última reunião, que foram apontados os riscos maiores, que eles estão bastante preocupados em resolver isso, estão buscando em conjunto, até mesmo vizinhos querendo ajudar o outro, para poder a coisa se formalizar e dar tudo certo.

Pesquisador - Mais uma pergunta, como a liderança comunitária enxerga o papel do PCRA na construção de uma solução duradoura para os riscos locais?

F. Liderança Comunitária - Como que a gente enxerga isso? Nossa, eu enxergo isso de forma maravilhosa, porque eu me sinto... Ai, vou me emocionar! É saber que a gente está fazendo o certo, a gente está numa luta certa, numa luta abençoada, porque a gente sabe que muita gente espera por isso, por esse trabalho, por anos a fio. E nós estamos nessa empreitada há uma média de três anos, mais ou menos. Então, acredito que não tem outra maneira de dizer, a não ser dizer assim, a gente está se sentindo abençoado. É claro que nós temos ainda muitas pessoas que ainda não conseguiu enxergar da forma como a gente está enxergando. As pessoas ainda acham que é balela, que ainda não vai acontecer. Mas a gente que está participando da documentação, da coisa funcionando, das coisas acontecendo, do resultado do trabalho que é feito, dos relatórios que são feitos, para nós que estamos mais próximos disso, está sendo gratificante. Para mim, vou falar por mim, F., como líder, estou me sentindo extremamente motivada, bem feliz mesmo.

Pesquisador - Agradeço

APÊNDICE I – Transcrição de Entrevista – F. Morador com Liderança Comunitária

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: Morador/líder comunitário F. Vira Lata (roteiro morador aplicado a líder)

Realizada em: 29/09/2025

Pesquisador - Eu vou iniciar agora umas perguntas que eu gostaria que você respondesse, digamos, mais com o morador, digamos assim. A ideia seria, até se pudesse conversar com outros moradores, seria muito bacana. Mas como, por enquanto, não fizemos, eu gostaria de aplicar em você, até para você avaliar as perguntas também e etc. Pode ser?

F. Morador/líder - Vira Lata - Pode ser.

Pesquisador - Então, tá bom. Vou fazer uma primeira pergunta. Há quanto tempo reside no território e como se deu a sua vinda?

F. Morador/líder - Vira Lata - Nossa, Léo, vou te falar uma coisa para você. Eu sou muito ruim de data, assim, de expressar datas mesmo. Mas, quando começou a pandemia, né, eu vim morar aqui. Eu estava vivendo um momento muito difícil na minha vida, né? Porque eu tinha saído de uma falência de uma empresa que nós tínhamos conseguido, conquistado. Eu tinha uma Microlins. Mas eu estava com problema de saúde, aí tinha que deixar na mão dos outros. E você sabe que empresa que o dono não está junto, o olho do dono engorda os bois, né? Então, infelizmente, aí eu fiquei ruim, fiquei doente, comecei a ficar mal. E aí, quando nós fomos buscar tratamento, aí descobri que eu sou portadora de doença de chagas. Além de que eu tenho um tumor na cabeça do lado direito, tanto que eu sou surda do lado direito. E aí, quando meu esposo descobriu isso, meu esposo, uma semana depois, infartou. Ele ficou muito ruim, ficou muito mal. E aí ele foi internado e tal. Então, foi um choque muito grande, porque nós estávamos numa realidade, numa crescente que, de repente, deu uma queda e a gente teve um problema um atrás do outro. Enfim, nós não conseguimos arcar mais com as nossas despesas, com a nossa vida financeira. Ficou muito difícil, muito difícil mesmo. Chegou um momento que a gente não estava conseguindo pagar o aluguel. Nós pagávamos aluguel naquele momento. E aí, estava tendo a invasão. Aqui, começou lá em cima, né? Era só lá em cima, onde tinha a fábrica. Depois começou aqui embaixo. Aí, um dia eu estava aqui. Eu falei para um dos líderes que estava na época. Ele falou para mim assim, se você quiser, tem para vender, 10 mil. Eu falei, 10 mil eu só tenho para... Eu tenho o carro que eu posso desfazer, mas aí, se eu te der 10 mil, eu não vou morar do mesmo jeito. Eu vou ficar na rua do mesmo jeito. Aí, passou.

Meu cunhado, ele plantava aqui tudo. Ele plantava banana, plantava frutas, legumes, enfim. Limão, essas coisas todas. Ele tinha uma plantaçãozinha, milho, enfim. E aí, eles começaram a falar de vir aqui para baixo. É uma invasão, é muita gente contra um, né? Ele falou, então... Aí, eu falei, poxa, se for invadir, podia arrumar para mim, né? Meu cunhado mora bem aqui de frente, né? Nessa outra comunidade aqui de frente. Bem de frente com a minha porta, já, né? Do lado de lá da Viela, é outra comunidade, né? Então, do lado de cá, é a nossa. Do outro lado da Viela, é a casa dele. Do lado de cá, é a nossa.

Aí, ele falou que ia conseguir. A minha cunhada falou, “F., vai ter uma reunião aqui, eles vão separar lote aqui para as pessoas morarem, vão dar”. Aí, eu falei, “ah, eu vou aí”. Aí, eu vim. Cheguei aqui, eles deram um terreninho para a gente lá embaixo. Mas, como o meu cunhado fazia a plantação, tiveram que destruir a plantação deles, para retribuir para o meu cunhado,

eles deixaram esse terreno aqui para o meu cunhado. Esse aqui, é onde nós estamos aqui. E, do lado daqui, era meu. Eles deram para nós. Não, esse daqui era do meu cunhado, esse lá daqui era meu. E aí, o que acontece? Aí, meu cunhado falou que não queria, porque já tinha a casa dele, e o cara chegou e falou, “eu dou dois mil no seu terreno”. Aí, ele ficou assim e falou, “ah, eu vou falar com a mulher”. Aí, quando ele falou isso, eu falei assim, “oh, cunhado, é assim, desculpa falar, mas, se você vai vender para os outros, você não vende para mim”, né? Aí, ele falou assim, “não, mas, se for para você eu do, eu falei, “não, eu não quero que você me dê, eu quero que você me venda. Do mesmo jeitinho, que você ia vender para os outros, você vende para mim, só me parcela para mim, que eu pago, que eu tenho que construir”. Aí, ele falou, “tudo bem”. Aí, parcelou, eu dei mil reais e parcelou o restante. Então, aí, eu comprei, por isso que o meu lote é grande. Não é porque eu sou líder, não, que na época, eu nem pensava em ser líder, era moradora mesmo. Só que daí, para mim vir para cá, o médico falou para o meu esposo que eu não podia ficar muito em lugar com muita poeira, muito pó, enfim, aí, meu marido falou, vou ter que pôr um piso, nem que for simples, mas vou ter que pôr, então, foi aquela correria. Mas, o meu marido, mesmo sem ser pedreiro, ele levantou essas paredes, meu cunhado ajudou ele, e ele levantou cada parede dessa casa. Tem gente que fala, “ ah essa parede está torta, pedreiro...”, só que não foi pedreiro, foi meu marido. E, para mim, está ótimo, para mim, não tem nada torto, torto está pensamento de quem olha, já está entendendo? Porque eu tenho um lar para morar, entendeu? Não foi fácil, Léo, não foi fácil, foi muita luta.

Aí, você imagina, como moradora, você lutando, começando, filha com problema, meu neto precisando de ajuda, a minha outra filha com fibromialgia, minha neta desempregada, foi viver todo mundo aqui. Tanto que, quando vieram fazer o cadastro, fizeram o cadastro de três famílias, porque estava todo mundo morando na mesma casa. Entendeu? Aí, chegou um momento que, quando nós íamos fazer reunião, que eles iam fazer reunião ali em cima, eles começavam a falar, o pessoal começava a gritar, beber, conversar. Aí, tinha hora que eu falava, “o gente, por favor, aí, depois, vocês falam que ninguém presta, vocês não ouvem, não prestam atenção. Como que vocês vão saber se o que eles estão falando está certo ou errado, se você não presta atenção? Você tem que prestar atenção para perguntar”. Aí, então, foi uma, foi duas, foi três, na quarta vez já começaram, “tem que pôr a Dona F. como líder também, tem que pôr a Dona F. como líder também”. Até então, eu ajudava, eu imprimia papel, eu fazia comunicado, mas eu não estava na liderança. Só que, quando foi fazer a documentação, a Dra. D. falou assim, você precisa arrumar um contador, você precisa fazer associação, e a MRS exigiu que tivesse o CNPJ. Entendeu? E aí, foi que nós, que eu fui, aí, de tanto que o povo insistia, nós fizemos uma reunião, tudo, eu, para mim, eu não queria entrar no papel, eu queria só ser uma, sabe, um apoio para a liderança, mas eles falavam “não”, e eu falava assim, “bom, se eu quero saber como está, se está tendo erros, coisas erradas mesmo ou não, tem que estar lá dentro para me poder falar”. E aí, eu entrei na liderança. Mas, como moradora aqui, eu falo para você, não é fácil viver em comunidade. É essa a resposta que você queria ouvir?. Não é fácil. Como moradora, não é fácil, porque, infelizmente, tem uma pessoa que fala assim para a gente, “olha, você pode morar em uma favela, mas você não pode ser favelado”. E tem pessoas que falam assim, teve pessoa que falou para mim, “F., você mora na favela, mas você não é favelada”. E eu não conseguia entender isso. E, com o passar do tempo, eu comecei a entender. Porque, independente do lugar que eu moro, a educação, o respeito, a dignidade, o que você é, se você trabalha, essas coisas, você não tem que ser igual a todo mundo. Eu não tenho que importunar meu vizinho com o meu som de música entendeu. Então, quando você fala, “por que as pessoas tratam as pessoas como faveladas?” Porque, quando você entra em uma comunidade, ninguém respeita ninguém. Entendeu? Então, o pessoal pega 10 cachorros para criar, só que assim, é para os vizinhos criarem, não é para eles. Porque eles não lavam, eles não limpam, eles deixam os cachorros na porta da sua casa a fazer sujeira. E isso é muito ruim, quando você fala de morar

na comunidade, que as pessoas têm essa percepção de que “tá incomodado vai morar no Alphaville, você mora em uma favela.”

Pesquisador - Para entrar um pouco nesses aspectos, então, até já em direção a outra questão, quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua casa?

F. Morador/líder - Vira Lata - Riscos e perigos? Então, a coisa que me preocupa, o que me incomoda, não sei se é risco, o que me incomoda é isso, a falta de respeito alheio das pessoas. Então, muitas vezes, às vezes, acho que o risco maior que a gente tem aqui ainda, é de não ter um lugar para morar amanhã, porque eu não tenho um documento disso aqui. Entendeu? Então, hoje tirou o processo de lá, mas ninguém garante que amanhã eles não colocam de novo. Entendeu? Então, enquanto você não tiver um documento, é um risco grande. Então, esse é o risco que mais me preocupa. Você entendeu?

Pesquisador - Segurança da posse, né? E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe em sua comunidade no dia a dia?

F. Morador/líder - Vira Lata - Eu acho que é o que tem em todo lugar, as biqueiras, as biqueiras, as pessoas que bebem e passam dos limites, brigam entre si, e às vezes eles acham que o líder tem que ir lá, viu? Outro dia eu mandei um áudio e falei gente, vamos lá, vocês não pagam condomínio para ter segurança particular não, vocês pagam uma taxinha para a liderança agilizar documentações, resolver questões em relação à nossa documentação. Então, a gente nem recebe salário nem nada, vocês querem que eu saia da minha casa para ir aí para saber que alguém roubou a lâmpada da sua casa. Entendeu? Então, eu acredito que na comunidade os maiores riscos eram esses. Mas eu acho que até depois que saiu o “pessoalzinho” que tinha aí, diminuiu bastante, porque tinha muito roubo aqui, vocês não podiam deixar a porta aberta um minuto que a gente, a pessoa entrava, roubava e saía, se tivesse uma porta ali ele roubava, se tivesse um bujão de gás ali ele roubava, um celular de jeito que ele roubava, um sabão em pó, um sabonete, entendeu? Tinha muito isso. E agora já não tem mais.

Pesquisador - E quais ações a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos, com esses riscos?

F. Morador/líder - Vira Lata - Outro risco que eu acho que é muito preocupante, antes de entrar nisso daí, é o danado do esgoto, a Sabesp resolver isso daí. Eu acho que é o mais preocupante para nós.

Pesquisador - É uma questão bem presente também, questão da drenagem, né?

F. Morador/líder - Vira Lata - E qual foi a outra pergunta?

Pesquisador - Quais ações a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos ou riscos?

F. Morador/líder - Vira Lata - Então, é a comunicação através do WhatsApp. Quando a gente vê que tem alguns riscos, assim, por exemplo, cano quebrado, alguém roubando, aí um fala para o outro, aí o outro dia mesmo o menino veio e falou, tem uma pessoa estranha ali, assim, assim. Aí vieram um um pessoal, os meninos comunidade, os rapazes, já foram lá, já colocaram o cara e falou, “deixa as coisas aí” porque eles estavam roubando fio, essas coisas aí por conta da obra, né? E entrando dentro dos quintal do pessoal também, entendeu? E aí pegaram e mandaram nas câmaras, mandaram para mim. Aí eu fui e coloquei no grupo e falei assim, “olha, preciso de ajuda, preciso que alguém, não enfrente, porque a gente não sabe se a pessoa está armada, mas pelo menos começa a bater panela, aí todo mundo começa a bater panela”. Então, a forma que a gente tem é ser solidária, é se comunicar. Então, por exemplo, se eu escuto um barulho estranho na minha porta, eu já mando mensagem para alguém, “está acontecendo isso e isso, e eu estou olhando, não tem ninguém, não está dando para ver se tem alguém na minha porta”, porque daqui não dá para me ver da janela, aqui não dá para ver se tem alguém na porta, né? Então, a gente se comunica dessa forma, sabe? Ou “tem alguém que está caído aí, vê se foi alguém que bateu, se machucou, se só está bêbado, leva para casa”, a gente te ajuda dessa forma.

Pesquisador - Você participou de alguma atividade do plano comunitário de redução de risco de adaptação climática? Como que foi a sua experiência?

F. Morador/líder - Vira Lata - Eu participei de praticamente todas, só teve uma que eu fiquei doente. Mas, é assim, é preocupante, porque a gente não sabe que olhar que eles estão tendo, o que eles vão colocar no relatório que possa nos impedir de receber essa documentação. Então, sempre é um pouco apreensivo, a gente sempre fica um pouco apreensivo, mas, por outra forma, num certo momento, nós conversando, nos tranquilizaram que eles primeiro iam passar o passo a passo para a gente poder corrigir isso. Aí, a gente foi ficando mais tranquilo, até porque a gente tem a promessa da MRS em contribuir e nos auxiliar com esse tipo de trabalho para ser feito alguma coisa em relação a melhoria, por exemplo, das vielas, essas coisas. E agora, estamos buscando também uma reunião com a SABESP, para ver essa canalização de esgoto, até para a gente poder conseguir arrumar as vielas, é importante fazer os esgotos.

Pesquisador - Faz parte do processo, né? É isso. E, nesse caso, você já trouxe, como você ficou sabendo, do PCRA, mas o que te motivou a participar?

F. Morador/líder - Vira Lata - Eu só me motivei de verdade, mesmo que até então eu estava atendendo por educação, por respeito, a solicitação da doutora D., eu só fiquei um pouco, não, eu fiquei mais motivada quando eu soube a importância que tinha o papel deles no avanço da gente ter a... eu esqueço o nome do documento que fala.

Pesquisador - A regularização fundiária.

F. Morador/líder - Vira Lata - A regularização fundiária para a gente poder ter a documentação. Quando eu consegui ter a clareza disso, de fato, de forma mais clara, aí sim eu me senti muito motivada, muito feliz.

Pesquisador - O que significa para você a ideia de resiliência comunitária? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente?

F. Morador/líder - Vira Lata - Olha, não sei se a palavra seria resiliência ou se... porque, assim, eu não posso colocar tudo numa mesma panela, sabe? Nós temos muitos moradores aqui que são muito resilientes, muito adaptados à gente, eles são muito parceiros da gente, mas nós temos muitas pessoas que são muito resistentes. Eles só acreditam vendo. Está gravando? né? É que a palavra, preciso medir as palavras, porque às vezes eu falo uma palavra meia chula e pode não ser muito legal para você ouvir. Mas é assim, eles só entendem quando a água bate na testa, vamos dizer assim, na cintura. Quando a água bate na cintura, né? Então, aí eles começam a perceber que realmente está sendo feito. Enquanto eles não veem, por exemplo, essa reunião de hoje, eu espero que tenha bastante pessoas indo, que eles todos, seja tão bem aceita quanto foi a última reunião, porque eu acho que vai ser a importância deles saberem o que foi feito de fato, porque até agora eles estão ouvindo mais, eles ouviram mais em relação à faculdade, trazendo esse trabalho de documentação que nós estamos sendo feito, os riscos que nós precisamos corrigir. Mas não foi dito ainda o que a Associação fez de fato, porque na cabeça deles é uma varinha de condão sabe? Que alguém está batendo uma varinha de condão, “um apartamento para você, uma casa para você”, você entendeu? É mais ou menos isso.

Eles ainda não entenderam qual foi o trabalho, qual foi a negociação, eles ouvem a gente falar, mas eles não entenderam com essa seriedade. Provavelmente hoje é esse o trabalho que a MRS vem fazer hoje na reunião, é colocar como começou, que créditos é dado à associação e à MRS e aos demais parceiros, engenharia, tudo o que foi feito, qual foi a nossa conquista, entendeu? E o que nós estamos conquistando ainda para os remanescentes que ficaram, que é essa contribuição para a diminuição de redução de riscos. Então, acho que eles só vão entender a extensão e a seriedade do trabalho da associação hoje, infelizmente.

Pesquisador - Tomara, né?

F. Morador/líder - Vira Lata - Esperamos, né? Se não todos, porque sempre tem os mais resistentes, pelo menos uma grande parte vai entender melhor.

Pesquisador - E quais os desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e os órgãos externos, como o governo e as empresas?

F. Morador/líder - Vira Lata - Não entendi a pergunta.

Pesquisador - Quais os desafios você percebe de comunicação entre a comunidade e o Estado, por exemplo, essa questão de vocês pedirem tentar a integração, conversar com essa questão da ação jurídica e com a empresa MRS, por exemplo. Qual é o desafio, as barreiras nessa comunicação entre vocês e a empresa MRS?

F. Morador/líder - Vira Lata - Com a MRS, eu sou, não tive grandes barreiras. A gente tem uma dificuldade muito grande porque eles contrataram uma terceirizada, que é a Sinergia, e a Sinergia, eles querem... Aí eu vejo dessa forma, a impressão que eu tenho é que a Sinergia quer puxar como se ela estivesse fazendo algo pela comunidade. Ela não entendeu que quando eles entraram no processo para fazer documentações, para eles assinarem essas coisas, o trabalho já tinha sido feito pela associação. Então, hoje, quando existe alguma coisa, alguma outra informação, alguma coisa que vá para eles lá, eles acham que eles não têm que passar para a associação. Hoje mesmo nós tivemos uma complicação, nós colocamos lá no grupo e a E., que faz parte da MRS, falou que realmente é uma falha grande que está tendo de comunicação e que precisa ser feita a comunicação para nós. Por exemplo, tem duas casas que veio... Como se chama? Como é que se fala? Deixa eu ver aqui que eu já te falo a palavra. Ai, meu Deus! A Defesa Civil esteve aí. Então, essas duas casas A Defesa Civil solicitou que fosse feita a mesma coisa que foi feita pelas outras casas, a remoção. Só que a Sinergia nem a MRS não comunicou a nossa liderança. Nós fomos os últimos a saber. Se eles exigiram o nosso CNPJ, exigiram a nossa participação, exigiram tudo, por que agora que está finalizando, por que está deixando a gente de fora? E isso é um tanto quanto decepcionante. Então, hoje nós vamos conversar. Ela até ficou de conversar conosco hoje ainda a respeito disso também. E é importante. Então, essas falhas técnicas é muito ruim. Por que se a gente falha, eles acham, sabe? Eles já ligam pra mim "tatata". Então, a gente... Na verdade, pra mim, nunca ligaram. Por que nunca eles nunca tiveram motivo pra dizer assim "Ah, a senhora só deixou de fazer isso". Tudo que foi pedido, foi feito. E eu fiquei dias levantando, seis horas da manhã, indo dormir uma, duas, três, quatro horas da manhã pra agendar o pessoal, pra ir lá, assinar documentação, ajudando o pessoal que vinha aqui em casa pra poder assinar contrato online, orientando pra assinar o papel de aceite, pra fazer papel de documento de endereço, comprovando de endereço, pra fazer a documentação pra doutora D., que tem que ter a procuração, pra eles assinarem, atendendo as pessoas aqui dia e noite. Tudo que foi pedido pra dona F., a dona F. fez. Entendeu? Então, acho que o mínimo que a gente merecia é esse respeito. "Ah, e se a gente esqueceu desse detalhe?" Isso não é um detalhe. Isso é uma coisa muito importante. E aí, pra eles, quando pensarem que a gente não sabe daquele processo, eles falam, "ah, tá vendo que uma associação não vale nada?" E isso pra gente...Essa falha de comunicação é bastante desagradável. É bastante difícil. Entendeu? Porque a gente não quer bater de frente com eles, porque são bons parceiros. Porém, existe algumas coisinhas assim que a gente tem que ir batendo, entendeu? Aqui mesmo. Se você ver, nós temos aqui que a doutora D. até colocou que é muito ruim, tem que ser colocado, que o colocou, que nós ficamos sabendo que vai sair uma casa. Aí, de repente, hoje ela falou que não é uma casa, é duas a mais agora. E a gente não estava sabendo. Você entendeu? E até agora a gente não sabe qual é essa segunda casa que vai sair. A gente imagina, até porque eu falei pro M., se vai tirar o (morador), tem que tirar a menina do lado, porque é encostado. Aí... Só que eles mesmos não citaram nada pra gente. E a gente falou sobre isso lá atrás pra eles, falaram que quando fosse fazer, eles conversariam com a gente a respeito. Entendeu? Então, essa comunicação lá no começo foi muito boa, você entendeu? Mas agora, no finalzinho, está sendo um pouco conturbada, está sendo meio no arranque, sabe? Mas a gente está levando, porque a gente precisa deles como parceiros. Assim como eu acredito que eles também precisam da gente

como parceiros. Até porque toda e qualquer coisa que eles estão fazendo com os moradores, eles estão fazendo com o aval da associação, tirando essas duas pessoas que a associação não sabe. Entendeu?

Pesquisador - Está desencontrando as informações, né?

F. Morador/líder - Vira Lata - Mas eu acho que também é uma coisa que é normal acontecer, né? Até uma empresa, quando você trabalha numa empresa que você, uma empresa grande, que quando você vai às vezes você delega uma coisa e depois você delega outra pessoa, acaba esquecendo daquilo que foi delegado antes que tem que fazer uma comunicação para tal pessoa, aí você repassa a informação, mas depois esquece de cobrar a pessoa se foi feito ou não. Então, isso acontece, mas é ruim para quem está aqui na ponta. Sempre é ruim para quem está na ponta, entendeu?

Pesquisador - E como que você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos?

F. Morador/líder - Vira Lata - Olha... Eu acho que eles não são muito adeptos a conscientizar que tem risco, por exemplo, ali na casa deles, no lugar. E quando não é na casa deles, eles não, nem todos, a gente não pode falar de todos, mas uma grande parte acha que ainda vai ter uma varinha de condão que vai lá e vai fazer a casinha dele, que vai tirar o barraco dele e fazer uma casa. Ainda tem aquelas pessoas que acham que a associação vai fazer um milagrezinho, vai fazer uma oraçãozinha e vai, pronto, ela vai conseguir o que ela quer. Não é. Entendeu? Então, tem pessoas, por exemplo, que moram numa casa. “Mas eu moro na casa de cima”. “Mas você tem que entrar por dentro da casa do seu pai para”...Eu estou dando um exemplo de um pai e uma filha, tá? A mãe morreu, então o pai mora embaixo, a filha mora em cima, só que ela entra dentro da casa dele. Eu falei assim, “nenhum Ministério Público, Prefeitura, vai te dar um documento de duas casas, você entrando por dentro. Você tem que ter uma saída sua, porque senão é uma casa só. Vai ser um documento para vocês dois. Não vai ser duas casas. Agora, se você tiver saída lateral, aí você tenta fazer uma escada por fora, dá uma fechadinha, faz o seu portão naquela escada, e aí você consegue”. Então, eles acham que a gente que tá. Quando eles perceberem que...Aí eles falam assim, “ah, eu não fui avisada”. Eles não vão falar que eles foram avisados? Por isso que é importante essa cartilha que a faculdade nos deu. É muito importante. Por isso é importante a gente gravar os áudios no grupo da associação para que eles saibam, para que eles entendam. Por isso que todos eles que mandam mensagem para mim referente a isso, quando eu dou a orientação, eu passo, eu mando para o meu e-mail a conversa deles, entendeu? Porque um dia se eles vierem e falarem, “não, ninguém me falou”. “Eu falei, eu avisei. Eu conduzi. Você não aceitou”. Então, assim, eu não quero ser responsável de alguém ser negado documento para alguém, porque eu não sei como vai funcionar isso, exatamente como vai ser. A gente imagina como vai ser, mas a gente não tem a realidade. Eu nunca participei disso antes. eu não quero que amanhã alguém diga assim, eu não tive porque vocês não me avisaram. “Você pode provar isso? Ok, eu tenho como provar que eu avisei. Você tem como provar que eu não avisei?” Então, sabe, são coisas assim fundamentais. Mas, vamos dizer assim, cinquenta, cinquenta, cinquenta pessoas estão bem adeptas, estão adeptas a ajudar um ao outro e lá na reunião, cem por cento falam que, ah, não, a gente vai resolver. Mas, quando é no dia seguinte, falam, mas dona F., quanto tempo vai demorar isso? “Um ano, dois anos?” Eu falo, não sei. “Mas vai ser o mês que vem?” Também não sei, não posso te dizer. Por exemplo, o negócio dos apartamentos, a gente achou que ia demorar uns dois anos. Olha aí, já saiu todo mundo. Então, eu não sei. Pela experiência dele, tem pessoas que demoram até vinte anos. Mas eles também, pela experiência deles, nunca viram uma situação tão adiantada quanto a nossa. Então, nem eles podem precisar uma data e nem nós. Então, essa é a nossa maior dificuldade, é fazer com que todos pensem igual. Mas vai ser difícil, né? Isso é impossível.

Pesquisador - Última pergunta, quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade?

F. Morador/líder - Vira Lata - Esgoto e água individual para cada residência, luz nas vielas, luz pública, e não que hoje a gente só tem essas refletores, né? A gente gostaria de ter luzes em todas as vielas da rede pública, né? Até porque eles cobram isso na conta de luz, mas não nos dá, né? E ter vielas de forma, se for escada, a escada igual, porque nós temos degraus muito desiguais, muito alto, muito baixo, e nós temos pessoas idosas, crianças, pessoas com alguma dificuldade de locomoção, né? E gostaria muito que a gente tivesse um bem-estar maior, um espaçozinho para as crianças brincar, sabe? Poder jogar uma bola, porque nós não temos hoje na comunidade, entendeu? Então, as crianças ficam na rua, ou ficam nas vielas lá fora, enfim. Então, eu acho que essas quatro coisas seriam básicas, importantíssimas para nós. A luz na viela, a rede de esgoto com água, a reformulação das vielas, o formato de se fazer com rampinhas ou escadas, quando é necessidade de degraus, degraus mais igualitários, com corrimão, se possível, né? E um espaço para as nossas crianças e até para idosos, né? Porque hoje tem até aquelas academias para os idosos.

Pesquisador - Adaptada, né? Importante. Eu agradeço. Eu vou pausar aqui a gravação.

APÊNDICE J – Transcrição de Entrevista - G. Morador membro Associação

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: G. Morador membro Associação - **Realizada em:** 30/09/2025

Pesquisador - Quanto tempo você reside no território e como que se deu essa sua vinda?

G. Morador - Associação Vira Lata - Eu estou aqui desde 2017 e eu vim pra aqui através da minha filha né, que ela estudava já aqui na escola e daí quando surgiu a primeira etapa lá em cima da invasão aqui aí depois teve a segunda etapa aqui embaixo, onde eu moro e aí o rapaz que estava passando o terreno e aí eu peguei esse terreno com ele e daí eu comecei a construir e tô aqui até hoje.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua casa?

G. Morador - Associação Vira Lata - Em relação a perigo, eu não vejo perigo aqui. Um pouco assim de risco que eu vejo, é só mesmo a parte da trepidação quando passa um trem cargueiro à noite. Aí dá-se um movimento, dá uma uma vibradazinha assim mas é em geral quase aqui todas as casas porque a minha é uma das últimas bem no final pra cá né e as que tinha mais próximo vibrava bem mais é só isso que eu vejo.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe em sua comunidade no dia a dia?

G. Morador - Associação Vira Lata - Até que eu não vejo assim perigo. Porque aqui não tem assim um local acidentado, muito acidentado, né? Apesar das escadas. Às vezes algumas pessoas caem aqui na escada, né? Que nós temos as escadas aqui na frente, na descida. E eu já vi, até eu inclusive, eu já caí na rua de calçamento ali. Descendo com material, né? Trabalhando, carregando material pra construção da casa. E várias pessoas também já caíram nas escadas. A escada precisa de um corrimão, eu acho que é um risco. Esse é o tipo de risco que eu vejo.

Pesquisador - E quais as ações a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos ou riscos?

G. Morador - Associação Vira Lata - Então, a comunidade vem sempre falando, em algumas reuniões que a gente faz, e eles falam para buscar um apoio para poder estar colocando os corrimão e estar refazendo essas escadas. Porque tem um lugar que dá para até fazer uma rampa. Então dá para fazer uma parte de rampa e uma parte de escada com o corrimão no meio para poder as pessoas descer com mais segurança.

Pesquisador - E você participou de alguma atividade do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Desastres? Como foi a sua experiência? Esse plano é o que a Universidade estava fazendo.

G. Morador - Associação Vira Lata - Eu participei e foi uma parte que eu achei de risco, foi a parte do esgoto, que a gente reunimos para poder desentupir, porque estava tendo risco de a gente sair daqui por causa desse esgoto. Então a gente reunimos e conseguimos desentupir o esgoto. Tanto que o pessoal que veio falou que a gente era uns guerreiros, né? Porque conseguir desentupir o esgoto daquele na mão, nem a Sabesp fazia aqui. E era uma profundidade de 3 metros, o lugar mais fundo da lagoa aqui, que estava entupido, a gente pensava que não era nem muito fundo, e dava uns 3 metros de fundura aqui no local. E a gente conseguiu desentupir, né? Primeiro a gente colocou uma bomba de sucção, ficou 3 dias e 3 noites, e aí depois que abaixou a gente foi procurar onde era a boca da manilha para a gente poder desentupir, desobstruir. E aí

a gente conseguiu desobstruir e está até hoje, né? O esgoto passa do lado daqui para o outro lado de lá, que tem uma outra parte, e cai lá e vai embora. Isso foi uma parte de risco, assim que eu vi, né?

Pesquisador - E isso tudo vocês que fizeram aí, a própria comunidade se organizando entre vocês?

G. Morador - Associação Vira Lata - Foi a própria comunidade. A liderança, né? O M., o N., a Dona F., e aí a gente conseguiu fazer isso aí.

Pesquisador - E como que você ficou sabendo do plano comunitário de redução de risco e adaptação climática? Como que você ficou sabendo dessa proposta da universidade?

G. Morador - Associação Vira Lata - É, no começo, né? Foi tendo uma reunião e o M. que estava de frente no começo, mais a Dona F. e o N., e aí eles falaram desse plano aí. E aí foi acontecendo. E aí até hoje estamos aí juntos ainda, né?

Pesquisador - Agora, perguntar de uma palavra aqui. O que significa para você a ideia de resiliência comunitária? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente?

G. Morador - Associação Vira Lata - Não entendi a parte da resiliente. Não entendi.

Pesquisador - Resiliência comunitária é no sentido de como você percebe que a comunidade tem se fortalecido? Suas capacidades de encarar os riscos no território tem se ficado mais forte frente a essas ameaças? Como que você percebe a questão dessa resiliência comunitária?

G. Morador - Associação Vira Lata - Eu não sei responder essa parte aí.

Pesquisador - Pensando assim a ideia, você acha que a comunidade tem se preparado mais que ela está melhor preparada atualmente? Tem melhorado a infraestrutura? Tem tido um avanço? Como que você percebe a situação da comunidade nesse cenário?

G. Morador - Associação Vira Lata - Ah, tem sim. Melhorou bastante. Porque a gente tinha uma parte do esgoto, né? Foi a parte daqui de dentro que a gente juntou, né? Pra todo mundo, pra poder fazer. E nós conseguimos também fazer daqui de dentro de pedra. Inclusive, eu fiz algumas caixas de esgoto também. Umas quatro, cinco caixas de esgoto eu participei aqui de dentro pra melhoria. Tinha um local aqui que era barro, né? Descida, era aquele descidão assim. A gente conseguiu também fazer umas escadas que algumas pessoas descendo pras suas casas caíam às vezes. A gente conseguiu fazer umas escadas também. Já foi uma melhoria. E aí foi melhorando. E hoje, graças a Deus, a comunidade está não 100%, né? Mas eu diria que 80% boa. Bem melhor.

Pesquisador - E quais os desafios você enxerga, você percebe na comunicação entre a comunidade e o Estado, o governo ou a empresa? As empresas da MRS, etc. Como você percebe essa comunicação?

G. Morador - Associação Vira Lata - Com a MRS, até hoje, está indo tudo nos combinados, né? Está indo tudo nos combinados. A empresa está acolhendo a parte que é combinado com ela. Ela está fazendo. Agora, com o Estado, ainda precisa melhorar algumas coisas. Na parte da água, a gente ainda não tem relógio individual. Então, a prefeitura ainda não entrou com esses relógios. Nós já temos energia, mas a água a gente não tem o individual. Nós não pagamos essa água ainda. Então, eles podem vir a cortar e a gente fica sem. Então, se regularizar, já ia ficar melhor. A gente ia estar pagando a nossa água legalmente e não ia ter o perigo de eles cortarem. O Estado fazia a parte dela.

Pesquisador - E como você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões ligadas a esses riscos?

G. Morador - Associação Vira Lata - Eu acho que as questões dos riscos, eu acho que agora não tem mais a questão dos riscos para a comunidade. A não ser assim, depois que fazer também a parte do muro, que vai ser feita a contenção e fazer esse muro. Aí vai ficar melhor, porque algumas crianças, tem muita criança aqui na comunidade, elas brincam nessas áreas aí. Então, pode ter o risco de um atropelamento. Mas, eu não vejo eles muito lá embaixo na linha do Trem.

Mas, superiormente na área que foi retirada as casas. Tem umas crianças que brincam ainda nesse local. Principalmente aos domingos, eles ficam soltando pipa. Mas, eu não vejo muito risco nas outras partes não.

Pesquisador - Mas, como que você percebe que a participação de vocês, entre vocês. Como que vocês têm participado nesse processo todo? Seja com a universidade, seja com a empresa. Ou mesmo entre vocês assim, de vocês se organizarem como você traz. Como que você percebe essa participação coletiva da comunidade nessas questões?

G. Morador - Associação Vira Lata - Ainda, essas participações aqui. Ainda eu vejo assim, um pouco de falta de vontade de algumas pessoas, em não ajudar. Mas, a liderança é uma boa liderança. Vem conversando, falando. Para as pessoas, estar podendo se ajudar. E é uma parte que eu não tenho o que falar não, da liderança. É bem organizado, em relação a isso aí.

Pesquisador - E quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade?

G. Morador - Associação Vira Lata - Eu acho que a melhoria da comunidade, para a gente estar fortalecendo. Eu acredito que a legalização da documentação para a gente. Eu acho que é um ponto também fundamental. A gente ter esse documento em mãos, que aí já é uma garantia, uma segurança para a gente. E alguns benefícios que a comunidade ainda precisa para ter uma segurança a mais. Então, em relação aos benefícios aí. Eu acho que alguns projetos aqui para a comunidade também. Eu acho que é um benefício bom, que vai gerar emprego para as pessoas. E tirar também as crianças, tirar as crianças das ruas. Aí o projeto, a criança já ficam focada naquilo ali. E tira o foco de alguns pensamentos maus.

Pesquisador - Das perguntas que eu havia planejado, digamos que eu terminei todas. Tem algum ponto que você acha importante você acrescentar? Que você quer comentar? Que você quer dar um destaque?

G. Morador - Associação Vira Lata - Eu só queria falar em relação à comunidade, de melhorias, melhorias para a comunidade. Como aqui é preciso fazer as escadas do meio, da viela do meio. É uma parte que não está ainda pronta, tudo certinho. É preciso regularizar tudo que está meio mal feito. Se você andar aqui na comunidade, você vai ver que tem um lugar que dá para melhorar. E tem lugar que ainda não foi feito. Eu acho que tinha que ter umas melhorias aqui para poder melhorar um pouco mais. E a parte do esgoto também, daqui dentro tem que ser feito. Porque tem, de vez em quando, sempre entope. A gente junta aqui os homens, vamos lá, a gente mete a mão e desentope. Então acho que é preciso também estar fazendo essa rede de esgoto para a melhoria da comunidade.

Pesquisador - Parabéns pela sua iniciativa, por esse esforço, por essa melhoria do todo. Acho que sua atuação acaba fortalecendo a todos que estão ali. Gente que vai lá e faz, muitas vezes faz a diferença e falta. Então parabéns pela sua iniciativa.

G. Morador - Associação Vira Lata - Obrigado

Eu vou concluir aqui a gravação nesse momento, só encerrar a gravação. Para pegar algumas informações com você que eu tinha comentado. Seu nome completo, etc. Então estou terminando de gravar.

APÊNDICE K – Transcrição de Entrevista – H. Morador Vira Lata

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: H. Morador Vira Lata - **Realizada em:** 03/10/2025

Pesquisador - Há quanto tempo você reside no território e como que se deu a sua vinda?

H. Morador Vira Lata - Eu residio aqui desde antes de 2009, mas foi registrado como 2009. Eu vim para cá quando aqui estava cheio de bagunça, tinha um monte de reciclagem. Aí, tinha uma pessoa tomando conta aqui, mas ela acabou adoecendo, pegando dengue. Aí acabou, disse que ela acabou falecendo. Eu não fiquei sabendo, é a história que eu fiquei sabendo. E depois nós fomos limpando, nós fomos limpando o material. Conforme tinha os tubos de energia, tinha uns canos de botijão, nós pedimos para retirar. Porque quando pegava incêndio lá, era perigoso incendiar tudo aqui. Aí os caras vieram tirar, retiraram, quis tirar os caminhões também que tinham ficado aqui. O banco que veio buscar os caminhões, porque os caras tinham dívida no banco. Aí o banco veio retirar os caminhões e nós fomos tirando aos poucos a reciclagem. Nós viemos aqui, mas eu vim para cá quando eles me pediam para tomar conta. Aí aqui nós começamos a limpar, a limpar tudo. Nós limpamos aqui, tudo aqui. Tinha uma porta ali, tinha uma porta que dava no galpão. O galpão era enorme. Como as telhas ecológicas estavam mal feitas, elas acabaram caindo, começou a cair tudo. Aí depois, com o tempo, o povo começou a invadir. Mas antes de invadir, nós limpamos tudo aqui, o que deu para limpar. Aí o cara, o meu marido, pôs um cunhado dele para fazer reciclagem aí dentro do galpão. O que ficava do galpão para dentro era dele.

Eu pegava na rua e fazia a minha reciclagem, vendia, vendia. Nós ia vendendo, tirando a lixada daqui. Até que veio limpar tudo. O próprio mesmo pessoal que me colocou aqui, que era a associação, vira lata. Antigamente era a associação, vira lata. Era uma associação, só que depois eles mudaram daqui. Aí eles falaram assim, “eu não quero mais nada aqui, eu não vou mexer”. Porque eles eram ligados. Porque aqui ia ser uma fábrica de telhas, telhas ecológicas, que foi construída daqui para fazer. Não havia inauguração e tudo. Aí disse, “oh não, não tem ninguém para tomar conta. Vocês vão para lá?” Nós falamos, “não tiver ninguém para ir. Nós vamos, nós ficamos lá, nós ficamos organizando, nós vamos olhando, nós vamos limpando”, que ia sair o lixo aí da torre. Quando o povo viu que começou a ficar limpo, tudo aqui não tinha limpo, eles começaram a ver o terreno. Aí começou, já começou, um veio para construir um monte de prédios, um monte de casas. Aí eu falo, “não, aqui me puseram para tomar conta. Eu não posso deixar o povo ficar invadindo”. Naquela época. Depois, aí começou, aí o cunhado que nós tínhamos para tomar conta, ele falou assim, “já para esses caras não pegarem, nós vamos colocar o pessoal, vamos chamar a comunidade lá de baixo para vir construir casas aqui para o povo não invadir o terreno”. Aí foi nesse que começou a invasão de coisas, de povo invadir, cada um fez um barraco e começou a invasão. Mas antes de invasão, aqui só era eu e minha família. Nós fizemos para mesmo limpar, para limpar tudo o que tinha no terreno, até quando eles vieram para cá, o terreno estava limpinho já, não tinha mais nenhum, não tinha lixo. As pessoas vinham muito ali para baixo, é mais em tudo, porque as pessoas vinham das casas e jogavam entulho lá para baixo, que descia lá para a estação.

Aí tinha uma marcação lá embaixo que mostrava que não podia passar daquele lugar para baixo porque era da estação, porque se não ia prejudicar a estação. Qualquer coisa que caísse para lá

ia prejudicar. Mas, mesmo assim, ainda teve gente que depois de muito tempo começou a invadir para lá. Aí depois teve a construção do muro, que nós pedíamos pagar o muro para fazer para eles não invadirem mais para lá. Mesmo assim, depois que fez o muro, a muração, aí o povo invadiu para lá para baixo. Se vocês fizeram um plano, fizeram um trato com as pessoas, as pessoas que não iam invadir, mas acabaram invadindo lá para baixo. Foi virar bagunça. Depois que invadiu tudo, as coisas que eles fizeram de esgoto ali, ao corredor aqui, eram era duas coisas de água, eram dois poços de água que eram bem aqui desse lado, depois do campão, tinha dois poços de água. Dois poços enorme, que as bombas, tinha bomba. Quando o povo roubou as bombas, aí começaram, o povo começou a invadir, começou a fazer esgoto. Não, vamos fazer aqui de esgoto e nós tampa aqui, não vai ter mais como... Não vai ter como mais pôr água, porque nós usávamos água ali.

Quando chovia, a água escoava ali, com a bomba nós puxávamos a água. Depois começou o povo a invadir, aí começou a fazer esgoto, aí não tinha mais como impedir, porque era muita gente, meu marido tinha ido embora, ele não estava a morar comigo. Ele foi-se embora, eu falei, eu sozinha não vou defender, meus filhos eram tudo mulher, só tinha uns homens aí, mas não valia nada, só vivia bebendo, aí foi assim que aconteceu.

E depois começou a invadir, invadir, aí vem um daqui, outro dali, vindo e indo para vários lugares para pedir lugar para morar falei, “ah meu filho, começou a invadir, vocês não mexendo comigo, com a minha família, o resto do terreno vai ficar aí, vocês já começaram mesmo a invadir, a invasão”, apesar que não era o terreno, porque nós íamos entrar com... quando nós limpamos o terreno todo, a nossa intenção era o quê?

Entrar com usucapião, para poder nós conseguir manter o terreno organizado, limpo, nós fizemos uma plantação, nós tínhamos plantado mandioca, foi feita uma horta ali de um lado para o outro, aí até antes do povo vir ali.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua casa?

H. Morador Vira Lata - Aqui na minha casa, é mais assim, quando dá coisa de energia, que acaba. Às vezes nós não sabemos se essa energia é só nossa ou se tem alguém incluindo energia na gente, aí quando dá o apagão nós não sabemos se entrou a energia dos outros na nossa energia. Eles começaram e encaixava a energia uma na outra. Esse é o perigo. E agora que os esgotos, esses esgotos que nós consumimos aqui, que nós pagamos para lá, que foi que entupiu esses dias aí. Aí nós falamos para o povo não jogar lixo, não jogar sujeira nos canos para poder não entupir. É para não dar até perigo de entupir os canos e ficar estragando as casas outras.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua comunidade no dia a dia?

H. Morador Vira Lata - Na comunidade, no dia a dia o que nós percebemos é assim. As pessoas... Quando começam essas fontes de drogas, né? A droga sempre atrapalha. Quando a polícia entra, de repente, a gente não vê. Eu fico com medo. Porque eu já morei em outras favelas. O mais medo que a gente tem é de tiro, assim, ter um tiroteio ou ter de repente não ver. Porque já teve uma vez. Uma vez que os caras invadiram aquela estação. Aí a polícia entrou com um carro aqui dentro e foi atirar lá embaixo nos caras. Até matou o cara aqui na estação. Do lado da estação. Mas porque os caras tinham invadido a estação. Pularam, saltaram a estação. Eles pegaram. Mas é perigoso são só as coisas assim. Quando a polícia entra, de repente... Entendeu? Às vezes tem um tiroteio. A gente corre muito isso. A gente preocupa muito com as crianças. Para não acontecer o pior. Aconselha muito as crianças a não ficar no meio. Não ficar na confusão. Aconselha as crianças para saber os perigos das coisas, da vida. Mas a gente dá uma explicação.

Pesquisador - Então, sobre esse ponto. Quais ações que a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos ou riscos?

H. Morador Vira Lata - A comunidade ainda, totalmente, eu não sei. Como estão fazendo, mas. Mas eu acho que seria para a gente fazer uma reunião para ter pelo menos uma solução para diminuir os riscos, menos riscos. É o que acontece em qualquer comunidade. Pode ser numa favela ou num lugar que tenha muita casa. Isso acontece. Mas a gente vai... Até que agora não tem muita invasão, mas antigamente tinha mais. Quando eu vim para cá, os caras viram e falaram “nós vamos mandar” aí eu falei “não partir de hoje minha família vai morar aqui. Eu não quero essa bagunça aqui”. Aí os caras se afastaram “a partir do momento que é você e sua família que vão morar aqui, nós vamos sair daqui”. Ele não chama nenhum dos caras para tentar invadir e fazer nada errado. É tanto assim. Eu mesmo convivo com as pessoas e as pessoas me respeitam, as pessoas me conhecem. Aí eles fala assim, “é tia, você devia ter tomado conta”. Eu falei, “não. Essa não é a minha parte”. Eu não tenho que mandar ser chefe ou tomar associação com as lideranças. Eu falei, não. Eles são lideranças porque eles pegaram para eles a liderança da comunidade. Eu falei assim, eu posso ser a mais velha aqui. Mas eles, foi feita uma reunião. Aí falaram, fulano vai ser, fulano, fulano, fulano. Até o (suprimido) era como líder. Aí depois não sei o que aconteceu com eles aí. Houve brigas, discussão. Eles se desentenderam. Aí o (suprimido) saiu. Aí só ficou a F., o M., o N., o M. falou assim, vai correr a parte de advogado e essas coisas. No processo estava tudo isso. E nós ficamos. E falou assim, mas vocês não vão ter problema nenhum. Vocês vão continuar ali morando, fica na paz de vocês. O que a pessoa precisar, a comunidade vai vendo. Os riscos que tem. Coisas de desgosto, essas coisas. Vai resolvendo como pode.

Pesquisador - E você participou de alguma atividade do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Desastres? Aquele que foi feito pela Universidade. E como que foi a sua experiência?

H. Morador Vira Lata - Eu participei da reunião que tem na escola. Foi uma experiência muito boa. Eu achei que eles têm planos para ajudar muito. Aí o maior... é aprender, entender e compreender que eles não estão fazendo nada para prejudicar eles. É tudo pelo benefício deles. E que eles estão tendo uma chance que em muitos lugares muitas pessoas nunca teve. Porque eu também já fui sai de uma favela que era chica Luiza, que era perto da Rodovia. Lá, as pessoas quando saíam das casas, a prefeitura dava três mil “nós vamos dar o caminhão e os três mil você vai no banco buscar e o que ficar aqui vai ficar, nós vamos derrubar tudo”. Então, as pessoas têm que entender que eles estão tendo muito benefício, vocês estão conversando muito, vocês estão fazendo um entendimento muito bom com eles.

As pessoas têm que tentar entender porque tem uns que é meio bruto, tem uns que é mais compreensível. Eu, com o tempo de convivência de ficar eu sei que é uma coisa muito boa o que está fazendo. Eu, quando tenho reunião, eu gosto de ir nas reuniões e gosto de estar prestando atenção para não perder nenhuma virgula porque para ver para falar assim, “não, eles estão fazendo mal, não, eles estão fazendo bem” porque muitos lugares, muitas pessoas saem e não tem para onde ir e acabam ficando na rua.

E o único caso deles é assim, se eles saírem daqui e ganharem casa, que eles evitem de ficar invadindo outros lugares já que estão tendo benefício. É o certo. Faz um momento que eu falo assim, de repente vão sair todo mundo aqui e eu falo, não, eles me deram porque tudo eu agradeço a Deus.

A partir do momento que eu vim para cá eu falei, Deus, benção ao Senhor que eu tenho. Porque quando eu vim de Jarinu para cá eu não tinha onde ficar aí eu arrumei um barraquinho, a minha amiga me deu um barraquinho de madeira só que eu não tinha as telhas aí eu botava madeirite quando chovia lá, molhava tudo dentro de casa só ficava a cama que não molhava porque o madeirite não entortava eu botei uma madeira que o madeirite não entortava pelo menos ali em cima da cama mas o resto fazia assim, a chuva entrava dentro.

Aí quando eu fui fazer igreja, as irmãs me ajudaram com dinheiro, só que era dinheiro para comprar o gás, eu falei, “oh amor” eu falei, para o meu marido que estava vivo, “olha, eu não

vou comprar o gás, não eu não vou comprar as telhas para cobrir a casa, nós estando embaixo do teto coberto, depois o gás, nós corremos atrás e nós arrumamos um biquinho aqui um biquinho ali e nós não compramos o gás” aí foi assim que eu convivi e eu já passei muitas comunidades eu já sei como a vida não é fácil e o povo tem que entender. É difícil? É, mas Deus nos dá oportunidade de crescer e ser pessoas bem melhores

Pesquisador - e como que você ficou sabendo do plano comunitário da universidade? e o que te motivou a participar?

H. Morador Vira Lata - assim que eu fiquei sabendo que eles falaram, “se você quiser quem quiser participar dos planos, para poder ver como vai estar desenvolvendo as coisas” aí eu fui nessa reunião me chamaram, eu falei, “eu vou na reunião para saber como que é, como é” até eles me chamaram para eu poder ir conhecer a faculdade eu ainda não tive essa oportunidade de ir lá conhecer a faculdade, mas é um gosto a gente ir lá conhecer, saber como é que é feito, as coisas como é que é desenvolvido é um crescimento para qualquer pessoa para poder o que eu como se diz o povo, não importa a idade nem o tempo às vezes eu tenho alguma coisa aqui, lá, é um incentivo para a pessoa mudar o jeito de trabalhar. Porque eu trabalho pela reciclagem ali, mas vai chegar uma época que eu não vou aguentar trabalhar naquilo, porque o meu físico não vai suportar, porque é muita coisa pesada, às vezes eu trago geladeira, máquinas de lavar, as máquinas de lavar como eu tenho uma ali desmanchada, mas foi meu menino que desmanchou aquela máquina, agora menino comprou umas ferramentas, eu estou conseguindo desmanchar. Aí quando a gente consegue amassar, a gente consegue botar no cantinho, quando está cheio ali aí nós chamamos o caminhão, o caminhão vem buscar as coisas, o material. Com esse dinheiro que eu convivo. Mas como eu não quero bagunça aí eu evito de ficar bagunçando eu ajeito os papelão, faço as fardo depois eu ajeito, arrumo coloco tudo lá para dentro e fica fechado. E com o tempo nós vamos colocar um portão, meu menino vai primeiro terminar de fazer a laje e ajeitar o portão, pra poder ficar fechadinho, aí não vai ter perigo nenhum de ficar esparramando coisa para lá para fora, entendeu?

Pesquisador - E o que significa para você a ideia, uma palavra que não sei talvez você conheça, a ideia de resiliência comunitária você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente?

H. Morador Vira Lata - Resiliente é o que? não sei que significa, explica a palavra

Pesquisador - A palavra a resiliência seria a capacidade da comunidade de enfrentar os riscos, os desafios do território, você acha que a comunidade tem se fortalecido, tem ficado mais preparada com esse tempo que você acompanhou?

H. Morador Vira Lata - Tem, tem sim. Estão se preocupando mais, como nós vamos fazer os esgotos, como vai fazer como vai ser os esgotos, como vai ser para não ter os riscos de alagamento essas coisas que tem.

Pesquisador - E quais desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e outros órgãos externos, como por exemplo o governo, as empresas como que vocês percebem a questão da comunicação?

H. Morador Vira Lata - é porque assim, como é mais eles que vão atrás dessas coisas geralmente a maioria do povo não participa. Ou porque não tem tempo, ou porque está trabalhando ou porque fala, “ah não isso não é para mim”, eles tem que começar a entender que para poder conseguir alguma coisa do governo, tem que começar a acreditar no que eles estão falando. Ver o que é verdade, o que é mentira, o que vale a pena você adquirir, o que vale a pena você deixar voar, não importa. Porque muitas coisas você ouve, mas você tem que correr atrás, “mas isso realmente vai acontecer, é isso realmente que vai acontecer”, entendeu? É uma coisa que nós sabemos que é uma coisa demorada, mas vai acontecer? Vai, vai acontecer, então vamos correr atrás vamos tentar resolver. E vamos tentar ser mais unidos, o mal daqui, porque assim, eu falo assim, “comunidade que é um que é para cá um pra lá, não é uma comunidade” junto, entendeu?

Pesquisador - E sobre esse ponto então, como que você percebe o envolvimento e a participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos?

H. Morador Vira Lata - É, tem uns que falam que se preocupam com os riscos e querem tentar resolver. Assim “se nós vamos ficar aqui mesmo, então vamos tentar dar uma solução” aí vamos ter que, como se diz, tem que participar para vocês poder saber o que está sendo feito, ou que não. Para poder evitar para evitar qualquer risco, o máximo possível. De acidentes, de cair coisas perigosas nas pessoas.

Pesquisador - E tem sentido que estão participando uns sim, outros não, mas tem tido esse movimento?

H. Morador Vira Lata - é, tem tido esse movimento. Antigamente falava de reunião, só ia dois, três. Hoje a comunidade tem mais não sei quantas casas, mais não sei quantas famílias, mas você vê, é meia dúzia que ia para reunião. Agora não, você vê que, fala que é para reunião, eles se junta “é tal dia, oh reunião, reunião olha, você não está no grupo, ah, mas vai ter reunião tal dia, não esquece” vai um avisando o outro. Então, agora também, a participação deles, eles estão tentando interagir mais, pra saber o que estão passando na reunião, o que vai falar, tentar entender o significado de estar na comunidade. Que é uma comunidade, que é juntar a comunidade, juntar todo mundo, um ajudar o outro. Não é um indivíduo aqui, e indivíduo ali, nós somos uma comunidade. “Comunidade vamos você dá isso, você me ajuda aqui, você me ajuda ali”, com uma coisa ou outra para nós ajudar.

Pesquisador - E quais as mudanças ou melhoria você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida na comunidade?

H. Morador Vira Lata - Seria o muro, que já vai estar fazendo e assim, se tivesse um espaço, aqui dentro, que não precisasse, como tem parque parque por aí, mas os parques são todos longe, porque tem um parque ali embaixo do lado da estação, mas para ali a gente não pode deixar a criança sozinha, porque às vezes para criança pequena é perigoso, tem que ter um adulto para poder ficar com eles. Se tivesse uma opção, um parquinho, nem que fosse pequeno mas aqui, quando as crianças quisessem brincar ter um cantinho delas, entendeu? Seria bem aqui para dentro da comunidade, uma boa, porque evitava os riscos da rua, de ficar correndo na rua, de ficar andando de bicicleta no meio da rua. Porque para mim é perigoso, e às vezes os carros respeitam, vem calminho, quando vem criança, tem escola, tem criança, aí vem devagar. Mas tem uns carros que passam aqui... se atropelam cachorro, imagina ser humano? Já vi cachorro morrendo aí, carro passou e foi-se embora, não quer saber de nada não. Então é perigoso, deles ficar na rua e ser atropelado, isso é perigo.

Pesquisador - Das perguntas que eu tinha planejado, eu terminei. Mas perguntar para você, tem algo que a gente não falou aqui, mas que você gostaria de comentar, de acrescentar de falar um pouquinho?

H. Morador Vira Lata - É falar, a gente quer falar, mas a gente espera que com o tempo as pessoas comecem a se unir mais e comecem a entender que realmente a vontade, o desejo de vocês é o melhor possível, para poder eles ficar bem, não ter o risco com as crianças, problemas com as crianças e nem com a comunidade. Realmente que eles comecem a entender que é para ajudar é para ajuda, não é para prejudicar ninguém. Eu acho que isso seria melhor, o mais importante, que as pessoas entendem que não é pro mal, que é para o benefício delas. Delas e das crianças, as crianças não vai correr risco de ficar... entendeu?

Pesquisador - Está ótimo, eu agradeço então vou encerrar a gravação

APÊNDICE L – Transcrição de Entrevista - I. Morador Vira Lata

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: Morador I. - Vira Lata - **Realizada em:** 03/10/2025

Pesquisador - Há quanto tempo reside no território e como se deu a sua vinda?

I. Morador Vira Lata - Aqui a gente está desde 2019, que nós compramos aqui, em novembro de 2019. São seis anos. E eu comprei a casa aqui através do meu cunhado, que ele acabou de passar aqui e me indicou. Que aqui o pessoal comprando estava comprando os terreninhos e fazendo, e eu comprei essa casa aqui já feita.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua casa?

I. Morador Vira Lata - Aqui? Não, não, não tem risco nenhum aqui em casa não. Aqui em casa está tranquilo, não tem risco nenhum.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe em sua comunidade e no dia a dia?

I. Morador Vira Lata - No dia a dia aqui, cara, o risco que mais tem aqui, é esses pessoal vendendo droga aqui por aqui, fica tendo policiamento aqui dentro, isso é um grande risco né? A gente pode se deparar com um problema aqui, ou troca de tiro aqui dentro, entendeu?

Pesquisador - E quais as ações a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos ou riscos?

I. Morador Vira Lata - Ah, o M., como ele é a liderança, a gente procura conversar com ele pra ele poder estar resolvendo isso aí pra gente, ele resolve tudo isso aí pra gente, o M., o N.

I. Morador Vira Lata (esposa) - Não, não resolve, não

I. Morador Vira Lata - Mas a gente procura conversar com ele, porque como ele é o líder, né a F. o M., o N., são líderes aqui, e como a gente chegou aqui e já estava desse jeito, então a gente sempre comunica eles, né.

Pesquisador - E você participou de alguma atividade do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Desastres? Como foi a sua experiência?

I. Morador Vira Lata - Não, não participei ainda. Aqui eu só participei aqui na época de esgoto entupido, ajudo o pessoal a desentupir o esgoto, a gente faz uma coletividade aqui pra poder arrumar o esgoto aqui. Arrumar a coisa lá embaixo, o esgoto lá de baixo, que é o principal, que desce tudo, né? Encontra tudo lá embaixo, tudo junto.

Pesquisador - Nesse caso aqui, eu falo em relação àquelas reuniões que você estava tendo por parte da equipe da faculdade, do Plano Comunitário, que você estava tendo na escola.

I. Morador Vira Lata - Ah, não, eu participei. Eu estava em todas

Pesquisador - E como foi então a sua experiência relacionada à participação lá com a universidade?

I. Morador Vira Lata - Ah, a experiência da reunião trouxe bastante segurança pra gente, esclarecimento. E assim, as coisas que o pessoal da reunião falou assim, que vai arrumar pra gente, pra ter segurança aqui. Escada, esgoto, no caso de alagamento, pessoal falou que ia resolver tudo isso aí Entendeu? Foi muito bom, eu achei legal. E dá aquele conforto pra gente, né segurança.

Pesquisador - E com o que você ficou sabendo do Plano Comunitário de Redução de riscos e adaptação climática? O que te motivou a participar?

I. Morador Vira Lata - Ah, eu fiquei sabendo através do grupo, né O grupo da dona F. né, que falou pra gente E aí, incentivou a gente também pra poder ir, pra poder participar e ver o que realmente vai ser feito aqui dentro, entendeu? Que é melhor pra gente.

Pesquisador - Grupo de WhatsApp mesmo?

I. Morador Vira Lata - Isso, o grupo aqui da comunidade, que ela coloca lá no grupo e incentiva todo mundo aí na reunião. Ela faz isso o tempo todo, ela fica cobrando a presença, que é importante a presença.

Pesquisador - Tá bem ativo esse grupo então?

I. Morador Vira Lata - Tá bem ativo, tá bem ativo. No entanto, hoje colocaram lá a notícia que a gente conquistou definitivamente o espaço aqui, né? Que vai ficar, e agora já tá indo atrás da documentação.

Pesquisador - O processo agora, né?

I. Morador Vira Lata - Uhum, é.

Pesquisador - E o que significa pra você a ideia de resiliência comunitária? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente?

I. Morador Vira Lata - Sim, bastante, tem que estar, né, tem que estar sempre ativo o pessoal, se comunicando pra poder ajudar um ao outro. Tá legal, tá sempre assim mesmo.

Pesquisador - Tem sentido então que tem aumentado, digamos assim, esse movimento da galera?

I. Morador Vira Lata - Isso, isso Tem aumentado bastante

Pesquisador - E quais desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e os órgãos externos? Por exemplo, com o governo, a empresa, a MRS no caso, como vocês percebem essa questão da comunicação?

I. Morador Vira Lata - A comunicação tá bem clara. Tem pessoas que não entendem. Tem pessoas que ficam questionando, duvidando do trabalho de certas pessoas, porque não entendem qual é o plano deles aqui para a comunidade, isso que é o problema. O pessoal não entende muito bem, principalmente na reunião, tá na reunião, só que depois fica aí no grupo “Ah, mas eu não entendi isso, não entendi aquilo”, aí fica essa confusão, aquele disse me disse, e ninguém sabe de nada no final das contas.

Pesquisador - E como você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos?

I. Morador Vira Lata - Ah não, aí a comunidade às vezes deixa a desejar, não é todo mundo que se interessa, no começo eu senti isso. Agora que tá diminuindo o grupo, tá tendo mais união Antigamente como a comunidade era muito extensa, não tinha esse negócio, agora que tá diminuindo, dá tempo pra poder chamar o pessoal pra poder estar se juntando pra resolver tudo junto, agora tá assim. Antigamente não tinha essa união. Todo mundo era, cada um por si, Deus por todos, não é assim que funciona. Os poucos que estão aqui estão mais unidos.

Pesquisador - E quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade?

I. Morador Vira Lata - Ah tá, mudança pra poder ter segurança mais na comunidade e qualidade de vida, o esgoto vai melhorar bastante, arrumar esse esgoto pra gente, qualidade de vida também, colocar a iluminação nas vielas, arrumar aqui a parte que o pessoal circula, a escada, tudo. Pra ter melhor locomoção, entendeu aí vai ficar bom, vai melhorar bastante.

Pesquisador - Era bem curtinho, fora essas perguntas que eu trouxe prontas, tem algum ponto que você acha importante destacar, comentar a função dessa organização da comunidade, de percepções suas?

I. Morador Vira Lata - O mais importante pra acontecer aqui seria a água e o esgoto esse seria um dos pontos principais, documentação também, isso aí é o processo. Principalmente seria o

esgoto e a água pra cada um, seria bom pra caramba um começo, que a empresa falou que é da prioridade nisso.

Pesquisador - Mas você sente que essa questão de ter a segurança da posse ali, do papel ali dá mais segurança?

I. Morador Vira Lata - Muda muito, fica mais tranquilo, aí você fica tranquilo de vez, ter isso aí, cara, fica mais tranquilo. Porque até então a gente ficava naquela “vai sair, não vai”. Até o processo de demolição das casas A gente ficou em dúvida se ia ficar todo mundo ou não. Porque eu achei que todo mundo ia sair, e eu achei que ia sair, e eles estavam fazendo por partes, pra não assustar todo mundo. Porque se fala assim, “vai sair todo mundo” já cria aquela confusão, aquele “Ah, e agora, e agora?”

Pesquisador - Então o temor no começo quando chegou a equipe da MRS É que ia tirar todo mundo

I. Morador Vira Lata - Cara, quando chegou pra pedir, quando eles chegaram, quiseram o terreno de volta, que era da CPTM no caso, depois que a MRS ela terceirizou a linha, eles chegaram e quiseram porque quiseram o terreno de uma vez. Aí a liderança falou assim “Não, tem um processo, não é assim não, tem um processo, tem associação, tem advogado”. Que eles chegaram pra tirar todo mundo de uma vez só no começo, foi assim.

Pesquisador - Na força ali mesmo.

I. Morador Vira Lata - Da ali mesmo. Aí eu falei assim, “não”, todo mundo ficou com medo, aí o M., “não é assim não, cara tem documento, tem processo tudo” Foi passado, foi doado o terreno Documentado, tudo bonitinho, e eles queriam no começo de uma vez do nada, eu falei, “caramba”.

Pesquisador - Mas chegou a vir polícia aqui, ameaçada de tirar?

I. Morador Vira Lata - Chegou, não, a polícia não. A polícia não veio. Eles que quiseram dar o checkmate pra todo mundo sair antes de a polícia acontecer. Só que quando eles apresentaram os termos, o processo, eles deram a segurada. Porque por eles, era tirar todo mundo de uma vez só. No começo foi assim, cara vou te falar, ninguém dormia aqui não, bicho.

Pesquisador - Esse apoio então, da assessoria jurídica que vocês tiveram.

I. Morador Vira Lata - Mas o que segurou mais mesmo a gente aqui, foi a Associação, quando eles abriram a empresa. No começo foi difícil, que a gente passou pra chegar até aqui não foi fácil. Revezamos chinelo, ficamos um ano, dois anos, sem comer um churrasquinho, mais de seis meses, um ano sem comer uma pizza. A gente sofreu. Tudo pra juntar o dinheiro pra conquistar isso daqui. Foi 31 mil, na época foi dinheiro pra caramba Como é que você junta 31 pagando aluguel? Difícil. Aí Deus deu uma luz pro meu ex-patrão, me deu a casa pra morar. E aí eu fui morar na casa Meu ex-patrão, ele falou assim “Não me paga nada, compra sua casinha, não importa aonde” Aí foi Deus e ele que deu esse empurrão na gente. Mas a gente pra juntar, pra ter isso aqui a gente passou vontade de tudo, do churrasquinho, de uma pizza, revezamos chinelo, porque não tinha dinheiro pra comprar um chinelo. Até pra comer foi difícil. Aí você chega aqui, compra aqui, aí você paga o pedreiro, o pedreiro dá o calote. Aí aquilo já juntou “Vai sair, não vai, acho que vai sair, meu Deus do céu, vai perder tudo que investiu aqui”. Foi fácil não.

Pesquisador - Mas eu entendi que vocês já tinham pegado pronto aqui.

I. Morador Vira Lata - Já tava feito a casa, só fiz o acabamento dela por dentro pra poder entrar. A n sorte que eu dei, já tava levantado a casa aqui já. Mas pra juntar esse dinheiro pra comprar aqui não foi fácil.

Pesquisador - E você trabalha com o que?

I. Morador Vira Lata - Trabalho com livro, Editora. Eu sempre trabalhei com livro, vendendo. Então eu pego o livro final e vendo, despacho pros clientes Eu sou da parte da expedição.

Pesquisador - Gosta de ler também ou não?

I. Morador Vira Lata - Cara, isso é a ironia do destino. Meu amigo, eu nunca gostei de ler e acabei terminando em trabalhar com livro, estou aqui há 27 anos trabalhando com livro. Muito tempo, passei por várias Editoras aí famosas Editora Voz, Martins Fontes Loyola. Mas isso aí é louco, já trabalhei com muita coisa, fiz carreira ali mesmo.

Pesquisador - Ó, agradeço então. Vou dar o pause aqui na gravação.

I. Morador Vira Lata - Certo

APÊNDICE M – Transcrição de Entrevista - J. Morador Vira Lata

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: J. Morador Vira Lata - **Realizada em:** 04/10/2025

Pesquisador - Há quanto tempo reside no território e como se deu a sua vinda?

J. Morador Vira Lata - Então, a gente mora aqui já faz mais de 10 anos. E quando a gente veio pra cá, era bem difícil. Era bem cheio de lixo aqui, o terreno. Estava bem complicado, a casa não dava nem pra entrar. Quando minha mãe foi chamada pra tomar conta aqui, a gente teve que limpar tudo. Pra poder gente entrar, teve que chamar os caminhões de lixo. O cara que chamou ela pra tomar conta aqui, chamou os caras do caminhão de lixo. A gente teve que tirar os lixos, limpar os matos. Não dava nem pra entrar aqui.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua casa?

J. Morador Vira Lata - Na minha casa? As casas, quando chove, as telhas, a escada. A janela, que é bom botar uma janela, que eu pretendo querer botar umas grades.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebe na sua comunidade no dia-a-dia?

J. Morador Vira Lata - No dia-a-dia, você acha perigoso os carros, né? Nessa rua que passa, aqui na rua, com tudo. As vielas, seria bom se tivesse um portão na viela, para as crianças poderem ter espaço pra brincar. Seria bem mais seguro, né? Porque, às vezes, aqui é polícia entrando toda hora, sabe? O negócio tem aqui no fundo, aqui. É mais perigo para as crianças. As crianças não tem aquela liberdade, sabe, de brincar. A gente sempre tem um caso de acidente. As vezes não tem aquele espaço legal pra brincar.

Pesquisador - E quais ações a comunidade tem adotado pra lidar com esses perigos ou riscos?

J. Morador Vira Lata - É, eles falaram uma vez que queriam botar portão, tudo, nas vielas. Seria uma boa ideia.

Pesquisador - E você participou de alguma atividade do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática? E como que foi a sua experiência?

J. Morador Vira Lata - Pra mim, assim, eu participei uma vez e foi muito bom. As propostas, as coisas que eles falaram, assim, pra mim foi bom.

Pesquisador - E como você ficou sabendo do plano comunitário que a faculdade estava fazendo, e o que te motivou a participar?

J. Morador Vira Lata - Fiquei sabendo mais pela liderança, pelas reuniões que eu fui pela liderança, tudo, e pelo projeto que vocês fazem, assim, eu gostei muito. Foi isso que me motivou. Pelo que vocês falam, segundo, as coisas que vocês fazem, assim, na faculdade, gostei muito.

Pesquisador - E, para você, o que significa a ideia de resiliência comunitária? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente? Só para entender, esse termo de resiliência é no sentido de a comunidade está mais fortalecida, mais preparada, você percebe que tem se tornado mais forte a comunidade nesse sentido?

Pesquisador - E quais os desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e os órgãos externos, como, por exemplo, o Estado ou as empresas que estão envolvidas aí? Como você percebe essa questão da comunicação?

J. Morador Vira Lata - A comunicação? Ah, enxergo, né, que foi tudo comunicado, né, tudo certinho, como foi, o impacto, pela da liderança, tudo foi tudo bem explicado, aos moradores, tudo.

Pesquisador - E como você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões relacionadas aos riscos? Como que você percebe se a comunidade tem participado, tem colaborado, digamos que nessas discussões sobre os riscos, a reduzir os riscos do território, como que é o envolvimento da comunidade, como que a comunidade se une e participa dessas questões?

J. Morador Vira Lata - Ah, todo mundo se ajuda com essas partes de risco, assim, todo mundo ajuda, todo mundo conversa, procura a melhoria da comunidade, procura a melhoria dos riscos.

Pesquisador - E quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade?

J. Morador Vira Lata - Ah, eu acharia assim né, se tivesse um espacinho para as crianças brincarem, um corrimão nas escadas para os idosos, como tem bastante gente idosa aqui, seria muito bom, iluminação, tudo bonitinho.

Pesquisador - Então, a iluminação, a questão dos espaços para as crianças, a questão dos corrimões, das escadas, algo mais que você identifica, que você gostaria que tivesse aí no espaço, que você pensa que seria bom para a comunidade?

J. Morador Vira Lata - Uma horta assim também né, se fosse uma boa, ter um espaço assim na comunidade para montar uma horta, para incentivar as crianças, um espaço verde seria muito bom também.

Pesquisador - Ah, bacana, legal a ideia. É, fora essas questões que eu fiz, tem algum ponto que você acha importante, que você não comentou, que não estava aqui nas questões, mas que você gostaria de compartilhar, falar um pouquinho, uma história, uma situação ou algo que você percebe aí, algo que você queira adicionar?

J. Morador Vira Lata - Não.

Pesquisador - Então tá bom então, ó, agradeço muito a participação, vou encerrar aqui a gravação, aí eu me despeço melhor de você. Tá ok?

J. Morador Vira Lata - Tá ok.

APÊNDICE N – *Transcrição de Entrevista – K. Morador reassentado*

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: K. Morador reassentado - **Realizada em:** 04/10/2025

Pesquisador - Então, iniciei a gravação, uma vez mais agradeço pela sua participação e, concluída a leitura do termo, vou iniciar as perguntas, tá ok? Há quanto tempo você reside ali no território e qual tinha sido o motivo da sua vinda para lá?

K. Morador reassentado - Ah, eu moro há três anos, há três anos e meio. Assim que minha avó faleceu, eu vim morar para cá. E aí, eu conheci uma amiga que morava lá já, aí eu vim visitar ela e ela falou de um terreno, só que esse terreno eu não gostei. Aí ela pegou e me mostrou aquela casinha que eu estava morando atualmente, que quando me removeram de lá. E aí eu gostei da casa, aí eu peguei e comprei a casa, entendeu? Eu peguei e morei, e vim morar nela.

Pesquisador - E quais os principais perigos ou riscos que você percebia na sua casa?

K. Morador reassentado - Olha, o único perigo que eu via na casa, geralmente, era só o que eu podia ver ali, era só mesmo... A única coisa que eu via eram os bichos, só isso. Porque, particularmente, para mim, eu gostava muito de morar ali, entendeu? Era isso.

Pesquisador - E quais os principais perigos ou riscos que você percebia na comunidade, no dia a dia? Perigos ou riscos da comunidade, de forma geral, da comunidade.

K. Morador reassentado - Ah, o risco, perigo que eu via, era mais o crime que tinha, um pouquinho mais. E, assim, podia ver que as pessoas... o trem que estava de lá, às vezes, podia passar, né? Aí, às vezes, era só isso. Na minha particularidade, era isso.

Pesquisador - E quais as ações a comunidade tem adotado para lidar com esses perigos ou riscos?

K. Morador reassentado - Bom, eu vou falar a verdade para você, as pessoas que estavam ali, pra ajudar, eles ajudava bastante, se é isso que você esta perguntando. Eles se organizavam, eles ajudavam bastante, porque eles se ajuntavam para poder agir, para ajudar, né? Mas só que a população também, às vezes, não ajudava, né? Não se ajudava, né?

Pesquisador - E você participou de alguma atividade do Plano Comunitário de Redução de Riscos e Desastres? Como que foi a sua experiência?

K. Morador reassentado - É que, geralmente, assim, eu sempre trabalhei, né? Fora. Sempre trabalhei fora. Porque eu tenho um filho e eu sou mãe solteira. Então, eu sempre tive que buscar um pão lá fora, né? Então, era difícil eu ficar em casa. Mas, quando tinha, assim, para poder, se fosse um dinheiro ou alguma coisa assim, aí eu falava assim, eu posso te dar um apoio nessa parte. Mas, assim, fisicamente, eu não conseguiria. Mas, o que eu pudesse ajudar em outras partes, eu iria atrás. Entendeu?

Pesquisador - No caso, eu estava comentando um pouquinho do Plano Comunitário da Universidade, né? Eu acho que esse, então, você não chegou a participar. Você está comentando em relação à associação, né?

K. Morador reassentado - É, da associação. Era isso que você está perguntando?

Pesquisador - Não, o que a Universidade Federal da UFABC fez lá. Esse você não ficou sabendo, então? Não chegou a ficar sabendo desse Plano Comunitário que a Federal estava fazendo?

K. Morador reassentado – É, eu não lembro. Porque teve uma parte que o meu filho participou de uma entrevista, negócio de esporte, que eu lembro. Que ele participou disso daí. Então, o que tinha dentro disso daí, a gente também tentava participar, né?

Pesquisador - Uma pergunta. Não sei se você conhece esse termo. O que significa para você a ideia de resiliência comunitária? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente?

K. Morador reassentado - Resiliente quer dizer?

Pesquisador - Mais preparada para lidar com os desafios ali do território? Com os riscos, com os perigos? Você percebe que a comunidade tem se fortalecido?

K. Morador reassentado - Não. Parece que eles não. Não suportam muitas coisas. É isso, né? Não, porque eles são muito... Parece que quanto mais pancadas eles levam, mais para baixo eles vão. É isso que, para mim, eu sinto. Entendeu? Tem algumas pessoas que sim. Algumas pessoas que lá são fortes, né? Agora tem outras que não. Tem outras que não estão nem aí. Tem outras que estão. Vão para frente. Colocam a cabeça para frente e vão. Agora tem outras que... É que depende de cada um, né? Como é o seu nome?

Pesquisador - Leonardo.

K. Morador reassentado - Leonardo. Depende de cada um que está ali dentro, né?

Pesquisador - E quais desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e os órgãos externos, como o governo ou as empresas envolvidas?

K. Morador reassentado - O desafio? O desafio eu acho que é sim. Sei lá. Eles tinham que encarar, né? Cada vez mais as coisas do... Para frente. Eles não correm atrás das coisas. Tem uns que querem ir para cima. Aí vai buscar. E os outros não querem nem saber. Como eu falei da outra vez, né? Entendeu?

Pesquisador - Então, sobre esse ponto, como você percebe o envolvimento e a participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos?

K. Morador reassentado - Os riscos? Eu não sei te dizer muito bem desses negócios de risco.

Pesquisador - Por exemplo, vou dar um exemplo, né? A questão do esgoto, não sei se lá esquentava muito, ou a própria questão de deslizamento, não sei se tinha ali algum território, ou a questão da mobilidade ali, do trânsito.

K. Morador reassentado - Ali não. Ali não tinha muita coisa de esgoto, não. Ali tinha mais, era... Como eu posso dizer? Era mais mato mesmo. Era mais mato e coisa de lixo. Então, é igual eu te falei. Era mais a visão da população, né? Tinha que tomar vergonha na cara e ser... Como que eu posso falar? Ter a capacidade de criar a personalidade deles mesmo, né? Pra poder não jogar lixo, ter um lugar melhor, fazer um lugar melhor. Entendeu?

Pesquisador - E faltava isso?

K. Morador reassentado - Isso, faltava. Em todos os lugares, né, Leonardo? Porque, tipo assim, uma comunidade, pra criar uma comunidade, é igual diz assim,, “a favela... Tá na pessoa, mas a pessoa tá na favela”, né? As pessoas não sabem se comportar, entendeu?

Pesquisador – E quais mudanças e melhorias, você acredita que seriam prioritárias pra fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade?

K. Morador reassentado - É muito esporte das crianças, pra poder tirar do crime, ter, assim... Como que eu posso? É esporte... Segurança, assim, passar ronda escolar... Mais lugar que tem escola, igual lá, né? Porque lá você não vê uma polícia passando. Entendeu? Lá você não vê uma polícia passando. Aí você não vê um lugar que não tem um esporte. Aquela escola é final de semana fechado. Tudo bem. É uma escola organizada. Eu acho. Uma escola super organizada. Parabéns pro diretor. Mas podia ser aberto, tipo, um lugar assim... Pra poder ter um esporte pras crianças. Aí você vê um monte de criança jogada. Final de semana. Podia ter um lugar pra criança fazer um esporte. Pra mim, lugar de criança é fazendo esporte. Tá entendendo? Porque mente de criança parada é oficina do diabo. Você tá entendendo? Não sei se é porque o

meu filho sempre fez esporte e meu filho é envolvido no esporte. Entendeu? Então, pra mim, criança sempre tem que ter esporte.

Pesquisador - Bacana, agradeço. E, agora, perguntando um pouquinho, então sobre essa sua saída do local. Queria entender de você, como foi esse processo, né? E se você gostou de ter saído, não gostou de ter saído... Para além da questão do apartamento que você ganhou, o que você sente que você perdeu quando saiu de lá? De laços, de lembranças. Queria ouvir um pouco de você sobre essa experiência sua em relação a essa remoção.

K. Morador reassentado – Ah, Pra mim foi maravilhoso, né? Quando eu vim pra cá, eu morava num lugar, assim... Eu vou contar a minha história, né? Eu morava na casa do meu avô, e meu avô perturbava a minha vida, né? Claro. E, assim que o meu avô morreu, eu vim morar pra cá. Tudo bem, que eu agradeço, que era uma casa de dois cômodos lá; Mas, quando eu vim pra cá, eu falei assim, “meu Deus do céu, Eu vou sair de novo de um lugar, vou ficar desabrigada” Aí, quando eles falaram pra mim, que vinham coisas boas pela frente, aí eu agradei, né? Mas eu não sabia o que que era, quando eles falaram pra mim, que era uma casa, um apartamento, e falaram o valor da indenização, aí que eu agradei mais a Deus. E falaram que eu tinha que escolher o lugar que eu ia morar, Aí eu agradei mais ainda, entendeu? Aí, quando eu passava aqui na frente, era o lugar que eu mais desejava morar. Era esse prédio que eu apontava e falava: “Mãe, eu vou morar aqui nesse lugar”. Aí minha mãe falava assim: “É só você orar, filha”. Aí ela pegava e falava assim: “Então tá bom”. Aí, quando foi um dia, eu passei na casa da dona F., e eles estavam tendo uma reunião. E falaram assim: “A gente comprou... a gente vai comprar umas unidades daqui, desse prédio”. Aí eu falei assim: “Eu também quero esse prédio, esse apartamento”. Aí a gente veio e fechou aqui. Foi o dia mais feliz da minha vida, quando eu vim comprar. Eu nem sabia o que ia agradecer. Quando eu vim olhar, no dia do apartamento, eu chorei, minha tia chorou, todo mundo chorou, porque não tinha nem como agradecer a Deus. Foi assim, um milagre de Deus. Foi uma emoção maravilhosa, entendeu? Nunca pensei que Deus ia fazer essa coisa na minha vida, que foi muito bom.

Pesquisador – Bacana, parabéns pela conquista. Mas, você falou que eles tinham falado que você podia escolher onde queria morar, mas ainda assim, você fez questão de mudar aí pertinho do do bairro, no mesmo território. Me fala um pouco dessa sua escolha.

K. Morador reassentado - Ah, porque assim, aqui é um lugar bem localizado, né? É legal por causa do metrô... do trem, né? Na verdade, do trem. Tem o supermercado, tem as coisas bem localizadas, e eu queria ficar aqui perto, né? E eu gostei do bairro, né? Gostei sempre da região. E não queria sair de perto da vizinhança dali de cima também, né? Porque eu gostava também de ir lá para cima. Como eu sou uma pessoa muito comunicativa, onde eu chego eu conheço um monte de gente. Aí eu também queria ficar perto de todo mundo, né? Foi isso. E por isso que eu escolhi aqui também, porque eu procurei várias unidades. Procurei no Aurora, procurei lá no City, procurei vários lugares. Falei: “Não, quero ficar por aqui”. Aí, quando eu vi esse prédio aqui — sempre me encantei por ele —, quando teve oportunidade, eu escolhi ele.

Pesquisador - E Tem algo então que você sente falta... De lá? De onde você saiu... Que tem saudades?

K. Morador reassentado - Olha, Vou falar pra você, a única coisa que eu sinto falta de lá, ah, É um pouco mais da vizinhança, mas aqui o conforto é melhor, né?

Pesquisador - E aí, você conseguiu se enturmar? Já tem relações aí com relação à vizinhança?

K. Morador reassentado - Sim, porque tem um monte de gente de lá também, né? Tem um monte de gente de lá. E, quando eu sinto falta, eu subo lá, porque é pertinho, né? Eu vou lá, vou na casa da dona F., vou lá em cima, na casa das vizinhas. Eu sou bem comunicativa, não tem essa, não.

Pesquisador - E nos serviços do território, chegou a mudar alguma coisa pra você? Em relação a UBS que você usava, essas questões?

K. Morador reassentado - Não. Tanto que eu trabalho aqui, até o trajeto do meu serviço, eu trabalho cinco minutos daqui, Eu trabalho aqui no pitch, é cinco minutos. Eu pego um ônibus só e desce daqui cinco minutos.

Pesquisador - Conseguiu também, o que é importante pra você, morar próximo do seu trabalho, manter essa distância.

Morador Reassentado K. - Vira Lata – Isso, bem pertinho. Então foi tudo uma bênção pra mim esse ano, graças a Deus, espero que continue sempre.

Pesquisador - E na relação então, nesse processo com a MRS, E com as lideranças do Vira Lata, como que você foi percebendo assim, essas negociações. Como que você sentiu esse processo, a comunicação com você?

K. Morador reassentado – Ah, foi tudo bem, graças a Deus. Assim, na verdade, vou falar uma coisa para você: eu sempre tive paciência. Porque tem pessoas que são sem paciência, ficam mandando mensagem e não sei o quê. É porque eu sou uma pessoa bem pacífica, sabe? Eu mando mensagem e espero responder, porque eu entendo o lado da pessoa. A pessoa tem que trabalhar, tem o seu serviço, e tem que responder na hora deles, não é na hora que a gente quer. Então, assim, tem que ter paciência com a outra pessoa, porque tem que se colocar no lugar da pessoa. Não é assim também. Tem gente que é muito... Enfim, tem que ter a hora de cada vez, entendeu? Tem que se colocar no lugar da pessoa, igual da MRS. Todo mundo ligava lá e falava um monte: “não sei o quê, não sei o quê”. Eu esperava a hora deles. Ah, hoje é tal dia, tem que ter a reunião, não sei o quê... Eu falava assim: “Beleza, eu vou pegar, vou conversar aqui com a minha chefe, aí no escritório... beleza, pronto”. Tinha gente que ligava lá e falava assim: “E aí? Quando vai sair? Não sei o quê, não sei o quê”. Não, gente, não é assim. Além de a pessoa pegar e sair do lugar, e ainda ter as coisas assim como Deus preparou aqui, essas bênçãos para a gente, as pessoas ainda têm que empurrar? Não é assim, tá entendendo? As pessoas têm que agradecer. O que você ganhou, ainda... a pessoa tem que ter paciência. Aí tinha muita gente que era só por Deus, mas tudo bem. Hoje estamos com conforto, né?

Pesquisador - Bacana, agradeço uma vez mais por ter participado comigo.

APÊNDICE O – Transcrição de Entrevista - L. Morador reassentado

Título da Pesquisa: Participação social na cocriação de um Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática: uma análise discursivo-etnográfica

Pesquisador Responsável: Leonardo Maggi Gambatto

Contato: (11) 9XX1-1XX2 | E-mail: lm.gambatto@unesp.br

Programa de Pós-Graduação: Desastres Naturais – Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Cemaden

Entrevistado: L. Morador reassentado - **Realizada em:** 05/10/2025

Pesquisador - Então, uma vez mais, iniciei a gravação, agradeço por ter aceitado participar e vou fazer, então, dar início, as perguntas. Há quanto tempo você residia no território, no Vira lata, e como que se deu a sua vinda?

L. Morador reassentado - Então, eu morei no Vira Lata praticamente quatro anos. Praticamente, não chegou aos quatro anos fechado, mas foi praticamente, faltou um mês para fazer os quatro anos e eu saí de lá. Então, quatro anos, praticamente, lá, né?

Pesquisador - E como que se deu a sua vinda para lá? Como que você foi morar lá?

L. Morador reassentado - A gente foi morar lá porque as pessoas doou um terreno, na época, não diretamente para mim, foi para o meu esposo, né? Doou um pedaço de terreno, a gente morava de aluguel, a gente construiu lá, né? E aí, foi a minha vinda, a minha chegada lá no Vira Lata foi assim, foi uma doação de um pedaço de terra, lá. Porque os povos, né? Na verdade, lá invadiram e saíram, uns venderam, outros doaram, né? O meu foi doação. E aí, a gente construiu e a gente morou lá por um período de quatro anos.

Pesquisador - E quais são os principais perigos ou riscos que você percebia na sua casa?

L. Morador reassentado - Olha, na minha casa, perigo e risco, eu não percebi nenhum. Porque, assim, era uma casa que a gente fez, né? Bem estruturada, era uma casa de três andares. Mas era uma casa bem estruturada, foi uma casa feita com um bom material, né? Material de qualidade. Então, o único risco que a gente tinha lá, que a gente tinha certeza, que uma hora ou outra a gente ia sair de lá. Por que como era uma invasão, a gente, uma hora, ia ter que sair. Então, eu nem queria construir por conta disso, porque a gente sabe, assim, quando a gente compra uma coisa, é nossa. Mas, no caso lá, não foi comprada. Então, eu sempre tive um pé atrás com isso, eu não queria construir e, por mim, não teria construído. Mas, o meu ex-esposo falou, “ah, não, vamos construir para a gente sair do aluguel”. Era um sonho da gente, quem é que não tem um sonho da casa própria, né? Então, o único risco que eu via lá era a gente, em qualquer momento, perder a nossa moradia. Assim como ocorreu, né? A gente teve que sair de lá, mas, graças a Deus, né? A MRS não desamparou a gente em nenhum momento. Ou melhor, a gente foi muito acolhido por eles, né? Que eles acompanham a gente em todo momento ali. Todos que saíram de lá foram muito bem tratados por eles. Eu só tenho a agradecer a Deus, em primeiro lugar. Segundo, o pessoal, a toda a equipe da comunidade, a senhora F., M., N., enfim, Todo mundo que estava por trás. Tem pessoas que a gente não chegou a conhecer, né? Que é uma equipe muito grande, que tem envolvida aí na comunidade Vira Lata, né? Que são os líderes, né? Que a gente chama de liderança. E, porém, o pessoal da MRS, que deu todo o suporte para nós, até o momento que a gente estava aqui na nova casa. Eles faziam troca, né? Chave por chave. Pegou a chave da nossa casa e, em troca disso, deu outra chave para nós, que é a casa atual onde eu estou morando. Que é aqui pertinho também da comunidade Vira Lata. Então, assim, eu não tenho o que reclamar, né? Então, assim, risco? Não vou falar, eu acho que isso aí não era um risco. Para mim, eu não vejo como risco. Eu tinha ciência que uma hora a gente ia ter que sair, porque lá não era nosso. A gente não comprou e pagou, tinha documento. Então, eu acho que quando isso ocorre, é uma coisa que todos nós corremos risco, né?

Pesquisador - E quais os principais riscos ou perigos que você percebia na comunidade, no dia a dia?

L. Morador reassentado - Ah, eu não percebia nenhum, vou te falar a verdade. Até eu gostava, sinto falta de ir lá ainda, porque lá tem umas pessoas boas, que eu gosto muito. Inclui a senhora F., né, que é um amor de pessoa que sempre me deu todo o suporte, sempre me ajudou, tirou todas as minhas dúvidas, né? Então, assim, eu não via risco nenhum lá, porque lá tinha o esgoto, né? Lógico está precisando de arruma alguns detalhes, alguma arrumação que precisa, né? Mas lá tem os esgotos, lá tem a luz, tudo bonitinho. Então, assim, meu ponto de vista, eu não vejo nenhum risco ali, pra mim, né? Na minha opinião, dos outros moradores, eu não sei. Eu sei que precisa de melhoria ali, fazer umas boas escadas ali. Eu acho que você teve lá, você conheceu as vielas, né? Então, lógico, precisa ali, tem viela que precisa melhorar mesmo ali. Mas eu morava naquela viela principal, que é saindo da dona F., porque pega um retão assim. Então, eu morava logo ali na entrada. Então, assim, minha casa ficava no centro, minha casa ficava bem localizada. Então, eu estou falando por mim. Então, eu não via nenhum risco. Mas, lógico, precisa de melhoria, sim, fazer escadas. Principalmente agora ali, que tem menos casa, eu creio que dá pra investir ali. Fazer, tipo, colocar água, usar relógio individual pra cada pessoa, ter um esgoto melhor. Melhorar muito ali naqueles esgotos, que eu acho que isso é bom pra todo mundo. A gente quer melhoria, né? Eu acho que sim. Não é porque eu saí de lá, eu penso de quem ficou lá. Eu acho que tem que ter melhorias ali. Fazer escada boa, dar uma melhorada naqueles esgotos. Por mais que tenha esgoto ali, que é encanado. Mas eu acho que precisa melhorar aquilo ali. E eu acho que era isso. Risco, risco... Não sei se dá pra chamar isso de risco, né? Minha opinião, tá? Meu ponto de vista.

Pesquisador - E quais ações a comunidade tem adotado pra lidar com esses perigos ou riscos?

L. Morador reassentado - Não entendi.

Pesquisador - E quais ações a comunidade tem adotado pra lidar com esses perigos ou riscos? Como que você percebe que a comunidade tem se organizado para afazer o enfrentamento a essas questões que você destacou?

L. Morador reassentado - Ah, eu sei que a senhora F., que é a equipe lá da comunidade, né? Que é a liderança. Ela corre atrás muito de benefícios, né? Tanto ela, tanto o M., e tanto o N., também. Então, essas três pessoas, eu falo que é o que eu vejo mais correndo atrás, assim, né? É esses que tá sempre de frente de tudo. Então, eles correm atrás de benefícios e de melhorias, né? Então, a senhora F. até comentou que vai tirar aquela rua de Paralelepípedos, que desce aquela ladeirinha, vai asfaltar eles saí correndo atrás de melhorias, né? Pelo menos o que foi passado pra mim. Correndo atrás também da documentação da casa, de todos que ficaram lá. Pra cada um ter a documentação da sua casa. Eles querem regularizar ali tudo, né? Pra todo mundo. Ou seja, todos que estão ali ter a sua documentação, que eu creio que ali não vai correr mais nenhum risco de ninguém precisar sair como eu tive que sair.

Pesquisador - Você chegou a participar de alguma etapa do PCRA, como foi sua experiência?

L. Morador reassentado - Eu não participei de nenhum.

Pesquisador - Você chegou a ficar sabendo?

L. Morador reassentado - A senhora F. comentou comigo, só que eu não participei.

Pesquisador - Pra você, o que significa a ideia de resiliência comunitária? Você acha que a comunidade tem se tornado mais resiliente?

L. Morador reassentado - Olha, eu acho que sim. Como eu te falei, vai muito também dos moradores, né? Eu acho que tudo, como eu sempre falo, a união faz a força. Eu acho que tudo precisa de ter uma união, né? Por trás de tudo isso a pessoa fazer. Mas é que esse negócio, como 10 quer e 20 não quer, aí fica difícil você também ajudar. Então, eu vejo muito isso de comunidade, não só comunidade, de todos os lugares, né? Como você viu na Itália, lidar com o ser humano é muito complicado, né? Quando uns querem, outros não querem, não faz por onde.

Então, eu acho que fica difícil. Mas, eu creio que vão chegar num bom senso ali, que vai ficar bom pra todo mundo.

Pesquisador - E quais desafios você enxerga na comunicação entre a comunidade e órgãos externos, como o governo ou empresas? Como você percebe a questão da comunicação?

L. Morador reassentado - Ah, eu não sei se informar.

Pesquisador - E como você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos?

L. Morador reassentado - Não entendi.

Pesquisador - Como você percebe o envolvimento e participação social da comunidade em questões ligadas aos riscos? Você acha que a comunidade se envolve, participa nas discussões, nas questões relacionadas a reduzir os riscos do território? Como você percebe essa participação da comunidade?

L. Morador reassentado - Então, como eu te falei anteriormente, é aquele negócio, quando é meia dúzia de pessoas que querem buscar melhoria, né? Porque eu vejo a senhora F., ela corre muito atrás das coisas, mas tem horas, tipo, as pessoas acham que ela tem que fazer tudo só. E não é, né? Ali eu acho que a gente tem que trabalhar a equipe, né? Ela e o M., correm atrás das coisas e a gente também tem que estar ali apoiando no suporte e acho que todo mundo tem que correr junto, né? Porque é uma corrente ali, né? Todo mundo junto pra conseguir ou chegar no objetivo. E eu vejo muitas pessoas que não estão nem aí pra nada, que acham que ela tem que resolver tudo, que ela é a liderança, que ela tem que resolver tudo. E eu penso assim, não é bem por aí que funciona as coisas, né? Eu respondi a tua pergunta.

Pesquisador - Respondeu, sim, eu agradeço. E quais mudanças ou melhorias você acredita que seriam prioritárias para fortalecer a segurança e a qualidade de vida da comunidade?

L. Morador reassentado - Ah, eu acho ali, a minha opinião era melhorar as escadarias, como eu te falei. Você viu lá também como é que tá. Tem umas escadarias que é bem precária, né? Então eu acho que era fazer umas escadarias melhores, que dá pra fazer isso, né? O esgoto ali da chegada, eu acho que você viu isso, tem um buraco imenso, né? Que cai muita sujeira, por aí já vai. É uma coisa que se trata o quê? Dos moradores que tem que limpar. Eu acho que se organizar na limpeza, eu acho isso, minha opinião. Eu até quando morava aí, já questionei a senhora F., o M., porque a gente não tapava. Bota uma rede, sei lá, alguma coisa naquele buraco pra não cair o lixo dentro, porque é aquele lixo caindo tudo ali. Ali você vê coco, coco inteiro mesmo, sabe? Garrafa pet, saco de salgadinho, tudo que é de lixo vai ali. Se chove, então, vai o lixo tudo pra ali. O que acontece? Uma hora vai entupir aquele esgoto que não vai suportar, né? Uma hora vai entupir. Então assim, eu acho o quê? Melhorar a limpeza da comunidade, mas isso depende dos moradores. Concorde comigo? Então é isso aí que eu acho que depende muito dos moradores. Quando eu morava lá, minha viela, eu sempre varria e limpava tudo, mas assim, enxugando gelo, né? Limpava de manhã e tarde era tudo sujo, porque os próprios moradores sujavam. Então assim, melhorar a limpeza da comunidade, melhorar aquelas tipo aquelas escada... ali é complicado, porque ali, eu nem sei se pode estar falando isso, mas se não puder, você corta aí, né? Nem sei se pode divulgar isso, eu creio que não. Tipo assim, ali dentro tem uma boca, né? Ou seja, um ponto de droga que os povos vendem. Eu acho que isso aí também querendo ou não afeta muito. Tem criança, tem idoso, fica tudo ali dentro. Eu acho que até você andando, você viu lá, porque todo mundo vê, né? É ao céu aberto. E é uma coisa assim, que eles que comandam também um pouco ali. Querendo ou não, eles mandam ali. Então tem esse pouco de dificuldade que infelizmente a gente está vivendo isso em todo lugar. Não é só ali. No bairro, até no Morumbi tem essas bocas aí que eles comandam. Então eu acho isso aí um pouquinho também desagradável. Não sei se a gente pode mudar isso, porque aí já envolve muita coisa e é a coisa que a gente não pode mexer, né? Porque você sabe como é que funciona essas coisas aí. Mas eu acho assim, deveria melhorar muito a limpeza da comunidade. Aquela

chegada que a senhora F. falou que ela está correndo atrás para acertar ali, para pôr asfalto. E as escadarias. Melhorar o esgoto que dá para melhorar. Então isso eu acho que era bom para todos que ficaram ali.

Pesquisador - Agradeço. Das perguntas que eu tinha feito de forma geral para a comunidade, você já respondeu. Aí como você tem essa questão específica da remoção, eu quero fazer algumas perguntinhas a mais. Então eu queria que você primeiro me falasse como foi para você essa questão do processo de remoção, desde ser avisada até sair, ganhar um apartamento. Quero que você me fale um pouquinho como você se sentiu, como foi para você essa questão.

L. Morador reassentado - Para mim, quando eu recebi a notícia, porque a gente sempre teve aquela, como eu te falei, aquele medo de uma hora dar, uma hora acontecer isso. Mas a gente achava que sim, achava que não, porque o tempo foi passando. Mas eu sempre tinha aquela expectativa de que uma hora ia chegar. E aí a senhora F. comentou e falou, gente, vamos ter que sair mesmo, passou a data tudo, marcou uma reunião para o pessoal da MRS explicar para a gente como ia acontecer. E aí foi que a ficha caiu mesmo quando teve a primeira reunião com o pessoal da MRS. Até no colégio aí, no e-mail, Estação Jaraguá, eles conversaram com o diretor, pegou uma sala lá, que era muita gente, e falou para cada morador realmente como ia acontecer, que foi saindo por etapa, primeira etapa, segunda etapa, terceira, quarta, até chegou na minha vez. Eu estava na terceira etapa. Então, assim, é um sentimento, não sei nem o que falar, mas não foi de medo, acho que eu fiquei com muita ansiedade. Eu senti muita ansiedade, porque eu me preocupei. Será que é de confiança? Será que realmente eles vão dar o que estão prometendo? Vão cumprir o que estão prometendo, que era dar o apartamento para a gente? Eu falei, será que não é um golpe? Será que a gente não vai sair com a mão na frente e outra atrás? Então essa insegurança que acho que é de todo mundo né, de todos, foi muita ansiedade, foi muito nervoso. Meu cabelo caia muito, porque a gente ficava esperando naquela ansiedade né, mas graças a Deus no final, deu tudo certo. Do andado, passando o tempo, a gente viu que a coisa era séria mesmo, que eles mostrou que teve prova, que a coisa era séria, que não era mentira, que eles não iam dar um golpe na gente, que realmente iam dar uma casa para nós, que era chave na chave, como foi feito. E, graças a Deus, passou um longo tempo, por conta que demorou um pouco de sair o apartamento aqui, que não só eu, como 25 pessoas da comunidade comprou aqui também, que é aqui no Reserva Jaraguá, que é pertinho daqui. Então, demorou um pouco, por conta que não saía o abite do apartamento, todo mundo podia demorar. Foi muito transtorno. Acho que, para mim, foi a pior fase. E foi essa, porque ficou esperando. Todo mundo, muitas pessoas que comprou em outros lugares saíam e nós ficávamos. Então, assim, para mim foi muito... Ah, eu fiquei frustrada. Porque, assim, todo mundo saía, a gente ficava, o tempo ia passando, a gente preocupada de... Tipo assim, eu comecei a pensar. Se tem que sair, eu quero sair logo, eu não quero ficar aqui, né? E tanto depois minha casa foi a única a ser demolida, um dia eu fui lá, ela estava lá ainda, Aí, outro dia, eu voltei lá o pessoal tava lá derrubando e eu falei, “gente não derruba minha casa”. Mas assim, eu até falei para a F. Eu falei assim, olha, não sei. Eu acho que eu fiquei neutra. Porque eu não sei mais nem o que eu estou sentindo, assim. Porque, assim, eu não fiquei... Se eu falar que eu sofri, eu não sofri. Assim, depois que passou todo esse processo de início, como te falei, eu fiquei ansiosa, preocupada. Mas, depois, eu não me preocupei, porque eu me preocupei muito também no início, foi porque meu filho estuda aí na Estação Jaraguá. Então, era tudo pertinho aqui. Era tudo perto, né? Eu pensei também que eles iam jogar a gente aonde eles quiserem. Tipo assim, ah, vamos te dar uma casa lá em Perus, que é bem longe. Ou então lá na Barra fundas, não sei lá onde. Eu pensei muito no meu filho, porque ele estuda pertinho, ele vai sozinho, né? E eu pensei também no meu trabalho. Porque o meu trabalho aqui, a localização é boa para me pegar o trem. Então, assim, passa um filme na cabeça da gente, né? Eu acho que foi a parte pior no início. Foi isso “gente, para onde nós vamos? Onde eles vão colocar a gente?” E eu pensei, assim, que a gente

ia para qualquer lugar. Não, a gente teve a opção de escolher onde nós queria. Então, eu achei maravilhoso isso da parte deles, por essa proposta para nós, né? Teve gente que até na Bahia comprou casa. Então, assim, eu achei um gesto muito bom, né? E eu agradei. Eu sou muito grata a Deus, em primeiro lugar. Segundo, aí, né? Dona F., o pessoal e a equipe correram atrás para nós. Porque se não fossem eles também, nós teríamos saído com a mão na frente e outra atrás. Porque foi aí essa comunidade em peso aí, né? Que a senhora F., o M., que correram atrás. Tem uns advogados também que a gente não chegou a conhecer, né? Só de nome, que era a doutora D. Desde a equipe toda grande por trás aí, que lutou, né? Lutou por todos nós. Então, assim, a gente é muito grato. Eu falo a gente, porque eu tenho certeza que todos que foram beneficiados aí, é grato a eles por isso. Porque se não fossem eles também, nós não teríamos conseguido nada. Porque não tinha ninguém lutando por nós, né? A gente tá falando da MRS, que é uma empresa aí que você conhece mais do que eu, né? Então, assim, graças a Deus, agora a gente tá no nosso cantinho. Eles deu todo o suporte mesmo pra nós. O transtorno todo foi um pouquinho no começo e depois no meio, que foi essa burocracia que a gente tinha que esperar o apartamento, né? Mas graças a Deus, saiu, e agora eu tô feliz. Agora eu tô feliz, a vida tá andando, né? E é isso aí.

Pesquisador - Ah, pra perguntar então um pouquinho de duas coisas que você traz. Você trouxe que podia escolher em qualquer lugar, né? Mas você escolheu continuar próximo ali, de certo modo, manter esse vínculo ali com o território, né? Queria que você me falasse um pouquinho dessa sua escolha. E o segundo ponto é, então, para além de ter saído da casa, né? Que você já tá em outra, etc. O que você sente falta de quando você estava ali, De memórias, de lembranças? Não sei. O que você sente falta e por que essa escolha de estar próximo?

L. Morador reassentado - Ah, eu escolhi aqui mesmo, no Jaraguá, Leonardo. Porque eu já tenho 18 anos que eu moro aqui, né? Eu vim da Bahia, eu sou baiana, eu vim da Bahia. Então, já tem 18 anos que eu tô aqui no Jaraguá, né? Então, assim, eu não quis sair daqui porque é um lugar que eu gosto, né? Eu gosto muito do Jaraguá. É um bairro que é acesso rápido pra tudo, né? De transporte, metrô, trem, metrô e tudo. Você entra pra Barra Funda, você já pega os metrô, né? Então, eu moro aqui pertinho da estação, né? Mercado perto, academia, shopping. Então, assim, é uma localização maravilhosa. Tem a minha família, que é minhas irmãs, moram tudo pertinho de mim. Tem as amizades que, tipo, tem a senhora F., que pra mim eu considero como se fosse uma segunda mãe pra mim. Uma mãe de coração. Que, nossa, só eu e ela sabemos o que ela fez por mim. Né? Uma pessoa maravilhosa. Então, tem muitas pessoas aqui que eu conheço. Então, por que que eu ia pra um lugar longe se aqui pra mim tudo é melhor? O acesso, né? Pros meus filhos é bom. Pra mim é bom. Os meus amigos, né? Então, assim, a minha família, que eu falo que eu tenho pouca família aqui, só as minhas duas irmãs, tudo mora aqui no bairro. Então, eu achei, não tem o porquê eu ir pra outro lugar, sendo que aqui é o lugar que eu gosto. Eu amo esse lugar, né? Então, o lugar pra mim é maravilhoso, né? Então, não tem o porquê eu sair daqui pra ir pra outro lugar. E o outro ponto... Ah, então, o que eu sinto falta lá da comunidade... É, primeiro lugar, assim, eu sinto um pouco do espaço. Porque lá eu tinha uma casa grande, né? Eu tinha uma casa de três andares. Aqui eu tenho 38 metros quadrados. Então, assim, é bem difícil. Então, eu já me adaptei. Mas, assim, é estranho, né? Você olha assim, tudo você vê, dá pra você ver a casa toda. Lá na minha, não, na minha tinha sala, tinha cozinha, né? Que era a sala americana. Tinha dois quartos e o banheiro no meio. E em cima tinha a minha área de lazer e uma lavanderia. Então, assim, era uma casa grande, uma casa bonita. A senhora F., nossa, chegou a conhecer lá. Então, a minha casa era uma casa top, né? E aqui o apartamento, acho assim, é muito pequenininho. Eu tive que desfazer de muitas coisas minhas. Eu tive que começar quase do zero, praticamente. Eu vou falar tudo do zero, mas eu tive que começar praticamente do zero. Tive que desfazer de muitos móveis meus, porque não coube aqui. Mas, assim, eu sinto mais falta mesmo das amizades. Porque eu não sou muito

apegada a bem materiais, graças a Deus, né? Da casa em si, eu não tenho recordações, lógico, pra guardar na memória. Mas eu não sofri por isso. “Ah, minha casa” Não, não senti nada. Até falei pra F. Falei, “F., eu acho que eu tô anestesiada. Tô num ponto neutro, tô com o coração de gelo”. Porque eu não senti essa falta, né? Toda assim, eu sinto falta do espaço, mas eu já me adaptei. Aqui, eu falo que é a minha casinha de boneca. É pequenininha, mas é aconchegante. Eu já coloquei tudo do meu jeito. Depois já tá a minha cara de novo. E a gente se adapta, porque a vida é assim, né? A gente não pode ter tudo, né? A gente tem o que precisamos. Acho que a gente tem o essencial, que é o que a gente precisa.

Então, é disso aqui que eu e meus filhos precisam. Eu tenho três filhos, então, é isso aqui que eu e meus filhos precisam. Mas acho que tá ótimo, tá bom, né? Uma coisa também, lógico, que faz um pouco de diferença. Porque lá eu não tinha a despesa que eu tenho aqui. Porque lá eu não pagava aluguel. Mas aqui a gente vai pagar o condomínio, que é praticamente o aluguel pro resto da vida, né? Então, essa eu falei, “ah, mas vai dar certo, já deu certo”, fê em Deus. pedir a deus saúde, trabalho e a gente consegue o resto.

Pesquisador - Pouco a pouco, né? Agradeço muito, por ter compartilhado um pouquinho da sua experiência comigo, da sua história. Antes de finalizar, tem algo a mais que você queira acrescentar? Que talvez a gente não comentou, ou que você queira falar?

L. Morador reassentado - Não, não, definitivamente não. Mas imagina, é um prazer, né? Poder colaborar aí, até pra ajudar num projeto, ajudar outras pessoas, né? Espero também que... Infelizmente, a gente sabe que nessas o que acontece, tem muita gente que sai aí, né? Só para as filas do aluguel, muita gente não sai com nada. Mas que bom que todo mundo pegasse a empresa, igual a MRS, né? E tivesse a equipe que a gente teve toda por trás, que é, mais uma vez, repetindo, a senhora F., e a equipe aí, que são todos, que fizessem o que eles fizeram por nós. Porque eles correram risco, eles correram... Nossa! Passaram as noites acordadas, enfim, lutou. Eles, é uns guerreiro. Eles lutaram por a gente. A gente não fez nada. Eles fizeram tudo pela gente. Então espero que isso aconteça com mais pessoas, né? Que o seu sonho da casa própria não se torne um pesadelo, né? Porque muita gente perde tudo, né? Constrói e perde tudo. E nós tivemos, eu falo nós, porque todos daí do Vira lata que saíram, saíram com a sua casa, né? Teve gente que comprou casa já velha, teve gente que comprou apartamento novo, meu apartamento é novo. Eu fui a primeira moradora. Então assim, a gente teve aquela escolha de escolher, Leonardo. Então isso eu acho que foi muito importante pra todos. Não só pra mim, mas eu falo por todos, porque com certeza tem o mesmo sentimento, né? Então às vezes eu vou falar que a gente perdeu, porque a gente não perdeu, a gente trocou uma casa pela outra. Eu vejo desse jeito.

Pesquisador - Agradeço. Vou interromper a gravação aqui.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - CAMPUS DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -
UNESP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Participação Social na Construção de um Plano Comunitário de Redução de Risco de Desastres

Pesquisador: LEONARDO MAGGI GAMBATTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85938225.0.0000.0077

Instituição Proponente: Instituto de Ciência e Tecnologia de São José dos Campos - UNESP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.448.005

Apresentação do Projeto:

Participação Social na Construção de um Plano Comunitário de Redução de Risco de Desastres

Objetivo da Pesquisa:

O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de participação social e mobilização comunitária empregadas na elaboração de um Plano Comunitário de Redução de Riscos de Desastres em área de conflito de regularização fundiária. Mais especificamente, será realizada uma avaliação a partir de uma perspectiva multirrisco e da psicologia na gestão integral de riscos emergenciais e desastres, os aspectos envolvidos na participação social e mobilização comunitária na favela Vira-Lata, em São Paulo. [Texto adaptado de Informações Básicas do Projeto]

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como riscos associados à pesquisa, é mencionado o risco emocional, em que alguns participantes podem se sentir desconfortáveis ao relatar experiências relacionadas a vulnerabilidades, desastres ou conflitos fundiários; e risco de exposição, onde informações pessoais ou coletivas podem ser sensíveis. Em relação aos benefícios, são mencionados o empoderamento comunitário, o fortalecimento da participação local; a coesão social, a promoção de solidariedade e colaboração; e a contribuição Política como subsídio para melhorias em políticas públicas. [Texto extraído de Informações Básicas do Projeto]

Endereço: Av. Engº Francisco José Longo 777 - prédio anexo I Ramal 9028

Bairro: Jardim São Dimas

CEP: 12.245-000

UF: SP

Município: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Telefone: (12)3947-9078

E-mail: ceph.ict@unesp.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - CAMPUS DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -
UNESP**



Continuação do Parecer: 7.448.005

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa apresentado se encontra muito bem estruturado e delimitado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Nenhuma consideração adicional.

Recomendações:

Nenhuma sugestão adicional.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto reformulado e as respostas das dependências foram sanadas e não havendo nenhum impedimento ético, o protocolo pode ter seu prosseguimento.

Considerações Finais a critério do CEP:

O (a) pesquisador(a) irá receber e-mail da Secretaria do CEPH-ICT-CAMPUS DE SJCAMPOS-UNESP, para envio de relatórios parciais/final, para não incorrer na penalidade de não o fazendo, em não ter novas submissões avaliada pelo Comitê de Ética, até que sane a pendência de envio do relatório, na forma de notificação através do sistema da Plataforma Brasil. Obs:- No site <https://www.ict.unesp.br/> > Sobre o ICT > Comissões e Comitês - Comitê de Ética Envolvendo Seres Humanos, encontrará o formulário para envio do Relatório parcial/final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2474159.pdf	27/02/2025 01:54:30		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	formulario_resposta_pendencia_Gambatto_Leonardo_M.pdf	27/02/2025 01:48:24	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_GAMBATTO_LEOARDO_M_REVISADO_CEP.pdf	27/02/2025 01:46:25	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_7389221.pdf	27/02/2025 01:45:08	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito
Orçamento	Orçamento_GAMBATTO_LEONARDO.pdf	24/01/2025 18:30:10	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GAMBATTO_LEONARDO.pdf	24/01/2025 18:01:33	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito
Cronograma	Cronograma_GAMBATTO_Leonardo.pdf	24/01/2025 17:59:01	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito

Endereço: Av. Engº Francisco José Longo 777 - prédio anexo I Ramal 9028

Bairro: Jardim São Dimas CEP: 12.245-000

UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS

Telefone: (12)3947-9078

E-mail: ceph.ict@unesp.br

INSTITUTO DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - CAMPUS DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -
UNESP



Continuação do Parecer: 7.448.006

Folha de Rosto	folha_de_rosto_GAMBATTO_LEONARD O.pdf	24/01/2025 17:46:31	LEONARDO MAGGI GAMBATTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

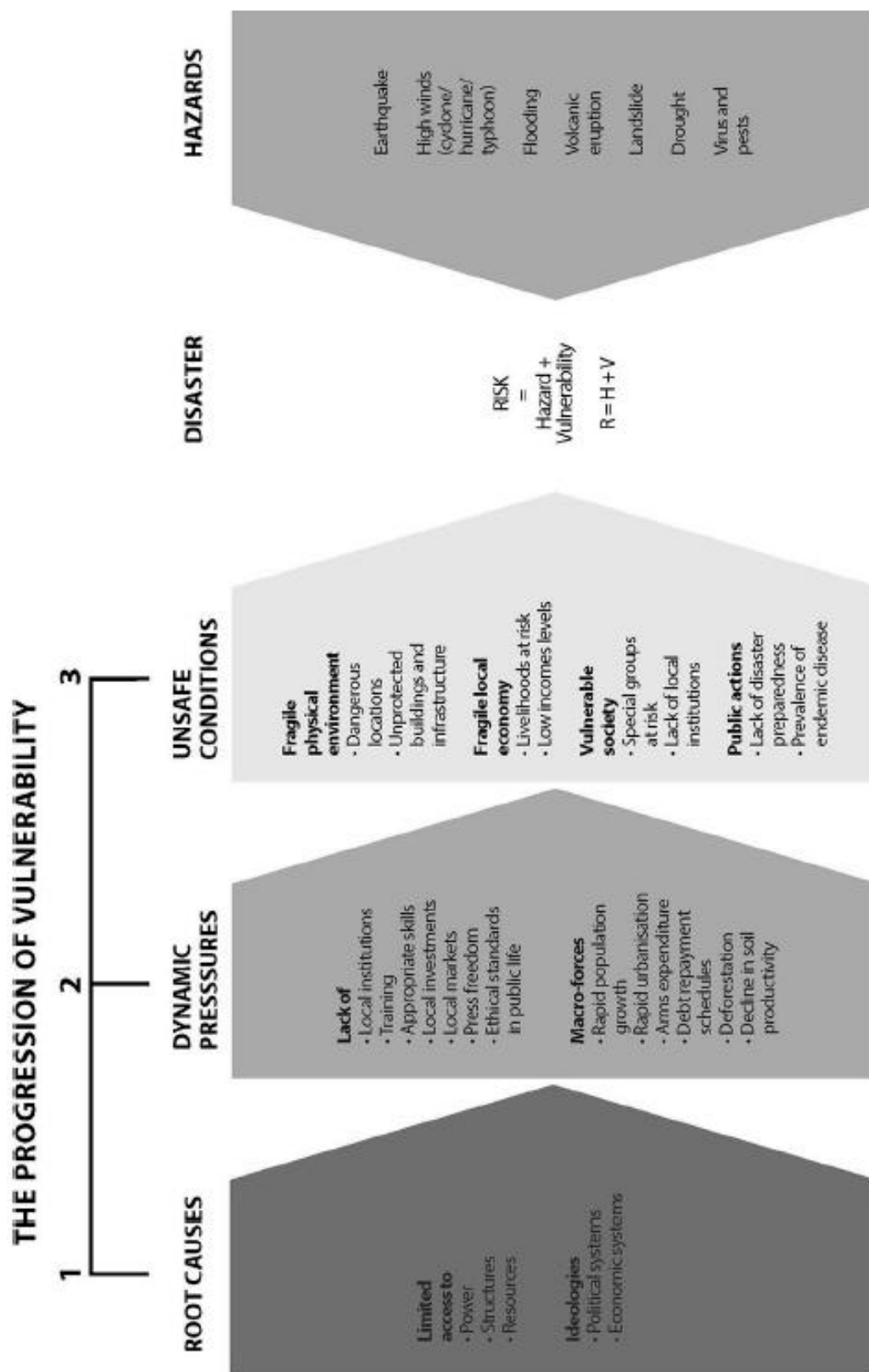
SAO JOSE DOS CAMPOS, 18 de Março de 2025

Assinado por:
Denise Nicodemo
(Coordenador(a))

Endereço: Av.Engº Francisco José Longo 777 - prédio anexo I Ramal 9028
Bairro: Jardim São Dimas CEP: 12.245-000
UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-9078 E-mail: ceph.ict@unesp.br

ANEXO B – Modelo PAR versão 1994

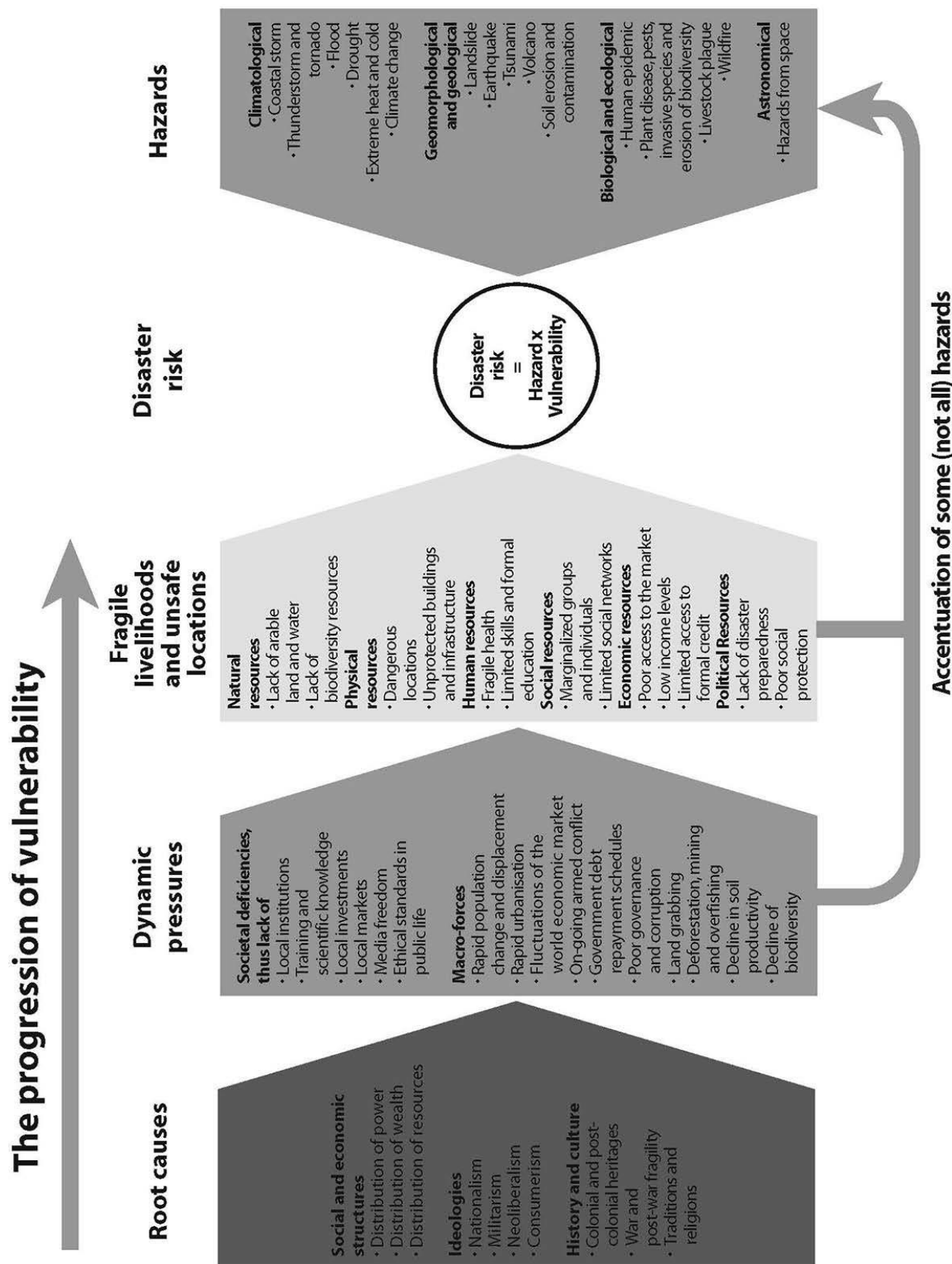
Figura 26 - PAR - 1994



Fonte: Wisner et al, 2025, p.32.

ANEXO C – Modelo PAR versão 2012.

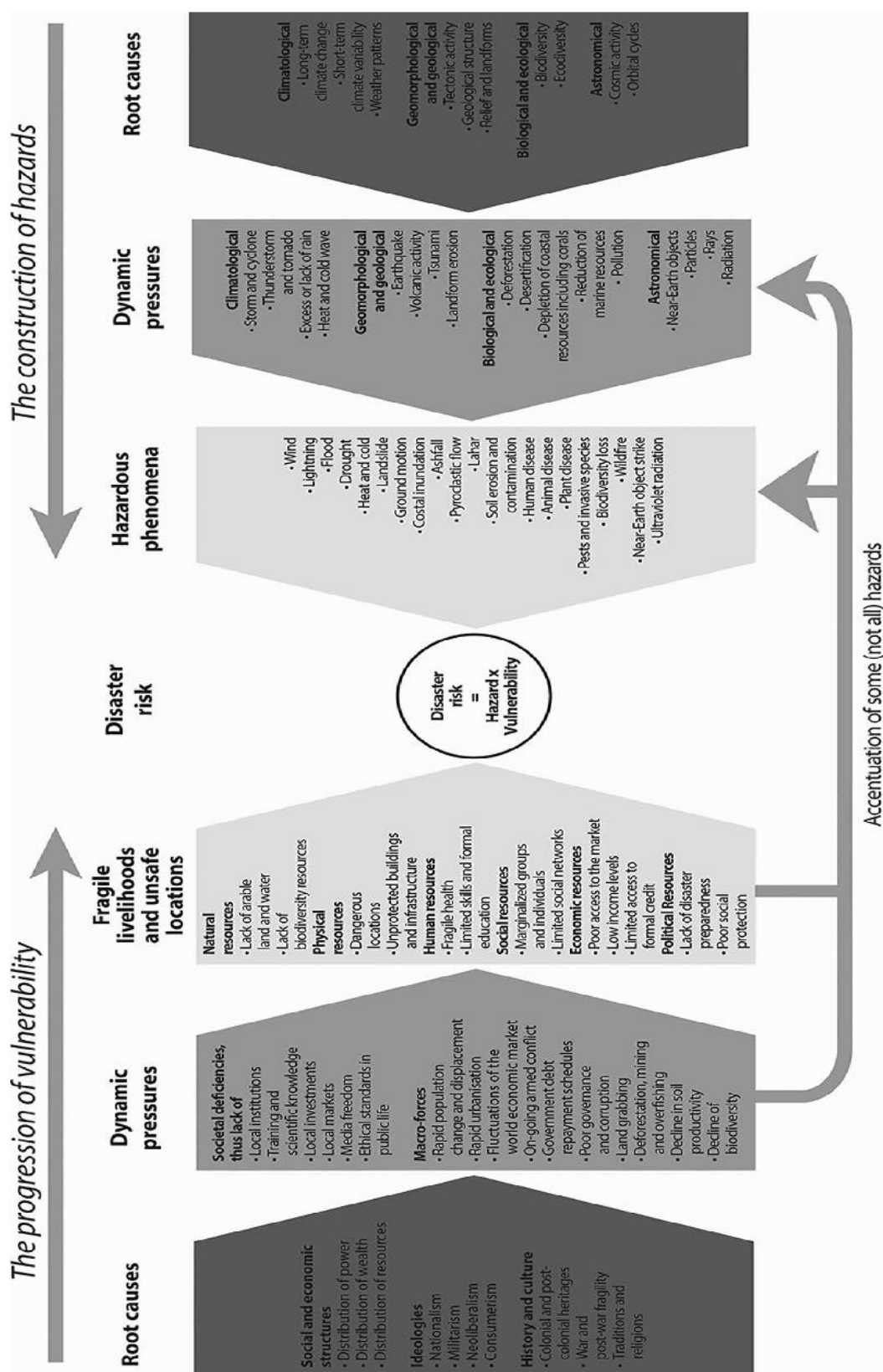
Figura 27- PAR - 2012



Fonte: Wisner et al, 2025, p.32.

ANEXO D – Modelo PAR versão 2024

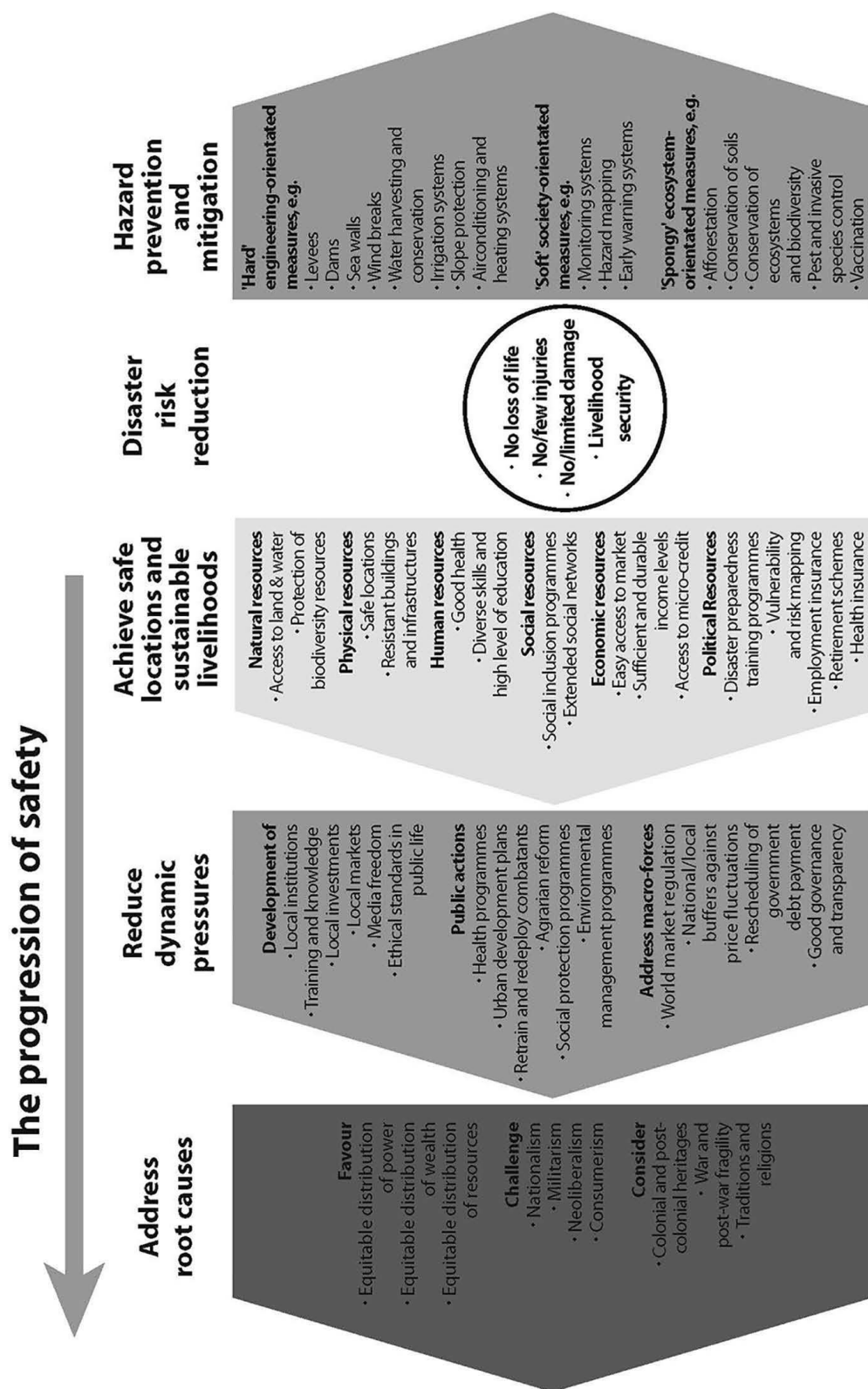
Figura 28 - PAR - 2024



Fonte: Wisner et al, 2025, p.36.

ANEXO E – Modelo POS versão 2012

Figura 29 - POS - 2012



Fonte: Wisner et al, 2025, p.36.